

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE GEOGRAFIA - IG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS
AMBIENTAIS**

**COMER PARA PRODUZIR, PRODUZIR PARA COMER:
PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS**

THIAGO ALVES ROSA

**Uberlândia – MG
2022**

THIAGO ALVES ROSA

**COMER PARA PRODUZIR, PRODUZIR PARA COMER:
PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor(a) em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais

Orientador: Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps

**Uberlândia – MG
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R788c Rosa, Thiago Alves, 1991-
2022 Comer para produzir, produzir para comer [recurso eletrônico] :
práticas alternativas de produção e consumo de alimentos / Thiago Alves
Rosa. - 2022.

Orientadora: Geisa Daise Gumiero Cleps.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.6002>
Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Cleps, Geisa Daise Gumiero, 1965-, (Orient.). II.
Universidade Federalde Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925
Bibliotecário Documentalista


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 229, PPGGEO				
Data:	03 de outubro de 2022	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	18h:45m
Matrícula do Discente:	11813GEO018				
Nome do Discente:	THIAGO ALVES ROSA				
Título do Trabalho:	COMER PARA PRODUZIR, PRODUZIR PARA COMER: PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO DE ALIMENTOS				
Área de concentração:	GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO				
Linha de pesquisa:	Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural/Ensino de Geografia				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [On line], Campus [Google Meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Evandro César Clemente - UFG-Jataí-GO](#); [Magda Valéria da Silva - UFUCAT-GO](#); [Marcelo Cervo Chelotti - IG-UFU](#); [Rosselvelt José Santos - IG-UFU](#) e [Geisa Daise Gumiero Cleps - IG-UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [Geisa Daise Gumiero Cleps - IG - UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutor](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Daise Gumiero Cleps, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/10/2022, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rossvelt José Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/10/2022, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Cervo Chelotti, Usuário Externo**, em 05/10/2022, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro César Clemente, Usuário Externo**, em 05/10/2022, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magda Valéria da Silva, Usuário Externo**, em 06/10/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3899912** e o código CRC **16D30303**.

“Nana neném
Que a cuca vem pegar
Papai foi na roça
Mamãe no cafezal”...

Canção de ninar brasileira

“Duerme, duerme, negrito
Que tu mama está en el campo negrito (...)
Trabajando e no le pagan, trabajando sí
Trabajando e va tosiendo, trabajando sí”...

Canção de ninar Venezuelana

“Vamos mujer,
Partamos a la ciudad.
Todo será distinto (...)
No llorará, confía”...

Luis Advis

“Morando lá na cidade
não se come cambuquira”...

Cacique e Pajé

“O que foi tornará a ser,
o que foi feito se fará novamente;
não há nada novo debaixo do sol”.

Eclesiastes

AGRADECIMENTOS

Muitos são os que precisam ser mencionados e pouca é a habilidade de oferecer os méritos de forma justa e a todos.

Aos meus pais Silma e Eli e meus Irmãos Kéllen e Matheus. A esses nenhuma palavra seria suficiente para agradecer.

A Professora Geisa que há 12 anos me acompanha nessa caminhada e que no, agora longínquo, ano de 2010 eu mostrei para minha mãe afirmando que seria minha orientadora. Pela leitura sensível e dedicada mesmo em momentos tão difíceis. Sem essa ajuda não haveria tese.

Aos meus sobrinhos Pedro Henrique, Maria Luiza, Miguel, Bernardo e Maria Flor por renovarem a esperança nos dias. E ao Tales e Gabriela que estão sempre correndo atrás dos anjinhos.

A Luna pelo companheirismo desses anos. Pela atenção, carinho e companhia que a escrita demandou.

Aos meus amigos de laboratório e de vida Fabiana, Natália e Patrícia.

Aos meus amigos de longa data Thiago, Maicom, Gilson e Artur. Aos amigos recentes e não tão recentes que são muitos e agradeço por isso, especialmente ao Diego, Rafael e Luiz por ajudarem nos questionários.

A Patrícia do Carmo pelas longas conversas e por sempre ler meus escritos.

A todos que colaboraram com conversas, informações e respondendo as entrevistas e questionários.

Aos pequenos produtores de alimentos do campo e da cidade que resistem.

A CAPES, cujo apoio financeiro, técnico e estrutural tornou essa pesquisa possível.

A todos que mantêm a esperança em dias melhores, e a todos que já a perderam, mas que prosseguem.

RESUMO

Os sistemas alimentares, entendidos como um conjunto de práticas de obtenção e consumo de alimentos, não podem ser resumidos na grande produção ou aos modelos de exportação. Esses sistemas são vastos e historicamente mutáveis, em acordo com as mudanças da própria sociedade e de seu modelo produtivo e econômico. A agricultura urbana presente em hortas individuais ou coletivas, em quintais produtivos e na produção agroecológica são exemplos de modelos não hegemônicos de produção e que são responsáveis não apenas pelo fornecimento de alimentos, mas também pela manutenção de tradições, hábitos e modos de vida que remetem a relações sociais construídas durante séculos. Os sistemas alimentares podem e devem ser entendidos dentro de um contexto histórico e econômico, sendo parte da sociedade e reflexo dela. A discussão sobre a alimentação torna-se ainda mais necessária em momentos de crises econômicas e sociais, como a ocasionada pela pandemia de COVID-19 que atingiu o mundo a partir de 2020 e elevaram os índices de insuficiência alimentar no Brasil. Em um país marcado pela imposição de um modelo de produção exclusivo e desigual, se manifestam de forma dual recordes de produção agrícola e ao mesmo tempo de aumento da fome. Assim, os sistemas de produção alternativa de alimentos podem surgir como possibilidades de superação das dicotomias sociais e alimentares do capitalismo, ajudando na redução da fome do país e na construção de uma soberania alimentar. Para trabalhar essas questões foram utilizadas pesquisas científicas publicadas referentes ao tema, bem como dados secundários obtidos em órgãos e agências oficiais, além de dados primários adquiridos através de trabalhos de campo, questionários e entrevistas. Nesse sentido, esta tese visa compreender como as práticas e os sistemas alimentares alternativos se organizam no Brasil, tendo como objeto de estudo a agricultura urbana praticada em Uberlândia (MG). O trabalho se divide em quatro seções que buscam discutir aspectos fundamentais para a compreensão da temática, passando por uma discussão sobre conceitos formativos da Geografia, como espaço e território, e sua relação com a construção social, pelo debate acerca da produção de alimentos no Brasil e dos sistemas alimentares que se materializam a partir das relações sociais no país, contextualizando com base nessas premissas a agricultura urbana na cidade de Uberlândia.

Palavras-chave: Sistemas Alimentares. Agricultura Urbana. Hortas Urbanas. Quintais Produtivos. Alimentação. Uberlândia (MG).

ABSTRACT

Food systems understood as a set of practices for obtaining and consuming food, cannot be summarized in large-scale production or export models. These systems are vast and historically changeable, in accordance with changes in society, being a productive and economic model. Urban agriculture presents in individual or collective gardens, in productive backyards, and in agroecological production, are examples of non-hegemonic production models that are responsible not only for the supply of food but also for the maintenance of traditions, habits, and ways of life that refer to social relationships built over centuries. Food systems can and should be understood within a historical and economic context, being part of society and a reflection of it. The discussion about food becomes even more necessary in times of economic and social crises, such as the one caused by the COVID-19 pandemic that hit the world in 2020 and raised the rates of food insufficiency in Brazil. In a country marked by the imposition of an exclusive and unequal production model, agricultural production records are manifested in a dual way and at the same time an increase in hunger. Thus, alternative food production systems can emerge as possibilities for overcoming capitalism's social and food dichotomies, helping to reduce the country's needs and build food sovereignty. To work on these questions, published scientific research on the subject was used, as well as secondary data obtained from official bodies and agencies, in addition to primary data acquired through fieldwork, questionnaires, and interviews. In this sense, this thesis aims to understand how practices and alternative food systems are organized in Brazil, having as an object of study the urban agriculture practiced in Uberlândia (MG). The research is divided into four chapters that seek to discuss fundamental aspects for the understanding of the theme, going through a discussion about formative concepts of Geography, such as space and territory, and their relationship with social construction, through the debate about food production in Brazil, and the food systems that materialize from the social relations in the country, contextualizing urban agriculture in the city of Uberlândia from these premises.

Keywords: Food Systems. Urban Agriculture. Urban Gardens. Productive Backyards. Food. Uberlândia (MG).

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Uberlândia - Panfleto de divulgação de prática religiosa	55
Figura 2: Publicidade de empresa de entrega de refeições	92
Figura 3: Cultivos agrícolas no urbano	123
Figura 4: Uberlândia (MG) - Pomar e cultivos em terreno	125
Figura 5: Processo de coleta e de beneficiamento do Jatobá	135
Figura 6: Coleta de pequi.	136
Figura 7: Uberlândia (MG) - plantações de milho	139
Figura 8: Uberlândia - Feirinha agroecológica do Parque do Sabiá.	148
Figura 9: Formas de cultivo de produção de quintal	152
Figura 10: Uberlândia - Cultivo de hortaliças em quintal	153
Figura 11: Disposição de canteiros para aproveitamento de espaço em horta de quintal	155
Figura 12: Produção de Horta em canteiros de entrevistado	156
Figura 13: Uberlândia - Canteiros em Horta urbana região sul	160
Figura 14: Terreno antes do empreendimento da horta - 2011	161
Figura 15: PANCs - Caruru, Ora-pro-nobis e língua de vaca.	180

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Iraí de Minas (MG) - Plantação de soja	45
Foto 2: Uberlândia (MG) - Milho em quintal urbano	46
Foto 3: Uberlândia (MG) - Mutirão familiar para produção de pamonha	54
Foto 4: Uberlândia (MG) - Outdoor de divulgação de e-commerce	94
Foto 5: Uberlândia (MG) - Produção de hortaliças em recipientes no quintal.	132
Foto 6: Uberlândia - Feira de orgânicos da ONG Ação Moradia	150
Foto 7: Uberlândia (MG) - Exemplo de Horta Urbana no bairro Morada da Colina	151
Foto 8: Terreno depois do estabelecimento da horta - 2022	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil - Participação do Agronegócio no PIB (1996 – 2020)	101
Gráfico 2: Brasil: Evolução e Estimativa da Insegurança Alimentar 2004 – 2020 (em %)	102
Gráfico 3: Brasil - Faturamento do varejo alimentar, 2018 (em %)	104
Gráfico 4: Despesa Monetária e Não Monetária com alimentação (per capital mensal em R\$)	133
Gráfico 5: Uberlândia (MG) - evolução da população do município de Uberlândia - MG	145
Gráfico 6: Características gerais da alimentação	165
Gráfico 7: Refeições Comumente Realizadas	167
Gráfico 8: Grupos Alimentares por Refeição	168
Gráfico 9: Estabelecimentos de Origem dos Alimentos Consumidos	169
Gráfico 10: Frequência de Consumo de Alimentos Produzidos em Hortas Urbanas, Assentamentos de Reforma Agrária ou de Feiras Agroecológicas.	170
Gráfico 11: Produção de Hortaliças, Leguminosas e Frutas em Residência	171
Gráfico 12: Tipo de Moradia dos Respondentes da Entrevista - 2021	171
Gráfico 13: Número de Residentes por Habitação	173
Gráfico 14: Motivos Citados pelos Respondentes para o não cultivos de alimentos em casa	175
Gráfico 15: Principais Tipos de Produtos Cultivados Pelos Respondentes (%).	176
Gráfico 16: Formas de Cultivo de Autoprodução dos Respondentes	177
Gráfico 17: Principais Espécies de PANCs Consumidas ou Conhecidas.	178
Gráfico 18: Origem do Conhecimento sobre o Cultivo e o Consumo das PANCs (em %)	179

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Uberlândia	142
Mapa 2: Uberlândia – localização de entrevistas e questionários realizados	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dieta de família caipira paulista, em 1954	84
Quadro 2: Uberlândia - localização dos entrevistados por setores (em %).	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Prevalência de insegurança alimentar, 2014 – 2020 (em %)

103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ESPAÇO E PRÁTICAS ALIMENTARES	21
1.1. Espaço construído/espço em construção	24
1.2. Entre o espaço e o território	28
1.3. Técnica, Estado e desigualdades territoriais	33
1.4. Uma falsa dicotomia: o campo e a cidade	40
1.5. População e práticas alimentares	47
2. PRODUZIR PARA COMER, COMER PARA PRODUZIR	57
2.1. Os sistemas alimentares	59
2.2. Estado brasileiro: imposição territorial e produtiva	65
2.3. Concentração fundiária, subdesenvolvimento e subalimentação	72
2.4. Alimentação brasileira moderna	85
3. SISTEMAS E PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO URBANA DE ALIMENTOS	96
3.1. O sistema alimentar moderno como paradigma	98
3.2. A agroecologia e a construção da soberania alimentar	107
3.3. A construção de um sistema solidário	112
3.4. Agricultura urbana	120
3.4.1. Hortas urbanas	128
3.4.2. Quintais produtivos	131
3.4.3. Coleta de itens alimentares	134
4. FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA (MG)	138
4.1. Aspectos gerais do município de Uberlândia – MG	141
4.2. Formas alternativas de produção de alimentos em Uberlândia – MG: a agricultura urbana	146
4.3. Perfil das práticas alimentares alternativas entre produtores e consumidores	163
4.4. A construção das alternativas alimentares	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	190
APÊNDICES	198
ANEXOS	207

INTRODUÇÃO

Quando lhe mostrei uma fava de quiabo de um pé que cresceu no quintal, meu avô analisou-a detidamente e depois elogiou o tamanho, a cor e o vigor da mesma, diferente das que comprávamos no supermercado e mesmo do que ele via nos pequenos sacolões nos últimos tempos. No fim, recomendou-me que guardasse as sementes para que não se perdesse aquela raça.

“Perder a raça” foi uma expressão comumente encontrada durante a pesquisa na fala das mais diversas pessoas, sendo dita sobre os mais diferentes tipos de vegetais encontrados em terrenos, quintais e hortas urbanas. Referiam-se a espécies de flores de cores levemente diferentes das que conheciam, da raça de feijões, batatas, frutos e folhosas. Alteram-se os nomes, apelidos e aproximações.

Nomenclaturas diferentes como diferem os usos, como as inúmeras variações que surgem dos cruzamentos e misturas que em nenhum momento param de acontecer, mesmo em ambientes essencialmente urbanos.

Apresentava-se, à minha pessoa, de forma gradual a existência de uma outra maneira de lidar com os alimentos e com a alimentação, que era mais profunda e complexa do que os atos tão arraigados no nosso cotidiano de comprar itens semiprontos no mercado, quando não refeições prontas, e comer quando se tem fome e vontade.

A alimentação se torna, na atualidade, como diversos outros aspectos da vida humana, uma mercadoria, cujas etapas antes de chegar à mesa estão praticamente desvencilhadas dos consumidores. A estes resta apenas consumir.

A alienação moderna entre a produção de alimentos e o consumo, bem como as etapas de beneficiamento e de circulação dos mesmos, não se deram abruptamente. Trata-se de um processo que tem suas raízes na própria origem do Brasil, e que se estende até os dias atuais, onde as graves consequências de um processo violento de quebra de sistemas alimentares populares e da concentração fundiária tornou a fome um processo recorrente na sociedade brasileira, e mundial.

No Brasil, a produção agrícola não foi, em nenhum momento, voltada hegemonicamente para a alimentação da própria população. Ao contrário, a população que se organizou, durante muito tempo, em razão da execução de projetos de exploração da terra e dos lucros advindos dela.

Em uma lógica de exploração, o país se desenvolveu durante sua história sob os auspícios da produção para o mercado externo. Seja num modelo colonial ou de

subdesenvolvimento, a produção agrícola, baseada nas exportações ou em um complemento de uma economia exportadora, caracterizou não só a economia, mas a própria organização social do país. Essa sempre teve seu desenvolvimento nos interstícios das grandes propriedades, dos latifúndios e das monoculturas.

No entanto, os sistemas alimentares, entendidos como um conjunto de práticas de obtenção e consumo de alimentos, não podem ser resumidos a grande produção ou aos modelos de exportação. Esses sistemas são vastos e historicamente mutáveis, em acordo com as mudanças da própria sociedade e de seu modelo produtivo e econômico.

Vários desses sistemas alimentares, baseados na pequena produção, compõem, inclusive, grande parte da produção de gêneros agrícolas responsáveis pela alimentação no Brasil. Sobrevivendo às margens da agricultura e da pecuária extensivas, das grandes propriedades monocultoras e dos gêneros de exportação, existiram e existem uma série de modelos de produção que se perpetuam historicamente.

A agricultura familiar, camponesa, as hortas urbanas e coletivas, os quintais produtivos, a produção agroecológica, são exemplos de modelos não hegemônicos de produção que são responsáveis não apenas pelo fornecimento de alimentos para uma grande parcela da população, mas também pela manutenção de tradições, de hábitos e de modos de vida que remetem a relações sociais construídas durante séculos.

Além disso, as práticas comunitárias e solidárias de produção e de consumo de alimentos, que não necessariamente visam ou tem o lucro como pilar principal, são um importante elo de coesão e de sobrevivência dentro de um país marcado pela desigualdade social e pela recorrência da fome.

A fome nunca deixou completamente de assolar os brasileiros. E, em momentos de crise econômica, como a ocasionada pela pandemia de COVID-19 que atingiu o mundo a partir de 2020, as marcas da imposição de um modelo de produção exclusivo e desigual se manifestaram de forma dual em recordes de produção agrícola e, ao mesmo tempo, na explosão da miséria e da insuficiência alimentar.

Disso deriva o questionamento: como pode um país ser reconhecidamente um dos maiores produtores e exportadores de alimentos possuir grande parte de sua população, literalmente, com fome? Torna-se assim, mais que fundamental nesse momento buscar respostas, ou mais que isso, formular perguntas que tragam um aprofundamento da discussão acerca dos métodos e sistemas de produção de alimentos, bem como do acesso a eles.

Destarte, compreender as formas de produção, de distribuição e de consumo de alimentos, ou seja, dos sistemas alimentares, demanda entender a própria organização social e suas estruturas econômicas, uma vez que, sendo instâncias sociais, elas se materializam no espaço humano, moldando e sendo moldadas por ele.

Nesse contexto, as formas e as estruturas socioeconômicas existentes na sociedade brasileira refletem, de certo modo, na própria organização alimentar, visto que nossas práticas alimentares historicamente construídas, foram e são intensamente influenciadas pelos aspectos de uma sociedade de consumo capitalista, sendo essas as premissas que moveram inicialmente esta tese.

Esta pesquisa se iniciou a partir das problemáticas e hipóteses levantadas pelas pesquisas anteriores já desenvolvidas. Em 2011 foi realizada uma Iniciação Científica intitulada “O Comércio Ambulante de Produtos Alimentícios nas Áreas Centrais de Uberlândia (MG)”, que posteriormente desdobrou-se em mais duas pesquisas de Iniciação Científica (IC) sobre o tema, e em uma monografia sobre a questão do comércio ambulante em Uberlândia, todos sob orientação da Professora Doutora Geisa Daise Gumiero Cleps. Sob a mesma orientação e ainda seguindo na temática, foi escrita e defendida a dissertação de mestrado intitulada “Aspectos Socioeconômicos e Institucionais do Comércio Ambulante de Alimentos em Uberlândia (MG)”, no ano de 2016.

Tais pesquisas, além de tratarem sobre a questão do comércio de alimentos, abordavam ainda a relação rural/urbano e a produção dos alimentos comercializados pelos ambulantes. Foram constatadas diversas vezes que alguns grupos de vegetais, folhosas e frutos eram cultivados pelos próprios ambulantes, em hortas ou quintais.

Desse processo derivou a curiosidade e a vontade de estabelecer uma pesquisa mais aprofundada sobre o cultivo de alimentos no espaço urbano de Uberlândia, bem como a importância dessa produção para os consumidores e os produtores da cidade. Esta inquietação motivou a tese.

Parte-se do pressuposto de que a variedade de formas e práticas de produção de alimentos são resultado da diversidade da própria organização social do espaço. Além disso, a multiplicidade de sistemas alimentares serve como contraponto aos problemas sociais e econômicos advindos de uma lógica única, baseada na exploração da terra e da alimentação exclusivamente para o lucro.

Esses sistemas e práticas alternativas se materializam no espaço como rugosidades e resistências, proporcionando um resgate de sociabilidades e da preservação da natureza

e de hábitos culturais, bem como de uma possibilidade real na busca da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

Este trabalho visa compreender como as práticas e os sistemas alimentares alternativos de produção e consumo de alimentos se organizam social e espacialmente, tendo como objeto de estudo a cidade de Uberlândia. Esse objetivo geral levou a entender como historicamente e espacialmente os sistemas alimentares hegemônicos se configuraram no território brasileiro, sendo possível, dessa forma, estabelecer tentativas de periodização em relação aos modelos de produção alimentar hegemônicos, assim como seus modelos de distribuição e de consumo.

Para concretizar esse objetivo geral de forma satisfatória, foi necessário partir de objetivos específicos como, o de analisar como as práticas alimentares ajudam a construir o espaço social; refletir sobre como os sistemas alimentares se estruturam como parte do sistema econômico hegemônico e refletem a desigualdade do mesmo; além de elencar os modelos alternativos da produção de alimentos no urbano e discutir a organização e o papel desses sistemas alternativos de produção e consumo de alimentos na cidade de Uberlândia (MG).

No desenvolvimento da pesquisa, a metodologia é parte fundamental. Ela refere-se às formas, às ferramentas e aos processos utilizados para alcançar os objetivos propostos inicialmente. A escolha metodológica é definidora dos rumos que serão tomados e, também, no nível dos resultados obtidos. De modo geral, a metodologia escolhida para este trabalho contempla a coleta de dados quantitativos e a posterior análise qualitativa, bem como de informações obtidas na pesquisa referencial.

Um dos pilares básicos para a pesquisa foi pautado em autores que adotam o materialismo histórico e dialético, uma vez que esse método permite visualizar e compreender contradições dos fatos e das realidades investigadas. Estabelecer essa discussão, portanto, tornou-se fundamental e permitiu a escolha dos procedimentos metodológicos para a compreensão da tese.

Nesse quesito, pode-se estabelecer três etapas fundamentais para o desenvolvimento do estudo. A pesquisa bibliográfica, a pesquisa de dados secundários, e a pesquisa de campo para coleta de dados primários. Cada uma destas etapas tem suas especificidades, e buscam alcançar os objetivos propostos para a análise.

A primeira parte da tese concentrou-se numa análise documental, buscando os autores basilares que trabalharam ou trabalham diretamente com o tema, ou que se considerou importantes pela transversalidade de suas análises. A pesquisa bibliográfica

sobre a produção de alimentos, bem como de aspectos teóricos básicos dos conceitos geográficos utilizados foram importantes e centrais nessa etapa.

Não se trata, no entanto, de uma busca com fins de esgotar as discussões já realizadas sobre esse tema, mas sim de definir ou mesmo produzir conceitos e metodologias que possam embasar e fortalecer os dados secundários e primários obtidos na pesquisa, principalmente na de campo. Sem as discussões teóricas, esses dados e informações tendem a se mostrar descontextualizados e desligados da realidade histórica e geográfica onde estão inseridos.

Dessa forma, dentro da perspectiva da alimentação e da fome, buscou-se estabelecer um diálogo entre os vários conceitos necessários para entendermos os sistemas alimentares a partir da organização social do espaço. Partindo de premissas históricas e sociais, autores como Camara Cascudo, Josué de Castro, Milton Santos, Henri Lefebvre, David Havey, Rosângela Hespanhol, Renato Maluf, Paul Singer, Geisa Cleps, Maria Encarnação Sposito, Luiz Gaiger, Amélia Damiani, entre outros, foram essenciais para moldar e enriquecer o debate.

A segunda etapa pautou-se na coleta de dados secundários em relação a pesquisas e textos acadêmicos que analisam os sistemas alimentares, a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Buscou-se, ainda, obter dados em institutos, centros de pesquisas, órgãos governamentais e não oficiais que atuam direta ou indiretamente com o tema.

Desse modo, a forma de pesquisa dessas informações partiu de uma série de meios e fontes, com a finalidade de promover uma maior interlocução e respaldo quantitativo para a elaboração desta tese.

Cabe salientar a importância dos dados obtidos em trabalhos e pesquisas como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), entre outros.

A terceira etapa consistiu na realização de trabalhos de campo executados na área de pesquisa, isto é, no município de Uberlândia (MG). A pesquisa de campo teve como objetivo a coleta de dados de maneira direta, utilizando-se de ferramentas condizentes com a metodologia abordada. Com base nos aspectos teóricos desenvolvidos na primeira

etapa da pesquisa, municiados pelos dados secundários fornecidos pelos órgãos oficiais ou não oficiais, o trabalho *in loco* foi desenvolvido a partir da coleta de dados e de informações mais sólidas e confiáveis.

Nessa última etapa, para alcançar as informações junto aos sujeitos envolvidos na produção alimentar alternativa, foram elaborados questionários e entrevistas basilares para a obtenção dos dados a serem trabalhados, pois possibilitaram a análise da situação local e de sua importância para a dinâmica produtiva urbana.

Foram realizados 175 questionários (ver APÊNDICE B) aplicados virtualmente via plataforma do *Google Forms*, sendo que cada questionário contava com 27 questões divididas em três sessões. A primeira delas contava com nove questões referentes a dados socioeconômicos pessoais; a segunda, com seis questões, abordava os hábitos alimentares e; a última seção com 10 perguntas sobre as práticas de produção e cultivo de alimentos nas cidades.

O questionário foi divulgado junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia. Contudo, para maior alcance e abrangência de estratos sociais distintos, o mesmo também foi repassado através de grupos em aplicativos de mensagens os quais, por sua vez, replicaram para outros grupos e outras pessoas.

As entrevistas, fundamentais para o entendimento da realidade dos consumidores e produtores, tiveram seu cronograma atrasado, e em muitos casos prejudicados, pelas medidas de segurança e de prevenção ocasionadas pela pandemia de COVID-19. O impacto na pesquisa não se deu somente pelas dificuldades em relação aos trabalhos de campo, mas, também, em um contexto de insegurança, de medo e abalos emocionais causados pelo súbito aparecimento da doença que atingiu grupos familiares inteiros.

Devido a essas condições, o tempo de duração das entrevistas teve que ser reduzido e, conseqüentemente, o roteiro foi modificado, contando essencialmente com dez perguntas. Nesse cenário, optou-se em desenvolver as entrevistas não necessariamente em ordem ou seguindo uma estrutura rígida. Foi privilegiada a livre manifestação dos entrevistados sobre o tema, deixando questões em aberto às falas, com a condução dos temas somente quando era importante.

Dessa forma, foram realizadas dezessete entrevistas, sendo dez entrevistados donos de hortas urbanas e moradores com hortas em quintais, cinco consumidores, além de duas entrevistas com o setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Ao longo do desenvolvimento da tese, surgiu também como preocupação analisar como os sistemas e as práticas tradicionais de alimentação se reorganizaram em vista às modernizações econômicas dos territórios. Além disso, a pesquisa levou a investigar as formas e as práticas sociais de produção de alimentos em Uberlândia. Assim, para alcançar os objetivos propostos este trabalho divide-se em quatro seções.

A primeira seção, intitulada Espaço e Práticas Alimentares, estabelece as bases para a discussão sobre a produção de alimentos no Brasil. Para isso, apresenta-se um debate acerca de espaço e de território, da estrutura e da formação desses, bem como dos impactos na organização social e produtiva das sociedades. Dessa organização derivam profundas marcas na organização social, refletindo em determinadas estruturas de produção que se perpetuam no decorrer da história, reproduzindo e produzindo o espaço tanto das cidades quanto do rural.

Dada a contextualização da formação e da estruturação das sociedades em relação à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos, bem como da influência desses aspectos nessas organizações, pode-se estabelecer um debate específico da sociedade brasileira sob a égide do Estado e de suas políticas públicas. Reconhecer o Estado como o grande ente organizador da estrutura social é fundamental para entender como os interesses capitalistas, norteadores dessa organização, afetam direta e indiretamente as formas de produção e de consumo de alimentos no Brasil.

Por isso, a segunda seção, Produzir para Comer, Comer para Produzir, busca apresentar um panorama geral da produção de alimentos no Brasil, enfocando aspectos do consumo e dos elos de distribuição no território. Um dos pontos-chaves elencados e aprofundados é a de que a formação do Estado-nação brasileiro ocorre em um contexto de exploração de matérias-primas e de alimentos voltados para o comércio externo, sendo a produção alimentar local negligenciada e desenvolvida de forma semi-independente do modelo hegemônico de produção.

O desenvolvimento dessa estrutura inicia-se desde o momento em que a própria sociedade brasileira começa a se organizar, estabelecendo, gradualmente, o panorama que é observado atualmente no país, que apresenta uma grande concentração fundiária e tendo na produção de *commodities* para exportação importante parcela de sua economia. Dessa forma, observa-se ainda o desenvolvimento de uma sociedade urbana, cujos antecedentes encontram-se nas próprias políticas do Estado e de ocupação do território.

A terceira seção, intitulada Sistemas e Práticas Alternativas de Produção Urbana de Alimentos, apresenta e analisa as práticas e os sistemas que surgem nos interstícios

dos grandes interesses, e que servem para a reprodução da vida cotidiana. Esses sistemas, alinhando-se ou aproveitando-se das ações do Estado em prol dos modelos hegemônicos, desenvolvem-se, também, numa série de formas alternativas de produção, de distribuição e de consumo de alimentos no Brasil.

Essas formas se reproduzem no território a partir de práticas novas e antigas, constituindo-se como uma variedade de saberes e práticas populares que expandem os horizontes de possibilidades de novas formas de produção de alimentos e de consumo deles, prezando pela integração de mercados locais, pela soberania alimentar, e por preceitos de sustentabilidade.

A seção final, intitulada Formas Alternativas de Produção de Alimentos em Uberlândia (MG), engloba as discussões feitas até o momento, colocando-as em debate com a história e o desenvolvimento econômico e social da cidade de Uberlândia, a partir de pesquisas de campo, dos dados obtidos em entrevistas e questionários aplicados.

A partir do referencial teórico, buscou-se identificar e estudar as formas alternativas de produção de alimentos na cidade escolhida para a análise. Os dados coletados permitiram gerar material cartográfico sobre os tipos, as características e a localização desses modelos de produção, bem como as ocupações do espaço urbano no que se refere a essas práticas e dinâmicas de consumo da população com relação aos itens agroalimentares.

1. ESPAÇO E PRÁTICAS ALIMENTARES

Toda terra dos homens tem sido também até hoje a terra da fome.

Josué de Castro

Compreender a dinâmica das práticas alimentares das populações humanas requer primeiramente que se possa revisitar o passado, tanto na história quanto na escala. Essas práticas podem ter suas origens, ou explicações, nas raízes dos tempos, sendo lógicas num determinado período ou dentro da condição de produção de um determinado povo, mesmo que hoje possam parecer desconexas na atual realidade. Disso deriva investigar não a história da alimentação em si, mas principalmente os elementos que a influenciam diretamente enquanto fator de organização social e de construção do espaço humano.

Da mesma forma, cabe rever na escala o distanciamento em relação ao objeto, a fim de não considerar a alimentação de um determinado local como fato isolado do sistema produtivo e econômico em nível mundial. A dialética das práticas humanas, que influenciam na construção do espaço do mesmo modo em que são influenciadas por ele, precisam ser analisadas.

Conforme salientou Cleps (2005, p. 41),

Ao conquistar novos espaços para a sua reprodução, o sistema capitalista propiciou a mundialização de mercadorias, de pessoas e de ideias. Criou novas formas de vida, de pensar, de agir, de ver o mundo, de sonhar. Consequentemente, surgiram outros padrões e valores culturais, novas formas de trabalho que, por sua vez, organizaram e produziram novos espaços.

Os efeitos de uma organização capitalista são plenamente vistas na paisagem humana atual. Contudo, esses espaços já existiam com suas formas e valores. Se as mudanças ocorrem, bem como novas territorializações, a historicidade desses espaços é fundamental. Pensar como se produz e se consome alimentos na atualidade é considerar a construção dessas formas e valores, da estrutura em que se insere.

As estruturas sociais, como aponta Sposito (1988, p. 11) ao falar sobre as cidades, se acumulam no espaço, resultando nas formas atuais. Dessa forma, é necessário partir das formações antigas e mesmo das estruturas sociais num sentido mais amplo para significar a discussão que é apresentada.

Assim, as práticas alimentares humanas podem ser entendidas dentro de um contexto que não seja limitante. Essas práticas aparecem no decorrer da história de diferentes formas e com diferenças profundas na sua substância, ou seja, naquilo que lhes definem. Para tanto, retroceder na análise histórica é não só perceber como a mesma ocorreu, mas também considerar como as transformações se deram e como ainda se dão.

É preciso compreender que a produção de alimentos esteve essencialmente ligada ao próprio desenvolvimento técnico e à organização social da humanidade. Perceber como as sociedades não só produzem, mas também como escoam e consomem seus alimentos, serve-nos como um importante filtro de análise social, uma vez que a alimentação, a sociedade e o desenvolvimento delas têm uma relação profundamente imbricada.

A fome, por exemplo, poderia teoricamente ter sido superada pelos avanços técnicos de nossa época. Contudo, a fome ainda marca profundamente a humanidade, em diferentes escalas e em diferentes regiões, pois “A fome é, de longe, o sintoma mais grave e mais geral do subdesenvolvimento” (LACOSTE, 1971, p. 29). Interliga-se a produção da alimentação e da fome para além de uma questão pontual e passageira, mas essencialmente relacionada com o próprio modelo de produção.

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

Considerar como se produz os alimentos, para quem e como os mesmos são consumidos abarca uma imensidão de práticas, cujo desenvolvimento se perde na aurora da história humana. Contudo, é possível estabelecer panoramas gerais de funcionamento, que nos auxiliam a entender como essas práticas de produção e de consumo ocorrem na nossa sociedade e como elas constroem nosso espaço, nosso cotidiano, como afetam nossa vida.

A produção de alimentos, seja ela a dos processados e reprocessados vendidos em prateleiras de supermercados e hipermercados para serem consumidos em apartamentos situados nas margens expressas das grandes cidades, bem como aqueles colhidos nos

quintais de casas no interior cujo único beneficiamento decorre de uma lavagem simples em “bicas d’água”, ocorrem no espaço e em determinadas lógicas de territorialização. Esse é, portanto, nosso ponto de partida.

Isto é, a obtenção de alimentos a partir de sua produção é, como toda ação humana, um processo que se materializa no espaço, que cria territórios e que funciona em acordo com estruturas sociais e econômicas vigentes. Toda e qualquer produção de alimentos ocorre numa determinada organização produtiva que, por sua vez, ao se manifestarem fisicamente nas formas espaciais, se acumulam historicamente pelos espaços.

No âmago da base material desta, as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, ambas constituintes do modo de produção, fazem mover a sociedade e terminam por alterar a sua forma (GAIGER, 2002, p. 22).

As formas como são obtidos os alimentos representam um traço divisório na história do desenvolvimento humano, pois o cultivo de espécies vegetais alimentares e, posteriormente, a domesticação de animais para consumo, exigiram não apenas certo grau de estruturação da organização social, mas também de inovações técnicas que pudessem impulsionar a capacidade produtiva, cuja demanda subia proporcionalmente ao aumento populacional, com a criação de novas formas de produção e desenvolvimento de ferramentas cada vez mais específicas.

Rousseau (2017, p. 32) apontava como distintiva do ser humano a sua capacidade de aperfeiçoamento, e como tal é a sua indústria na construção de técnicas e instrumentos que lhe dá vantagem natural sobre o meio que o circunda, o que não ocorreria se estivesse nu, ou seja, ausente de sua capacidade industriosa.

As práticas alimentares, baseadas em certo nível de sociabilidade e solidariedade para o bom andamento da produção e do consumo do que se produzia, alteram-se profundamente no decorrer da evolução dessas técnicas produtivas em diferentes lugares e em diferentes momentos.

Esta seção, portanto, busca contextualizar alguns conceitos importantes para o entendimento e a análise de características essenciais das práticas alimentares atuais. Para tanto, alguns temas se sobressaem e se fazem indispensáveis, como o conceito de território. Tal termo, fundamental na Geografia, ajuda a explicitar como as relações humanas se dão no espaço, moldando e sendo moldadas pelas formas e processos existentes no mesmo.

O espaço humano, não o matemático, mas sim aquele que é humanamente vivido e construído, torna-se assim um objeto fundamental para a compreensão da organização da sociedade, bem como de seus modos de produção e de consumo. Mais do que isso, a análise espacial é basilar para qualquer estudo social. Não há fato humano imune ao espaço ou que ocorra fora dele.

Os elos de produção, de distribuição e de consumo de alimentos, como os aqui tratados, são inúmeros e complexos para além do que se enxerga rapidamente em suas formas visíveis. Contudo, não são imateriais e nem imunes ao contexto histórico social e econômico que se apossam do espaço para torná-lo território.

Analisar a produção de alimentos, e das alternativas que se colocam aos modelos hegemônicos, é estudar sobre o ser humano e seu espaço. É, antes de tudo, tratar do território no qual ele vive e se reproduz.

1.1. Espaço construído/espaço em construção

Analisar as formas e práticas pelas quais os indivíduos interagem com o meio que as circundam é fundamental para a investigação dos fenômenos que compõe nossa realidade. Ao pensar nas maneiras pelos quais os indivíduos suprem suas necessidades alimentares, o que inclui a produção, a circulação e o próprio consumo, há que se pensar também, essencialmente e em última instância, em como os seres humanos se organizam e estruturam o mundo onde vivem.

Dessa forma, as práticas alimentares podem nos oferecer uma lente importante para o entendimento e o questionamento de determinadas formas sociais, e dos modelos hegemônicos de produção e consumo que nos são, em grande medida, impostos.

Portanto, a observação, a descrição e a análise das estruturas e formas organizacionais da sociedade são essenciais para a compreensão de seus aspectos específicos, como as práticas alimentares, uma vez que tais contextualizações permitem que se possa fazer questionamentos e propor respostas aos mesmos, atentando que elas não podem aparecer soltas no espaço, pois todo fenômeno humano ocorre e marca a realidade nas quais estão embebidos. Essa realidade, que é uma, mas mutante e mutável, é o espaço.

Deve-se considerar então o ponto de partida de toda investigação social como o contexto e o meio onde os fenômenos se desenvolvem. Qual seria ele? Se o indivíduo, como ser social, é a origem da ação, ele deve atuar sobre um meio, que seria o alvo e

resultado das forças empregadas. Tal meio pode ser identificado inicialmente como a natureza. O ser humano agindo sobre a natureza é o início de uma construção social do meio.

Esse aspecto relacional aparece em CARLOS (2005, p. 38) uma vez que, segundo ela, “A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um modo que vai se desenvolvendo e criando à medida que se aprofundam as relações da sociedade com a natureza”. Assim, tem-se uma dinâmica de construção contínua, e de influência mútua, fato que é e deve ser considerado em qualquer pesquisa social, uma vez que é contínuo.

No entanto, até que ponto se pode falar de natureza em uma sociedade onde o que poderia se identificar como tal aparece cada vez mais modificada? Se ela se transforma ao ponto de ser uma amálgama, onde ser humano e natureza aparecem como um só objeto? Esse objeto é o espaço, contudo, não o abstrato, mas sim o tangível, o construído socialmente, o espaço geográfico.

Ele, o espaço, é a instância onde se desenvolvem as atividades humanas e, portanto, objeto central de investigação de qualquer fenômeno social. Santos (2008) considera que o espaço é uma instância da sociedade, sendo afetado por ela e a influenciando. Dessa forma, toda relação só pode ocorrer no espaço, pois toda ação só pode se dar nele.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. [...] O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social (SANTOS, 2008, p. 12).

Essência essa que, conforme apresentou Santos (2008), é socialmente construída ao longo do tempo, ou seja, historicamente. Se as relações humanas e sua historicidade só podem se realizar concretamente no espaço, aparecendo como um recorte geral e múltiplo, analisá-lo é fundamental para o entendimento de determinados processos e de objetos de estudos específicos. Primeiramente considera-se que sim, ele existe. É o que se vê, toca, sente, é o que se percebe. É acessado pelos sentidos, ou seja, o mundo nos é primeiramente sentido. Pelas sensações se percebe e se considera.

Logo, sua organização influi diretamente na maneira como se entende a realidade. Ela aparece inicialmente como algo dado, preexistente e normalizado enquanto tal. A organização do espaço influi na nossa maneira de pensar e aparece inicialmente como

algo pronto, refletindo embates e esforços de poderes sociais e econômicos. Reflete a organização da sociedade.

Assim, o espaço, é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral, não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode dar-se no espaço (SANTOS, 2006, p. 77).

Considera-se que o espaço é a base dos processos humanos, sendo, portanto, um elemento primordial para a análise. Para entendê-lo é necessário considerar suas múltiplas dimensões, e atentar que elas praticamente nunca aparecem descoladas umas das outras e, mais do que isso, que não são realidades prontas ou acabadas.

Esse fato é de suma importância, sobretudo para o trabalho dos geógrafos, pois como afirma Manuel Correa de Andrade (1994, p. 21) é essencial para ele, o geógrafo, manter-se atento ao fato de que seu objeto de estudo é um processo e não um estágio, sendo essa uma relação complexa.

A compreensão de uma organização que está em perpétuo processo de reorganização das formas que apresenta e de seu conteúdo cultural levam o geógrafo e a geografia a recorrerem ao conhecimento histórico, não apenas cronológico, mas sobretudo de suas implicações sociais e econômicas (ANDRADE, 1994, p. 23).

Por isso, considera-se fundamental para a Geografia a análise do espaço também de seu ponto de vista histórico, percebendo-o como um resultado acumulado de tempos e que a forma como ele, o espaço, se estrutura influencia como os indivíduos a ele submetidos pensam e se organizam. Dessa forma, para analisar as partes que compõe o espaço, há que se considerar primeiramente como ele é percebido, como é construído, destruído e reconstruído, em suma, como é organizado.

Isso inclui uma visão do espaço como processo, e não como fato pronto e finalizado, cuja realidade não é passível de mudanças. Questionar o fim da história¹ e a falácia de que somente a perpetuação das formas já existentes, sem que se permita qualquer perspectiva de mudança, são em si precedentes importantíssimos que o desenvolvimento de uma visão de mundo global, sistêmica e processual permite.

¹ Para além do que Fukuyama (1992) afirma em sua ideia de fim da história, tal termo se mostra praticamente independente no senso comum, simbolizando o equilíbrio final das forças hegemônicas, sendo, portanto, inviável qualquer ruptura ou transformação.

As dimensões de espaço e tempo, que só existem em conjunto, se acumulam paulatinamente na matéria concreta que é considerado como o mundo, formando-o. Diante disso, pode-se considerar “o espaço como tendo uma relação dialética com as práticas sociais, organizando-se e reorganizando-se frequentemente frente às transformações naturais e antrópicas (ROSA, 2016, p. 29).

Perceber o movimento como indissociável do espaço traz profundas marcas naquilo que se entende como realidade. Talvez, a principal seja a de que o espaço não é algo dado, mas construído.

Se o espaço é um dos pontos de partida fundamental para as análises das formas e organizações sociais, e a Geografia busca trabalhar esse espaço como fruto de relações e da própria historicidade, tem que se considerar a atividade humana como dinâmica e coletiva. “O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação dessa dinâmica está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (SANTOS, 1988, p. 37).

Deve-se atentar para a possibilidade de análise que o conceito de espaço encerra em si. Como conceito fundamental de nossa investigação, e estabelecido como ponto de partida, se pode avançar gradualmente para os modos com que ele aparece em relação a produção de alimentos, auxiliando, desse modo, a entender a organização da sociedade em relação a esse processo produtivo e de consumo.

É conveniente insistir que o espaço geográfico articula duas dimensões, aquela da localização (um ponto no mapa) e aquela que dá conteúdo a essa localização, que a qualifica e singulariza. Esse conteúdo é determinado pelas relações sociais que aí se estabelecem – o que confere ao espaço a característica de produto social e histórico (CARLOS, 1999, p. 175).

Ao pensar o espaço, se pode observar que ele é dotado de elementos físicos e humanos. Pode ser compreendido como a relação de ambos. Nele existem, coexistem e se organizam pessoas, objetos e fenômenos naturais, a forma com que as cidades se organizam, as relações de trabalho, o lazer, os transportes, os mercados e o comércio, a produção e o consumo de alimentos. Esses elementos se relacionam com um todo no espaço social. Pode-se enxergar suas formas e até mesmo sua estrutura e sua organização a partir de nossa análise sensorial.

Contudo, essa relação é mais profunda e remonta a processos históricos que se fixam aos poucos na paisagem visível. Os interesses e as forças sociais pautam esses

processos, e suas marcas são indelévels na construção. Compreender para mudar! Não seria essa a gênese de uma mudança profunda e da luta contra as desigualdades? A luta dos indivíduos, e da sociedade, contra essas máquinas enormes²?

Ao geógrafo “Deve, porém, sempre utilizando a filosofia da *práxis*, procurar compreender o concreto para chegar ao abstrato e não formar ideias abstratas para enquadrar nelas o concreto” (ANDRADE, 1994, p. 26). A sociedade se realiza materialmente no espaço, só pode se realizar enquanto tal nele.

Por isso, o espaço é uma constante mutável, pois a sociedade que o toma também o é, mais do que isso, se moldam uma de acordo com a outra, tendendo a se tornar uma coisa única, faces diferentes de um mesmo processo. “O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo” (SANTOS, 1988, p. 27).

Dessa forma, é possível para que se passe a uma análise mais aprofundada do espaço humano, daquele trabalhado e mediado pelo trabalho: o território, uma vez que “A sociedade do trabalho é essa forma historicamente específica de sociabilidade” (MOREIRA, 2014, p. 132). O trabalho aparece dessa forma como uma premissa fundamental da construção do espaço humano, pois é a partir dele que a sociedade se molda como tal.

1.2. Entre o espaço e o território

Analisar um determinado fato social requer considerar que ele ocorre em um determinado lugar do espaço, mais do que isso, que os fatos sociais só podem ocorrer no espaço. Dessa forma, como é analisado, o espaço é socialmente construído e, portanto, e como tal, deve responder às forças existentes na própria sociedade, uma vez que não é neutro, pois, não é o espaço abstrato.

Pelo contrário, é o próprio real. Esse é o espaço compreendido como espaço social, onde as ações do homem se encontram e se chocam com os elementos físicos existentes, é dinâmico. Está em movimento, e só pode ser compreendido enquanto tal, pois, como

² “Mas o não-ser não pode aceitar o mal, quer dizer, os do governo, os juizes e os colégios não podem permitir o mal porque não podem permitir a individualidade. E não é a nossa história moderna, meus irmãos, a história de bravas individualidades malenques lutando contra essas máquinas enormes”? (BURGESS, 2004, p.18)

afirma Santos (2006, p. 10), o espaço é um conjunto de formas que contém parte da sociedade e que se mantém em movimento constante.

Além disso, Santos também enfatiza a importância das relações para a compreensão daquilo que é o espaço. Não como uma coisa ou um sistema delas, mas sim a dinâmica entre ambas. Essa é essencialmente uma relação dialética, onde ambos, espaço e sociedade, se influenciam mutuamente, numa amálgama que aparece como uma construção histórica e em constante mudança, sendo impossível que tais instâncias possam ser separadas em sua evolução.

Segundo Saquet (2007, p. 27), “As relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade”, sendo, portanto, fatores de mudança na realidade existente e na moldagem dessa instância social que é o espaço. Se, como instância e produto social, o espaço é um produto historicamente construído, ele deve refletir em suas formas as forças existentes na própria sociedade.

Dessa forma, o espaço aparece não só como o local onde as relações acontecem, mas também como resultado dessas ações. Pode-se considerar que o entendimento da sociedade só é possível através da compreensão do espaço. E essas relações, bem como suas alterações, se manifestam no espaço humano.

Suas características podem ser vistas analisando o conjunto de formas construídas no espaço, no uso e no apoderamento de determinadas áreas. Esse é o ponto de partida da construção do ser humano. Ele, enquanto ser social, se realiza enquanto que na criação e na modelação dos espaços, tornados, a partir de sua coação, em territórios.

A sociedade se organiza a partir da apropriação de um determinado território que assegura a materialização das formas de (re)produção vigentes. Portanto, o espaço expressa a forma de organização da sociedade, evidenciando relações ideológicas e de poder. Sob essa perspectiva, o espaço é poder, é ideologia, é representação, sendo de fundamental importância para qualquer interpretação da realidade social (CLEPS, 2005, p. 37).

A materialidade das relações humanas são o resultado palpável em formas de uma dinâmica social. Cleps (2005, p. 37) afirma que essa apropriação do espaço, que se torna então um território, se mostra como o resultado do poder de certos entes sobre o meio. Ponto de vista também reforçado por Saquet, para quem “O território designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos” (2007, p. 68).

O território pode ser compreendido então como uma forma posterior do espaço humano, um que não é somente modificado, mas traz em si os sinais das forças sociais impregnados em seu tecido. Por isso, o conceito de território se relaciona intimamente com os de soberania e de autoridade.

Na relação entre soberania e território, há pessoas e atividades. Por isso, o conceito de território não pode ser classificado como físico ou fenômeno inanimado, mas como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso de um lugar (SAQUET, 2007, p. 68).

Nesse contexto, alguns conceitos são chaves para entender a concepção e a organização humana no espaço, e a formação dos territórios. Um desses conceitos é o de trabalho, que é a força primordial de mediação entre o homem e a natureza e, portanto, da construção do espaço pelo homem.

O trabalho é em si a força pela qual os indivíduos podem alterar a realidade onde vivem, pela qual podem moldar o espaço enquanto tecido social. Mas, além disso, o trabalho é força coletiva, refletindo as relações entre os grupos sociais em determinados espaços e durante períodos históricos.

O trabalho, assim como o espaço e o território, só pode ser compreendido em sua relação entre os indivíduos e deles com o meio, pois, como reforçado, trata-se de uma prática coletiva.

Observemos, entretanto, que a atividade humana somente se configura enquanto relação entre homens. O homem se constitui como ser humano, enquanto ser social. Sua atividade não é atividade isolada, de indivíduos isolados. É atividade propriamente social, isto é, relações entre os seres humanos. É prática coletiva: práxis (DAMIANI, 1998, p. 80).

Seguindo a lógica de transformação da natureza em um espaço modificado pelo ser humano e para o ser humano, a sociedade vai se estruturando em prol de determinadas organizações, para a reprodução biológica e/ou de seu modo de vida. Esse processo depende da aplicação do trabalho sobre o meio, mas ao mesmo tempo, é o meio, e as formas e estruturas que existem nele, que regularão o trabalho a ser exercido, uma vez que “A atividade humana se dá no interior de formas sociais específicas” (DAMIANI, 1998, p. 80).

A partir dessa premissa, é possível conhecer os diversos sistemas e técnicas utilizadas pelos homens para sua reprodução no mundo. O próprio trabalho é a medida

inicial para que o processo de acumulação seja possível, resultando em novas formas de relações sociais. Essas formas são primordiais para o entendimento dos processos e da organização social.

Dito de outra maneira, são as forças produtivas e as relações de produção, na expansão do capitalismo, que configuram o território. Essa configuração é mediada por relações políticas, que envolvem os conflitos oriundos das relações capital-trabalho. O território, num primeiro plano, é um produto socialmente organizado e, num segundo é condição para a valorização do capital [...] (SAQUET, 2007, p. 70).

As forças sociais buscam a transformação total do espaço em uma cópia de si e o fazem através do trabalho. Elas atuam sobre a natureza a fim de modificá-la para seu uso, e alteram continuamente suas próprias estruturas resultando assim em um mosaico de formas, conteúdos e estruturas de tempos e espaços diferentes, reproduzindo em sua forma a própria luta de classes. Dessa forma, o espaço só poderia ser analisado na sua relação com outras realidades, como a natureza e a sociedade, sempre medianizadas pelo trabalho. Esse é o território.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Essa luta contínua das classes, alternando o meio em busca de determinadas configurações que lhes beneficiem, vai corporificando o espaço, moldando-o em territórios, fundindo-lhe as características e as formas das forças que se querem hegemônicas, e o conseguem em certa medida. “O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total” (SANTOS, 1988, p. 27).

Tal é o final da história pretendido pelas forças produtivas hegemônicas, um espaço total, que nos aparece aos “pedaços” nesse mosaico que são os territórios, mas que se querem cada vez mais hegemônicos. Porém, esse fim, o da total transformação em reflexo espaço/social, não é alcançado justamente pela configuração social, não raro opostas e antagônicas. Lê-se, aqui, a luta de classes, motor da história.

A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, “lógica” e “sistema” (diferenças induzidas ou toleradas) (LEFÉBVRE, 2006, p. 88).

Se o espaço é um tecido em constante movimento, que abarca diversos componentes de uma sociedade que também se acha em constante transformação, o território do mesmo modo é um produto histórico e social. Quando se considera os processos produtivos de alimentos de uma determinada sociedade, é necessário considerar os elos de distribuição, quando os alimentos saem de suas regiões produtoras e se deslocam para os consumidores em pontos distantes. Ao pensar no próprio consumo desses produtos, se estabelece, gradualmente, uma noção das cadeias, nós dos fixos e fluxos e das redes necessárias para que todos esses processos ocorram. Eles não podem ocorrer fora da materialidade, alienados das territorializações e, muito menos, sem deixar profundas marcas no espaço.

Essa perspectiva coloca no espaço e na sua ciência de estudo, a Geografia, uma centralidade importante na análise dos fenômenos espaciais. Mais do que isso, cabe a ela, assim como as outras ciências sociais, um papel também ativo, pois “Como o futuro não é único, mas deve ser escolhido, são as ciências sociais que se tornam as ciências de base para uma construção voluntária da história” (SANTOS, 1988, p. 21).

A ciência, instrumentalizada pela produção, busca na análise compartimentada e cada vez mais especialista as respostas para os problemas da ordem econômica. Contudo, a quem esse tipo de conhecimento, de ciência e de técnicas pode servir? A realização material do mundo é histórica e acumulativa, porém, processual. Está ocorrendo, e tem na ciência a base da elaboração das técnicas e dos métodos pelos quais esse mundo será conhecido, mapeado e explorado.

É necessário, portanto, considerar onde ocorrem os processos e, mais do que isso, que eles se acumulam materialmente e historicamente e, para além, pensar e propor modos como eles podem ocorrer. Pensar o futuro e o fazer, através de uma construção de conhecimento amplo e mundializado, rompendo com a tendência de divórcio de teoria e práxis e, conseqüentemente, do empobrecimento da ciência (SANTOS, 1988, p. 18).

Novamente, tratar de fenômenos sociais específicos necessita, por parte do pesquisador, de uma consideração em relação ao todo, ao espaço e suas relações, se não

descrevendo, ao menos ponderando sobre até onde elas vão. E isso num mundo globalizado é fundamental, uma vez que “A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial” (SANTOS, 1988, p. 14).

O aspecto econômico é primordial na condução histórica da humanidade, é uma das motrizes de seu desenvolvimento, e seu impacto na organização social pode ser facilmente visto em sua materialização do espaço. Partindo desses pressupostos, pode-se compreender com mais amplitude o próprio movimento da sociedade e de sua busca por novas formas de organização, diferentes daquelas que já são hegemônicas e buscam se firmar como imutáveis e naturais.

1.3. Técnica, Estado e desigualdades territoriais

Se o espaço é o ponto de partida de qualquer atividade e prática, pode-se vislumbrar nele as modificações que cada sociedade e época imprimiu em seu meio. A cultura, as organizações sociais, as estruturas produtivas, variam tanto quanto varia o próprio ser humano, pois este está em constante transformação. “O homem, ou o ser humano, não é um fato dado, pronto, acabado, que sempre esteve presente do mesmo modo, ao longo de toda história.

A história é, também, a história da formação, do nascimento do homem como ser humano.” (DAMIANI, 1998, p. 78). Essas modificações podem ser observadas no uso do espaço, e só pode ocorrer como tal pelo uso das técnicas e através do emprego delas pelo trabalho. Essa força, o trabalho, é exercida através de ferramentas que a sociedade cria e desenvolve para melhor controle do ambiente onde se encontra.

Assim, se pode afirmar, como Santos (2006, p. 12) que a história humana é a história das técnicas. As técnicas permitem que o ser humano manipule o ambiente, a natureza, o espaço, modificando-o de acordo com suas vontades. Quão mais efetivas as forças do trabalho, mais transformada será a natureza e o espaço que os grupos sociais que as manejam ocupam. Consequentemente, mais poderes podem exercer sobre esses territórios que se formam.

O homem, ser da natureza, movido pela paixão, isto é, pelo impulso em direção ao objeto desejado, rompe pouco a pouco a passividade. Cria uma realidade própria. Ergue-se, cada vez mais poderosos, frente à natureza. Esses gestos, a princípio aleatórios e acidentais em direção aos objetos naturais, vão se consolidar como instrumentos e técnicas, destacados da natureza (embora na e pela natureza). O homem vai tomando, historicamente, consciência dos instrumentos e técnicas, tornando-os sua finalidade, mais que simples meios para a obtenção de objetos naturais (DAMIANI, 1998, p. 79).

É a partir do desenvolvimento dessas técnicas, e das ferramentas possibilitadas pelas mesmas, que o espaço vai se moldando de forma mais rápida, mas também com formas mais específicas para determinados fins. A própria dinâmica econômica, e conseqüentemente política, depende do progresso técnico, sendo a organização humana definida por esse progresso. Sobre o estado das técnicas e o estado da política, Santos (2006, p. 12) escreveu que:

Há uma tendência a separar uma coisa da outra. Daí muitas interpretações da história a partir das técnicas. E, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história.

Cabe salientar a importância do estudo das técnicas para a compreensão da ação do ser humano no mundo. Contudo, esse estudo não deve ser das técnicas pelas técnicas, uma vez que o sistema produtivo orienta o econômico, e serve como base para o desenvolvimento de seus fins.

O básico em um sistema econômico é o sistema de produção, isto é, o modo porque, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo porque os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens (GUIMARÃES, 1968, p. 27).

A produção orienta a organização econômica de uma determinada sociedade. O próprio sistema produtivo passa por constantes modificações durante seu desenvolvimento. Dessa importância deriva os processos de modernizações produtivas, e as desigualdades resultantes delas, que caracterizam em grande parte o mundo globalizado atual. Pois se ele se pretende homogêneo em tese, se apresenta com cada vez mais diferenças entre os lugares, as pessoas e as coisas, uma vez que essas alterações,

antes de tudo econômicas, não afetam todos os lugares na mesma velocidade e nem com a mesma intensidade.

Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientificação da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desintegração do indivíduo (SANTOS, 1988, p. 17)

O processo de modernização, baseado em avanços técnicos e científicos, é um fator essencial para as economias capitalistas. Sem os constantes avanços científicos e técnicos, a exploração dos espaços, da terra e das pessoas estaria condenado a uma estagnação. O domínio de território sobre outros territórios depende que a história capitalista se desenvolva através de uma sequência ininterrupta de modernizações no seu aparato produtivo e de acumulação.

SANTOS (2008, p. 33) classifica a influência das modernizações em três grandes períodos:

Um que começa no final do século XV e início do século XVI e que vai até a revolução industrial; o segundo, que se situa entre meados do século XVIII e meados do século XX (mas cujos efeitos começam a se sentir principalmente depois de 1870); o período atual, que se inicia depois da Segunda Guerra Mundial. Esses períodos são marcados por três revoluções: a grande revolução dos transportes marítimos; a revolução industrial (antes de 1870) e a de seus suportes (depois de 1870); e a revolução tecnológica.

Segundo essa lógica, as modernizações ocorrem através de um processo histórico de acumulação sobre os espaços. Elas partem, inicialmente, dos locais onde ocorrem os progressos técnicos. No capitalismo isso ocorre geralmente nos países centrais, com maior poder financeiro e de pesquisa, considerados como o centro do sistema, para posteriormente atingir outros territórios.

Dessa forma, as modernizações técnicas não afetam todos os lugares na mesma velocidade, e nem com a mesma intensidade. Segundo Santos (2008, p. 31), “a cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados”.

Um exemplo está na relação de trocas entre metrópoles e colônias no período colonial, onde o incipiente processo de industrialização surge e se fortalece nos países centrais do capitalismo naquele momento, enquanto são barradas naqueles territórios mantidos para a exploração.

As relações econômicas entre países, e não mais entre metrópole e colônias, traduziram-se numa troca desigual no sentido amplo. Os países já plenamente industrializados passaram a trocar com os países não industrializados ou em início de industrialização, seus produtos de maior valor, predominantemente produtos industriais, por outros de menor valor, predominantemente produtos primários (SPOSITO, 1988, p. 61).

Essa desigualdade cria e mantém diferentes formas e conteúdo para atender interesses econômicos específicos. Assim, a própria globalização se caracteriza como um determinado momento técnico representando a mundialização em um estágio avançado, integrando as mais longínquas regiões do mundo sobre a égide da dominação das relações de produção capitalistas.

O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação: as relações do homem com a natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro (SANTOS, 1988, p. 12).

As modernizações, que resultam em novas técnicas e tecnologias, têm por objetivo ampliar o domínio social sobre os espaços. Porém, parte da população não tem acesso direto aos bens produzidos com base nas tecnologias mais modernas que surgem nesses períodos. Elas dependem de produtos com tecnologias obsoletas, ultrapassadas e/ou comercializadas de forma paralela.

Forma-se, então, circuitos produtivos alternativos, onde grupos sociais e mesmo países buscam sua reprodução. No entanto, perpetua-se a desigualdade, impossibilitando um desenvolvimento humano mais amplo, universal e igualitário.

Se, por um lado, a ciência se torna uma força produtiva, observa-se, por outra, um aumento da importância do homem – isto é, de seu saber – no processo produtivo. Esse saber permite um conhecimento muito mais amplo e aprofundado do Planeta, constituindo uma verdadeira redescoberta do mundo e das enormes possibilidades que ele contém, visto ser revalorizada a própria atividade humana. Só falta colocar esses imensos recursos a serviço da humanidade (SANTOS, 1988, p. 20).

Entender a origem dessa desigualdade produtiva, espacial e social é o primeiro passo na tentativa de compreender o mundo em que se vive, e buscar novas formas de desenvolvimento que não estejam apenas comprometidas com a continuidade da

exploração, utilizando da ciência e das inovações técnicas e científicas em prol da humanização das relações.

Pode-se afirmar que a relação desigual das técnicas influencia diretamente as formas de produção, da mesma maneira que os sistemas de produção influenciam o desenvolvimento técnico. Tal fato pode ser observado com mais exatidão dentro das territorialidades, visto que elas são resultado das relações de poder.

Logo, a dominação dos territórios necessita de uma dominação também técnica, pois essa é a materialização do poder de determinados grupos. Se isso ocorre nos territórios, então em uma escala macro tal fenômeno aparece com mais contraste naquele que é o território primeiro do mundo internacionalizado: o Estado-Nação.

O primeiro território é aquele formado pelo Estado e suas unidades internas. O segundo território será aquele estabelecido sobre o primeiro, sendo construído sobre o primeiro (FERNANDES, 2008). O Estado surge, então, como um dos principais, senão o principal, ente de formação e transformação do espaço nas sociedades atuais. Sua atuação se dá no meio social, tornado então um território, mas também tem suas características modificadas de acordo com os usos que são feitos desse território.

O Estado, com suas fronteiras e dentro delas suas leis, oferece a primeira barreira para a entrada e saída não só de bens materiais, mas também de fluxos de pessoas e capitais. Tal organização vai refletir com o tempo as diferenças técnicas entre os mesmos, e internamente entre suas próprias divisões.

O Estado dispõe de inúmeros mecanismos para regulamentar o sistema (notadamente as políticas macroeconômicas e setoriais), contudo nem sempre ele consegue ou sequer tem como objetivo corrigir as distorções geradas pelo mercado, especialmente nos países subdesenvolvidos. Muitas vezes a sua atuação acaba aprofundando ainda mais as desigualdades sociais e espaciais do desenvolvimento, pois ela se dá não para corrigir as distorções geradas pelo mercado, mas sim para suprir as lacunas derivadas da fraqueza do capitalismo nestes países (HESPANHOL, 1999, p. 1).

Analisar o impacto das modernizações produtivas, das desigualdades espaciais geradas por elas, e do papel do Estado para a acentuação ou diminuição dessas disparidades, é importante para que se possa entender a própria organização produtiva e as diferentes práticas alimentares existentes nos lugares.

As distinções técnicas entre regiões de um mesmo país ou mesmo entre grupo de pessoas é apenas um reflexo em menor escala do que se passa em um nível mundial, uma

vez que no mundo mundializado a circulação é rápida e totalmente interligada, contudo, desigual.

Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. Como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em um nível mundial (SANTOS, 1988, p. 28).

Isso decorre de uma série de interesses baseados nos modelos econômicos que, por sua vez, se estabelecem a partir da produção e que se irradiam dos países centrais, onde são criadas a maior parte das novas técnicas e tecnologias, para aqueles que não detêm o domínio desses progressos e, portanto, ficam como receptores desses pacotes de mudanças.

Dos primeiros passos da industrialização até a globalização moderna, os lugares têm se conectado em uma lógica capitalista de desenvolvimento desigual e combinado. É necessário que se mantenham as diferenças entre os mercados, que não ocorra de fato uma homogeneização da produção, mas que o controle do processo se concentre cada vez mais, pois:

A crescente especialização funcional que a industrialização provocou, e a ampliação dos mercados que a produção em série exigiu, ao fortalecer a articulação entre os lugares, e principalmente entre as cidades, reforçou a divisão social do trabalho, que se manifestou a nível espacial – a *divisão territorial do trabalho* (SPOSITO, 1988, p. 53).

No sistema capitalista de produção, o Estado tem a função de agir sobre o território não de forma a corrigir suas distorções, mas sim de potencializar os meios de exploração dos recursos físicos e sociais em prol de reproduzir a riqueza. A própria agricultura e a produção de alimentos no Brasil devem ser entendidas dentro de um processo maior.

Como escreveu Oliveira (1999, p. 73), “A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita, portanto, no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento capitalista de produção mundial”.

Essa ação não se dá de forma homogênea, uma vez que sua ação é seletiva e desigual, atuando para modernizar determinados espaços e setores da economia em detrimento de outros. Essa disparidade espacial é elemento fundamental para o estabelecimento de um sistema capitalista de exploração territorial. As modernizações econômicas são fatores fundamentais para entender como a ação das políticas do Estado acabam criando distorções cada vez maiores no espaço.

Esses são importantes fatores na atualidade para as diferenças regionais dentro dos Estados-Nações, e mesmo de regiões. O espaço atual é o resultado de uma série de mudanças e alterações em sua estrutura organizacional, sendo que isso se intensifica com a modernização cada vez mais rápida das técnicas e das tecnologias.

Dessa forma, se pode entender o território como sendo socialmente produzido, uma vez que ele também influencia a sociedade, mas que o papel do Estado e da economia mundial também é preponderante para a análise das organizações.

As desigualdades espaciais são fatores fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. Fortalecendo determinadas regiões ou setores da economia, o Estado atua de forma seletiva, fortalecendo as instâncias que lhe são mais interessantes e conduzindo um projeto de poder específico.

O crescimento econômico pautado por determinado setor da economia é uma decisão consciente do Estado, fazendo parte de um planejamento levado a cabo pelas elites econômicas e políticas. Inclusive, na produção de espaços o Estado pode e tem papel de acentuar diferenças baseadas em visões distorcidas. A percepção da diferenciação dos espaços rurais, por exemplo, tem no Estado um dos seus principais fomentos, uma vez que

Também na política oficial o rural tem sido percebido como agrícola (ligado apenas à produção); a agricultura de exportação, tecnicamente avançada, tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamada de “agricultura de subsistência” e considerados os pequenos agricultores (proprietários ou não) como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social (RUA, 2017, p. 48).

Os territórios ganham assim contornos definidos muitas vezes por uma ação direta da política institucional, que através do papel de organização e de privilégio de determinadas camadas, classes ou instâncias sociais, busca cristalizar visões e percepções que são externas às existentes nos próprios territórios.

Os territórios têm formações distintas que acabam gerando, portanto, lógicas diferentes. Disso deriva conflitos intensos, uma vez que para os territórios que se pretendem hegemônicos existe uma necessidade latente de englobar todos aqueles que não compactuam com sua lógica, ou que se revelam como limitantes para o seu crescimento (FERNANDES, 2008). Mas esses mesmos territórios são multidimensionais e realizam em si todas as dimensões da vida. Daí a necessidade de uma perspectiva englobante de análise.

1.4. Uma falsa dicotomia: o campo e a cidade

Os termos campo e cidade, não raro, evocam em nós uma sensação de dualidade insuperável. A cidade, como síntese do urbano, é a antítese natural do rural, do campo. Em uma se aglomeram as forças da modernidade, onde o progresso e o capital andam juntos materializando tudo o que há de mais evoluído em uma sociedade. No outro, se tem o atrasado, superado e retrógrado.

Tais definições são tão arraigadas socialmente que nem é necessário nomear o conceito que engloba cada uma para o fazer de antemão. Dessa forma, a cidade é o novo, o campo o passado. Trata-se de uma visão que não ocorreu naturalmente, mas a partir de um processo pautado pelas forças que se buscavam hegemônicas e que, portanto, utilizavam do discurso como forma de justificar e cristalizar um domínio.

A polarização construída na modernidade e exercida pela cidade concentrou nela poder político, capital, cultura, moda, etc e projetou um modo de viver, pensar e agir urbano que, cada vez mais, tem subordinado o campo – visto como atrasado, incivilizado, rústico. Estas imagens são reforçadas pela linguagem: civis-civil-civilizado; urbs-urbano-urbanidade; polis-polido-educado-político; burg-burguês. O próprio termo cidade (em suas múltiplas origens) é apropriado para criar a representação social do “burguês polido, político, educado, cidadão”. O rural – rus, ruris, em latim, que derivou em rude – passa a ser visto como o “outro, nessas representações (RUA, 2017, p. 47-48).

Imaginar que essa diferenciação surge no imaginário comum apenas recentemente é, de certa maneira, apressado. As cidades ganham, de fato, uma relevância nunca dantes vista com a aceleração do processo de urbanização que as revoluções industriais permitiram.

As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo (SPOSITO, 1988, p. 30).

No entanto, é plausível retroceder historicamente nas raízes da polarização destes dois espaços, logo para o início dos incipientes aglomerados humanos que posteriormente chamariam de cidades. A ocupação do homem sobre os espaços, assim como o modo que exerce sua influência e é influenciado por ele, marcam as suas formas de organização e sua estrutura social.

A cidade e o campo entram nessa perspectiva. Ambos são construções, resultados do trabalho do homem sobre o espaço e respondem a processos e sistemas econômicos que operam, atualmente, em nível mundial, se homogeneizando em determinados pontos, mas mantendo formas e conteúdo específicos para reproduzir as estruturas sociais e econômicas que lhes são vigentes, pois:

As articulações entre os espaços urbanos e rurais se intensificaram, mesmo assim o campo e a cidade continuam apresentando particularidades que são específicas, embora haja cada vez menos diferenças nos valores e nos níveis de informação dos habitantes das zonas rurais e urbanas” (HESPANHOL, 2013, p. 109).

Afirmar a dicotomia entre esses espaços, enumerando suas diferenças, talvez não responda completamente as questões mais centrais do desenvolvimento de ambas. Essa discussão pode partir de uma visão global, mesmo que ambos os espaços tenham suas características próprias.

As relações entre o campo e a cidade remetem a um processo de complexização do desenvolvimento social humano, sendo que nele a alimentação foi, e continua sendo, um fator decisivo, não só para a diferenciação nas características de cada um desses espaços, bem como para o entendimento da própria dinâmica comum.

O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares (CARNEIRO, 2005, p. 72).

As práticas alimentares podem auxiliar a entender e a estabelecer uma periodização, mesmo que superficial, da passagem humana de uma organização de vida nômade para uma vida sedentária cada vez mais concentrada em espaços definidos.

A produção de alimentos foi um aspecto essencial para essa passagem, uma vez que o ponto de virada para o início de uma estratégia de produção alimentar mais complexa se estabelece no próprio início do cultivo e domesticação de espécies comestíveis, que segundo Sposito (1988, p. 12) ocorre durante o período Mesolítico.

Tal processo tem um efeito grandioso na possibilidade de reprodução social das comunidades. O nomadismo, ou seja, o hábito dos grupos humanos se deslocarem em busca de alimentos, começa a ser gradualmente abandonado como regra de muitos desses

grupos já no Paleolítico, como o resultado de uma ligação cada vez maior dos indivíduos com territórios específicos.

Segundo Sposito (1988, p. 12), isso ocorreu principalmente pelo uso dos abrigos em cavernas, que vão se tornando lentamente abrigos mais permanentes, bem como o advento de rituais funerários. Se há a transformação da natureza, através do trabalho de domesticação de plantas e animais que vai alterando os espaços antes naturais para os usos extrativos, um prenúncio de um tipo de campo, os aglomerados humanos também podem se formar mais densamente, mas isso ainda estava longe de poder ser classificado como aldeamentos ou cidades.

No momento em que o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor, é dado o primeiro passo para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permitem extrair algum excedente agrícola, é um segundo impulso para o surgimento das cidades, visto que ele pode agora dedicar-se a outra função que não a de plantar (CARLOS, 1994, p. 58-59).

Esta, a cidade, é uma organização mais complexa, não surgindo apenas como um complemento das atividades agrícolas desenvolvidas nos arredores das mesmas. Contudo, é uma revolução no campo, sintetizada na melhora da produção e a consequente constituição de um excedente agrícola, que permite que existam outras classes sociais além dos agricultores e/ou caçadores.

É o início de uma complexização do trabalho, a possibilidade de uma produção maior, mais excedente e específica que permitirá à cidade se desenvolver enquanto tal. A divisão do trabalho surge dessa forma como um requisito para a formação do urbano (SPOSITO, 1988, p. 14). A construção de um território tão específico quanto o da cidade, com limites mais ou menos visíveis, deve-se às forças da necessidade, mais ainda, das necessidades advindas da produção, e por que não, da necessidade de controle dessa produção.

As oferendas, e depois o pagamento sistematizado de tributos, nada mais eram do que a realização concreta da transferência do excedente agrícola, do mais-produto, revelando a referida participação diferenciada dos homens no processo de produção, distribuição e apropriação da riqueza. Aí se originou a sociedade de classes, e se concretizou a última condição necessária e indispensável à própria origem da cidade (SPOSITO, 1988, p. 16).

A cidade não é o lugar da autoridade, a autoridade que erige e usufruiu da cidade. Ou seja, a cidade nasce de uma necessidade de organização da produção que ocorria cada vez mais organizada e abundante. A cidade surge como um ponto diferenciado da vida agrícola e do próprio povoado, mas não se configura como uma evolução natural do mesmo, mas sim como forma de impor controle produtivo.

Pode se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando um determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento de áreas agora sob sua influência (CARLOS, 1994, p. 57).

Uma das hipóteses para o surgimento da cidade não a liga essencialmente ao mercado. Não seriam as trocas comerciais, ou a aglomeração de mercadores num determinado espaço, que constituíram de fato a raiz das cidades, e por conseqüente uma das suas principais funções e o que lhe caracterizaria.

Para Sposito (1988, p. 17), a origem das cidades é política e religiosa, apontando que figuras de comando centralizado como o Rei, tendo sob sua autoridade forças até então nunca vistas ou demasiadamente pulverizadas pelos territórios, teriam a possibilidade, também única, de agrupar e de certa forma oferecer a proteção para o desenvolvimento de novas e específicas classes sociais.

[...] ao contrário do que se poderia supor numa primeira análise, que pressupõe que a cidade surgiu em volta do mercado, é que sua origem não está explicada essencialmente pelo econômico, mas sim pelo social e pelo político. Ou seja, a cidade na sua origem não é por excelência o lugar da produção, mas o da dominação (SPOSITO, 1988, p. 17).

Mais do que objetos naturais ou formas sociais espontâneas, os conceitos de campo e de cidade, bem como de seus respectivos homônimos rural e urbano, representam dialéticas de domínio, em primeira instância do ser humano sobre seu meio, e posteriormente de uma intensa divisão produtiva e do trabalho. Refletem uma disputa de poder e de ocupação material dos mesmos, originando territórios.

As relações entre cidade e campo podem ser interpretadas a partir do território. A importância que o conceito de território assume no período atual demonstra a necessidade que os cientistas sociais e, em particular os geógrafos, tem para tentar abranger as relações de poder, a multidimensionalidade e as diferentes escalas que os eventos assumem (HESPANHOL, 2013, p. 109).

Se o campo aparece como *locus* da produção e a cidade como a estrutura de controle, tal relação, como qualquer outro processo humano, está sujeito a transformações ao longo de sua história. Por serem construções sociais, compreender ambas é remontar os processos que lhes pautaram. Contudo, é na história social mais recente que se encontra as relações econômicas e de produção que marcaram mais profundamente a estrutura da sociedade contemporânea.

A sociedade do trabalho, conhecendo já todos os seus atributos constitutivos – trabalho assalariado, compra-venda de força de trabalho, divisão técnica do trabalho abstrato, produção regular de mais-valia operária e centralidade estrutural e simbólica do valor de troca –, entrou na fase conhecida por etapa da subsunção real dos processos produtivos. Seu pressuposto era uma estrutura de relação de esfera da produção e esfera da circulação plenamente constituída; a esfera da produção confundindo-se e concentrando-se fortemente no âmbito da cidade e impondo, como centro de arrumação da totalidade dos espaços, sua hegemonia à esfera da circulação (MOREIRA, 2014, p. 138).

Argumentar sobre o campo e a cidade é em certa medida discutir a desigualdade espacial, produtiva e social. É discutir sobre o processo de desenvolvimento capitalista, uma vez que “campo e cidade, rural e urbano, expressam, numa perspectiva marxista, no modo de produção capitalista, a culminância do processo de divisão técnica, social e territorial do trabalho” (HESPANHOL, 2013, 104-105).

Tratam-se, essencialmente, de espaços produtivos diferentes, que surgem de necessidades específicas e que se desenvolvem não em dissonância, mas em um claro processo de desenvolvimento desigual e combinado, tendo como processo que os move o desenvolvimento capitalista, e este é, em suma, desigual.

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político (HARVEY, 2005, p. 193).

O nível de tecnologia empregado na construção desses espaços é variado, pois as necessidades técnicas, os interesses dos agentes do capital e as possibilidades de exploração são diferentes, gerando diferentes tempos numa mesma área. Isto se deve também ao avanço da urbanização, em que mesmo regiões mais distantes dos centros nefrálgicos do capitalismo, e irradiadores das modernizações, são transformados pelas técnicas modernas, frutos de um processo de urbanização cada vez mais totalizante.

Os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo. A urbanização ganha, assim, novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais estruturalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência (SANTOS, 1988, p. 43).

O campo pode aparecer dotado das melhores e mais modernas técnicas de cultivo, uma vez que “[...] se faz necessário considerar que os avanços da ciência, da técnica e da informação se disseminaram de forma desigual no espaço geográfico, seletivamente, tornando a dinâmica socioespacial mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano” (HESPANHOL, 2013, p. 105).

Para que uma plantação de soja, como a apresentada a seguir na Foto 1, se desenvolva dentro dos parâmetros atuais de produção dela, é necessário minimamente um pacote tecnológico composto por sementes geneticamente modificadas, maquinário específico para o plantio e colheita em grandes áreas onde o trabalho manual não é viável, além de adubos industriais. São elementos para o trabalho no campo cuja tecnologia embutida não pode ser desprezada.

Foto 1: Iraí de Minas (MG) - Plantação de soja



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Tal nível tecnológico de produção não é o mesmo visto numa pequena plantação em uma área livre de um terreno urbano, dentro de uma cidade de grande porte como a que pode ser vista na Foto 2. Nesse caso a diferença de proporção e escala dos itens representados nas fotos 1 e 2 também incluem diferenças profundas de tipos de produção, bem como de relações sociais envolvidas em ambas.

Foto 2: Uberlândia (MG) - Milho em quintal urbano



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2020

Tratam-se, obviamente, de exemplos pouco comparáveis, mas elucidantes em relação às diferenças atuais entre o campo e a cidade. Tais termos, assim como seus sinônimos urbano e rural, costumam evocar uma dicotomia que merece ser superada.

Há necessidade que ocorra uma discussão mais aprofundada em relação aos modos de produção e às formas como a sociedade se organiza em acordo com eles. A compreensão desses pressupostos pode auxiliar no entendimento de temas complexos, como a alimentação e as práticas alimentares.

Como visto, as relações de poder são fundamentais para entender a ocupação e exploração dos territórios, bem como as dinâmicas produtivas ali existentes, como, por exemplo, a produção de alimentos a qual está intimamente ligada com os modelos de organização social vigentes.

Esses modelos não são desprovidos de ideologia e de interesses, respondem diretamente ao embate de forças econômicas e sociais existentes dentro da sociedade. Considerar como a população se organiza para essa produção de alimentos é fundamental como ponto de partida para o estudo do caso brasileiro e, mais especificamente, do município de Uberlândia.

1.5. População e práticas alimentares

As práticas alimentares, como fenômeno social, são características na constituição de um povo. Seu fundamento vai para além da necessidade básica de ingestão de calorias ou vitaminas e minerais essenciais para o funcionamento do corpo humano. Seu papel se estende ao cultural, revelando e constituindo importantes laços sociais, ao mesmo tempo em que o esforço para sua obtenção estruturou a própria sociedade humana.

Como afirma Carneiro (2005, p. 72):

A comensalidade ajuda a organizar as regras da identidade e da hierarquia social – há sociedades, por exemplo, em que as mulheres ou as crianças são excluídas da mesa comum –, assim como ela serve para tecer redes de relações serve também para impor limites e fronteiras, sociais, políticas, religiosas etc.

Considera-se que as formas de organização de uma população, bem como os aspectos de seu funcionamento interno como as práticas alimentícias, do mesmo modo que ajudam a moldar, também são moldadas pelo desenvolvimento histórico humano e o seu meio. Alguns desses fatores são essenciais para qualquer estudo das características sociais, e passam inevitavelmente pela dinâmica espacial.

Isso significa que o processo social de produção não se resume à produção dos bens de consumo – entre eles os alimentos – com os quais os membros de uma sociedade satisfazem suas necessidades: é necessário produzir também os instrumentos (ferramentas, máquinas etc.) e as matérias-primas utilizados na produção, em outras palavras, é preciso reproduzir também os meios de produção (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 60).

Dessa discussão acerca dos meios de produção advém algumas questões específicas, mas que influenciam estruturalmente as práticas sociais, como a territorialização dos grupos e suas relações de poder, o desenvolvimento técnico e científico que se desenrola como modernizações nos espaços, e a atuação do Estado

nacional na seletividade dessas modernizações. Todos esses aspectos levam à formação de disparidades cada vez maiores nos circuitos de produção e de consumo de alimentos. Portanto, devem ser consideradas.

As diferenciações produtivas do espaço têm na própria alimentação um traço divisor, uma vez que permitem uma divisão do trabalho mais intensa, manipulando a natureza em prol da sobrevivência dos indivíduos ou de sua reprodução social.

Conforme Santos (1988, p. 26), “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho”. A produção de alimentos, como trabalho, é força de organização do espaço e ajuda a explicar sua dinâmica, uma vez que ele não é uno.

A produção de alimentos no mundo foi, e continua sendo desigual. Tais desigualdades decorrem de uma série de fatores físicos como a qualidade dos solos, o tipo de clima, a predominância da vegetação, bem como de questões sociais e econômicas, como o desenvolvimento de ferramentas, de métodos de cultivo e de criação, e mesmo das preferências culturais de cada local.

No entanto, tais desigualdades aparecem cada vez mais acentuadas no mundo globalizado. A produção se especializa, ou melhor, é especializada em determinados locais ou regiões. Isso altera substancialmente o papel e os fundamentos das práticas alimentares na nossa sociedade.

Se as relações de produção, circulação e consumo aparecem materializadas no espaço, o mesmo pode refletir o próprio desenvolvimento histórico da sociedade, conforme visto, e, também, a cultura, as práticas e os costumes de determinados grupos e populações. Dessa forma, compreender o desenvolvimento da produção de alimentos passa pela compreensão da própria construção do espaço.

As relações humanas que atuam na construção do espaço, e em sua territorialização, acabam resultando em um processo de diferenciação dos mesmos na proporção em que o avanço da técnica e da ciência o permitem, sendo que no atual estágio da internacionalização econômica do mundo, isso ocorre em um ritmo cada vez mais acelerado.

Um marco nessa especialização produtiva, e que tem profundas marcas no circuito de produção de alimentos, é o estabelecimento da cidade moderna como centro capitalista. Como visto, é possível compreender a dinâmica entre o campo e a cidade dentro da perspectiva das modernizações econômicas.

Campo e cidade são territorializações e respondem as demandas produtivas da sociedade. A cidade como centro concentrador das atividades secundárias e terciárias, sempre manteve uma dependência do campo em relação à produção de alimentos para seu abastecimento.

No entanto, é o processo de urbanização que acentuará essa faceta. Inicialmente, a cidade contava com pequenas produções de alimentos no formato de hortas, pomares, criações de animais em quintais e chácaras, eram espaços menos urbanizados dentro da cidade e existiam de forma relativamente integrada às atividades do urbano. Mais do que isso, eram uma necessidade.

A cidade não possuía meios e nem infra-estrutura de transporte adequada nem para contatos com regiões limítrofes ao centro, quiçá com regiões especializada na produção de gêneros (se é que eles realmente existiam). Além disso, não se pode deixar de levar em consideração o estágio tecnológico da época, que influíam nas formas de distribuição e comercialização dos alimentos, sem contar que não havia ainda formas de conservação dos alimentos mais perecíveis. Em razão disso, a pequena produção agrícola para o auto-abastecimento seria uma forma para contornar os problemas de falta de alimentos. Era também a forma possível dentro do horizonte daquela época (SANTOS, 2009, p. 3302-3303).

Até então, nas cidades brasileiras até meados da primeira metade do século XX, havia uma distância menor, um circuito curto, para a obtenção de gêneros alimentícios básicos. No entanto, a industrialização e a urbanização mudam o cenário dessa considerável pequena produção urbana de alimentos. As necessidades do capital na reprodução da força de trabalho requerem uma distinção entre a produção e o consumo, separando os trabalhadores das formas de subsistirem por conta própria.

A reprodução da força de trabalho consiste, portanto, em dois processos distintos, mas complementares: a satisfação (parcial) das necessidades dos trabalhadores e a reposição contínua da separação entre os trabalhadores e os meios de produção e de subsistência. (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 61).

Esse é um dos fatores pelos quais o meio urbano vai perdendo as características de subsistência, e torna-se cada vez mais artificial. Essa era basicamente uma forma de aumentar a exploração dos mesmos, ao mesmo tempo em que favorecia o consumo pela troca capitalizada.

Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai tornando-se cada vez mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tornam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. Com o aumento das populações urbana, ocupadas em atividades terciárias e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensivamente (SANTOS, 1988, p. 42).

No Brasil, a produção agrícola existente nas cidades ajudava a fornecer para a população residente gêneros de primeira necessidade como hortaliças, frutas, verduras, ovos, leite e carne de forma relativamente sustentável até o século XIX. Para a circulação desses produtos nas cidades os ambulantes realizavam um papel importante, seja como produtores dos artigos que comercializavam, ou apenas intermediadores da produção e do consumo.

Contudo, a intensificação da urbanização das cidades vai dissolvendo os núcleos de produção de alimentos dentro delas.

Mas tal tipo de atividades agrícola ainda era importante na virada do século XIX? É provável que sim, mas certamente não com a mesma intensidade encontrada de outrora. A valorização imobiliária do centro, a eletrificação dos bondes em 1906 (um duro golpe para os comerciantes de capim e donos de estrebarias) e a própria repressão das posturas municipais contra as atividades agrícolas no meio urbano foram gradativamente fazendo recuar as chácaras para os chamados arrabaldes (SANTOS, 2009, p. 3303).

A interligação do território por uma malha de transportes mais eficaz aumentou também a possibilidade de importação de alimentos de outros locais. O estabelecimento de circuitos mais longos de abastecimento das cidades permitiu uma concentração maior de população, resignificando os territórios do campo e da cidade, uma vez que a perda de certas características não leva necessariamente ao desaparecimento dos locais.

“A rede de comunicações constitui-se como o elemento fundamental para a configuração espacial. Isto não significa dizer que os lugares desaparecem, mas que passam a adquirir novos valores e significados” (CLEPS, 2005, p. 51). Dessa forma, tanto os espaços do campo e da cidade, como a produção de alimentos existentes em cada um deles, vai gradualmente se transformando.

A partir das indicações sobre o caráter do comércio de gêneros praticado pelos moradores das áreas rurais, percebemos que até os anos 30 havia certo equilíbrio nas relações entre a capital e as chácaras de lavoura de que dependia para o suprimento de gêneros. A autonomia dos trabalhadores rurais de origem nacional começa a ser ameaçada pela concorrência estrangeira e pelo próprio desenvolvimento da capital ao intensificar a comunicação com outras áreas produtoras (MANZONI, 2007, p. 104).

Essa dinâmica de produção de alimentos no perímetro urbano foi se modificando gradualmente, principalmente pelos processos de modernização da produção de alimentos, dos meios de transporte e de ações do próprio poder público.

Nesse contexto, o processo de internacionalização já pode ser considerado como global, atingindo praticamente todas as partes do globo num impulso para expandir as fronteiras do lucro, e capitalizar os lugares dentro de uma lógica de produção capitalista. As mercadorias, como os alimentos, passam a ter um valor de troca para além de qualquer traço de sociabilidade.

É importante entender esta mudança porque foi com base nela que a circulação foi transformada. Antes o objetivo era obter as mercadorias necessárias – (valores de uso) -, enquanto no segundo caso o fim da circulação era o dinheiro; assim a mercadoria passava a valer enquanto valor de troca (no qual estava também embutido o seu valor de uso) (SPOSITO, 1988, p.35).

A lógica alimentar da globalização é colocar todas as práticas alimentares sobre a égide do consumo, separando-as de todas as outras relações que não sejam as que privilegiem a exploração da mais-valia. Santos (2006, p. 12) estabelece que o atual processo de globalização se ancora em quatro fatores essenciais que

[...] contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada.

Nesse processo, a alimentação torna-se uma mercadoria a ser produzida em larga escala, massificada, viabilizada pelos meios técnicos que permitem sua maior lucratividade, e comercializada com base em preços do mercado global.

Se, num determinado momento da história, a caça, a coleta, o plantio, a colheita e a divisão dos alimentos obtidos para consumo eram uma questão de vida ou morte para

toda uma sociedade, requisitando a maior parte do tempo e da energia dos indivíduos, ela passa a ser uma atividade auxiliar da produção capitalista.

O avanço técnico e científico permitiu um volume de produção alimentar nunca dantes visto, com alimentos cada vez mais beneficiados, cujo resultado é tempo de conservação maior e doses concentradas de calorias, podendo se deslocar rapidamente para todos os pontos do globo, padronizando e mundializando determinadas práticas alimentares, porém, não de forma igual pelos espaços.

O processo de crescimento econômico e modernização tecnológica, seletivo e concentrador, não consegue atender de igual forma todos os habitantes da cidade grande, que fazem parte do mesmo mercado, porém com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. Diferentes formas de produzir que, por sua vez, correspondem a diferentes formas de consumir. Essa segmentação do mercado autoriza a convivência de uma ampla variedade de formas de realização econômica, que trabalham segundo diversas taxas de lucro, produtividade, rendimentos e salários (ARROYO, 2008, s/p.).

Assim, quando o capital e o Estado atuam de forma a modernizar determinado processo produtivo, trata-se de um incentivo seletivo. Não atendem todos os espaços, todos os circuitos produtivos e muito menos todas as pessoas. Essas desigualdades e seus reflexos podem ser vistos no desenvolvimento da estrutura do próprio Estado e da sociedade.

A modernização da agricultura brasileira, por exemplo, teve efeitos praticamente imediatos na constituição das cidades, no crescimento de comércio e de serviços, bem como no de informalidade.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas de consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 2008, p. 37).

Os resultados dessas desigualdades de produção, bem como dos diferentes níveis e circuitos de produção e consumo, também se traduzem na produção de alimentos na agricultura brasileira, por exemplo. A contraditoriedade mostra-se presente nas técnicas utilizadas, bem como nos próprios meios de vida dos trabalhadores.

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

Também alguns rituais ligados à produção de alimentos se reproduzem na história brasileira, ao mesmo tempo em que convivem com técnicas modernas de produção oferecidas nos tempos atuais pela globalização. Dessa forma, as variadas práticas produtivas se alinham no espaço, gerando diferenças de tempos.

Isso ocorre devido o desenvolvimento de técnicas novas não substituir imediatamente as antigas, ocasionando uma acomodação, com determinados grupos utilizando as mais modernas, e outros as técnicas anteriores, ou mesmo uma utilização conjunta delas.

Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual (SANTOS, 2006, p. 13).

Assim, os opostos se perpetuam, coexistem, se modificam, se amplificam ou se anulam na produção de alimentos. A dinâmica é contínua e as mudanças não cessam, mas nunca rompem com o passado de forma definitiva. A modernidade e a tradição, os avanços e as perpetuações, o profano e o sagrado, todos esses podem ser vistos nas técnicas e nas práticas alimentares da sociedade.

Mesmo com os avanços da ciência e da monetização das relações produtivas, ainda se vêem práticas solidárias e sociais como, por exemplo, um mutirão familiar para preparar pamonha, um alimento ancestral, a sociabilidade e a tradição se encontram unidas a avanços técnicos como uma máquina de moer o milho, como apresentado a seguir.

Foto 3: Uberlândia (MG) - Mutirão familiar para produção de pamonha



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Técnicas antigas convivem com técnicas novas. Na prática da pamonhada, exemplificada na Foto 3, existe a reprodução de uma sociabilidade passada através de gerações. Contudo, essa prática não se dá mesma maneira, uma vez que a existência de novas ferramentas e mesmo de novos ingredientes mudam substancialmente o conteúdo e os sabores em relação ao que era feito anteriormente. A reinvenção da fabricação artesanal de um alimento ancestral remete ao esforço para a continuidade de uma prática comunitária e de fortalecimento de laços, mesmo que existam mudanças na forma e no conteúdo desse alimento.

Da mesma forma, as crenças e rituais não dão lugar imediatamente aos ditos milagres científicos da nossa era. Na ausência de ferramentas para a previsão efetiva do tempo climático, fato essencial para a condução da lavoura, alguns observadores verificavam no sertão mineiro no século XIX algumas práticas convencionais naquele período, relacionadas à agricultura e ao cultivo de alimentos.

Também Richard Burton, cônsul inglês em Santos, observou que em Minas Gerais, na época de seca, os agricultores levavam pedras na cabeça, de determinado lugar para o cemitério. Quando a seca se prolongava e o milho começava a embonecar, molhavam-se os cruzeiros ao meio-dia. Recurso eficaz para chamar chuva era contrariar os santos, trocando-os de seus oratórios ou capelas. Enquanto não caia água, não voltavam aos seus lugares. Chuvas fortes se anunciavam pelo grito do macaco-guariba, o canto do bem-te-vi, a gritaria mais alta dos sapos ou a revoada de borboletas em lugares úmidos. Para nossos antepassados, a natureza era um livro que tinha que ser decifrado e lido (PRIORE, 2016, p.149).

O hábito de molhar o cruzeiro em momentos de seca era uma prática arraigada nessas populações, devido a crença religiosa, mas também à falta de outras soluções para as agruras da falta de chuva. Com as possibilidades oferecidas pelas técnicas modernas, pela modernização do campo e da agricultura, fatos aparentemente não cientificados como este não teriam mais espaço. No entanto, podem ser ainda claramente observadas em diversas práticas e em diversas regiões do país, como no hábito de molhar o cruzeiro apresentado em um panfleto na cidade de Uberlândia.

Figura 1: Uberlândia - Panfleto de divulgação de prática religiosa



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

A existência desses hábitos e práticas, como apresentado na figura 1, demonstra que a lógica puramente racional propagada pela unicidade técnica não substitui todas as outras lógicas em todos os espaços ao mesmo tempo, apesar de se querer assim. Pelo contrário, a acomodação dos tempos é visível, contudo, desigual. Forma territorialidades, mesmo que à margem do sistema de produção capitalista, visto que

A globalização não elimina os traços culturais historicamente estabelecidos, mas modifica seu significado acrescentando novos objetos e ações. Por isso, as diferenças e as disparidades técnico-culturais entre as comunidades são agravadas pelos novos dinamismos e formas de comando e de dominação (CLEPS, 2005, p. 51).

Um trinômio pode ser destilado de tal processo: práticas alimentares, relações de poder e de territorialidade. Essa tríade de conceitos auxilia no entendimento de uma materialização prática dos circuitos alimentares alternativos, ou seja, que se reproduzem na sociedade brasileira à margem da grande produção, do consumo massificado pela indústria e pelo marketing, mas que também se renova e se coloca como possibilidade de um desenvolvimento mais humano e menos exploratório.

Esses fatores, elencados até aqui de maneira sucinta, nos levam a considerar as práticas alimentares das populações num grau de complexidade para além de um fenômeno isolado, ou como uma atividade auxiliar cujo objetivo é a simples obtenção dos meios nutricionais necessários à reprodução da vida, ou como vem colocando, como meio nutricional básico para a continuidade do trabalho necessário para a reprodução do modo de produção.

A alimentação funciona mais do que um aspecto biológico básico, é uma prática da sociedade, que nasce com ela e que se modifica com ela. Seus traços podem ser enxergados nas formas sociais, vistos das organizações dos territórios, sentidos na cultura e nos ritos de um povo. É parte de nossa história, e da construção de nosso futuro. A produção, a distribuição e o consumo de alimentos são o retrato da própria organização de um grupo ou de uma sociedade.

Na sequência, busca-se entender a alimentação a partir de uma análise sobre os sistemas de produção implementados em território brasileiro desde seu surgimento enquanto tal, bem como os reflexos da estrutura macroeconômica do mundo nas mudanças dos hábitos alimentares locais.

2. PRODUZIR PARA COMER, COMER PARA PRODUZIR...

“Para quem estuda os fenômenos sociais não há crime maior do que o do monopólio da terra” (...)

André Rebouças

Compreender a dinâmica da produção de alimentos, bem como sua distribuição e consumo no Brasil, requer uma análise da própria formação territorial, política e social não só do Estado brasileiro, mas de toda a conjuntura econômica mundial na qual ele está inserido. Essa necessidade se dá pelos impactos cada vez maiores das ações globais no local, que chegam mais rapidamente e com mais intensidade graças ao desenvolvimento de novas técnicas de transporte e de comunicação.

Deste modo, ao considerar um fenômeno social específico, não basta apenas a análise de como ele se configura em um determinado território, dentro das fronteiras de um Estado ou dos limites de um município.

Com o advento da internacionalização das estruturas econômicas, cuja etapa recente se materializa no processo de globalização, os ditames produtivos globais se inserem em praticamente todos os espaços humanos ao ponto de submeterem-nos às suas lógicas, tendo assim que os lugares, as estruturas e os fatos sociais se alterarem em prol de modelos produtivos e de exploração que pouco, ou nada, tem a ver com seu desenvolvimento próprio.

Os reflexos da estrutura macroeconômica do mundo reverberam também na questão alimentar dos povos, seja pela imposição ou na adaptação dos costumes e normas desses lugares às necessidades produtivas e de acumulação internacional. Assim, investigar a questão alimentar local é entender também como ela se acomoda perante uma estrutura econômica mais ampla.

No Brasil, que sempre esteve sob os auspícios de uma exploração territorial e social em prol do desenvolvimento comercial e capitalista, as formas alimentares, mais amplamente abarcadas sob o conceito de sistemas alimentares, se organizaram em acordo com estruturas de poder e de produção que na maioria das vezes se localizavam externamente ao local.

A produção de alimentos para o local sempre foi margeada durante a própria história de desenvolvimento do país, relegada a segundo plano em relação a grande produção exportadora.

Dessa forma, entende-se que a formação do Estado-nação brasileiro e o estabelecimento de seus sistemas alimentares hegemônicos ocorrem em um contexto de exploração de matérias-primas e de alimentos, sendo que, em ambos os casos, essas produções são voltadas para o comércio externo.

Tal fato deixa profundas marcas na organização social como um todo, refletindo-se em determinadas estruturas de produção alimentar que se perpetuam no decorrer da história, se reproduzindo e produzindo o espaço tanto das cidades quanto do rural.

Nesse contexto é possível estabelecer tentativas de periodização em relação aos sistemas alimentares hegemônicos no país, assim como seus modelos de distribuição e de consumo, sendo que esta seção tem como objetivo estabelecer um estudo geral da produção de alimentos no Brasil, enfocando aspectos do consumo e dos elos de distribuição que eles formaram pelo território.

Não se trata, contudo, de um levantamento histórico *a priori*, mas sim uma busca pelo entendimento geral das premissas que ajudaram a estruturar os sistemas alimentares paradigmáticos da realidade brasileira atual. Assim sendo, analisar as formas e estruturas socioeconômicas existentes passa inequivocavelmente pelas origens destes processos, que se desenvolvem desde antes da própria sociedade brasileira surgir de fato.

Dessa forma, é possível preparar discussões mais aprofundadas sobre a organização do espaço no Brasil, e de sua função para a reprodução de determinadas práticas alimentares em detrimento de outras.

Compreende-se que a alimentação parte de premissas sociais, mas também territoriais e econômicas. Pode-se enxergar determinados sistemas alimentares como imposições do território e da produção de um determinado espaço. Ao mesmo tempo, pelas alterações observadas neste último, o espaço e as formas alimentares vão se modificando substancialmente, respondendo aos estímulos internos e externos de uma sociedade.

A fragmentação de determinados modelos de produção afeta diretamente as práticas alimentares de um povo, sendo que a integração ou destruição de determinados sistemas alimentares responde a lógicas da reprodução dos meios de produção.

Contudo, tal como outros fenômenos que se materializam no espaço, a evolução da alimentação e de suas formas não ocorre de maneira linear, ocorrendo seguimentos, rupturas e retomadas dos diversos sistemas alimentares que se seguiram durante a história do desenvolvimento humano. Pode-se falar sobretudo de uma acumulação gradual no espaço dessas práticas.

Da mesma forma que os territórios são construídos, desterritorializados e reterritorializados, a alimentação como atividade social se organiza no contexto de disputa dos espaços. Trata-se de um fator fundamental para o desenvolvimento humano, tanto biológico quanto como sociedade. Contudo, também se configura como uma construção, uma imposição produtiva e uma narrativa em constante disputa.

Cabe, portanto, investigar as estruturas que originaram as práticas alimentares hegemônicas no Brasil, bem como atentar para os sistemas alimentares de lógicas diferentes e que coexistiam os modelos vigentes, sendo absorvidos ou substituídos no decorrer do desenvolvimento econômico e social do país.

2.1. Os sistemas alimentares

A alimentação não se resume a questões do que se come, de como se come e quando se come. Trata-se de uma questão mais ampla e complexa, uma vez que, juntamente com um maior nível de organização social do ser humano, é um fator diretamente ligado ao trabalho e à construção social do mundo tal como ele é. Como afirma Almeida (2017, p. 3):

O ato de se alimentar encerra em si uma complexidade resultante não só da inter-relação entre si, o homem e a natureza, mas de todos os diversos desdobramentos que ela enseja, dentre os quais a própria diferenciação entre alimentar-se e comer, visto que é possível comer sem necessariamente alimentar-se.

A alimentação pode ser considerada, assim, como essencial, literal e figurativamente, na vida cotidiana e na formação dos seres enquanto tais. De todas as necessidades básicas, comer é provavelmente a mais premente e urgente. Não se basta, é contínua e praticamente inadiável, por isso necessita de um recorrente uso das forças individuais e do trabalho social para que esteja sempre sendo suprida. Assim, ela, “A fome, todavia, se caracteriza por exigir satisfação constante e requerer organização social adequada” (CANDIDO, 2010, p. 33).

Contudo, o movimento de suprir essa necessidade física não é simplesmente mecânico, como um instinto a ser cessado, pois sendo parte do todo social se organiza, também, como um movimento de sociabilidade.

Assim, os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das “reações culturais”, desenvolvidas sob o estímulo das “necessidades básicas”. Em nenhuma outra parte, vemos isto melhor que na alimentação, que é o recurso vital por excelência (CANDIDO, 2010, p. 33).

Nesse contexto, as análises sobre a alimentação costumam partir das formas como ela ocorrem, ou seja, em como se estruturam essas práticas na sociedade, bem como no ponto de vista nutricional e cultural. Contudo, tais vertentes não são únicas, muito menos devem ser consideradas em separado uma das outras.

As principais críticas feitas aos estudos baseados no estruturalismo e culturalismo dizem respeito à prioridade da análise dos elementos descritivos e estruturais da comida; também, mencionam que eles atribuem excessiva importância à razão cultural e, em menor grau, aos fenômenos biológicos, históricos e ecológicos. Assim, negligenciam o contexto político e socioeconômico em que os alimentos são produzidos, preparados e consumidos — e o mesmo no tocante à evolução espacial e temporal (ALMEIDA, 2017, p. 4).

Como parte integrante do desenvolvimento socioespacial humano, a alimentação se integra ao tecido espacial influenciando e sendo influenciada por ele. Dessa forma, ela em si é representativa do período em que se insere, e de como a sociedade se organiza enquanto tal.

Por isso, a análise de partes isoladas e de aspectos específicos, considerando a importância do milho na tradição religiosa sul-americana³, ou o seu papel nutricional para a colonização do interior brasileiro⁴, por exemplo, devem ser contextualizadas sob a ótica de que está relacionada ao desenvolvimento daquelas sociedades, de relações internas e de produção.

As diferenciações culturais, nas formas de produzir e consumir, bem como as tradições religiosas existentes em torno da comida, são historicamente produzidas e refletem a estrutura econômica não só das populações que mantêm essas práticas, como também das que lhes cercam. Mais ainda, considerar as práticas alimentares como resultado histórico e coletivo é também considerar que ela não é cumulativa ou

³ A importância do milho para as culturas da Mesoamérica pré-colonial como a dos Astecas, Toltecas e Maias era tamanha que fora o próprio Quetzalcóatl, divindade criadora da humanidade, que providenciou esse alimento como sustentáculo de sua criação (CAVALCANTE, 2014).

⁴ “No Brasil, desde as penetrações bandeirantes aos sertões, adotaram-se roçados de milho e feijão, cresciam rapidamente e podiam ser transportados secos, servindo, com um pouco de sal, como a ração básica” (CARNEIRO, 2005, p. 78).

desenvolvimentista em si, muito menos que parte de um período em que a alimentação era supostamente melhor, para um momento em que é considerada plenamente pior.

Essa característica histórica da alimentação se configura como uma parte da construção do social, que é marcada por linearidades, rupturas e retomadas. Pode-se pensar, por exemplo, na retomada do consumo de algumas Plantas Alimentícias Não-Convencionais – PANCs, que eram muito utilizadas como complemento alimentar por famílias rurais e cujo hábito se perdeu, em partes, pelo avanço da urbanização e de outro viés alimentício, mas que tem sido retomada e mais divulgada pelos benefícios que seu consumo pode trazer (SILVA; LIMA, 2018).

Dessa forma, não se trata a alimentação como um fenômeno que corre em apenas uma direção, ao contrário:

A alienação das práticas alimentares tampouco pode ser entendida como um processo linear, que tem início em um momento no qual a alimentação realizava-se plenamente como apropriação do tempo e do espaço, caminhando rumo ao momento em que ela caracteriza-se somente pela alienação. Uma concepção como essa, além de não compreender as “idas e vindas”, os “avanços e retrocessos” que caracterizam o processo de transformação das práticas alimentares, corre o risco de desembocar numa crítica passadista, nostálgica ou mesmo ingênua, que não reconhece os limites de outros momentos históricos (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 79).

No caso das sociedades modernas atuais, por exemplo, o consumo de alimentos é feito majoritariamente através da compra, sendo realizada em formas comerciais específicas, que, inclusive, atuam para influenciar e modificar os hábitos alimentares dos indivíduos. Além disso, a organização da alimentação em modos específicos é fundamental para a reprodução dos modelos de produção hegemônicos nessas sociedades.

Mais do que o resultado de determinadas formas e estruturas das sociedades, a alimentação é pilar básico para a orientação dessas organizações, sendo que a atualidade não escapa a essa lógica, e o mal-estar da sociedade, de forma geral, também pode ser observado em suas práticas alimentares, com as formas hegemônicas de se produzir e consumir sendo cada vez mais questionadas.

A transformação da vida cotidiana em objeto da organização social atinge em cheio as práticas alimentares, assim como as outras práticas cotidianas, que passam a servir primeiramente para atender as necessidades do capital. Se há hoje um mal-estar – muito mais percebido do que compreendido – no que diz respeito à alimentação, ele é fruto dessa inversão. Em nossa sociedade, as práticas alimentares apenas residualmente se realizam como apropriação da realidade, prevalecendo uma realização fragmentada, organizada e programada, ou seja, assumindo as características da vida cotidiana no mundo moderno (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p.77).

De forma geral, considera-se que o ato alimentar envolve uma série de processos, atividades e ações, sendo, por isso, um objeto complexo que envolve em si diferentes processos e níveis de produção. Essa complexidade existe desde os níveis sociais mais básicos, pois manter alimentado um grupo requer um nível de organização minimamente estruturado, sendo que a alimentação de determinado povo ou país é representativa de sua cultura, mas também de sua construção enquanto povo.

Segundo Cascudo (1967, p. 12), “A escolha dos nossos alimentos diários está intimamente ligada a um complexo cultural inflexível”. Conforme a quantidade de indivíduos dentro desse grupo, ou no tamanho de uma determinada sociedade, mais necessárias são as forças de trabalho para a obtenção e produção de alimentos.

A fome é inadiável, e mesmo em uma situação extrema as forças sociais ou individuais se inclinam na busca de comida, e movimentam toda sua estrutura de organização e produção. Montam-se, assim, sistemas alimentares próprios condizentes com a realidade onde estão inseridos.

Desse modo, interpretaremos a alimentação a partir do conjunto de práticas relacionadas à produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos (que a partir daqui chamaremos de práticas alimentares), com o objetivo de colocar em evidência que os momentos anteriores ao consumo dos alimentos não são irrelevantes para sua compreensão, pois já apresentam essa possibilidade de apropriação da realidade (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p.75).

O estabelecimento de sociedades complexas passa pela formação de sistemas alimentares igualmente complexos. Além disso, ao investigar os sistemas e as práticas alimentares no Brasil atual, deve-se considerar que muitas formas produtivas e culturais de alimentação do país são devedoras de sistemas alimentares que existiam antes mesmo da formação territorial brasileira. Os povos anteriores à colonização tinham sistemas próprios, baseados em diferentes culturas e técnicas de produção.

Por outro lado, a alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica (CANDIDO, 2010, p. 33).

No entanto, como aponta Ribeiro Junior (2015, p. 75), o entendimento da divisão das práticas alimentares em etapas, como a produção, a aquisição, o preparo e o consumo, não significa que elas devam ser compreendidas em separado. Trata-se de partes integrantes e com estreita relação umas com as outras, bem como com outros aspectos da vida humana.

Para Ribeiro Junior, se em alguns momentos são considerados cada um desses aspectos em separado, de acordo com o tipo de análise que se propõe ser feita, é imprescindível que ocorra um resgate da unidade que exista entre eles (2015, p. 75-76). Dessa forma,

[...] as práticas alimentares, assim como a necessidade que buscam satisfazer, são social, histórica e espacialmente determinadas. Isso significa que: elas se transformam historicamente, ou seja, não são naturais ou imutáveis; diferentes sociedades desenvolveram (e ainda desenvolvem) distintas práticas alimentares; em uma sociedade, devido a suas diferenças e desigualdades internas, diferentes grupos (ou classes sociais) realizarão as práticas alimentares de maneiras distintas; por fim, o espaço tem um papel ativo na maneira como as práticas alimentares se desenvolvem, não podendo ser considerado mero “palco” sobre o qual elas se realizariam livremente (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 75-76).

Por isso, o conceito de sistemas alimentares aparece como uma ferramenta de análise importante no estudo da alimentação e de suas práticas. Trata-se de um termo que busca englobar não só as diversas etapas que constituem a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, mas também o contexto em que elas estão inseridas, bem como auxiliam a considerar a pluralidade de modos produtivos, econômicos e culturais da alimentação.

Maluf (2021, p. 4) considera que o surgimento do conceito de sistemas alimentares se dá pela necessidade de instrumentos de análise que dessem conta da realidade de elementos interconectados e interdependentes relacionados à alimentação. Segundo Oliveira e Thébaud-Mony, o conceito de sistemas alimentares foi evidenciado pela *United Nations Research Institute for Social Development* – UNRISD, um instituto independente das Nações Unidas, em um contexto de um programa de segurança alimentar conduzido

em países da América Latina, Ásia e África, buscando através desse modelo de análise englobar “processos de produção e de consumo, assim como de todas as etapas intermediárias” (OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY, 1997, p. 203).

Dessa forma, ao abordar as práticas alimentares, é necessário entendê-las como parte de um fenômeno maior e mais complexo, no qual o esforço humano através do trabalho constrói todo um sistema alimentar, que inclui não apenas os vieses biológicos e culturais, mas também os fatores econômicos e produtivos do ato da alimentação. Tal como propõe Maluf (2021, p. 5):

The proposal is consequently to define and characterize food systems based on food and eating as the center of observation which sheds light on the actors, processes, and tensions that shape food politics, based on a multi-dimensional and multi-scale approach. Systemic dynamics are located within social formations from which social relations, economic activities, and conflicts are derived, in such a way that the backdrop to the analysis of food systems is the place of food and eating within the broad spectrum of capitalism. In the case of Brazil, this variety of capitalism is rooted in profound social inequalities with strong and long-standing economic and political influence from large-scale food production and the agribusiness sector.

Utilizar o conceito de sistemas alimentares auxilia na elaboração de um estudo das práticas alimentares num contexto amplo, entendendo também que a existência de um sistema não exclui necessariamente a existência de outros em um mesmo espaço.

Pelo contrário, a existência de múltiplos sistemas alimentares decorre da própria existência de múltiplos tempos em um mesmo espaço, fato que ocorre, como visto, pela modernização desigual e a conseqüentemente acumulação de modos diferentes de produção.

Here the perspective of “spatialization” which the systemic approach contains should be differentiated within the concept of decentralized food systems because although references to local or territorial systems are present, this multi-scale approach presupposes the coexistence of systems with distinct amplitudes whose very existence complicates the reality of localities and regions (MALUF, 2021, p. 6).

Assim, a alimentação, como o mundo, corresponde a uma construção e processo, respondendo as dinâmicas sociais, físicas e também históricas. O espaço humano é dotado de dinamicidade, e como é nele que ocorrem todas as práticas da sociedade, como visto na seção anterior, suas formas e conteúdos tornam-se parte de uma acumulação também de tempos.

A história das práticas alimentares é também, como se verá, uma história de acumulação dessas práticas, na forma de técnicas, conhecimentos e ferramentas. Contudo, talvez mais do que isso, a história das práticas alimentares da modernidade tem sido a história da concentração.

2.2. Estado brasileiro: imposição territorial e produtiva

Os sistemas alimentares são múltiplos, podendo coexistir vários deles em um território, seja de forma relativamente harmoniosa ou mesmo impositiva. Isso decorre da própria acumulação de tempos nas práticas alimentares, processo que ocorre de forma materializada no espaço. Assim, os sistemas alimentares atuais carregam em si uma historicidade, sendo influenciada pelas práticas de sistemas passados que ainda subsistem ou mesmo daqueles que foram sistematicamente apagados em sua forma original. Como afirma Maluf (2021, p.6):

The conceptual development proposed here takes a slightly different approach by considering that human agency related to food and eating in a capitalist society is pervaded by hegemonies and conflicts defined within the spheres of politics (power) and the economy (the logic of capital), which affect how various food systems operate and coexist.

A compreensão do espaço e de seus territórios perpassa por uma análise sobre a configuração de suas ocupações e das relações intrínsecas a elas. Essa é uma abordagem geral, mas que busca trabalhar as diferentes espacializações e processos que existem em um mesmo local. Os efeitos de determinada ação no espaço ou na história não ficam limitados apenas a eles, mas reverberam direta ou indiretamente por outros pontos.

Isso ocorre, pois, a materialidade das relações humanas são o resultado palpável em formas de uma dinâmica social. Assim, a compreensão da atual organização alimentar do Brasil passa pela análise da própria constituição de seu território, e de seu desenvolvimento econômico e social. Analisando sob essa perspectiva, pode-se apontar uma série de constâncias e rupturas existentes na história da formação espacial brasileira, e as respectivas práticas alimentares existentes nesse território.

Para tanto, são considerados dois conceitos de extrema importância para a compreensão da dialética entre as relações de produção e o próprio território onde está inserido, o do sistema de objetos e o de ações. Milton Santos afirma, baseando-se em

Marx, que o conjunto de relações sociais de produção seria o resultado de um conjunto formado por um sistema de objetos e de ações.

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63). No entanto, segundo o próprio autor, abordar tal relação como uma dialética plena é uma análise simplória, devendo ir mais a fundo e partindo de outras premissas complementares (SANTOS, 2006, p. 63).

Por isso, considerar a ideia de sistema de objetos, de ações e sua influência na formação da organização social nos auxilia a compreender também como as práticas alimentares existentes no território brasileiro, bem como sua formação, são interdependentes de uma análise histórica e produtiva.

Antes mesmo de existir enquanto Estado, já existiam diversos sistemas e práticas alimentares fundamentais para o desenvolvimento do que seria o Brasil, sendo já plenamente utilizados e implementados pelos povos existentes no atual território brasileiro.

A alimentação dos diversos grupos humanos do continente americano era culturalmente vasta antes mesmo do contato com o europeu, mas, ao mesmo tempo, não ilimitado ao ponto de serem generalistas, pois seguiam também diversas normas sociais estabelecidas historicamente por cada povo, e que tinham relação direta com suas possibilidades materiais, de produção e organização cultural.

O homem pré-histórico era onívoro mas o proto-histórico e o contemporâneo já não pertencem a essa classe generalizadora. Nem todos os animais e vegetais existentes na região figuram na sua cozinha. As proibições religiosas determinaram costumes inflexíveis. Todos os povos possuem limitações inarredáveis no tocante a sua comida (CASCUDO, 1967, p. 12).

Esse ponto delimita um fator importante no modo e nas práticas alimentares daquilo que viria a se constituir o Brasil, uma vez que as ligações socioculturais dos nativos com sua alimentação eram profundas e enraizadas. Já existia no território americano uma sociedade com importantes estruturas alimentares e de conhecimento, base essa que posteriormente será utilizada para a fundação do sistema de colonização dos europeus.

Embora os ameríndios tivessem à disposição uma grande variedade de fontes de alimentos animais, vegetais e até minerais, alguns eram vedados em determinadas circunstâncias. A proibição podia ser imputada ao sexo masculino ou feminino ou à idade da pessoa devido a: a algum rito de passagem; aos parentes, em razão do nascimento ou falecimento de algum membro da família; em casos de doenças; nos períodos de parto, menstruação e gravidez; quando o animal é venenoso ou por ter um gosto ruim; por ser animal de estimação; pelo fato de o animal ser fêmea grávida; a rituais de caça, pesca ou guerra e em várias outras situações (CAVALCANTE, 2014, p. 289).

Essa perspectiva é importante, pois foge ao modo que se pode interpretar a contribuição indígena para as práticas alimentares atuais, como uma simples herança de conhecimentos e de ferramentas mais ou menos integradas ao sistema que posteriormente se impôs. Ao contrário, a existência de sistemas alimentares complexos antes da chegada europeia na América serviu, inicialmente, de sustentáculo aos modelos de produção e exploração que aqui se inauguravam.

Ao mesmo tempo, a gradativa destruição da organização das práticas alimentares dos povos nativos era uma necessidade para a própria destruição deles enquanto tal. Herda-se em parte os sistemas de objetos existentes então no território que se deve integrar, mas os sistemas de ações são cada vez mais impostos a partir da nova lógica que se dá com a chegada dos portugueses, que vão estabelecendo um domínio territorial diferente daquele existente até então, baseado em um sistema de ações formado historicamente distante dali, no continente europeu.

[...] a história nos mostra, não só em relação a colonização portuguesa como no que se refere a todas as outras, que as metrópoles exportam para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurem a perpetuação de seu domínio (GUIMARÃES, 1968, p. 22).

Coincide-se com a chegada dos europeus ao território americano a formação de uma nova estrutura de produção, marcada por um viés fortemente mercantil, lançando as bases do que seria o capitalismo no novo mundo que, no Brasil, e em geral na América Latina, se caracterizará como economias coloniais e cujo avanço desembocará no subdesenvolvimento tal como é conhecido.

“A penetração da economia moderna nos países hoje subdesenvolvidos tomou também uma forma essencialmente comercial (LACOSTE, 1971, p. 57). Aqui se pode conhecer dois aspectos fundamentais para a formação do Estado e do território brasileiro, bem como das estruturas sociais que nele se integram e que, de certa forma, refletem esse modelo de organização já adotado nos primórdios da colonização, o monopólio da terra

e o subdesenvolvimento. Ambos terão um efeito profundo na organização produtiva e social do país, sendo as mais diversas práticas e sistemas atuais um produto direto e indireto destes dois fatores.

O monopólio da terra no Brasil é filho da colonização tanto quanto sua condição de subdesenvolvimento, sendo que a contribuição do primeiro para o último é ainda muito debatida e relevante para os debates dos modelos de desenvolvimento para o qual a realidade é orientada. Esses modelos não eram desprovidos de ideologia e de interesses, respondendo diretamente ao embate de forças econômicas e sociais existentes dentro da sociedade.

As relações de poder estabelecidas e desenvolvidas logo no início da colonização brasileira são fundamentais para entender a ocupação e a exploração do território como um todo, incluso nele as dinâmicas produtivas e a produção de alimentos. Essa produção alimentar está intimamente ligada com os modelos de desenvolvimento pensados e empregados no modelo aqui imposto pela metrópole portuguesa, que incluía uma exploração de matérias-primas e de produtos agrícolas para exportação. Tratava-se de uma estrutura baseada num sistema de ações às vezes que se orientava cada vez mais a exploração voltada para a exportação.

O modelo de colonização utilizado na América pelos países ibéricos tinha como objetivo principal a exploração dos recursos naturais, primordialmente os metais preciosos onde eles estivessem disponíveis. Na América hispânica a prata foi o principal produto de exportação no século XVII (GALEANO, 1980, p. 34), e no Brasil a exploração do ouro, cujo epicentro de localizava na cidade de Ouro Preto, superou durante o século XVIII toda a produção que as colônias espanholas tiveram nos dois séculos anteriores.

Esse modelo de exploração permitia vultuosos lucros que bancavam não somente as operações da metrópole, mas também uma rede de mercadores, bancários e traficantes de outros países europeus que financiavam indiretamente as empreitadas de exploração, lucrando com os empréstimos ao mesmo tempo em que forneciam os materiais necessários para manter as operações do novo mundo em funcionamento.

Os metais e minerais preciosos explorados nas colônias americanas foram responsáveis por grande parte do financiamento do incipiente modelo de desenvolvimento industrial na Europa. “O saqueio, interno e externo, foi o meio mais importante para a acumulação primitiva de capitais que, desde a Idade Média, possibilitou o surgimento de uma nova etapa histórica na evolução econômica mundial” (GALEANO, 1980, p. 40).

Contudo, esses benefícios não se estendiam às colônias, que, além de não serem beneficiados pelo desenvolvimento na mesma velocidade em que seus recursos eram explorados e escoados, tinham toda sua estrutura interna direcionada para interesses externos, alheios às necessidades primordiais daquelas sociedades em formação.

Piores consequências do que o sangue e o fogo da guerra teve a implantação de uma economia mineira. As minas exigiam grandes deslocamentos da população e desarticulavam as unidades agrícolas comunitárias; não só extinguíam incontáveis vidas através do trabalho forçado como abatiam indiretamente o sistema coletivo de culturas (GALEANO, 1980, p. 54).

A subordinação do território e de suas forças produtivas em prol da exploração de riquezas destinadas ao exterior era de tal modo voraz que pouco ou quase nada se destinava à produção dos próprios alimentos que deviam abastecer a colônia. Galeano (1980, p.64) afirma que o abandono das culturas alimentícias era tanto que “Os mineiros desprezavam o cultivo da terra e a região sofreu epidemias de fome em plena prosperidade, por volta de 1700 e 1713; os milionários tiveram que comer gatos, cães, ratos, formigas, gaviões”.

Nota-se assim, que o monopólio da terra e de sua exploração pelas elites coloniais, além de responsável pela sistemática destruição dos sistemas alimentares existentes na América antes da conquista, ainda relegavam a segundo plano a própria alimentação, seja dos trabalhadores seja dos senhores.

Os trabalhos em minas de prata e de ouro demandavam incessante fluxo de mão de obra, inicialmente a dos índios e depois de negros africanos, uma vez que as condições de trabalho eram propriamente desumanas, e os trabalhadores vistos como sub-humanos e descartáveis em nome dos lucros avultantes que esse modelo trazia (GALEANO, 1980, p. 44).

Todo modelo de organização social, pré-existente ou não, era desarticulado se não fosse para servir ao imediatismo da exploração colonial pelas metrópoles, ao mesmo tempo em que a própria sociedade local crescia e se organizava ao redor desse modelo de produção.

A partir de fins do século XVII, a colônia sofreu um novo impulso. A descoberta de ouro animou uma poderosa corrente migratória, tanto portuguesa quanto africana. Estimativas recentes indicam que, entre 1650 e 1750, o número de portugueses vindos para o Brasil aumentou 500%, enquanto entre os africanos esse crescimento foi de aproximadamente 220%. Tal expansão viabilizou a concessão de novas cartas de liberdade aos escravos, ao mesmo tempo que multiplicou a camada branca empobrecida. Muitos desses indivíduos tiveram, na produção e comercialização dos gêneros alimentícios, assim como na pequena pecuária, uma forma de sobrevivência (PRIORE, 2016, p. 116).

Contudo, talvez o maior exemplo do período colonial desse modelo de produção, marcado pelo monopólio da terra e das riquezas da mesma concentradas nas mãos de poucos, e cujos produtos eram quase sempre destinados ao exterior, é o da cultura da cana de açúcar aqui implementada.

Uma vez que, “Durante pouco menos de três séculos a partir do descobrimento da América, não houve, para o comércio da Europa, produto agrícola mais importante que o açúcar cultivado nestas terras” (GALEANO, 1980, p. 71).

As riquezas do que se forjava na terra não serviam para desenvolver a própria terra, mas para concentrar poder e riqueza na mão de alguns poucos senhores e, mais ainda, enriquecer os financiadores europeus e sustentar o desenvolvimento de um capitalismo incipiente na Europa, fenômeno esse que descambaria na enorme distância entre os países desenvolvidos europeus e aqueles que foram em grande medida os produtores dessa riqueza, os países coloniais.

Com efeito, o comércio é essencialmente orientado em função do estrangeiro. Baseia-se no fornecimento aos mercados externos – único interessante – dos produtos que permitam ao comerciante realizar o máximo lucro a curto prazo, quaisquer que sejam as desastrosas consequências que tais especulações possam provocar a longo prazo para os países produtores.

A importância desse produto para o desenvolvimento da economia de exploração aqui imposta é fundamental para a compreensão da sociedade que viria a se formar, bem como a organização de suas práticas, haja vista que pode se retroceder à formação dos latifúndios atuais do Brasil no sistema de plantação colonial (GALEANO, 1980, p. 72).

Tal sistema se caracterizava, inicialmente, pela doação de grandes porções de terra a uns poucos afortunados, que teriam direito a exploração mediante alguns acordos com a Coroa Portuguesa.

Importante salientar o caráter predatório e concentrador desse modelo de produção, bem como de sua lógica externa, inclusive externa mesmo aos interesses da própria coroa, uma vez que os senhores de engenho não raro eram financiados por capitais holandeses, que para consumir o ciclo, recolhiam o açúcar cru, refinavam na Europa e revendiam, levando assim até 1/3 do valor do produto produzido (GALEANO, 1980, p. 72).

Como canta o músico Flávio José na canção Engenho Velho, ao retratar parte da saga do engenho no Brasil e de sua influência na vida daqueles que viviam em prol dessa produção: “Engenho velho gemedor/Foste o grande pioneiro/Se o espírito não me engana/Tu moía toda cana/Que trazia o cambiteiro/De uma légua de distância”.

Esse modelo de produção marcou de forma tão intensa a estrutura brasileira, que mesmo hoje é possível ver seus efeitos não só na formação espacial, mas também na própria cultura, pois além de se apropriar do território onde se instalava a cana e o engenho, gravitavam toda vida social em torno de si.

A vida no engenho orbitava tanto em torno da produção de açúcar que, “A agricultura dos mantimentos, apesar de reconhecidamente a coisa principal e mais necessária da terra, continuaria a ser, pelos séculos a fora, subordinada ao poder absorvente do açúcar, isto é, ao monopólio da terra, o que equivale a dizer, à monocultura”. (GUIMARÃES, 1968, p. 49).

Não se priorizava a produção de alimentos pelos senhores de engenho, ao mesmo tempo que era da posse destes que estava a maior parte das terras cultiváveis, as quais destinavam à plantação da cana de açúcar, sendo que a gente comum, além da impossibilidade da posse de terra para produção de alimentos, dependia de uma importação destes gêneros, coisa que em geral só era possível aos mais abastados.

Em fins do século XVI, o Brasil não tinha menos de 120 engenhos, que somavam um capital próximo a dois milhões de libras, mas seus donos, que possuíam as melhores terras, não cultivavam alimentos. Importavam-nos, como importavam uma vasta gama de artigos de luxo, que chegavam, do ultramar, junto com os escravos e bolsas de sal (GALEANO, 1980, p. 74).

Como uma produção cíclica, a produção de açúcar e o domínio territorial e produtivo do engenho também sofreu um declínio, por uma série de fatores sociais e econômicos aos quais estava ligado. Contudo, legou ao Brasil extensos latifúndios cuja

produção, ao sair do açúcar, passou a outros produtos de exportação, sem que a questão dos alimentos para a população ou a demanda por terras fosse sanada.

Assim, certas culturas ditas “rentáveis” (para quem?) provocam inevitavelmente uma grande deterioração dos solos. Logo que a região é arruinada, o comerciante se orienta para outras atividades ou para outros territórios e abandona a população à sua sorte (LACOSTE, 1971, p. 61).

Nesse contexto, a população dependente daquele sistema ao qual foi submetida logo se encontrou margeada, da mesma maneira que o engenho velho foi aos poucos inutilizado, deixado a esmo. Situação muito bem sintetizada nos versos seguintes da mesma canção de Flávio José: “As moendas enferrujando/A madeira se rachando/E teu destino é igual ao meu”.

2.3. Concentração fundiária, subdesenvolvimento e subalimentação

A discussão sobre a produção de alimentos no Brasil não pode aparecer desligada da sua relação com a estrutura fundiária, e de ocupação econômica e social do território, uma vez que a questão da alimentação não pode aparecer distanciada da questão agrária e agrícola.

No Brasil, desde o início da colonização, dois fatores que moldam o desenvolvimento deste como nação são a concentração de terras e sua condição de país exportador de itens primários, matérias-primas e alimentos.

Essas condições refletiram o caso dos engenhos de açúcar e da busca de pedras e metais preciosos, como um modelo de produção onde o cultivo de alimentos para subsistência aparecia apenas como acessória aos grandes ciclos produtivos para exportação. Contudo, tais características continuaram e continuam a fazer parte da condição brasileira, sendo que sua posição de país subdesenvolvido carrega heranças desses períodos iniciais.

As condições de vida da massa da população latino-americana são particularmente instáveis, dependendo das flutuações do mercado estrangeiro. A concentração numa espécie de indústria extrativa ou a monocultura de produtos de “sobremesa” (café, açúcar, cacau, banana, etc.) para o consumo externo mais que para o consumo interno, arrastaram várias regiões latino-americanas à beira da ruína econômica (CASTRO, 1984, p.44).

Para tanto, e mesmo que não se figure como o objetivo do trabalho, a terra e sua posse é tema central para discussão de qualquer fato social no Brasil, uma vez que a historicidade e a acumulação de tempos é algo que não deve ser negligenciado, muito menos negado. Ainda mais quando se observa o paradoxo existente em uma nação que se encontra como uma das maiores produtoras de grãos e outros alimentos do mundo e, por outro lado, vê periodicamente a fome assolar grande parte de sua população. Josué de Castro (1984, p.57) apresentava a fome como característica da América Latina desde o período colonial:

Na parte do continente que corresponde à América Latina, o fenômeno ainda é mais grave. Mais de dois terços da população desta área passam fome, sendo que em algumas zonas a fome alcança três quartas partes da população. Todas as carências alimentares têm sido encontradas nas diferentes áreas deste continente. Carências proteicas, carências minerais, carências vitamínicas. Cerca de 120 milhões de latino-americanos sofrem de uma ou mais destas carências alimentares que os inferiorizam e os predis põem a outras muitas doenças intercorrentes.

E, atualmente, mesmo com a mudança dos ventos e dos tempos, com a modernização da economia, e novas possibilidades de produção alimentícia, de estocagem e de distribuição, o Brasil se vê entrando novamente no mapa da fome da ONU⁵ após um período pequeno fora dele⁶. Sinal esse de que, talvez, as mudanças ocorridas na sociedade e na economia nas últimas décadas não representaram um rompimento significativo com a herança colonial.

A fome é sem dúvida tão velha quanto o gênero humano, mas sua “descoberta”, seu reconhecimento oficial no fim da guerra foram consequências de profundas transformações políticas? Enquanto existiam os elos estreitos da dominação colonial, e enquanto se procurava mantê-las por bem ou por mal, admitir que as populações colonizadas estavam na miséria era, numa certa medida, reconhecer o fracasso desta famosa missão civilizadora, álibi ideológico da colonização (LACOSTE, 1971, p. 15).

Por isso, para entender os sistemas alimentares em voga no Brasil, é necessário também entender como sua condição de subdesenvolvimento e a concentração dos meios de produção, mais especificamente da terra, afetam a organização social.

⁵ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml>

⁶ <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>

Como visto no tópico anterior, a concentração da terra é uma característica fundante na sociedade brasileira, sendo que ela já nasce praticamente inserida em um contexto internacional da economia capitalista, onde os países centrais, e colonizadores, integram suas colônias a partir de uma posição de submissão, inicialmente política, mas que se perpetua de forma econômica até os dias atuais.

Com efeito, a economia moderna, nascida na Europa Ocidental, propagou-se pelo mundo inteiro. Ela continua, na verdade, concentrada num pequeno número de países. Mas as grandes potências industriais, ao organizarem progressivamente a economia em escala mundial, repartiram sobre os cinco continentes as funções produtivas. O fenômeno da industrialização tomou aspectos muito diferentes segundo as regiões. A “civilização moderna” não é em realidade a mesma em países desenvolvidos e em países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1971, p. 52)

A dependência em relação às exportações de produtos primários é uma constante na história dos países subdesenvolvidos. Esse modelo de “desenvolvimento” é responsável por grande parte da forma pela qual as sociedades nesses locais se organizam. No entanto, a produção de produtos primários e sua venda para o exterior não garantem que haja de fato um acúmulo de capital que permita os investimentos estruturais para que se alcance o nível dos países centrais.

Pelo contrário, a diferença da produção entre os países ricos e pobres tende a ser cada vez maior seguindo o atual cenário. O Brasil, por exemplo, perde gradualmente poder de troca ao comercializar *commodities*, como o café, por produtos industrializados com outros países. Um exemplo é que “No Brasil, em 1954, comprava-se um ‘jeep’ com o valor de 16 sacas de café, em 1962, custava 39” (LACOSTE, 1971, p.70). Em um cálculo, sem muito rigor, mas que nos auxilia a entender o avanço dessa desigualdade, esse valor pode ser medido em agosto de 2020 em cerca de 236⁷ sacas de café por um carro do modelo Jeep⁸. Ou seja, a valorização de itens agrícolas não acompanhou do mesmo modo a observada em itens industrializados como os automóveis.

Essa desvalorização dos produtos primários em relação aos bens industrializados, mesmo aqueles que nem podem ser considerados como de tecnologia de ponta, prejudica

⁷ Considerando o valor médio de 501,68 para a saca de café de 60 kg negociada pela Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé em janeiro de 2020. Disponível em: <<http://portalweb.cooxupe.com.br:8080/portal/precohistoricocafe.jsp>>.

⁸ Considerando o valor de R\$ 118.758,00 para um Jeep RENEGADE-LIMITED-18-4X2-FLEX-16V-AUT segundo a tabela FIPE, disponível em: <<https://www.tabelafipebrasil.com/carros/JEEP/RENEGADE-LIMITED-18-4X2-FLEX-16V-AUT>>.

e limita o modelo de desenvolvimento que pode ser conquistado pelos países subdesenvolvidos dentro do sistema global em que se inserem.

A deterioração progressiva dos 'termos de troca', que é uma tendência a longo termo, junta-se os efeitos não menos graves das variações curtas e brutais da cotação dos produtos primários, variações que se combinam com fortes flutuações do volume de exportações (LACOSTE, 1971, p.70).

O espaço interno desses Estados, organizado de forma a produzir dentro dessa lógica de exportação, acaba sendo cada vez mais utilizado de forma predatória, buscando a otimização da exploração, seja expandindo a fronteira produtiva, atacando terras e regiões historicamente ocupadas por povos tradicionais, seja inserindo, mesmo que sob coação, lógicas de produção que não sejam aquelas do lucro.

Mesmo assim, o avanço da técnica e da ciência nos países centrais colocam sua produção em níveis cada vez mais distantes daqueles que se limitam a uma exportação de bens simples. Mantem-se a distância em níveis que não ofereçam possibilidade de quebrar a antiga relação de colonialidade.

Sendo assim, as relações de poder no território se mantêm num padrão que se repete desde o tempo colonial. A terra no Brasil, meio de produção essencial, seguiu como produto dos interesses dos grandes agentes econômicos e privados que sempre prevaleceram no uso e ocupação do território. O desenvolvimento de modelos conservadores de produção, baseados na concentração de terras, em monoculturas de exploração e voltadas para o mercado externo, deram o tom durante a maior parte da história do campo no Brasil.

Para Lacoste (1971), uma das características fundamentais dos países subdesenvolvidos é o grau de diferença entre os modelos de produção agrícola existentes neles. O autor aponta a baixa produtividade, baseada em uma insuficiência de recursos e de meios de produção, de grande parte do campo da América Latina na década de 1960.

Contudo, essa caracterização não se aplica a todo setor primários desses países. Essa diferenciação poderia ser classificada em dois modelos praticamente antagônicos, uma agricultura tradicional e uma moderna (LACOSTE, 1971, p. 44).

A agricultura tradicional se caracterizaria pela produção voltada majoritariamente para o autoconsumo, sendo o excedente comercializada, contudo, sem representar a maior parte dos alimentos produzidos. Esse seria o modelo de produção onde a baixa

produtividade se daria pela falta de recursos e capitais, bem como pela ocupação de áreas reduzidas e de menor qualidade.

No sentido contrário, existiria uma agricultura nos moldes coloniais, dita moderna, com ampla utilização de recursos, capitais, tecnologias e a maior parte das terras cultiváveis dos países subdesenvolvidos, porém, plenamente integrada ao mercado internacional. O mercado externo, a exportação, seria o mote principal da exploração desse modelo agrícola.

O avanço gradual desse último modelo, a agricultura moderna, sobre extensões de terra cada vez maiores, é uma continuidade do processo de concentração de terras existente no Brasil desde o início da colonização. Esse avanço se deu não somente em terras virgens, mas também sobre aquelas onde se estabelecia a produção tradicional.

Esses agricultores foram engolfados pela dita “modernidade” em duas frentes, primeiro pela desorganização dos seus modos de vida e de produção tradicional, ocasionados em parte pela monetarização de suas relações, e pela aquisição ou incorporação de suas terras pelo latifúndio e as monoculturas (LACOSTE, 1971, p. 45).

É por conta dessa contradição no campo que surge o debate sobre uma questão agrária, onde camponeses, trabalhadores e intelectuais buscaram chamar a atenção para os graves problemas existentes no campo, como a concentração de terras e a miséria.

Enquanto na base teórica da questão agrícola “O argumento chave deste grupo nega a existência de uma questão agrária ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como um problema econômico relevante [...]” (DELGADO, 2005, p. 55), os que buscavam aprofundar o debate acerca da questão agrária defendiam a heterogeneidade de modelos de produção e o acesso aos meios técnicos, para alcançar fins de democratização e melhores condições de vida para a população pobre rural.

As abordagens de desenvolvimento do campo no Brasil geralmente partem de algumas vertentes principais, e que de certa forma buscaram, pelo debate teórico e medidas práticas, se estabelecer como forças hegemônicas no país. Segundo Guilherme Delgado, o debate se deu principalmente após 1950, em dois polos centrais, um que se baseava na defesa de uma discussão sobre a questão agrária brasileira, e outra baseada na defesa de uma modernização técnica do campo (DELGADO, 2005, p. 54). Vulgarmente pode-se sintetizar esses dois tipos de visão em uma questão agrícola e uma questão agrária.

A primeira vertente se baseia em uma lógica capitalista de exploração espacial do campo. Nela, a própria terra e os produtos dela provindos são considerados numa visão mercadológica e de lucro. Ambos, terra e produção, são mercadorias e, portanto, devem se submeter aos interesses privados e do mercado global primeiramente. Esse viés é dominado pelos preceitos de uma economia capitalista voltada para o mercado e para a exploração do lucro.

No capitalismo, todo produto lançado no mercado assume a forma de mercadoria capitalista independentemente do processo específico de produção que lhe deu origem. Dessa mesma maneira, a partir de uma perspectiva do capital global, todo meio de produção inscrito em seu ciclo aparece como "capital", independentemente de sua forma de apropriação específica ser ou não capitalista (BARTRA, 2005, p. 4).

Contudo, o Estado brasileiro, após o golpe de 1964, acaba por aderir aos modelos hegemônicos de produção baseados nos que defendiam a questão agrícola, dando continuidade e aprofundando diversos problemas oriundos da desigualdade de acesso à terra, bem como de incentivos para a produção dos pequenos produtores. A característica principal desse movimento é a intensificação da modernização do campo, que nesse momento significará a industrialização do mesmo.

O desenvolvimento da produção capitalista na agricultura se dá a partir do amadurecimento da indústria urbana, que passa a auxiliar na chamada "fabricação" da natureza. A industrialização da agricultura significava a própria reprodução artificial das condições naturais de produção agrícola, necessária à produção capitalista (MAZALLA NETO, 2015, p. 239).

Esse modelo de desenvolvimento do campo baseado na modernização será, como afirma Delgado (2005, p. 55), sem reformas. As problemáticas oriundas da grande concentração fundiária e da pobreza do campo se perpetuam. O êxodo rural, que ocasiona o crescimento descontrolado das cidades após 1970, é reflexo direto desse processo.

Soma-se a isso o desemprego no espaço rural, oriundo da mecanização, e no urbano, ocasionado pelo excesso de contingente populacional das cidades. Esses processos dão origem a dinâmicas que alteram profundamente a estrutura social do país. Os fluxos do campo para as cidades também são entrecortados pelos que partem do urbano buscando as antigas condições de vida ou empregos que não encontraram.

Permanece em cena o desejo de entender o constante fluxo de trabalhadores que em parte realizam inúmeras tarefas/atividades nos campos e nas cidades, e migram de categorias/corporações sindicais, sem contudo, disporem de vínculos empregatícios formais, portanto com registro em carteira, etc., e de outra parte encontram-se desempregados ou subempregados vários meses do ano. E ainda, temos expressivo contingente destes trabalhadores ou para a maioria dos seus ascendentes que um dia já foram camponeses, e que retornam ao campo, sobretudo via as ocupações de terra, e também há aqueles que realizam atividades nos centros urbanos e que estão no campo, mas que retiram parcialmente o sustento de sua família das atividades agrárias (THOMAZ JR. p. 24).

Essas novas dinâmicas refletem as necessidades que vão sendo criadas durante os processos de modernização do campo. No bojo dessas transformações, alternativas vêm sendo pautadas, buscando novas formas de produção que integrem os pequenos e marginalizados, bem como ofereçam novas possibilidades de consumo para a população tanto do campo quanto da cidade.

Suzuki aponta que o período de modernização da agricultura brasileira é um movimento que se pensa a partir do urbano, uma vez que as referências desse momento é a do período de 1950 até 1970, onde a população passa a ser majoritariamente urbana, sendo, portanto, um predomínio desta sobre o rural (2007, p. 84).

O papel da indústria, e das técnicas mais modernas, apara a solução dos problemas alimentares que já era apontada por Lacoste, quando ele afirmava que os recursos existentes nela poderiam aumentar a capacidade produtiva, além de seu desenvolvimento nos países subdesenvolvidos possibilitar um incremento de renda tal que os alimentos pudessem ser importados de outros países, sanando de certa forma o problema grave da fome desses países.

As dificuldades alimentares dos países subdesenvolvidos não têm uma origem estritamente agrícola e os meios de saná-la dependem igualmente da indústria: de uma parte, as rendas de origem industrial tornam possível a compra maciça de produtos alimentares nos países que os exportam; de outra parte a indústria poderia por a disposição da agricultura meios de aumentar maciçamente sua produção: material de irrigação, tratores, instrumentos, inseticidas, adubos (LACOSTE, 1971, p. 38).

No entanto, o próprio autor já apontava que talvez essas não fossem as principais questões para a existência da fome. Lacoste (1971) afirmou que talvez esse fosse menos um problema do pão do que do ganha-pão. Os latifúndios modernos, por exemplo,

mecanizados e com grande produção de excedente, não depende exclusivamente da escravidão do indígena ou do negro, como no início da colonização.

Desta forma, seria plausível considerar melhores formas de trabalho e de vida para os trabalhadores, contudo, tal modelo de negócio necessita de amplos contingentes de mão de obra barata, não raro migrante em seu próprio país, capaz de se colocar à disposição dos donos da terra por salários irrisórios ou mesmo de um pequeno pedaço de chão para o cultivo de subsistência (GALEANO, 1980, p. 72). A retenção dos meios de produção e de sobrevivência eram, e continuam sendo uma ferramenta primordial para o barateamento da produção e, conseqüentemente, de maiores lucros.

A estrutura brasileira de produção sempre se baseou em grande medida na produção de *commodities* agrícolas, voltadas para o abastecimento do comércio externo. As monoculturas de exportação foram e são um dos pilares da economia brasileira. Os ciclos produtivos foram vários, como os da cana de açúcar, do café e mais recentemente do milho e da soja.

Esse tipo de economia do campo também se refletia nas cidades, que foram na maior parte do tempo adendos dessa estrutura produtiva. O setor primário era o motor da economia brasileira até praticamente a metade do século XX. Nesse momento as transformações produtivas em escala internacional e a busca de um crescimento econômico baseado na utilização de tecnologias de produção favoreciam o desenvolvimento da indústria

A concepção do crescimento econômico, linear e contínuo, que deve ser buscado principalmente por meio da industrialização, redundou em intensos reflexos sobre a agricultura, à qual coube exercer determinadas funções, para viabilizar o projeto industrializante nos países subdesenvolvidos como o Brasil. Com o grande surto industrial verificado no período pós guerra, que elevou o crescimento da economia mundial, os países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, vislumbraram neste período a oportunidade de superarem a condição de subdesenvolvidos, por meio de políticas fomentando a industrialização e o crescimento econômico (CLEMENTE, 2015, p. 94).

O Estado brasileiro sempre teve papel preponderante na mudança da estrutura produtiva do país, atuando ativamente na condução de determinados interesses econômicos. E isso aparece claramente nos últimos cinquenta anos, onde alterando os pilares da economia do país, que se assentavam em uma agricultura extensiva e com baixa produtividade voltada para a exportação, reorienta-se para um modelo de agronegócio exportador com o uso intenso de tecnologias.

Essas mudanças foram planejadas e incentivadas pelo Estado brasileiro a fim de beneficiar determinados setores da sociedade, em detrimento de uma grande parcela da população que acabou deslocada desse processo de modernização.

O processo começa a mudar paulatinamente a estrutura produtiva, social e econômica do Brasil. De um país essencialmente agrícola, passa-se a vislumbrar um crescimento de uma indústria forte e competitiva. O papel do Estado nesse processo é fundamental, uma vez que ele é o principal planejador, financiador e executor das ações que visam modernizar a economia nesse período.

Além do planejamento regional e dos programas especiais, o Estado brasileiro exerceu forte influência sobre o processo de desenvolvimento econômico através da implementação de políticas setoriais (modernização da agricultura, estímulo à instalação de diversos ramos industriais, etc.), de investimentos diretos em infra-estrutura (estradas, hidrelétricas, sistema de telecomunicações, etc.) e da atuação das empresas estatais em vários segmentos produtivos (HESPANHOL, 1999, p. 10).

A adesão do país ao modelo de agricultura capitalista, que se caracterizava como um pacote tecnológico conhecido como Revolução Verde, que já havia sido implementado nos países desenvolvidos, aparecia como uma solução para dinamizar a economia ao mesmo tempo em que mantinha os privilégios existentes da aristocracia rural.

A Revolução Verde propôs integrar nas décadas de 1950 e 1960 os países pobres a periféricos na lógica da produção rural moderna. Esse discurso de desenvolvimento rural estava embasado nos princípios da ciência, do progresso e da economia.

Os pacotes tecnológicos vão alterar sensivelmente as relações no campo brasileiro. A produção terá um crescimento vertiginoso com o uso de novos inseticidas, pesticidas, adubos e maquinário. No Brasil, a partir da década de 1970, o número de tratores por hectare praticamente quadruplicou em poucos anos, e mesmo que esse número tenha diminuído levemente, as áreas cultivadas aumentaram progressivamente (PAULINO, 2008).

Porém, esse processo não se deu de maneira positiva para todos os produtores e trabalhadores do campo.

Essa mudança, como na Europa, aumentou muito a produção das propriedades e deixou um imenso contingente de camponeses desempregados. Soma-se a isso um elevado número de empréstimos que os pequenos produtores passaram a contrair para adquirir máquinas, insumos e equipamentos para suas propriedades, e que com a elevada taxa de juros cobrada pelos bancos viram-se sem condições de honrar suas dívidas, tendo que vender ou entregar seus lotes (ROSA; CLEPS 2012, p. 8-9).

A infraestrutura desses locais deveria buscar a integração total das novas tecnologias empregadas no campo. Esse processo vai culminar na submissão cada vez maior do campo à indústria. Surgem os complexos agroindustriais que beneficiam diretamente as *commodities* agrícolas no campo, evidenciando a mudança no eixo estrutural da economia do país, onde a agricultura aparece cada vez mais subordinada a uma lógica capitalista de produção e a interesses de investidores externos.

Como resultado, avançou a industrialização do campo, sob o comando dos complexos agroindustriais, em que a indústria, cada vez mais, passou a dominar os processos produtivos no campo, direta ou indiretamente, transformando a agricultura num ramo particular da indústria (CLEMENTE, 2015, p. 95).

Se o campo aparece cada vez mais subordinado aos interesses do capital, as relações tradicionalmente existentes ali começam a dar lugar a novas lógicas de interesse. A agricultura familiar perde ainda mais espaço. Com um processo de concentração fundiária, os pequenos produtores não conseguem se estabelecer no mercado e acabam vendendo suas terras, e grande parte dos trabalhadores acaba sendo deslocada para outras funções ou tendo de migrar em busca de empregos.

Por outro lado, constata-se a existência de um significativo número de pequenos proprietários rurais que não encontram alternativas para garantir uma sobrevivência digna no campo. O processo de “modernização” da agricultura, do ponto de vista do pequeno proprietário rural, foi bastante nocivo, de maneira que a sua renda tendeu a declinar, piorando suas condições de sobrevivência (CLEMENTE, 2015, p. 97).

As atividades que se encontram margeadas da economia de mercado serão desconsideradas e desprezadas como heresias e atrasos ao verdadeiro desenvolvimento do campo (GOMEZ, 2006). Esse processo acaba resultando, então, em uma massa de trabalhadores desempregados no campo, substituídos pelas inovações proporcionadas pelos pacotes tecnológicos empregados para o aumento da produção agrícola. Sendo essa

também uma das funções do novo ordenamento territorial planejado pelo Estado brasileiro naquele período.

Seguindo, portanto, as opções político ideológicas adotadas com o Golpe Militar de 1964, coube à agricultura brasileira algumas “tarefas”, como: liberar mão de obra para o setor industrial, fornecer produtos alimentícios e matérias primas, transferir capital, ampliar a disponibilidade de divisas, demandar produtos industrializados e aumentar as exportações. Houve assim, a implantação e a disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, visando auferir ganhos de produtividade com a utilização crescente de insumos químicos e mecanização agrícola (CLEMENTE, 2015, p. 94).

Esse processo resultaria, juntamente com outros fatores, em um acelerado aumento da população urbana nos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Essa migração de uma população que tradicionalmente trabalhava na produção de alimentos coloca uma dificuldade a mais no abastecimento dessas cidades, que vê sua população crescer em ritmo cada vez mais desorganizado (LACOSTE, 1971, p. 51).

Uma vez que era essa população familiar do campo a responsável pela maior parte da produção de alimentos destinados à alimentação tanto do campo quanto da cidade, em contraponto da grande produção exportadora.

Dentro dessa perspectiva, a lucratividade das culturas ditas modernas, destinadas à exportação ou ao abastecimento das agroindústrias, se fundamentava fortemente na escala de produção. A produção de alimentos, não atrativa aos grandes produtores, fica a cargo da agricultura camponesa, que naturalmente é impossibilitada de assumir um comportamento empresarial e, basicamente, produzia a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado (MAZALLA NETO, 2015, p. 245).

Contudo, a modernização e a reorganização do território produtivo brasileiro, a partir da implementação dos novos pacotes tecnológicos durante a segunda metade do século XX, não representou para todos os espaços a mesma transformação. Essas mudanças não ocorrem de forma homogênea no espaço. Essa ação é seletiva e busca privilegiar determinadas relações de poder nos territórios.

O processo de desenvolvimento econômico, sob o modo de produção capitalista, não se dá de forma harmônica, ele atinge mais diretamente determinados espaços e segmentos sociais em razão do caráter concentrador do próprio modo de produção (HESPANHOL, 1999, p. 1).

Assim sendo, algumas práticas tradicionais ou de subsistência ainda encontravam espaços para se reproduzir, mesmo que seu modelo fosse considerado arcaico e superado pelas novas possibilidades de produção agrícola. No entanto, várias forças de resistência buscaram se desenvolver, e ocuparam terras e espaços, seja para uma produção de subsistência ou pequena produção para comercialização.

A produção de alimentos para subsistência que, desde o período colonial, se encontrava margeada do grande latifúndio e dos melhores espaços produtivos, se desenvolveu paralelamente, atuando como forma de reprodução da população do campo ao providenciar os gêneros para a própria alimentação, mas também para a venda a partir do momento em que a monetização de suas práticas se torna indispensável à sobrevivência.

Nos países onde se tem fome os estoques alimentares podem ser perdidos por falta de compradores: com efeito, na maioria dos casos, as populações não vivem mais hoje uma economia de subsistência: elas devem vender sua colheita para pagar o usurário, o proprietário, o intermediário, o comerciante (LACOSTE, 1971, p. 41).

O sistema alimentar no qual a maior parte das famílias do campo no Brasil estavam inseridas era de uma produção para subsistência. Contudo, tal alimentação era muitas vezes limitada e deficitária. Questões que hoje podem parecer normal para uma produção agrícola de pequenas propriedades, como a mesa farta de produtos do quintal, de boa qualidade pelo cuidado dos produtos, e existência de hortas, não eram uma realidade em grande parte dos estabelecimentos rurais, mesmo durante o século passado.

E assim podemos recapitular esta parte da descrição, afirmando que a alimentação do caipira estudado – representativo das demais zonas, com esta ou aquela variante – se compõe essencialmente de arroz, feijão e farinha. As misturas principais são: carne de porco, ovo, galinha, alface e couve; secundariamente, batata e carne de caça. Raramente, pão de trigo e carne de vaca, considerados a iguaria suprema (CANDIDO, 2010, p.154 – 155).

Como citado na letra da música sertaneja, cantada por Lourenço e Lourival, “O pobre e o Rico”: “Quando o pobre come frango/Surpresa pra muita gente/Ou o pobre está de cama/Ou o frango está doente”, existia uma limitação considerável dos tipos de alimentos consumidos por uma família caipira.

Essa dinâmica também é observada por Antonio Candido em um levantamento no ano de 1954 no interior paulista, quando a dieta de uma das famílias caipiras, baseada na monotonia alimentar de arroz, feijão e farinha em todas as refeições, era quebrada pela

presença de frango em alguns dias, justificada por um mal-estar que acometia a dona da casa (CANDIDO, 2010, p. 154-155). Em um levantamento das refeições realizadas por uma dessas famílias, quadro 1, fica evidente a limitação a qual estavam expostas.

Quadro 1: Dieta de família caipira paulista, em 1954

2ª feira	Manhã	Café;
	Almoço	Arroz, feijão, farinha;
	Merenda	Arroz, feijão, farinha;
	Jantar	Arroz, feijão, farinha, frango.
3ª feira	Manhã	Café;
	Almoço	Arroz, feijão, farinha;
	Merenda	Arroz, feijão, farinha;
	Jantar	Arroz, feijão, farinha, carne de porco.
4ª feira	Manhã	Café;
	Almoço	Arroz, feijão, farinha;
	Merenda	Arroz, feijão, farinha;
	Jantar	Arroz, feijão, farinha, frango.
5ª feira	Manhã	Café;
	Almoço	Arroz, feijão, farinha, carne seca;
	Merenda	Arroz, feijão, farinha;
	Jantar	Arroz, feijão, farinha.
6ª feira	Manhã	Café;
	Almoço	Arroz, feijão, farinha;
	Merenda	Arroz, feijão, farinha;
	Jantar	Arroz, feijão, farinha.
Sábado	Manhã	Café;
	Almoço	Arroz, feijão, farinha, carne de porco;
	Merenda	(Não pude colher a informação);
	Jantar	(Não pude colher a informação).
Domingo	Manhã	Café;
	Almoço	Arroz, feijão, farinha, carne de quati;
	Merenda	Arroz, feijão, farinha;
	Jantar	Arroz, feijão, farinha, frango.

Fonte: Adaptado de Candido, 2010, p. 150.

Mesmo verduras, nesse levantamento feito por Candido, se revelavam poucas e limitadas, sendo a coleta de variedades locais importantes para suprir as necessidades básicas de alimentação.

As verduras consumidas são quase unicamente couve e alface, sobretudo aquela; mas seu uso não é geral nem constante. Na Baixada, a maioria das casas possuía a sua horta, ao contrário do Morro, onde havia apenas duas. Come-se ocasionalmente um pouco de repolho e, entre as ervas nativas, isto é, que se obtêm principalmente pela coleta, alguma serralha e beldroega (CANDIDO, 2010, p. 154).

Parte dessa dieta pode ser explicada também pela tradição alimentar existente, como afirma Cascudo (1967, p. 13),

A prestigiosa aura que envolve nossos velhos pratos usuais independe de qualquer valimento intrínseco nutritivo. Alimentamo-nos pela maquinal confiança que manteve nossos antepassados. Acreditamos, pela herança psicológica, na cozinha que dizem insuficiente e falha.

Porém, a estrutura econômica e produtiva brasileira também explica grande parte dessa limitação alimentar da população do campo, bem como a que será vista nas cidades atualmente.

2.4. Alimentação brasileira moderna

É possível entender que os sistemas alimentares de um determinado povo são resultados direto de sua organização social, que por sua vez é uma construção dos seus sistemas de objetos e de ações. Esses sistemas são complexos e compostos de diversas etapas. A produção, a distribuição e o consumo são algumas destas partes, e mesmo elas podem ser divididas em inúmeras outras.

No entanto, o consumo, na etapa atual do desenvolvimento capitalista, se configura como um privilégio duplo, um privilégio pela própria desigualdade econômica e social existente no sistema, e um privilégio dado ao consumo como etapa primordial da participação dos indivíduos dentro da sociedade. A monetização das relações, bem como a inserção de modelos produtivos e alimentares dentro de uma lógica comercial e de lucro, serve para que essas sejam englobadas pelo sistema alimentar hegemônico.

Assim, percebe-se que a alimentação de diferentes culturas está sendo transformada muito rapidamente em todo o mundo, como parte de uma cultura que também se modificou. Dentro de um processo mais amplo, qual seja o desenrolar da civilização industrial ocidental, a alimentação, dentre as inúmeras expressões culturais, também tem sido influenciada por este processo acelerado (BLEIL, 1998, p. 6).

O atual modelo alimentar brasileiro parte de um contexto em que o resultado das políticas públicas, e de um modelo de desenvolvimento econômico aplicado durante o século XX, desembocou em uma migração em massa para as cidades, onde o número de empregos não era suficiente para suprir a demanda, e a alimentação seguia os parâmetros do consumo industrial em massa.

A evolução dos padrões de consumo alimentar nas últimas três décadas, passível de estudo apenas nas áreas metropolitanas do Brasil, evidenciou declínio no consumo de alimentos básicos e tradicionais da dieta do brasileiro, como o arroz e o feijão. Houve aumentos de até 400% no consumo de produtos industrializados, como biscoitos e refrigerantes, persistência do consumo excessivo de açúcar e insuficiente de frutas e hortaliças e aumento sistemático no teor da dieta em gorduras em geral e em gorduras saturadas (LEVY-COSTA; SICHIERI; PONTES; MONTEIRO, 2005, p. 538).

O modelo do agronegócio brasileiro tem se sustentado a partir de grandes somas de subsídios estatais, além da flexibilidade da fronteira agrícola, a concentração fundiária, da expulsão dos camponeses de suas terras e do baixo custo de manutenção das terras, que não tem o controle ambiental e de qualidade que deveriam (PAULINO, 2008).

Essa estrutura tem sido estabelecida de maneira perversa e insustentável para não só os trabalhadores do campo que não tinham terras, mas também para os pequenos produtores que não tem como se manter sem se comprometer com empréstimos a juros altos para manter um nível mínimo de produção competitiva com as grandes propriedades. Parte dela foi absorvida pelo crescente processo industrial, onde acarretou um achatamento dos salários.

No entanto, a maior parte teve de recorrer ao setor terciário, que conjuntamente com as cidades, se apresentava em franco crescimento. Posteriormente, com a evolução tecnológica e um processo gradual de desindustrialização, parte também desses trabalhadores tiveram de se dirigir ao já saturado setor de comércio e serviços das cidades.

A transferência de postos de trabalho da indústria para o comércio e para a prestação de serviços implicou, também, a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho por conta própria. Assim, uma importante mudança que vem ocorrendo nos últimos vinte anos, no Brasil, é a substituição do emprego formal, com registro em Carteira de Trabalho, pelo emprego informal (CLEPS, 2005, p. 59).

O crescimento do trabalho por conta própria, e a substituição do emprego formal e com registro de carteira assinada, tem sido um dos principais meios de perpetuação de trabalhadores com baixa escolaridade e/ou que não conseguem se inserir em trabalhos mais estáveis. Essa massa de trabalhadores também funciona como exército de reserva para o trabalho nas fábricas e industriais das cidades, mantendo dessa forma uma baixa pretensão salarial, uma vez que o mercado sempre encontrará mão de obra barata e disponível para utilizar.

Essa, como foi visto, foi uma das pretensões da modernização do campo brasileiro, ou seja, a liberação de trabalhadores ligados ao trabalho rural para as cidades. O comércio ambulante e a informalidade são algumas das opções dessa massa de trabalhadores, sendo que a origem “campesina” destes é frequentemente lembrada como uma pecha negativa.

Na verdade, no que diz respeito ao desemprego, o comerciante ambulante é considerado, mesmo que extra-oficialmente, como uma “válvula de escape”. (...) Mesmo considerada “válvula de escape”, entretanto, a atividade do comércio ambulante conserva ainda a imagem duplamente negativa da ilegalidade e da apropriação de algo alheio; o ambulante ainda é visto como um desenraizado, aquele que deveria “voltar para a lavoura” (COSTA, 1989, p. 31)

É nessa lógica que o trabalho precarizado, fruto de uma urbanização acelerada e de um processo de êxodo rural intenso, tem se inserido nas últimas décadas no Brasil. Esse contexto responde a uma lógica de desemprego e contínuas recessões, onde as facilidades de um negócio próprio, e muitas vezes informal, aparecem como única forma de trabalho e renda para uma população que foi sendo continuamente alienada de seus meios de produção e sobrevivência.

Uma vez que “Nos países subdesenvolvidos, a industrialização e a penetração da civilização “moderna” se manifestam muito mais sob o ângulo do consumo que da produção” (LACOSTE, 1971, p. 50). O estabelecimento da lógica do consumo em massa passa a vigorar após a dita modernização da economia brasileira, e intenso processo de urbanização pela qual o país passa no decorrer da segunda metade do século XX. “O

consumo representa mais do que uma necessidade ou uma satisfação, ele caracteriza-se por ser um processo de significação, de comunicação, de classificação e de diferenciação” (CLEPS, 2005, p. 81).

De modo geral, a alimentação brasileira é composta por um grupo limitado de alimentos obtidos, em sua grande maioria, através da compra. Tais alimentos podem ser reduzidos a um grupo bem seleto composto de grãos e derivados, bem como de produtos industrializados. “A dieta básica do brasileiro é caracterizada pelo consumo, além de café e pão de sal, de arroz, feijão e carne bovina, pela presença de sucos, refrescos e refrigerantes e pouca participação de frutas e hortaliças” (SOUZA; PEREIRA; YOKOO; LEVY; SICHIERI, 2013, p. 196).

No entanto, essa dieta alimentar também vem apresentando mudanças impulsionadas por novos costumes e pelas necessidades impostas pelos modos de vida atuais, visto que

Com a estabilização da moeda, que permitiu maior planejamento de compras, os brasileiros de todas as classes estão consumindo uma variedade maior de alimentos, porém isso não significa dizer que houve uma melhora qualitativa da dieta. Percebe-se que alguns produtos como “cereal matinal, creme de leite e refrigerantes tiveram aumento de consumo espantoso, especialmente entre as classes sociais mais baixas”. É interessante observar que alimentos in natura como os legumes e as frutas continuam com consumo reduzido: apenas 44% dos brasileiros diz comer frutas e 58%, legumes (BLEIL, 1998, p. 20).

A alimentação também depende fortemente de questões de classe e poder aquisitivo. No entanto, nos mais variados estratos sociais pode-se observar a mudança na dieta alimentar, sendo que num primeiro momento os produtos industrializados, por exemplo, eram consumidos de forma majoritária pela parte mais rica da população. Tais produtos refletiam a modernidade de certo modo, e seu acesso era limitado a grandes centros de consumo, relegando à população mais pobre um consumo mais limitado e até certo ponto mais natural.

É fato que a camada da população com menor renda não tem as mesmas possibilidades que a de maior renda. Além disso, existem outros fatores que influenciam na escolha de produtos destinados à alimentação. Com a globalização e a industrialização, surgiram produtos processados, que acabam sendo de difícil acesso às pessoas de baixa renda, em virtude da diferente agregação de valor aos produtos. As comidas de fast foods e os doces acabam sendo destinados à parte da população que detém maior nível de renda (MORATOYA, CARVALHAES, WANDER, ALMEIDA, 2013, p. 75).

Contudo, o consumo de alimentos industrializados não se encontra mais limitado a um estrato da população. Ao contrário, trata-se de uma tendência observada de forma geral pelo declínio dos alimentos básicos, e o aumento daqueles processados pela indústria.

Padrões opostos de relação com os rendimentos são vistos para arroz, que apresenta tendência de forte declínio com o aumento da renda, e pão e biscoitos, cujo consumo tende a aumentar com a renda. Padrões também distintos de relação com os rendimentos são observados no grupo açúcar e refrigerantes (LEVY-COSTA; SICHIERI; PONTES; MONTEIRO, 2005, p. 536).

Esse declínio do consumo de alimentos básicos, e um aumento exponencial dos processados como uma tendência histórica atual, é visto quando o consumo maior dos primeiros tipos é encontrado na população mais velha, enquanto os segundos são mais presentes conforme a idade diminui.

Embora essa configuração apresente pouca variação quando se consideram os estratos de sexo e faixa etária, observa-se que os adolescentes foram o único grupo etário que deixou de citar qualquer hortaliça e que incluiu doces, bebida láctea e biscoitos doces entre os itens de maior prevalência de consumo. Por outro lado, os idosos foram os únicos que incluíram um maior número de frutas e hortaliças entre os alimentos mais prevalentes (SOUZA; PEREIRA; YOKOO; LEVY; SICHIERI, 2013, p. 196).

Mesmo as diferenças entre a população rural e urbana no tocante à alimentação começam a diminuir significativamente, sendo que produtos como cereais e seus derivados processados são semelhantes em ambos os espaços. Porém, o meio urbano, pelo maior acesso a pontos de comércio, oferece uma possibilidade maior de diversidade de alimentos, enquanto no rural, permanece uma tradição alimentícia do cultivo e consumo de raízes e leguminosas.

A importância na dieta de cereais e derivados foi semelhante nas áreas urbanas e rurais do País, havendo maior participação de pão, biscoitos e macarrão no meio urbano e no meio rural, maior a participação de arroz e farinha de trigo. Maior participação na dieta de frutas, verduras e legumes, carnes e leite e derivados foi encontrada no meio urbano, enquanto no meio rural foi maior a participação de feijões e outras leguminosas e de raízes e tubérculos. A participação na dieta de refeições prontas e misturas industrializadas foi três vezes maior no meio urbano do que no meio rural (LEVY-COSTA; SICHIERI; PONTES; MONTEIRO, 2005, p. 535).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e outros organismos multilaterais, apontam o problema da fome no mundo e maneiras para mitigar essa situação. No entanto, a falta dos alimentos em si não é o único problema relativo à questão alimentar mundial. Além dos meios de produzir os alimentos estarem cada vez mais concentrados, o conhecimento sobre eles também é cada vez mais desigual.

Essa desigualdade da posse dos meios e do conhecimento relativo à produção alimentar gera uma situação de fragilidade dos sistemas alimentares contemporâneos. Não se trata de uma crise de desabastecimento, produz-se tanto quanto a necessidade da fome do mundo, e em certo ponto até bem mais.

Os aumentos dos volumes de produção de grãos no mercado mundial não têm trazido um aumento da acessibilidade a esses alimentos por parte da maioria da população do planeta. A estranheza maior e o que mais choca a qualquer um que estude a história da alimentação humana certamente é o da subsistência da fome e da subnutrição nos dias atuais, em que a produção de alimentos é a maior de todos os tempos e os meios técnicos de transportá-los e conservá-los são os mais eficientes já conquistados. Isso é a máxima expressão das contradições e paradoxos provocados pelo crescimento de uma indústria alimentar e uma agroindústria baseadas no modelo gorduras animais, carne, carboidratos e açúcar (CARNEIRO, 2005, p. 75).

Essa tendência tende a se acentuar, mesmo que os sistemas alimentares estejam em constante adaptação acerca da realidade onde se inserem. A pandemia de COVID, por exemplo, que infligiu o mundo a partir do final de 2019, mudou de muitas formas os hábitos da sociedade, que teve de se organizar na medida de suas possibilidades para respeitar os protocolos sanitários e reduzir os danos pessoais e coletivos que a doença trouxe. Contudo, algumas tendências observadas antes da pandemia se intensificaram ainda mais.

A importância do fenômeno do fast-food tem sido corretamente apontada como uma das chaves para a compreensão da natureza dos problemas sociais de nossa época. Vários analistas têm identificado uma corrosão dos hábitos alimentares familiares, como as refeições partilhadas, o que leva à substituição da alimentação em casa pelos sistemas de restaurantes ou lanchonetes. A expansão da lanchonete, especialmente de algumas cadeias construídas sobre certas marcas, traz consigo um sistema alimentar específico baseado na substituição dos carboidratos complexos (cereais, amidos) por carboidratos simples (açúcares e gorduras), com conseqüências daninhas para a saúde pública e para a ecologia global (CARNEIRO, 2005, p.75).

A dinâmica produtiva e de consumo se alterou, mesmo que momentaneamente, devido a essa realidade excêntrica. No entanto, estruturalmente as formas de reprodução social se mantiveram inalteráveis, e até mesmo se solidificaram, dando amostras de maneiras pelas quais o capital pode aumentar ainda mais a exploração do lucro.

Diversos problemas sociais emergiram, como o aumento da fome, do desemprego e da desigualdade, mais ainda nos países de economia e estrutura social mais frágeis. Ao mesmo tempo a acentuação da acumulação produtiva e de capital se mostrou ainda mais perversa diante desse cenário.

Os pequenos e médios negócios foram mais duramente afetados do que as grandes multinacionais, que pela estrutura e capital acumulado podem se segurar durante as crises por longos períodos, ao mesmo tempo em que acabam se fortalecendo pela quebra generalizada da concorrência. Assim, pode-se observar, mesmo em curto prazo, uma concentração ainda maior dos meios de produção e dos capitais. Os fornecedores e o comércio passam a ser representados por alguns poucos grandes conglomerados.

É necessário atentar ao fato de que a tendência de pedir refeições prontas foi intensificada no período, pelas dificuldades impostas pelos horários de funcionamento reduzidos de estabelecimentos comerciais, e o medo de contaminação que esses locais, por serem de fluxo constante de pessoas, produzia.

Dessa forma, o que se pode observar foi um aumento da demanda pelo serviço de delivery de refeições prontas. Esse tipo de serviço já se encontrava em um movimento crescente, fruto da dinâmica de trabalho urbano, onde o trabalho em si é completado com longas jornadas no transporte.

As profundas modificações sociais, econômicas e culturais que vêm ocorrendo no País, nas últimas décadas, levaram a alterações nos hábitos e comportamentos alimentares; por exemplo, o incremento da participação do consumo alimentar fora de casa, o aumento do consumo de alimentos processado e a substituição das refeições e preparações tradicionais por lanches com elevada concentração de energia, gorduras, açúcar de adição e sódio (SOUZA; PEREIRA; YOKOO; LEVY; SICHIERI, 2013, p. 191).

Os hábitos fomentados pela pandemia cristalizaram uma tendência do fortalecimento dos circuitos longos de produção. Como afirma Camara Cascudo, “Comemos, nós, os modernos cidadãos, pela propaganda industrial irresistível” (CASCUDO, 1967, p. 13-14). Esse tipo de consumo mostra uma dinâmica de exploração

extrema, onde os tempos e espaços de lazer e descanso são encurralados pelas limitações legais e o avanço do trabalho em casa.

A propaganda mostrada na Figura 2 chega por e-mail, anunciada pelo título que “ninguém merece cozinhar hoje, né”. No corpo do anúncio a imagem de alimentos bem arrumados em pratos prontos para o consumo, distantes a um clique do consumidor.

Figura 2: Publicidade de empresa de entrega de refeições



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Essa publicidade exemplifica algumas mudanças na relação com a alimentação, como a busca pela praticidade de não ter que preparar a mesma e recebe-la diretamente em casa. Se “A reprodução da força de trabalho consiste, portanto, em dois processos distintos, mas complementares: a satisfação (parcial) das necessidades dos trabalhadores e a reposição contínua da separação entre os trabalhadores e os meios de produção e de subsistência” (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p.61), se pode vislumbrar um passo além pela separação dos trabalhadores do próprio processo de confecção de seus alimentos.

A refeição pronta é a alienação não apenas dos meios de produção e de subsistência, mas também de toda relação entre indivíduo e alimento que não seja o do consumo direto. Esse fator ainda é duplamente vantajoso para o desenvolvimento da exploração do trabalho, pois ao mesmo tempo em que poupa o tempo dos trabalhadores daquilo que é considerado desnecessário, ou seja, da vida em si que não seja a da santidade

do trabalho alienado de qualquer traço social⁹, ainda amplia a mais-valia pela comercialização do produto finalizado.

A publicidade, o merchandising e a exposição das mercadorias nas lojas de departamento, shopping centers, super e hipermercados, lojas de conveniência, grandes magazines, inclusive em lojas populares que, atualmente, ocupam as áreas centrais das cidades, entre outros, exploram a lógica da mercadoria signo e dão novos significados aos bens de consumo que assim, associam-se ao luxo, à beleza, ao exotismo e à fantasia (CLEPS, 2005, p. 81).

A propaganda oferece o prato pronto e seguro no conforto do domicílio. Tal proposta torna-se ainda mais impactante quando pensada no contexto da pandemia da Covid-19, que tornou necessário o isolamento social das pessoas em suas residências, diminuindo o fluxo de pessoas em mercados em busca dos próprios alimentos e, também, das refeições fora de casa, em bares e restaurantes, por exemplo. Se o contato social representava, nesse período, um risco à saúde individual e pública, a oferta não só de alimentos seguros, mas sim de refeições prontas, aparece como um diferencial a ser aproveitado pelas empresas.

Outra prática que cresceu durante o período de isolamento social acarretado pela pandemia foi o *e-commerce* de alguns estabelecimentos varejistas e supermercados. Nesse modelo o consumidor pode escolher os produtos diretamente no aplicativo ou site da empresa e recebe-los em casa, sendo que nesses casos o diferencial se dá por serem em geral itens de uso cotidiano, cujos consumidores estavam habituados a buscarem pessoalmente nos mercados. Uma divulgação desse serviço pode ser vista na foto 4.

⁹ Dizia Paul Lafargue no seu *O Direito à Preguiça* (p. 7, 1999) que “Uma estranha loucura se apossou das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais que há dois séculos torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho, levado até ao esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua progenitora”. O trabalho, santificado e inculcado como a única forma de se viver, torna-se objetivo e objeto da vida, sendo que todos os outros aspectos dela podem ser minimizados, quando não apagados lentamente em prol de uma produtividade maior.

Foto 4: Uberlândia (MG) - Outdoor de divulgação de e-commerce



Fonte: Trabalho de campo, ROSA, 2021.

Isso significou um aumento do consumo de alimentos através das plataformas de entregas de refeições, bem como impulsionaram a modalidade, até então pouco utilizada pelos brasileiros, de compras de supermercado mediante aplicativos virtuais. Não somente as refeições prontas podem ser entregues na segurança de casa, mas as próprias compras do dia a dia podem ser feitas da mesma maneira, revelando assim mais uma forma comercial que se molda em decorrência das necessidades, ao mesmo tempo que também molda uma forma de consumo.

O contato consumidor-produto é reduzido ainda mais, uma vez que nesse caso um funcionário do estabelecimento busca os produtos pretendidos pelo consumidor e os escolhe por ele. Cabe questionar acerca dessas mudanças, que são heranças de uma organização mais profunda, mas que apontam a tendências de uma separação cada vez maior entre a produção, o consumo e o controle dos indivíduos sobre esses processos. Mais do que isso, cabe o questionamento se o sistema alimentar resultante dessa nova organização não pode ser considerado como sustentável, visto que

Um sistema alimentar sustentável é aquele que fornece alimentos nutritivos e acessíveis para todos, e em que a gestão dos recursos naturais preserve os ecossistemas para atender não só as necessidades humanas atuais e futuras, mas também a entrega de produtos e serviços alimentares, econômicos, ambientais e nutricionais (FAO; OPAS, 2017, p.48).

O apelo ao consumo é um dos pontos fundamentais do desenvolvimento comercial capitalista, é o último elo da produção e aquele que os cidadãos devem mais participar ativamente, uma vez que a produção e a distribuição são cada vez mais modernizadas pela automatização, requerendo menos trabalhadores nesse processo. O papel ativo de um bom cidadão de um país capitalista é o de ser um bom consumidor. Esse acaba se configurando como o principal ponto do sistema alimentar hegemônico moderno.

3. SISTEMAS E PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO URBANA DE ALIMENTOS

A construção de um novo e igualitário mundo tem embasado discussões em diversos âmbitos da sociedade, durante as últimas décadas, sendo amplamente abordada como uma possibilidade real para além da desigualdade, da pobreza e da destruição dos ecossistemas que têm pautado o desenvolvimento do capitalismo. Esse debate tem ultrapassado os ambientes acadêmicos, incluindo as esferas políticas, as institucionais e as de movimentos sociais. Nesse contexto, os sistemas de produção e de consumo, que se tornaram hegemônicos com a sistematização do capitalismo em nível mundial, também começam a ser questionados enquanto possibilidade única de desenvolvimento.

A relevância das possibilidades de produção e consumo para além da lógica do lucro e do consumismo pode ser associada às transformações socioeconômicas ocorridas em um mundo cada vez mais dinâmico e globalizado, mas que se vê, paradoxalmente, mais desigual. Temas como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, proteção a povos originários e tradicionais, geração de emprego e renda, produção de alimentos e segurança alimentar são, entre outros, assuntos que têm ganhado preocupações em escala mundial, e que aparecem constantemente ligados a discussões sobre a possibilidade de um outro tipo de mundo.

No cerne dessas análises surge, paulatinamente, a busca de um modelo de produção que supere as dicotomias e as desigualdades acentuadas pela exploração capitalista, sentidas profundamente pelos mais vulneráveis. Tal proposta foi sonhada, almejada e anunciada em diversos momentos, em diversas formas e roupagens.

As formas alternativas ao modelo hegemônico estão espalhadas pelo espaço e pelos territórios, organizadas ou espontâneas, aparecendo de maneiras diversas desde complemento às necessidades do capital, até resistências e estratégias de sobrevivência de certos grupos, sendo que algumas práticas aliam todas essas características. No entanto, mesmo organizados em estruturas bem delimitadas ou estudos embasados em conceitos estabelecidos, essas alternativas são complexas e dinâmicas. Afinal, trata-se de algo que supostamente é diferente daquilo que é hegemônico, ou seja, do que está sendo publicizado ou apresentado como ideal.

Mesmo que não se entenda o funcionamento do sistema econômico vigente em sua totalidade, suas consequências são sentidas e vivenciadas dentro do próprio cotidiano. Seu modo de operar é naturalizado e, portanto, compreendido, mesmo que a duras penas.

As premissas de lucro, de exploração e de desigualdade estão tão internalizadas no discurso político, institucional e privado, que se firmam como a realidade, talvez a única possível.

Entender movimentos que tangenciam esses processos demanda esforços conceituais, práticos e exemplares. É necessário para que o conceito seja compreensivo, em um primeiro momento, e compreendido como uma realidade possível, em um segundo. É um exercício de discussão e de realização.

Em suma, uma revisão das definições e dos debates conceituais sobre o assunto é necessária, contudo, não cabe aqui a busca de uma definição pura, geral e definitiva dos temas, mas sim a dialética, estabelecendo determinados consensos. Entender os conceitos e seus respectivos significados ajudam a elaborar o processo de surgimento dos mesmos, e em quais casos foram aplicados ou desenvolvidos.

A partir dessas considerações, esta seção busca entender como o sistema agroalimentar moderno se impõe como paradigmático, além de se estruturar em todas as etapas da produção, da distribuição e do consumo, integrando-se de forma quase completa nas sociedades.

Entretanto, mesmo determinado, esse sistema convive com outras realidades, às vezes mais antigas, que também se perpetuam pelo espaço que, se reproduzindo, reproduzem novas formas e práticas de alimentação e de vida.

Uma dessas formas que se estabelece como possibilidade de produção de alimentos, distinta do modelo do agrossistema alimentar moderno e dos ditames do agronegócio, é a agroecologia. Este modelo permite que se repense não só as necessidades do consumo, mas também da produção.

Consiste num modelo integrado como um sistema cujas práticas estão sendo cada vez mais difundidas e podem ser encontradas em iniciativas no próprio espaço urbano, com práticas voltadas à soberania alimentar e nutricional, bem como ao fortalecimento dos laços entre as comunidades e seus espaços.

Outra forma importante a ser trabalhada são as iniciativas da economia solidária que, além de repensar a forma como a economia local funciona, busca estabelecer padrões de organização para os empreendimentos, de modo que os princípios da solidariedade, do desenvolvimento social e da sustentabilidade se integrem de modo mais orgânico às iniciativas de produção, incluindo aquelas de produção de alimentos que se fortalecem como alternativas de renda.

Ainda nesta seção, busca-se trabalhar com práticas que não necessariamente se organizam como sistemas alimentares ou econômicos alternativos, mas que estão presentes no cotidiano do urbano e se colocam como realidades distintas da grande produção.

Tais práticas como a produção de alimentos em hortas, quintais, terreno e praças, bem como a coleta de itens para o consumo e/ou venda, são realidades que se reproduzem no tecido urbano desde antes do próprio fenômeno da urbanização, e ainda refletem uma possibilidade de produção local mais ambientalmente e socialmente sustentável.

Várias são as propostas de análise, metodologias e métodos que buscam examinar as alternativas produtivas, bem como de seus impactos na realidade concreta. Esta é uma temática que se desenvolve no campo das lutas sociais bem antes das discussões efetuadas no âmbito acadêmico, e remontam aos conflitos inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista desde o século XIX.

Contudo, a temática ganha novas formulações e perspectivas no final do século XX e nos primeiros anos do século XXI, com discussões centradas no advento das economias populares e na busca de novos modelos de desenvolvimento, principalmente nos países subdesenvolvidos e da América Latina.

3.1. O sistema alimentar moderno como paradigma

A existência de sistemas e práticas alimentares alternativas se dão concomitantemente como uma reação ao sistema moderno alimentar, ou como uma rugosidade de sistemas anteriores que ainda persistem no espaço. De tal modo que, ao mesmo tempo em que se pode observar a predominância de um modelo de produção, de distribuição e de consumo de alimentos, também se pode notar que outros modelos subsistem. Esses podem funcionar como formas acessórias, como resistências, como reprodução de modos de vida ou simplesmente como estratégias de sobrevivência. Para tanto, é necessário, primeiramente, estabelecer o hegemônico para se identificar aquilo que aparece como alternativa.

Muitos dos aspectos que caracterizam a alimentação moderna têm suas raízes no desenvolvimento da indústria e da revolução que ela trouxe para as formas de organização da sociedade, uma vez que “As técnicas de conservação dos alimentos, as conquistas da microbiologia, o desenvolvimento dos transportes são todos aspectos de um processo

mais geral: o da industrialização da produção e da distribuição da alimentação” (CARNEIRO, 2013, p. 78).

Desse modo, é plausível entender que o sistema alimentar moderno tem na indústria, e em todos os seus processos, um dos pilares centrais. Trata-se de um aspecto fundamental para a compreensão do atual paradigma alimentar, uma vez que as inovações trazidas pela industrialização, e posteriormente pela globalização, transformaram radicalmente os sistemas alimentares e, conseqüentemente, os hábitos de alimentação da população em nível mundial.

Em síntese, a industrialização e a mundialização das práticas agrícolas repercutiram fortemente na preservação da qualidade dos produtos, no manejo ecologicamente prudente dos recursos e na configuração da economia rural de modo geral. Dado que a globalização do abastecimento de alimentos se desenvolveu paralelamente aos progressos técnicos, que permitiram o aumento da produção e a redução dos preços ao produtor, foi no canal de distribuição que se concentrou o maior nível de valor produzido (CORDEIRO, 2014, p. 44).

O sistema alimentar gerido pelas exigências de uma economia do mundo capitalista, que emerge dos processos industriais e da globalização, é característico, se diferenciando dos antigos sistemas heterogêneos e diversos que se configuravam nos diferentes povos de acordo com suas próprias necessidades. Emerge uma lógica de padronização de processos, de modelos de produção e de distribuição, além da formação de um padrão de consumo em larga escala.

Nesse sentido, é fundamental o resgate da abordagem multiescalar proposta por Maluf (2021, p. 6) em relação aos sistemas alimentares, e da proposta das rugosidades espaciais decorrentes da modernização da produção de Santos (2008, p. 31), uma vez que a subordinação das lógicas anteriores de produção e de consumo, ora integrando, ora apagando as práticas e as organizações existentes neles, é um ponto primordial desse novo funcionamento.

Um dos termos utilizados para a designação desse modelo é o de Sistema Agroalimentar. Não se trata aqui, como recorda Cordeiro (2014, p. 49), da universalidade das formas e de modelos de produção e de consumo de alimentos, mas sim de um subsistema alimentar, marcado por uma concentração das diversas etapas produtivas nas mãos de alguns poucos monopólios de empresas capitalistas.

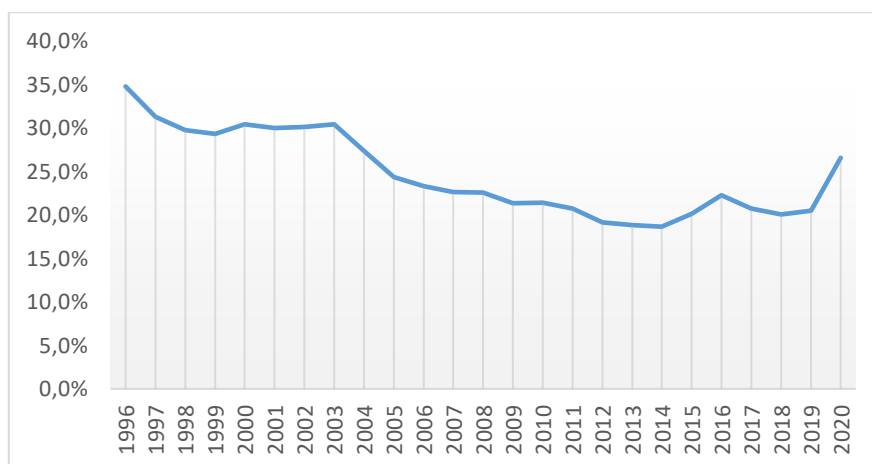
As empresas dominantes neste setor são grandes grupos químicos, farmacêuticos e mecânicos, responsáveis pela integração da produção agrícola, dos processos de transformação e das opções de comercialização. No contexto global, a indústria agroalimentar concentra hoje em dia cerca de 600 mil empresas, das quais as primeiras 100 movimentaram um terço do volume de negócios realizados no planeta e apenas as 15 líderes operaram 19% deste total. Um oligopólio formado por poucas empresas do setor que controlam de dois a três quartos do mercado alimentar (CORDEIRO, 2014, p. 50).

Assim, a modernização da produção de alimentos, oriunda do processo de industrialização, da mundialização e da globalização, integrou os vários processos de produção entre empresas globais, bem como o consumo, firmando o sistema agroalimentar como a lógica hegemônica. Outros sistemas existentes foram sistematicamente sobrepujados, sem que necessariamente deixassem de existir.

Esse aspecto da afirmação do sistema agroalimentar em âmbito global traz consequências em diferentes níveis para as variadas organizações produtivas e de consumo de alimentos que existiam e que coexistiam entre si. O avanço da mecanização e das monoculturas, eixos centrais da nova produção alimentar, afetaram profundamente as formas de organização não só da produção, mas da própria vida social no campo e nas cidades. O modelo de produção familiar, por exemplo, foi diretamente afetado no decorrer desse processo, sendo que até atualmente pode-se enxergar as consequências da ocupação das propriedades pelas monoculturas, e do êxodo rural que se adveio do processo.

[...] a história desse sistema está ligada à expropriação e exclusão da agricultura familiar e camponesa e ao estabelecimento de uma condição de insegurança alimentar em escala global, seja pela precariedade de acesso aos alimentos por parcelas significativas da população, seja pela produção e comercialização de alimentos de baixa qualidade nutricional (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 172).

Ao mesmo tempo, pode-se observar a importância e o tamanho das diversas etapas do sistema agroalimentar na economia dos países e, particularmente, do Brasil. Observa-se pelo gráfico seguinte a participação do agronegócio, conceito que abarca diversas atividades ligadas à agricultura e pecuária modernas, no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), e da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

Gráfico 1: Brasil – Participação do Agronegócio no PIB (1996 – 2020)

Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), 2020; Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), 2020.

Nota-se, inicialmente, que se trata de um setor fundamental para a composição do PIB do país, representando uma média de 24,7% no período de 1996 a 2020. Recorte esse que já reflete o modelo atual de desenvolvimento agrícola do Brasil, pautado na modernização seletiva dos espaços e da produção para exportação.

Cabe ressaltar a característica integrada do chamado agronegócio, uma vez que são considerados nos cálculos do CEPEA e CNA os distintos setores e negócios que ele movimenta como partes intrínsecas desse sistema, onde são englobados os setores de insumos, de agropecuária, a indústria e os serviços, geralmente monopolizados pelas mesmas empresas em suas diversas etapas produtivas.

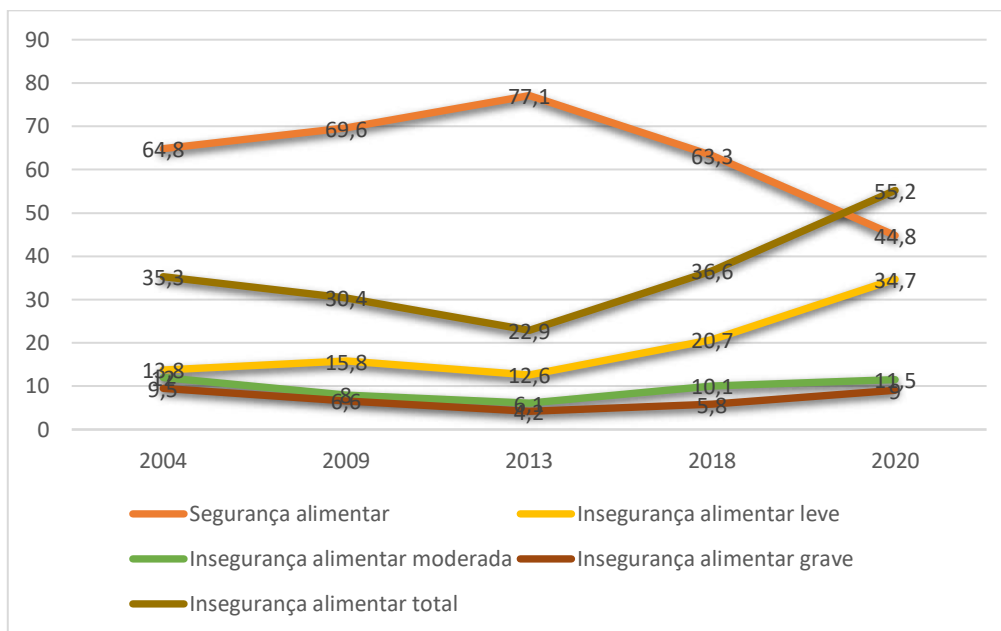
Mais do que a intensa participação do agronegócio no PIB brasileiro, trata-se de um setor que acumula recordes de produção e acumulação de capital. Em um recorte nos anos de 2019 e 2020, o crescimento do PIB do ramo agrícola do agronegócio saltou de 1 bilhão e 57 milhões em 2019, para 1 bilhão e 373 milhões em 2020, sendo que no ramo da pecuária esse valor passou de 461 milhões para 602 milhões no mesmo período. (CEPEA; CNA, 2021).

Dessa forma, não é surpresa quando esse setor é propagandeado como o grande motor da economia do Brasil, sendo, por exemplo, o único setor que apresentou crescimento durante a recessão do país no período da crise sanitária de COVID-19 (IBGE, 2020).

Contudo, trata-se de uma visão parcial desse modelo de economia e desse sistema alimentar, uma vez que, ao mesmo tempo que a acumulação gerada pelo agronegócio cresceu vertiginosamente nos últimos anos, o mesmo também ocorreu com a insegurança

alimentar no país. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional mostra que, de 2018 até 2020 a insegurança alimentar total no país passou de cerca de 36% da população para 55,2%, como visto no gráfico 2. Ou seja, mais da metade da população brasileira em 2020 estava em situação de vulnerabilidade alimentar, ao mesmo tempo em que o agronegócio acumulava recordes de produção.

Gráfico 2: Brasil: Evolução e Estimativa da Insegurança Alimentar, 2004-2020 (em %)



Fonte: Rede PENSSAN, 2021.

Mesmo assim, essa tendência segue em alta, uma vez que o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN em 2022, indica que naquele ano a insegurança alimentar total no país já atingia 58,7% da população (PENSSAN, 2022, p. 36).

Contudo, não se trata de um fenômeno isolado no Brasil. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) demonstram o aumento da insegurança alimentar no mundo na metade da segunda década do século XXI. Esse aumento se deu principalmente nos países da América Latina e Caribe, conforme pode ser observado no quadro seguinte.

Tabela 1: Prevalência de insegurança alimentar, 2014 – 2020 (em %)

	Insegurança Alimentar Moderada (em %)			Insegurança Alimentar Severa (em %)			Insegurança Alimentar Moderada ou Severa (em %)		
	2014	2019	2020	2014	2019	2020	2014	2019	2020
Mundo	14.3	16.5	18.5	8.3	10.1	11.9	22.6	26.6	30.4
América Latina e Caribe	17.2	21.8	26.7	7.7	10.1	14.2	24.9	31.9	40.9
Caribe			32.1			39.2			71.3
Mesoamérica	23.7	20.9	26.3	6.5	7.3	11.2	30.2	28.2	37.5
América do Sul	13.3	21.5	26.3	5.4	8.6	12.9	18.7	30.1	39.2

Fonte: FAO, 2021, p. 36.

Contudo, cabe salientar que como apresentado na tabela 1 a insegurança alimentar de modo geral teve um crescimento acentuado no mundo de forma geral, apontando que o modelo de produção de alimentos de forma geral produz desigualdades em escala macro e não apenas efeitos localizados.

Se o sistema agroalimentar e o agronegócio acumulam inovações tecnológicas, espaços de produção e lucros, a produção de alimentos deveria paulatinamente aumentar a disponibilidade de alimentos e, conseqüentemente, a segurança alimentar. Contudo, não é essa a lógica do capitalismo, uma vez que ele tem em seu cerne a própria desigualdade, resultado e condição para o desenvolvimento do mesmo.

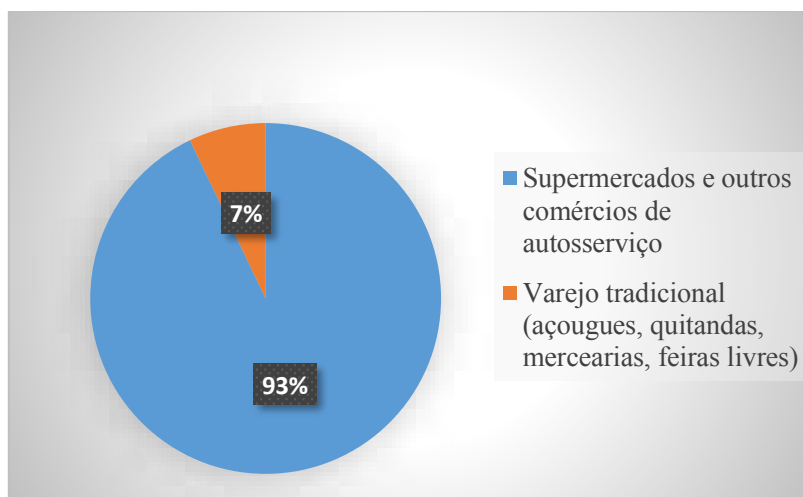
Não existe possibilidade de acumulação sem que um desequilíbrio de forças se aponte. Os recursos são finitos, mesmo que durante muito tempo tenha se afirmado o contrário, e nessa finitude o que se acumula de um lado é necessariamente retirado de outro.

Observa-se na produção de alimentos uma tendência à concentração, e o mesmo pode ser observado no consumo, não antagonicamente, uma vez que a produção moderna abarca em si diversas etapas do processo produtivo. Cleps (2005) aponta que, no Brasil o processo de concentração da distribuição de alimentos em supermercados já se apresentava como um paradigma pelo menos desde a última década do século XX: “A internacionalização da distribuição, que se aprofundou a partir de 1995, imprimiu maior velocidade no processo de concentração das empresas”.

Em consequência, em 1999 os cinco maiores grupos do setor controlavam 40% da distribuição no Brasil” (CLEPS, 2005, p. 137). Esse nível de concentração só tendeu

a aumentar, sendo que “Os supermercados faturaram R\$330,4 bilhões em 2018, sendo que os 3 maiores grupos juntos concentram 41% desse faturamento: Carrefour, Grupo Pão de Açúcar e Wal-Mart (e seus sucessores)” (BELIK, 2020, p. .27). Essa concentração na distribuição vai se traduzir no faturamento desses estabelecimentos.

Gráfico 3: Brasil - Faturamento do varejo alimentar, 2018 (em %).



Fonte: BELIK, Valter. 2020, p.27.

Paralelamente a isso, fortalecem-se os vínculos entre as grandes empresas do setor de distribuição com o setor produtivo.

A constituição de grandes redes no setor de distribuição, conjugada às possibilidades dadas pelas novas formas de organização e pela tecnologia, proporcionaram às empresas de distribuição um maior poder de negociação junto aos fornecedores que, por sua vez, necessitam cada vez mais dos distribuidores para que seus produtos sejam consumidos em grande escala. Uma das principais mudanças observadas no relacionamento entre distribuidores e fornecedores é a realização de parcerias e os contratos em longo prazo. A parceria inclui a reposição de produtos com empregados da própria indústria, a troca de informações para o lançamento de novos produtos ou para promoções, o monitoramento do nível de estoques, acordos para a fabricação de produtos destinados às marcas do distribuidor, entre outros (CLEPS, 2005, p.140).

Dessa forma, se molda um sistema alimentar moderno baseado na concentração, tanto da produção, quanto na distribuição e no consumo, nas mais distintas etapas de cada um desses processos. Essa centralização da produção, da distribuição e das possibilidades de consumo acaba também se refletindo numa maior padronização dos produtos ofertados, e conseqüentemente, consumidos.

Belik (2020, p. 19) aponta que arroz, feijão, pão francês, carne bovina, frango, banana, leite, refrigerantes, cervejas e açúcar cristal representam cerca de 45% do consumo em quantidade do brasileiro, e 35% dos seus gastos com alimentação. Trata-se de uma concentração extrema, rompendo com a variedade de alimentos cultivados e produzidos pelos variados povos durante sua existência.

Dessa forma, pode se reconhecer inicialmente que a afirmação do modelo capitalista de produção e de consumo de alimentos como a forma hegemônica é um fato bem recente da história humana, e só foi possível se estabelecer assim a partir dos processos de industrialização, seguidos pela mundialização e a consequente globalização.

No entanto, o estabelecimento de um sistema alimentar hegemônico leva necessariamente à existência de sistemas não hegemônicos que foram, de certa forma, sobrepujados, sendo que podem ou não ter desaparecido e, no caso de não, podem se organizar de diversas formas, tanto de forma auxiliar quanto de forma antagônica ao sistema principal.

Contrapondo-se, alinhando-se ou aproveitando-se das ações do Estado em prol dos modelos hegemônicos, desenvolvem-se também uma série de formas alternativas de produção, de distribuição e de consumo de alimentos no Brasil.

Essas formas se reproduzem no território a partir de práticas novas e antigas, constituindo-se como uma variedade de saberes e de práticas populares que expandem os horizontes de possibilidades de novas formas de produção de alimentos e de consumo dos mesmos, prezando pela integração de mercados locais, pela soberania alimentar, definida por Altieri (2010, p. 24) como “o direito de cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente”, e por preceitos de sustentabilidade.

Assim, a implementação de propostas de mercados agroalimentares alternativos, bem como a reflexão e sistematização de ideias em seu entorno, torna-se importante tarefa para demonstrar quais os caminhos possíveis para a reorganização de um sistema agroalimentar que tem sido particularmente ineficiente no que se refere à realização do direito humano à alimentação e, conseqüentemente, à soberania e segurança alimentar e nutricional (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 176).

Dessa forma, é necessário entender que mesmo funcionando em uma lógica de aparente contradição com os ditames da busca do lucro e da reprodução ampliada da

riqueza, essas práticas e sistemas não podem existir alheios ao processo-mundo em que estão inseridos.

Cabe, assim, entender de que forma ocorre sua integração ou não aos interesses capitalistas. Mais do que isso, a reflexão e a sistematização de ideias existentes nos mercados agroalimentares demonstram a existência de vertentes, ou de alternativas ao modelo hegemônico de produção que já estão materializadas no espaço, formando rugosidades no sistema capitalista de produção, mesmo que os mesmos atuem de modo contraditório e combinado.

Ao mesmo tempo que a modernização cria mercados e ciclos produtivos de alimentos padronizados e industriais, surge como antítese um outro mercado para produtos não industrializados, artesanais socialmente responsáveis e ou locais, principalmente pela emergência de movimentos de busca de alimentação saudável e orgânica.

Esse efeito é uma reação à homogeneização da produção, e que se mostrava como uma possibilidade de produção das pequenas propriedades rurais que não se integravam à grande produção de monoculturas: “Todavia, a industrialização acabou tornando residuais aquelas propriedades rurais familiares que persistiram e, mais tarde, transformaram-se em fornecedores de produtos artesanais para uma pequena classe média” (CORDEIRO, 2014, p. 44).

Contudo, essa reação do mercado consumidor à padronização dos alimentos sofrerá por sua vez uma reação do próprio sistema agroalimentar, que passa a coagir a pequena e a produção artesanal na medida em que ele elabora “estratégias de segmentação operadas pelas grandes empresas alimentares” (CORDEIRO, 2014, p. 45).

Essas empresas, identificando uma demanda crescente por produtos naturais ou produzidos seguindo uma certa lógica sustentável, acabam lançando linhas específicas dentro de seus sistemas de produção para atender a esses consumidores. No entanto, em geral apenas o produto final, e não suas etapas de produção e de distribuição, tendem a ser diferentes dos seus segmentos mais tradicionais.

A agroecologia, por exemplo, é um sistema que atua visando uma produção de alimentos orgânicos a partir de outras perspectivas que não a das monoculturas de exportação, ou mesmo de grandes propriedades produtoras de alimentos. A lógica dessa produção é a da pequena propriedade, muitas vezes familiar, respeitando os ecossistemas e buscando um modelo sustentável de desenvolvimento.

Lógica próxima é a da economia solidária, que tem em seus princípios a autogestão, sustentabilidade, solidariedade e cooperação. Essas iniciativas atuam de maneira a inserir e proporcionar a reprodução de modos de vida tradicionais e de pequenos produtores.

Essa rápida mirada sobre algumas das transformações globais em curso contribui para iluminar uma série de temas que, nos últimos anos, vêm sendo pautados por dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas: a economia solidária e a agroecologia (SCHMITT, 2010, p. 56).

Dessa forma, diversas propostas alternativas de produção de alimentos visam a integração de seus processos e etapas dentro de uma lógica distinta do segmento agroalimentar hegemônico e do agronegócio. Trata-se, então, de oferecer possibilidades reais de mudanças estruturais de produção e de consumo, e não apenas a busca do lucro através da divulgação de marketing sustentável. Dentre essas, a agroecologia e a economia solidária aparecem como possibilidades de produção de alimentos, como sistemas integrados e socialmente transformadores.

3.2. A agroecologia e a construção da soberania alimentar

No advento da redemocratização do Brasil, na década de 1980, começou a ser questionado o modelo de desenvolvimento conservador aplicado no campo, e seu impacto na produção de alimentos.

Estes movimentos fazem adentrar à agenda dos movimentos da agricultura familiar e camponesa discussões sobre a alimentação, um ato sociocultural e político que pode fortalecer as dimensões da localidade, da artesanidade, da saudabilidade e da convivencialidade. Gradativamente, redes alternativas vinculando produtores e consumidores parecem impulsionar críticas à lógica dominante nos mercados alimentares (NIEDERLE, 2017, p. 175).

Tais questionamentos contra a considerada agricultura convencional buscavam estabelecer uma discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento social e econômico em uma base mais democrática e inclusiva, trazendo à tona os conhecimentos locais das populações, e integrando-os aos conhecimentos técnicos e científicos de novos sistemas de produção.

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, o questionamento às bases científicas da chamada agricultura convencional teve como um de seus resultados o fortalecimento de um conjunto heterogêneo de iniciativas de abrangência local e territorial incluindo: redes de agricultores experimentadores; circuitos de produção, processamento e consumo de alimentos produzidos em bases ecológicas ou originários de sistemas produtivos em transição; acordos comunitários de pesca ou de manejo de terras de uso comum; bancos comunitários de sementes, apenas para citar algumas (SCHMITT, 2010, p. 56).

Com a redemocratização do país e as novas discussões para o desenvolvimento rural, reaparecem propostas que buscam formas alternativas de produção agrícola. Um desses casos é o da agroecologia, que procura romper com as relações produtivas e de trabalho impostas unicamente pela lógica agroexportadora.

“A ciência da agroecologia, a qual se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas” (ALTIERI, 2010, p. 23).

Dessa forma, pode-se definir a agroecologia como um modelo alternativo de produção de alimentos, partindo de um modelo agroalimentar para um agroecológico, pautado em práticas sociais e ecologicamente integradas.

A agroecologia se constitui, também, na ação social e política de construção de experiências produtivas e de circulação alternativas, que desvelam a deterioração social e ecológica impostas pela lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico (MAZALLA NETO, 2015, p. 249).

Trata-se de um conceito amplo, abarcando uma série de práticas distintas, mas que tem como possibilidade um desenvolvimento sustentável do local e do meio ambiente como fio condutor e eixo integrante.

Esta abordagem, de caráter interdisciplinar, e que tem como um de seus pressupostos a articulação entre o saber científico e o chamado saber popular, passou a se configurar como um referencial aglutinador de um amplo conjunto de práticas, sentidos e identidades, que emergem a partir de múltiplas trajetórias de crítica e contestação aos modos de organização impostos pela modernização conservadora brasileira, mas que não se reduzem, em sua diversidade, a uma possível “identidade agroecológica” (SCHMITT, 2010, p.61).

Esse sistema busca fortalecer os laços entre a produção e o consumo de uma maneira não predatória e socialmente mais consciente. “A agroecologia e a construção

social de mercados a ela associada se apresentam como uma das formas de reconstrução desses sistemas agroalimentares” (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 172). Assim, não enfoca apenas nos aspectos do consumo ou da produção, mas engloba todas as etapas dentro de um sistema cujo enfoque ecológico e social perpassa como ideologia em todas as práticas envolvidas.

Um dos conceitos mais importantes para o entendimento das possibilidades e da necessidade de construção de sistemas alimentares alternativos, o da segurança alimentar e nutricional, é fundamental nesse contexto. “Uma das vertentes mais relevantes da agroecologia afirma que a principal finalidade da estratégia agroecológica se encontra centrada na busca pela promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional” (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013 p. 177).

Dessa forma, uma das principais preocupações, e que também funciona como eixo da agroecologia, é a busca da construção de uma soberania alimentar das populações envolvidas nesse sistema, atacando a desigualdade e o discurso dela como necessidade para o desenvolvimento.

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

Cabe ressaltar que, a alienação material e técnica é condição necessária para a criação e a manutenção de mão de obra de trabalho e, a partir dela, explorar a mais-valia, base do atual sistema produtivo. A alienação dos meios de produção e dos recursos naturais, dentre os quais o acesso à terra e aos produtos dela derivados pelo trabalho, são fundamentais para que o sujeito seja condicionado ao trabalho assalariado. A autonomia é um entrave para a geração de mais valia, por isso, o processo de minoração contra ela é contínuo.

Na sociedade capitalista, a organização do trabalho em sua forma característica está constituída pelo instituto social do assalariamento, ou seja, pelo fato de que os proprietários compram a força de trabalho do trabalhador no mercado mediante o pagamento de um salário. Entretanto, o assalariamento convive com outras modalidades de organização do trabalho, como o caso do camponês que com a ajuda da família cultiva seu pequeno lote ou de trabalhadores associados que conduzem de modo autônomo seu próprio empreendimento (VIEITEZ; DAL RI, 2015, p. 105).

Dessa forma, o desenvolvimento capitalista pode ser concebido dentro de uma lógica de alienação do sujeito dos seus meios de vida. Essa alienação tem efeito duplo, uma vez que possibilita a formação de mão de obra assalariada para os grandes centros e, também, a massificação do consumo.

A cultura de consumo capitalista é uma cultura de massa, onde os hábitos tendem a ser homogeneizados a fim de se estabelecer um mercado de consumo mais amplo e efetivo. Para a efetivação de um mercado cada vez mais amplo, é necessário que a produção esteja intensamente concentrada, de forma que para a maior parte da população a única forma de conseguir os meios de sua sobrevivência seja pela compra. Mesmo entre aqueles produtores que resistem, é imposto que se adequem ao sistema moderno agroalimentar, voltando seus espaços para as monoculturas, relegando as práticas e os alimentos tradicionais a um segundo plano.

No rural modernizado, para romper com os resquícios de formas “arcaicas” de trabalho e organização social, procura-se de todo modo impor às comunidades tradicionais e originárias a necessidade da inclusão produtiva, ou seja, sua participação na moderna divisão social do trabalho, como preceito de cidadania (NIEDERLE, 2017, p. 172).

O estabelecimento da indústria alimentícia moderna, bem como a concentração de terras e dos meios de produção responsáveis pela produção dos alimentos, levou também progressivamente a uma mudança nos hábitos culturais de alimentação, e uma alienação em relação às formas de cultivo e da própria produção de alimentos. No contraponto, “A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor” (ALTIERI, 2010, p. 30).

Pode se conceituar a segurança alimentar e nutricional como

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p.4).

Dessa forma, um dos princípios básicos que esse sistema de produção busca alcançar é o da autonomia produtiva dos indivíduos, proporcionando uma possibilidade de produzir, de comercializar e de consumir sem que a isso se deva uma condição de

exploração e/ou alienação, que são dois pontos fundamentais para o desenvolvimento capitalista.

A agroecologia passa, então, a integrar nas suas propostas a busca de formas alternativas de comercialização dos produtos, que objetivam, por um lado, permitir melhores condições de construção de mercados por parte dos agricultores e, por outro, possibilitar maiores condições de acesso aos alimentos ecológicos por parte dos consumidores (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 174).

Com o aprofundamento das disparidades econômicas, causadas pelo avanço da moderna produção capitalista, bem como a precarização do trabalho e da vida como um todo, grupos de trabalhadores passaram a se unir em busca de alternativas de produção e de desenvolvimento econômico e social, sendo que a agroecologia desponta como uma possibilidade real e já materializada nos territórios. Da mesma forma, outras alternativas vão se estabelecendo, partindo de outras premissas que não a do lucro única e exclusivamente. Em diversas iniciativas, mesmo dentro das agroecológicas, uma das bases é a da solidariedade. Buscando uma autonomia não só alimentar, mas também produtiva e social, a economia solidária se aproxima da agroecologia como alternativa aos modelos hegemônicos.

Dentro dessa concepção incorporam-se com particular relevância o estudo e a ação no âmbito da crítica ao sistema agroalimentar global e a proposição de sistemas agroalimentares locais/alternativos, ampliando o foco da abordagem agroecológica da produção primária para os espaços de processamento e comercialização dos alimentos (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, p. 173).

A proposta de uma economia solidária surge como uma alternativa frente às relações econômicas capitalistas no sistema de produção, de distribuição e de consumo. Trata-se de uma abordagem diferenciada, sustentada antes de tudo pelos princípios da solidariedade e na cooperação entre os membros envolvidos.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p. 10).

O lucro, pilar fundamental das relações capitalistas, passa a ser antecedido, na agroecologia e na economia solidária, pela ideia de desenvolvimento local e comum dos

trabalhadores. Essa é uma das ideias primordiais encontradas nos sistemas alimentares alternativos, bem como das suas variadas vertentes e estruturas organizacionais, que buscam, mesmo que de maneiras distintas, formas não exploratórias de desenvolvimento econômico em escala regional.

As experiências vivenciadas pelos empreendimentos de economia solidária e pelos camponeses e agricultores familiares que hoje manejam seus sistemas produtivos a partir de um enfoque agroecológico, com seus desafios e contradições, apontam para estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de organização do trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais. Estas práticas, ao mesmo tempo em que possuem elementos de crítica às formas de organização social dominantes, buscam garantir a sobrevivência de alguns milhares de trabalhadores no contexto de uma economia capitalista (SCHMITT, 2010, p. 56).

O tema da economia solidária apresenta em si, tal como a agroecologia, discussões, problemáticas e potencialidades que a tornaram não só um importante conceito, mas também um sinônimo de esperança frente às incertezas sociais e econômicas ocasionadas pelo desenvolvimento capitalista.

3.3. A construção de um sistema solidário

As possibilidades alternativas de produção de alimentos no urbano são variadas. Em seu cerne, contudo, está a disputa por um modelo mais justo e inclusivo. A agroecologia busca, através de um manejo mais sustentável e socialmente integrado, uma mudança de paradigma em suas iniciativas.

Essa mudança de paradigma refere-se ao modelo de produção e de economia baseados nos princípios da competição, do individualismo e do lucro, de forma que esses são basilares na constituição das empresas capitalistas modernas. Sistemas alternativos devem, portanto, se contrapor a esses aspectos, não necessariamente como transformações radicais, mas como possibilidades. É o caso da economia solidária.

O termo economia solidária pode ser compreendido, de forma geral, como uma convenção acerca de formas de organização produtivas que carregam algumas características semelhantes entre si e, em parte, distintas daquelas existentes nas empresas capitalistas tradicionais. O principal ponto de diferenciação desse modelo está exposto na nomenclatura, a solidariedade. Não se trata, no entanto, de um aspecto exclusivo dela, uma vez que

Uma sociedade que levasse o individualismo e a competição como norma de sociabilidade às últimas consequências pereceria em pouco tempo. Alguma solidariedade, alguma interação desinteressada e altruísta é indispensável à reprodução de qualquer sociedade (SINGER, 2019, p. 100).

Porém, a construção de sistemas econômicos baseados na solidariedade se contrapõe à ideia do individualismo e da busca do lucro como pilar fundamental na lógica capitalista. É possível partir assim da solidariedade como um dos princípios aglutinadores que caracterizaram as práticas dentro desse modelo.

Essa definição serve como ponto de partida para a investigação do tema, uma vez que ajuda a estabelecer o diálogo sobre o mesmo. Contudo, ela não contempla a complexidade e a variedade das formas englobadas do que se entende como economia solidária. Mais do que isso, tal definição suscita alguns questionamentos acerca não somente do conteúdo, mas também sobre o próprio conceito empregado.

A economia solidária parte de uma organização distinta daquela das empresas capitalistas tradicionais, começando pelo próprio capital que “[...] é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa” (SINGER, 2003, p. 4). Assim, uma iniciativa solidária tem como base a formação e atuação conjunta dos trabalhadores de uma empresa em prol de um mesmo objetivo.

O capitalismo diferenciara-se da solidariedade pela submissão dos trabalhadores por aqueles que detêm as forças produtivas. É uma relação desigual entre as partes. Daí surge um dos pilares básicos do desenvolvimento capitalista, a necessidade em se colocar à disposição para o trabalho em troca de um salário. Tal disposição não ocorre pela vontade única e simples, mas sim pela necessidade. A criação de um exército de trabalhadores na condição de mão de obra se dá para garantir a sobrevivência.

Disso decorre a necessidade premente de entender o objeto teórico que o termo pretende abarcar e, também, os processos históricos que o originaram e pautaram sua discussão até os dias atuais. Esse é um movimento fundamental para entender o que é e qual o papel da economia solidária na sociedade no decorrer da história, e os atuais processos, bem como suas possibilidades para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Ao analisar o modelo de organização dos trabalhadores nos moldes da economia solidária, a busca de melhores condições de trabalho e vida são aspectos que se

sobressaem. Contudo, outro ponto que aparece com bastante ênfase é a da própria solidariedade.

Paul Singer (2003, p. 5) busca estabelecer os princípios da solidariedade contrapondo-a com a competição. O autor caracteriza o modelo de economia pautada nos princípios solidários como oposição à economia capitalista, baseada por sua vez na competição.

Tal perspectiva é um dos pontos chave para o desenvolvimento do conceito de economia solidária como possibilidade de alternativa a um modelo unicamente capitalista.

Essa é a conceitualização mais geral e comum sobre a economia solidária. Nesse sentido, encontra-se diversos autores que buscaram enriquecer o conceito, além de aprofundá-lo numa perspectiva prática.

Gaiger (2002) afirma que modelos de organizações sociais e econômicas ocorrem e sempre ocorrerão nas margens de liberdade que o próprio sistema hegemônico produz, sendo que no capitalismo isso pode ser visto de diversas maneiras. Para o autor, a questão principal desses movimentos deve remeter aos modos como eles se organizam dentro desse sistema, e não se são uma entidade externa, de fato, a ele.

Dessa forma, a discussão não deve se centrar no debate acerca da suposta dualidade entre a economia solidária e a capitalista, mas sim entender as distinções pontuais da primeira em relação ao modo de reprodução social e da acumulação de riquezas da última.

A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital (GAIGER, 2002, p. 24).

Uma solução apontada por França Filho (2007), em relação à classificação do tipo de economia em que se encaixaria o modelo solidário, é não estabelecer modelos antagônicos com a economia capitalista em um cerne, e no outro limite a economia solidária, mas sim, estabelecer a ideia de uma economia plural. Dessa forma, o tipo de organização e a divisão do poder de decisão passam a ser fundamentais para a distinção entre esses modelos.

E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores (SINGER, 2003, p. 4).

Singer (2003) busca estabelecer uma série de princípios em que a economia solidária se diferenciaria da capitalista. A competição seria uma das principais justificativas para a desigualdade existente em uma economia baseada apenas na busca do lucro, como a capitalista.

Nesse modelo a competição se dá entre os indivíduos que, ao contrário do que é propagandeado, não seria inerente ao comportamento humano, conforme aponta Singer. A competição entre indivíduos e entre empresas gera vencedores e perdedores logicamente. Os vencedores acumulam vantagens paulatinamente, e estão mais preparados e capitalizados para continuar na competição.

Isso resulta, no decorrer do tempo, em uma acumulação de desigualdades que só tenderiam a se intensificar. Para Singer, o diferencial da economia solidária se daria na quebra desse movimento de competição dos indivíduos, buscando fortalecer esses em torno de empreendimentos.

Um dado de realidade que se faz necessário reconhecer, é a existência dos mercados, isto é, a predominância ou hegemonia da atividade econômica que ocorre em função e através destes mercados, em detrimento de outras formas de produção e distribuição (ou apropriação) do excedente econômico (TAUILE, 2001, p. 5).

Esse fortalecimento adviria da associação de iguais, em contraste com um contrato de desiguais, como o existente em uma empresa capitalista tradicional. “O capitalismo, portanto, está fundado numa *relação social*, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições impostas ao valor de sua capacidade de trabalho” (GAIGER, 2002, p.22).

Essa igualdade permitiria um avanço rumo à solidariedade na economia, organizada igualitariamente entre aqueles que produzem, comercializam, consomem e poupam (SINGER, 2002, p. 9). Essa seria por definição a Economia Solidária.

Nesse tipo de conceitualização não haveria uma radical quebra dos pilares da exploração capitalista, mas sim um apelo à diminuição das desigualdades existentes no

sistema. Esse é um ponto importante a ser considerado nesse modelo. Uma das previsões teóricas de Singer era mesmo a de que a competição continuaria a existir no sistema solidário, só que não com tanta intensidade entre os indivíduos, mas sim entre os próprios empreendimentos solidários, que na lógica capitalista de mercado teriam seus próprios vencedores e perdedores, o que continuaria a criar desigualdades, por exemplo, entre os empreendimentos que mais comercializavam e os que não conseguiam fazê-lo com tanto êxito (SINGER, 2002, p. 10).

Assim, a acumulação de desigualdades existiria em uma economia solidária, mesmo que não tão forte como numa economia capitalista, sendo necessário um Estado forte nesses momentos para equilibrar a competição e reduzir as desigualdades.

Nesse panorama geral apresentado por Singer como o modelo de Economia Solidária, fica latente outra característica que ganha bastante enfoque na sua obra, a importância dos tipos de gestão e administração para esses empreendimentos. Uma das grandes diferenças entre a economia capitalista e a solidária residiria justamente nesse ponto, o modelo de gestão.

Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo (SINGER, 2002, p. 16-17).

De acordo com Singer (2002), o modelo de gestão da economia solidária seria democrático, baseado na autogestão. Nele os trabalhadores seriam os próprios patrões, ou melhor, não existiriam patrões, mas sim uma série de decisões conjuntas entre os membros associados. Todos deteriam o poder decisório, bem como tarefas na produção e na comercialização, de acordo com as atividades exercidas pelo empreendimento.

Ao contrário de uma estrutura hierárquica autoritária e rígida, a autogestão prioriza as discussões e a participação de todos na maior parte dos processos, uma vez que, tecnicamente, todos são donos do que é construído conjuntamente.

Nessa característica, de acordo com Singer, residiria uma das principais vantagens sociais da economia solidária, baseada na inclusão e na formação dos membros para os processos produtivos, administrativos e democráticos.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

Singer aponta, no entanto, que o maior inimigo do modelo auto gestor é o próprio desinteresse dos membros, pois esse exige um comprometimento maior do que a simples adesão, exige o aperfeiçoamento da prática democrática (SINGER, 2002, p. 19).

Não haveria, portanto, um viés puramente revolucionário na proposta de economia solidária engendrada por Singer, mas sim uma construção paulatina de inclusão produtiva, econômica e democrática dos sujeitos, que historicamente se encontram cada vez mais marginalizados e deslocados pelo processo de competição, e de acumulação de desigualdades no desenvolvimento capitalista da economia.

Finalmente, a construção conjunta da oferta e da demanda como característica chave dessa outra economia supõe, ainda, no nível da ação, uma articulação fina entre as dimensões sócio-econômica e sócio-política. Isto porque a elaboração das atividades sócio-produtivas conjuga-se à uma forma de ação pública: trata-se de moradores num determinado território debatendo politicamente seus problemas comuns e decidindo seu destino. Tais iniciativas têm vocação para constituir-se, também, como formas inéditas de espaço público em seus respectivos territórios (FRANÇA FILHO, 2007, p.161).

Assim, a competição não deveria se ater apenas ao nível da economia, mas também das demais relações sociais, regendo-as. Contudo, tal nível de aprofundamento das relações competitivas desmembraria qualquer tipo de tecido social. Assim, certos aspectos da solidariedade são indispensáveis e se mantêm coesos, mesmo que relegados a vida particular ou a espaços e tempos específicos.

Se essa solidariedade é traço fundamental da organização das sociedades humanas, e se ela se mantém como tal mesmo com o avanço de um sistema produtivo, econômico e social que busca impor exatamente o oposto do que ela significa, ou seja, a competição, então deve-se admitir que a solidariedade, e qualquer que seja o que possa ser conhecida como uma economia nela baseada, é anterior ao próprio capitalismo.

Em relação a conceitualização teórica acerca do tema, as posições se divergem em maior ou menor grau, principalmente no que tange ao papel da economia solidária como alternativa de reprodução à lógica hegemônica do capitalismo.

Gaiger (2002, p. 19) aponta que algumas perspectivas costumam ser mais taxativas em relação ao papel da economia solidária como um modo de produção não capitalista. Dessas afirmações decorreriam alguns problemas conceituais, visto que não deixariam margens para problematizações sobre até que ponto pode se observar um antagonismo entre economia capitalista e economia solidária.

A economia solidária pode ser descrita, dessa forma, como uma determinada forma de organização da sociedade, principalmente no que se refere à distribuição dos meios de produção, e resultado de um processo de precarização do trabalho e consequentemente da vida. O avanço de organizações comunitárias em cooperativas, no século XIX, reflete o momento de expansão da hegemonia do trabalho assalariado, e está na gênese desses movimentos.

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2002, p. 29).

Em um resgate conceitual do termo e dos processos aos quais ele se refere, pode se pontuar historicamente como o primeiro uso do termo “economia solidária”, segundo Lechat (2002, p. 10-11), na literatura científica brasileira em 1993 no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti.

Essa datação é importante pois demonstra, para ele, que o interesse sobre o tema decorreu de uma conjectura política, econômica e ideológica específica daquele momento, uma vez que antes da intensificação das discussões sobre o tema, ele estava imerso em outros conceitos mais gerais como autogestão e cooperativismo.

Na mesma direção aponta Silva (2018, p. 11), afirmando que no contexto da América Latina o termo economia solidária aparecerá em um momento específico de forte desestabilização do mercado de trabalho na década de 1990.

O conceito foi construído ao longo do século XX na Europa, no interior da chamada “economia social”. Tal expressão representa um debate sobre as possibilidades de cooperação econômica e as formas de manifestação da solidariedade na sociedade, englobando atividades econômicas, como aquelas desenvolvidas por cooperativas de trabalhadores nos mais diversos setores produtivos, e não econômicas, como o trabalho voluntário em associações de diferentes finalidades (SILVA, 2018, p. 12).

A designação de economia solidária aparece, assim, para algumas formas sociais de produção que surgiam no Brasil em um cenário de crise econômica. O desenho do mercado de trabalho brasileiro, assim como em outros países, a exemplo dos europeus e de latino-americanos, tem papel central no desenvolvimento dessas novas formas de produção.

A partir da década de 1940 o país passa a apresentar uma nova configuração de trabalho, centrada no desenvolvimento industrial e no trabalho assalariado. Esse processo se estende, não obstante, a pequenas alterações, até meados da década de 1980.

Ainda que incompleta, a tendência de estruturação do mercado de trabalho se deu em função da rápida ampliação dos empregos assalariados, sobretudo daqueles com registros formais, da redução relativa das ocupações por conta própria e sem remuneração e do desemprego. A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite observar que, para cada 10 ocupações geradas, 8 foram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e uma sem contrato (POCHMANN, 2004, p. 24).

Esse modelo de organização do trabalho, com apoio e fomento do Estado brasileiro, cria uma normalidade na ocupação, onde os trabalhadores têm empregos assalariados, com um avanço significativo em seus direitos e rendimentos.

Uma segunda observação importante neste ponto é que, não obstante a impossibilidade prática de que os mercados ocupem todos os espectros da atividade econômica, a natureza da expansão do capitalismo implica uma tendência inerente à mercantilização de todos os espaços possíveis (sociais, tecnológicos, etc.) da vida humana que se ampliam e modificam ao longo do tempo e através da história (TAUILE, 2001, p. 5).

O desenvolvimento material de uma sociedade se organiza de acordo com as possibilidades dos sistemas de produção existentes. Algumas abordagens, teóricas ou mesmo práticas, visavam a alteração dos meios onde esse desenvolvimento estava inserido.

O processo de humanização do homem, de produção do homem, como um processo contraditório, que recria carências, alienações, tem um sentido de superação constante, através do esforço coletivo, revolucionário, consciente. Define criações de carências superiores. E o próprio desenvolvimento técnico e científico coloca o processo de humanização do homem como possibilidade histórica (DAMIANI, 1998, p. 80).

Silva (2018, p.8), ao analisar o campo de pesquisa da economia solidária no Brasil, apresentou alguns caminhos percorridos pelos teóricos para explicar e categorizar a importância dessas práticas na economia e na sociedade como um todo. Segundo ele, a literatura especializada aponta para uma certa convergência de caracterizações, mas diverge substancialmente em relação ao nível de transformações macrossociais que ela proporciona.

Ainda de acordo com Silva (2018), uma parte dos estudiosos sobre o tema apontaria para o *status* dessas práticas como respostas pontuais de alguns grupos em situação de exclusão social, sendo, portanto, paradigmas das políticas públicas no campo das relações de trabalho.

Outro grupo reconheceria na economia solidária um avanço e uma possibilidade de superação das relações capitalistas vigentes. Outros, no entanto, veriam nessas mesmas práticas iniciativas populares precárias e marginais, e mesmo formas funcionais para a exploração ampliada da riqueza do próprio modelo capitalista.

Nesse quesito, as formas de organização engendradas no conceito de economia solidária são, em primeira e última instância, formas de sobrevivência à precarização do trabalho, das condições de vida e da ameaça de fome. “Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento” (TAUILE, 2001, p. 18).

Contudo, suas formas de organização, principalmente no que tange à divisão do capital e das decisões em relação aos empreendimentos, tornam a economia solidária uma importante ferramenta de construção de possibilidades alternativas populares de produção, uma economia popular solidária.

3.4. Agricultura urbana

Ao mesmo tempo em que a agroecologia e a economia solidária se configuram como alternativas sistêmicas à hegemonia agroalimentar moderna, algumas práticas observadas nos territórios revelam uma dinâmica produtiva e de consumo variada e que, em muitos casos, não podem ser facilmente separadas dos parâmetros conceituais tradicionais.

São práticas antigas que sobrevivem nos espaços como elementos históricos, sociais e culturais, e que se organizam e se articulam de acordo com a própria dinâmica

produtiva e social em que estão inseridos, se transformando pelas necessidades de cada grupo.

Como classificar, por exemplo, numa lógica rígida de divisão entre o rural e o urbano, elementos como chácaras e hortas, quintais produtivos e pomares, no perímetro urbano das cidades? É fato que a urbanização e a intensificação da agricultura moderna mudaram estruturalmente a produção de alimentos, mesmo em países de capitalismo tardio como o Brasil, desfigurando e mutilando as antigas estruturas de produção, bem como separando ainda mais o ato de produzir do de alimentar. Contudo, as possibilidades, necessidades e imposições partem de diversos pontos, criando uma rede complexa de práticas e saberes dentro do próprio sistema hegemônico.

A urbanização influencia todos os aspectos da produção e consumo de alimentos. Aspectos específicos relacionados com a urbanização tais como: rápido crescimento populacional, recessão econômica e políticas de ajustamento estrutural que têm reduzido as despesas do governo e diminuído as oportunidades de emprego, têm contribuído para aumentar o número de pessoas na faixa da miséria absoluta (MACHADO; MACHADO, 2002, p.18).

A existência de formas de produção agrícola no urbano não denota necessariamente uma ruralidade, muito menos um suposto atraso em relação aos locais onde elas ocorrem para aqueles que seriam puramente urbanizados. No entanto, tais produções exigem espaços, o que nas cidades capitalistas modernas tem um duplo aspecto, o da subutilização e o da exploração extrema.

A produção agrícola nesses espaços segue então diferentes ditames, dependendo dos locais onde está especificamente localizada. Em certos locais são formas de intervenção no urbano para a criação de ambientes mais sustentáveis, em outros é uma necessidade alimentada pela pobreza.

Nesse ponto, as atividades de agricultura urbana são importantes ferramentas estratégicas para prover às populações urbanas pobres seu auto-sustento, tornando-se instrumentos para suprir as carências alimentares (MACHADO; MACHADO, 2002, p.18).

Se em determinados locais da cidade, a existência de lotes, praças ou campos sem uma utilização definida é praticamente uma exceção, como, por exemplo, as áreas centrais, o mesmo não ocorre em outras, como nas áreas periféricas, onde a especulação sobre esses espaços visa a valorização, sendo que para isso podem ser deixados sem nenhum uso direto durante anos.

Assim, para compreender a produção agrícola urbana de autoconsumo, é necessário entender a organização das próprias cidades brasileiras, e da forma como as pessoas moram e consomem nesses espaços.

A formação das cidades, sua organização e seu uso como mercadoria tem influência direta nos espaços que podem ou que são utilizados para fins distintos, quando não antagônicos, mas que funcionam, novamente, como parte desigual e combinada na lógica da exploração capitalista desses locais.

No caso da produção agrícola, criam-se níveis de acordo com as possibilidades espaciais onde estão inseridas, sendo que o urbano traz em si características que tornam essas práticas e os sistemas alimentares nele existentes objetos de estudo sensivelmente diferentes e únicos.

O princípio da integração da agricultura dentro de ecossistemas urbanos deu-se em diferentes níveis. Em uma dada cidade e em um dado momento estabeleceram-se naturalmente os espaços rural, periurbano e intra-urbano, que mais tarde integraram-se dentro de um “ecossistema urbano”. Vários estudos exemplificam o princípio da integração pela comparação entre as atividades rural, intra-urbana e periurbana, em que a agricultura urbana é estabelecida para complementar a rural em termos de auto-abastecimento, fluxos de comercialização e de abastecimento de mercado (MACHADO; MACHADO, 2002, p.14).

Trata-se, em muitos casos, de uma produção agrícola de oportunidade, servindo todos os espaços possíveis como uma alternativa de cultivo e de geração de alimentos ou de rendas.

O principal aspecto no qual a agricultura urbana difere da rural, no entanto, é o ambiente. A agricultura urbana pode ser realizada em qualquer ambiente urbano ou periurbano, podendo ser praticada diretamente no solo, em canteiros suspensos, em vasos, ou onde a criatividade sugerir. Qualquer área disponível pode ser aproveitada, desde um vaso dentro de um apartamento até extensas áreas de terra, sob luz natural ou artificial (ROESE, 2003, p. 1).

Pode-se notar em diversas cidades brasileiras que existe um mosaico de produções dentro do urbano com características, ideologias e fins distintos, servindo para a produção com a finalidade de autoconsumo, como cultivo por *hobby* e distração, para a comercialização e até mesmo para a simples ocupação dos espaços que se encontravam vagos, dando assim uma impressão de utilização dos mesmos. Alguns desses tipos de utilização podem ser vistos na figura 3 a seguir.

Figura 3: Cultivos agrícolas no urbano

Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

Nessa figura podemos observar uma horta em perímetro urbano, bem como uma pequena plantação de milho em um terreno, seguida por algumas árvores frutíferas plantadas e cuidadas dentro de um lote de condomínio em Uberlândia. Assim, a agricultura urbana se configura como um objeto de estudo complexo, cuja existência precede a própria existência das cidades, uma vez que surgem das necessidades criadas pela produção agrícola, inserindo-se nesses espaços de muitas maneiras.

A agricultura urbana é, então, um conceito que abarca as diferentes modalidades dessas práticas de produção existentes nos espaços urbanos, que podem estar relacionadas com a agroecologia, com os sistemas da economia solidária, mas que podem também

aparecer como iniciativas mais ou menos independentes, mesmo que estejam claramente inseridos numa lógica maior de produção de alimentos e do próprio espaço urbano, que é, no caso brasileiro, a lógica do capital.

A agricultura urbana é uma modalidade de agricultura com características próprias, integradas no sistema económico e ecológico urbano. A prática de agricultura em meio urbano difere da rural pelo ambiente em que se insere, podendo abranger uma grande variedade de tipologias, nomeadamente: hortas urbanas; jardins agrícolas; arborização urbana com árvores de fruto; cultivo de quintais agroflorestais; plantação e uso de plantas medicinais e ornamentais; plantação de culturas hortícolas junto a estradas e caminhos; ocupação de lotes urbanos vazios e cultivo em vasos e recipientes de vários tipos nas varandas, em terraços, em pátios, nas caves, nas paredes de estrutura construídas (TEIXEIRA, 2016, p. 12).

A agricultura urbana funciona inserida na lógica da cidade capitalista, atuando em certos limites e possibilidades que esse sistema engendra. A agricultura e a produção agrícola existente nas cidades não são um fato novo, contudo, como na própria designação, ela tem de ser pensada no dentro, no início e no pós processo de urbanização, sendo que esse conceito não deve ser entendido somente como a produção de gêneros agrícolas em cidades, mas como uma teia de relações que envolvem essas práticas nesses espaços.

O termo Agricultura Urbana (AU) não se refere apenas à produção agrícola em espaços urbanos. São relações sociais, políticas, culturais, económicas e ecológicas estabelecidas nos territórios urbanos e metropolitanos, que envolvem agriculturas. É uma agricultura que existe em múltiplas escalas, como hortas e quintais, pomares, agroflorestas, assentamentos metropolitanos, quilombos, comunidades indígenas e em territórios pesqueiros como atividades produtivas e de subsistência alimentar, as quais, em sua maioria, associadas aos espaços de moradia (LUIZ; SILVA; BIAZOTI, 2021 p.51).

A urbanização muda fundamentalmente as formas de relação entre ser humano e a cidade, uma vez que ela passa a ser o centro da nova organização económica, através das modernizações cada vez mais constantes das técnicas, acentuando as diferenças entre elas e o que não é urbano, ou seja, o campo ou o rural.

Consequentemente, as práticas vistas como não modernas são margeadas socialmente e espacialmente, sendo deslocadas para áreas mais marginais das cidades. Porém, mesmo nos grandes centros urbanos, a existência de produções agrícolas subsiste, inclusive em regiões onde sua existência é teoricamente uma contradição espacial, como em locais onde o valor dos imóveis pressiona para o uso pleno da superfície. Na figura 4 temos, por exemplo, a utilização de um terreno vago para plantio variado.

Figura 4: Uberlândia (MG) - Pomar e cultivos em terreno.



Fonte: Trabalho de campo, ROSA, 2022.

Esse cultivo visualizado na figura é bastante variado, tendo árvores frutíferas permeadas com cultivo de feijões, mandioca e milho. Esse uso é realizado pelos moradores do entorno, que aproveitam o espaço em frente as casas para a manutenção de um pequeno bosque e pomar.

Pode-se observar que a agricultura urbana está inserida em diversos contextos e diferentes formas, abrindo uma série de práticas com características distintas entre si. Mesmo no urbano, cabe ressaltar que as distinções podem ocorrer pelas áreas do intraurbano e daquelas do periurbano. Além disso, outra distinção importante decorre da finalidade da produção, seja ela para o autoconsumo ou para comercialização.

Pois, conforme caminha-se do centro para as regiões mais externas da cidade, maior é a possibilidade de encontrar tais práticas e, também, maiores serão os espaços destinados a elas.

A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios. A área periurbana é mais complexa quanto à definição de sua localização. Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar de 10 a 90 km, dependendo do desenvolvimento da infra-estrutura de estradas e dos custos de transporte (MACHADO; MACHADO, 2002, p.12).

No periurbano a ligação entre o urbano e o rural fica mais latente, sendo que nele pode se encontrar áreas de chácaras e de sítios. Quanto maior essa proximidade com as áreas rurais, maior a possibilidade de uma produção mais intensa e completa de gêneros alimentícios em relação ao perímetro urbano.

Dados do IBGE demonstram que:

Outra diferenciação importante entre as áreas urbana e rural diz respeito ao montante total utilizado na aquisição alimentar: este é 32,2% mais elevado nos domicílios situados em área urbana (R\$ 681) do que naqueles situados em área rural (R\$ 515) (IBGE, 2021, p. 22).

Contudo, a existência dessas práticas nas cidades ajuda a diversificar a oferta e a possibilidade de obtenção de alimentos, além de oferecer benefícios para a conservação de áreas e o desenvolvimento local. Dentre as possibilidades que essas práticas de produção engendram, tem que se considerar que elas atuam em diferentes níveis, visto que

A agricultura urbana contribui, assim, para a sustentabilidade das cidades em três vertentes: social, econômica e ambiental, referindo ainda, o fato de oferecer uma série de oportunidades para a sustentabilidade das áreas. Essa configuração tem o potencial de gerar benefícios ambientais mensuráveis e de saúde, ao mesmo tempo que enriquece a experiência qualitativa em contexto urbano (TEIXEIRA, 2016, p. 19).

O cultivo de hortas urbanas, quintais produtivos e pomares contribuem para a formação de novas redes de relações que não dependam exclusivamente dos interesses

do lucro, ou da imposição da obtenção de alimentos via dinheiro e/ou grandes redes de supermercados, cuja fonte de alimentos para seu abastecimento passa, geralmente, pela grande produção, ou seja, do sistema agroalimentar contraditório, excludente e desigual.

Essa produção também demonstra as possibilidades existentes no urbano, resgatando práticas e formas de alimentação e de consumo que foram sendo substituídas no decorrer do processo de urbanização e do estilo de vida que ele introduziu. Mais do que isso, essas práticas representam um elemento para a constatação da diversidade produtiva e de modos de vida existentes.

Nos primórdios da humanidade, no seu desenvolvimento como espécie, bem como enquanto ser social, pode se resgatar essas variadas formas de obtenção de alimentos. Os grupos e sociedades retiravam alimentos na forma de caça e coleta de animais e vegetais presentes no ambiente como uma ferramenta primordial de sobrevivência.

Embora a história da alimentação na Pré-História seja a que abrange a maior parte do tempo de existência da espécie humana, foi somente após a superação do longo período da coleta e da caça que surgiu a alimentação baseada na domesticação dos animais e no cultivo agrícola, cujo domínio justamente funda cada uma das civilizações, que se caracterizam por um aproveitamento específico dos recursos vegetais e animais do seu meio ambiente, como, por exemplo, vales férteis irrigados por grandes rios (Tigre, Eufrates, Nilo, Indo), que permitem um desenvolvimento agrícola (CARNEIRO, 2013, p. 41-42).

Durante a história do desenvolvimento da humanidade sempre ocorreu uma inter-relação dos meios de obtenção de alimentos, as quais sempre foram variadas, mas integrantes entre si. Pode se pensar em quatro formas gerais de obtenção de alimentos: A caça/coleta, a troca/doação, a auto produção e a compra. Sendo que esta última é a mais recente e, atualmente, desenvolveu-se com primazia em relação às outras, uma vez que a moeda de troca universalmente cambiável, o dinheiro, proporciona uma possibilidade ampla de obtenção dos mais diversos tipos alimentares sem necessitar de nenhum outro meio que não o comércio.

A existência desses diversos tipos de obtenção de alimentos no urbano moderno ajuda a compreender o movimento dialético entre os sistemas alimentares, onde a proeminência de um não leva necessariamente à exclusão dos outros, pelo contrário, absorve-os e se reinventa na medida que esses também se alteram para sobreviverem como possibilidades de vida. Um exemplo dessa junção entre oportunidade e necessidade pode ser vista na existência das hortas urbanas, conforme segue.

3.4.1. Hortas urbanas

As hortas urbanas surgem, em muitos casos, por um duplo movimento de necessidade e de imposição que advém tanto de alimentos para os indivíduos ou família, quanto forma de uma renda complementar, solucionadas, em partes, pelo cultivo de gêneros vegetais no próprio quintal e em terrenos públicos ou privados de terceiros (nem sempre com a ciência do proprietário em relação ao seu uso da terra).

Essa é uma característica essencial para o entendimento das hortas urbanas, o tipo da posse de terra, uma vez que é ela que vai acabar definindo o tipo de ocupação que se dará àquele espaço. O tempo disponível e o previsível são fatores determinantes para o modelo de horta urbana a ser construído, e as dificuldades que se encontrarão para a execução do mesmo, visto que:

O tipo de posse da terra é importante quando se pensa na manutenção desses projetos no longo prazo e em sua sustentabilidade social, econômica e ambiental. Hortas cultivadas em áreas urbanas particulares ou públicas, sem qualquer tipo de regulamentação, são atividades inseguras para os horticultores porque os projetos: a) dependem da vontade política momentânea dos governantes nos casos onde há subsídios governamentais envolvidos; b) sofrem pressões provenientes da expansão urbana desordenada dos municípios, o que afeta a área disponível para cultivo; c) têm dificuldades para a formação de parcerias, o que dificulta o acesso a recursos financeiros para custeio e/ou investimento; d) têm dificuldades de acesso ao crédito oficial, como por exemplo o PRONAF, devido a falta de regulamentação da posse da terra; e) têm dificuldades para criar incentivos para a realização de investimentos por parte dos horticultores urbanos (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 424).

Essas dificuldades mencionadas não arrefecem de todo a dispersão das práticas das hortas, uma vez que muitas delas, como mencionado anteriormente, têm seu início devido à necessidade. Esta se orienta a partir da imposição que é a própria desigualdade dos meios de vida onde, marcados pelo subemprego e desemprego, os indivíduos são levados a buscar fontes de renda e de alimentos alternativos.

Junta-se a esta questão a desigualdade no acesso à terra, levando esses possíveis produtores, em vista da falta de espaços dignos para o cultivo, a um aprimoramento dos espaços que “sobram”, mesmo em áreas urbanas.

Dessa forma, a possibilidade de se cultivar alimentos em espaços vagos é atrativa “Não apenas por ser de fácil implantação, mas principalmente por seu processo técnico e organizacional não ser complexo” (YAMAMOTO; MOREIRA, 2019, p.76).

Contudo, as hortas urbanas não podem ser vistas apenas sob a ótica de uma solução para a subalimentação, para a falta de diversidade alimentícia e para o subemprego/desemprego. São atividades que surgem, na maioria dos casos, no contexto duplo de necessidade/imposição.

Essa necessidade parte, muitas vezes, dos preços dos alimentos que percentualmente acabam representando um gasto maior das famílias mais pobres, do que daquelas com rendimentos mais elevados.

Isso significa que, tomando as classes extremas de rendimento estabelecidas pelo IBGE, a despesa com alimentação dos domicílios mais ricos era 6,3 vezes maior do que a dos domicílios mais pobres nesse período. Ao mesmo tempo, os domicílios mais pobres comprometiam uma parte aproximadamente 3 vezes maior do seu orçamento com os alimentos. Em suma, mesmo tendo despesas menores com a aquisição de alimentos, quanto mais pobre o domicílio, maior é o comprometimento de seu orçamento com a alimentação (IBGE, 2021, p. 16).

Além disso, o consumo de hortaliças e frutas também se estrutura de forma diferente de acordo com os níveis de renda, sendo que nos estratos mais altos de rendimentos, mesmo com a profusão dos alimentos industrializados, a concentração do consumo desses itens também é maior.

No que concerne aos demais grupos de alimentos, a desigualdade na aquisição é significativa, com destaque para alimentos preparados e misturas industriais; frutas; hortaliças folhosas e florais; hortaliças frutosas, tuberosas e outras; laticínios; e refrigerantes. Nesses grupos, a aquisição dos domicílios com maior rendimento é pelo menos 2,5 vezes maior do que a dos domicílios com menor rendimento (IBGE, 2021, p. 28).

Mesmo assim, a pesquisa de orçamentos familiares do IBGE (2021, p. 75) mostrou que o consumo de alimentos frescos, *in natura* ou minimamente processados, ainda mantêm uma elevada participação da alimentação das famílias em todas as regiões do Brasil, mesmo diante do crescimento expressivo de produtos processados e ultraprocessados.

Nesse contexto, a oferta de alimentos naturais em localidades próximas aos consumidores finais mais carentes representa uma oportunidade de acesso extremamente importante, tanto no aspecto nutricional quanto de variedade alimentar, principalmente devido à profusão dos processados e dos ultraprocessados na alimentação urbana.

A primeira delas refere-se à participação maior dos alimentos in natura ou minimamente processados na disponibilidade alimentar dos domicílios situados em áreas rurais. O quadro inverte-se quando se compara a participação dos alimentos processados e ultraprocessados, muito mais presentes na disponibilidade alimentar dos domicílios urbanos (IBGE 2021, p. 75).

Castelo Branco e Alcântara (2011) relatam que a existência de hortas urbanas e periurbanas ganhou ênfase no Brasil a partir da década de 1980, impulsionadas pelas necessidades dos mais pobres em um momento de agravamento de crises econômicas da América Latina em geral.

Os autores apontam, dessa forma, para o caráter de necessidade de camadas da população, bem como de estratégias institucionais de mitigação dos efeitos da fome e da pobreza. “A partir do início deste século, o apoio a hortas urbanas e periurbanas no Brasil passou a fazer parte da política nacional de redução da pobreza e garantia de segurança alimentar” (CASTELO BRANCO, ALCÂNTARA, 2011, p. 421).

Os mesmos autores também ressaltam a variedade de formas de comercialização dos alimentos produzidos nessas hortas:

A renda direta foi obtida com diferentes formas de comercialização, todas informais. A comercialização na própria horta foi a predominante. Ela foi relatada em 12 trabalhos. Outros tipos de comercialização relatados foram: em feiras livres ou mercado (10 trabalhos), de porta em porta (sete trabalhos) e venda para atravessadores (três trabalhos) (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 425).

A variedade de comercialização, bem como das diferentes formas como essa prática aparece no urbano, possibilita inferir que a existência de hortas urbanas é dinâmica nas cidades, haja visto o intenso processo de modificação do tecido urbano e da influência da especulação imobiliária nesses espaços.

As hortas urbanas seguem, em grande medida, a lógica de utilização dos vazios espaciais, com a ocupação de terrenos que, de alguma forma, não estão sendo utilizados ou mesmo dos que são subutilizados. Dessa forma, cabe salientar o impacto do tipo de desenvolvimento das cidades existentes no Brasil, que crescem horizontalmente com imensos vazios em seus espaços.

As hortas urbanas são uma contribuição para a coesão do espaço urbano. Desafiam a noção convencional de espaço urbano e o desenho de como devem integrar-se na cidade. São estes espaços que contêm uma memória de ruralidade e evocam o campo ou o que este terá sido, uma paisagem humanizada ainda acessível no coração da cidade e um espaço para construir a sensação de estar no campo e um sistema que mantém o modo de vida rural. O crescimento da cidade é cada vez mais recorrente surgirem estes espaços de prática agrícola nos lugares fragmentados e/ou abandonados. Podemos ver esses espaços de hortas construídos em sítios que não são de ninguém. Vazios abandonados e sobrantes que fogem a qualquer planeamento para serem integrados no tecido urbano (TEIXEIRA, 2016, p. 24).

Nesse contexto, então, cabe ressaltar a importância da existência de formas alternativas de obtenção de alimentos nas cidades, que podem se estruturar de forma mais organizada com as hortas urbanas, mas também com uma produção de quintal espontânea ou articulada.

Esse modelo, a produção em quintais ou outros espaços dentro de moradias, sempre foi algo presente nas cidades, uma vez que permite o cuidado praticamente diário do cultivo, sem a necessidade de grandes deslocamentos, além de aliar o espaço de residência e de produção. Trata-se, então, de um modelo disseminado historicamente e espacialmente, tendo relevante importância na alimentação e na variedade alimentar das cidades.

3.4.2. Quintais produtivos

A produção de alimentos em quintais segue a mesma lógica das hortas urbanas, com a utilização dos espaços para o cultivo. Essa produção de quintal geralmente se caracteriza como o cultivo em pequena escala de algumas espécies vegetais num espaço limitado.

Esses alimentos produzidos geralmente têm uma ampla variedade, sendo encontrados com facilidade em quintais maiores com a presença de temperos naturais, plantas medicinais, hortaliças, legumes, árvores frutíferas, além de diversas Plantas Comestíveis Não Convencionais (PANCs). Alguns desses cultivos são realizados em vasos, bacias e mesmo em recipientes improvisados como garrafas e latas como observado na foto 5.

Foto 5: Uberlândia (MG) - Produção de hortaliças em recipientes no quintal.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

Várias espécies cultivadas nos quintais são repassadas entre gerações, tanto fisicamente, quanto pelo conhecimento dos usos e formas de preparação. Dessa forma, tais práticas auxiliam na proteção, na disseminação e na reprodução não apenas desses vegetais, mas de saberes que de outra forma talvez estivessem fadados ao esquecimento, sendo que o papel das mulheres nesse ponto é fundamental para a continuidade dessa produção.

Geralmente, elas também contribuem na produção de alimentos saudáveis, diversificados e sem agrotóxicos, em seus quintais produtivos, hortas comunitárias, sistemas agroflorestais etc. Essa dimensão do trabalho das mulheres explicita uma importante conexão entre medicina tradicional e agroecologia, pois elas garantem a produção de alimentos saudáveis nos arredores de casa e, com isso, garantem a soberania alimentar de suas famílias (GOMES; DIAS; LAUREANO, 2021, p. 484).

A produção de quintal aparece, em muitos casos, como uma simbiose de vários tipos de cultivo, cuja existência oferece uma possibilidade de alimentos frescos durante praticamente o ano todo. No entanto, trata-se, também, de uma forma importante de rendimentos econômicos para as famílias que usufruem dessa possibilidade, uma vez que os alimentos cultivados nos quintais, além de benefícios para a saúde, têm um efeito

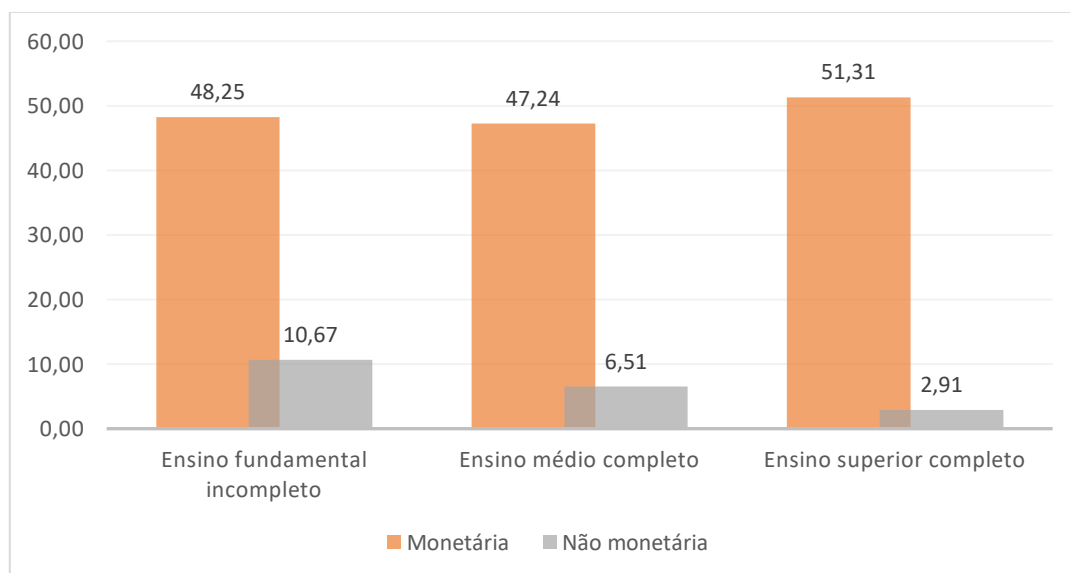
prático que não pode ser ignorado, sendo possível aos consumidores economizar na compra de condimentos industrializados para a utilização no dia a dia, e comercializar um possível excedente.

A produção de excedentes não raro se converte em relações comerciais. Contudo, as trocas dentro de uma lógica de solidariedade também surgem como um importante elo de integração entre membros de uma comunidade ou entre vizinhos.

Pode-se identificar uma espécie de divisão complementar da produção, que evidenciaria a não fortuidade da existência de sobras, em que as trocas garantem que todos tenham uma maior variedade de tipos de alimentos disponíveis, embora não pareça haver qualquer espécie de cálculo ou de preocupação em medir quanto foi trocado, em estabelecer valores equivalentes de troca ou sincronização das trocas (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008, p. 152).

Pode-se quantificar essas relações de produção e de consumo não comerciais a partir do conceito de Despesas Não Monetárias, que segundo o IBGE “São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida por meio de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização” (IBGE, 2021, p. 14). No gráfico 4 temos a quantificação dessas despesas pelo IBGE.

Gráfico 4: Despesa Monetária e Não Monetária com alimentação (per capita mensal em R\$).



Fonte: IBGE, 2021.

Nota-se por ele que as despesas monetárias superam em todos os estratos de ensino, com larga vantagem, as despesas não monetárias, demonstrando assim a predominância da compra e venda de produtos. Contudo, essas formas não monetárias de obtenção de alimentos não se limitam a quintais ou hortas cultivadas ativamente, mas, também, por espaços onde as espécies vegetais se desenvolvem com pouca ou nenhuma interferência humana, sendo que esses, os humanos, acabam se utilizando mesmo assim do que elas produzem. É o caso de árvores frutíferas que crescem em terrenos e lotes que ainda não foram utilizados para fins de construção, e que guardam em si a possibilidade de uma prática mais antiga do que a agricultura: a coleta.

3.4.3. Coleta de itens alimentares

A prática de coleta de alimentos é tão antiga quanto a própria existência da humanidade, sendo que se pode considerá-la como a forma primordial de obtenção dos alimentos, uma vez que parte do princípio de retirar da própria natureza os meios para sua sobrevivência. Trata-se, portanto, de uma prática que ainda resiste, funcionando principalmente como complemento da alimentação diária.

Dessa forma, busca-se em áreas verdes próximas das cidades, ou mesmo nelas, frutas, vegetais e, em menor medida, carne de caça. Isso pode ocorrer por uma série de motivos, que vão desde a necessidade de complementar uma dieta que pode ser frágil do ponto de vista nutricional, passando pela busca de ingredientes e itens que não são encontrados com facilidade em mercados e supermercados, até pelo simples gosto.

A importância da coleta se manifesta também na possibilidade de adquirir alimentos que não são facilmente encontradas no mercado para comercialização. É o caso, por exemplo, de itens que faziam parte do dia a dia alimentar de populações rurais, ou daquelas urbanas que tinham possibilidade de ingressar em bosques ou regiões de mata para coletar frutas e vegetais.

Na literatura tem-se, por exemplo, a descrição da coleta de sementes de Jatobá, cuja farinha constituía uma importante fonte de nutrientes, bem como um substituto em momentos de maior vulnerabilidade.

Quando a farinha passou a rarear, meu pai recordou a receita do beiju de jatobá que Donana fazia. Havia vagens em abundância. Era uma árvore que resistia bem à falta d'água, frondosa, imponente, uma reserva de alimento de segunda linha, ignorada quando havia tudo o mais. Assim, comemos beiju de jatobá por meses, até enjoar (VIEIRA JUNIOR, 2018, p.68).

Nas fotos seguintes aparece o processo de coleta de sementes de Jatobá e sua posterior manufatura em farinha usada para fazer bolo¹⁰. O jatobá é um alimento simbólico na alimentação via coleta, uma vez que, mesmo com a comercialização de sua farinha em lojas especializadas de produtos naturais, suas sementes são dificilmente encontradas para a compra e, por outro lado, é uma árvore presente em diversas áreas urbanas, fato este que facilita a sua coleta. Na figura 5 podemos visualizar um processo de coleta e beneficiamento do fruto.

Figura 5: Processo de coleta e de beneficiamento do Jatobá.



Fonte: Trabalho de Campo, ROSA, 2020.

¹⁰ A receita para o bolo de farinha de jatobá com fubá de milho, bem como outras seis receitas podem ser encontradas em: ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de Cerrado: aproveitamento alimentar. Planaltina: Embrapa - CPAC, 1998. 188p.

Outra prática de coleta importante é a de frutos, não necessariamente daqueles pouco conhecidos ou de difícil acesso, mas cuja presença em áreas de mata ou mesmo em perímetros urbanos oferece oportunidade de inseri-los, mesmo que de forma quase habitual, na alimentação cotidiana.

No caso da manga, por exemplo, existe nos seus períodos de frutificação uma grande quantidade de frutos espalhados pelas ruas das cidades em canteiros centrais das vias de trânsito, em parques e praças urbanos e nos campos, uma vez que se trata de uma árvore bastante utilizada na arborização e que é, também, muito apreciada. Outra fruta, menos facilmente encontrada, mas cuja utilização também é ampla, principalmente nas áreas de cerrado, é o pequi, apresentado na figura 6.

Figura 6: Coleta de pequi.



Fonte: Trabalho de Campo, ROSA, 2021.

Encontrados em diversas barracas de comércio ambulante e mesmo em mercados formais, feiras e supermercados, a coleta desses frutos, demonstrado na figura anterior, ainda integra uma importante parte do consumo e de perpetuação deles. Os pequizeiros podem ser encontrados em áreas de cerrado mais preservadas ou até em bosques e, em alguns casos, em terrenos e praças nas cidades.

Muitas pessoas buscam os frutos como forma de complemento nutricional, ou para variar e completar o alimento diário, outras pelo prazer de seu consumo. Em todo o caso, a coleta possibilita que uma quantidade maior de pessoas tenha acesso ao fruto, sem que necessariamente tenham de comprá-lo, permitindo uma alternativa de consumo.

Esses pontos nos auxiliam a entender como a agricultura urbana e práticas como as de troca e coleta representam uma possibilidade para as camadas mais pobres da população terem acesso a frutas, legumes e hortaliças.

4. FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA (MG).

O sistema agroalimentar baseado nos cultivos de monocultura, nas grandes propriedades e na produção voltada à exportação, firma-se como paradigma hegemônico da agricultura brasileira nas últimas décadas.

Tal hegemonia pode ser observada pelos números obtidos pelo agronegócio, tanto em volume de produção, exportação e do seu PIB, quanto pelos investimentos e incentivos dados pelo Estado brasileiro ao seu desenvolvimento. No entanto, tal forma de produção também traz como resultados grandes contradições, tanto econômicas quanto sociais.

A concentração das terras no Brasil constitui-se como uma característica do sistema moderno da agricultura, ao mesmo tempo em que a expansão dessa reprodução relegou grande parte da população a pequenos espaços e/ou à saída do campo onde o trabalho, agora intensificado pela mecanização, substituiu levas de trabalhadores.

Contudo, como visto na seção anterior, essa produção não existe de forma isolada no território nacional. Ela convive com formas antagônicas ou interrelacionadas, com modelos de produção agrícolas tradicionais e/ou alternativos, que se apresentam como resistências e possibilidades de um desenvolvimento socioambiental mais inclusivo.

Dentro desses modelos, a agricultura urbana surge como uma realidade de produção, de circulação e de consumo de alimentos mais próxima da população das cidades, sendo que aspectos da agroecologia, da economia solidária e do desenvolvimento local e sustentável têm pautado de forma substancial a criação e a continuidade de diversos empreendimentos desse tipo.

Tem-se, então, uma possibilidade real de transformação da relação entre as pessoas e o seu alimento, buscando reafirmar antigas práticas, bem como oferecer um conhecimento melhor e mais aprofundado do que é a alimentação, desfazendo ou minorando o distanciamento que a agroindústria e a alimentação moderna têm pautado como real.

Uma característica latente da agricultura urbana é a pluralidade, que se materializa não apenas no modelo de produção, dos tipos de alimentos cultivados, mas também da sua organização e da relação com a comunidade ou o meio em que está inserida. Esse modelo de produção aparece de formas variadas no tecido urbano, se apresentando como hortas comunitárias e/ou solidárias, produção de quintal ou varandas, ocupação

temporária de lotes, pomares coletivos entre outros. Cada uma dessas formas tem suas características próprias e específicas, que advêm das possibilidades e necessidades de cada tipo de espaço. No entanto, trata-se de elementos do urbano cuja produção não deve ser ignorada.

A agricultura urbana pode assumir formas intencionais bem organizadas, como no aproveitamento de lotes e espaços vagos, visto na primeira foto do mosaico apresentado a seguir, bem como também intencionais, mas de modo rudimentar e improvisado, como no milho plantado entre as rachaduras de um passeio em um bairro no setor sul da cidade de Uberlândia.

Trata-se, no entanto, de práticas com lógicas distintas, com fins provavelmente distintos, com organizações diferentes, mas que estão inseridas num processo único e mais amplo, que é o do uso dos espaços urbanos para o cultivo de espécies alimentícias. Um contraste desses usos distintos pode ser visualizado na figura 7.

Figura 7: Uberlândia (MG) - plantações de milho.



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021

Nessa figura temos um cultivo intenso de milho dentro de um lote urbano, apresentando um bom desenvolvimento das plantas, o que minimamente denota certo cuidado com as mesmas. Em seguida, na mesma figura, temos alguns exemplares de milhos plantados dentro de rachaduras em um passeio também no urbano, sendo essa uma situação pouco usual, mas que ajuda a visualizar a heterogeneidade de situações encontradas na agricultura urbana.

Uma horta comunitária, por exemplo, pode ser criada em uma escola para o consumo dos próprios alunos e funcionários, tendo como mão de obra pessoas da comunidade, servidores públicos, bem como os próprios alunos. Mas, também pode funcionar dentro de uma lógica de pequeno empreendimento capitalista, com funcionários próprios e na busca do lucro para a manutenção do funcionamento.

A produção de quintal, cuja denominação de quintais produtivos passa a ser cada vez mais utilizada, pode seguir lógicas parecidas. No entanto, trata-se de uma produção tradicional, existente desde a origem das cidades, com moradores buscando cultivar espécies alimentícias para complementação alimentar e/ou renda extra com a comercialização das mesmas. Essa possibilidade de complemento da alimentação ainda aparece no cultivo em apartamentos e varandas, a exemplo de temperos e de hortaliças plantados em vasos em espaços ínfimos no centro de grandes cidades.

Com a finalidade de identificar alguns aspectos e particularidades da agricultura urbana praticada em Uberlândia, a pesquisa realizada seguiu algumas importantes etapas. Inicialmente fez-se um levantamento sobre as publicações existentes sobre o tema no município, e levantamento de dados primários através de instituições públicas e privadas que revelassem aspectos desse modelo de produção.

Essa etapa forneceu embasamento não só teórico, mas quantitativo e oficial acerca da existência histórica e atual dos sistemas alimentares em Uberlândia, e possibilitou a contextualização das formas alternativas existentes, bem como sua relação com a população em geral.

Em uma segunda etapa foram realizadas pesquisas de campo com entrevistas semiestruturadas junto a produtores e consumidores da agricultura urbana da cidade, com enfoque para a variedade dos modelos existentes, ao uso de espaços vagos para plantio de pomares e hortas comuns, a produção de hortas urbanas privadas e a produção de alimentos em quintais e/ou varandas.

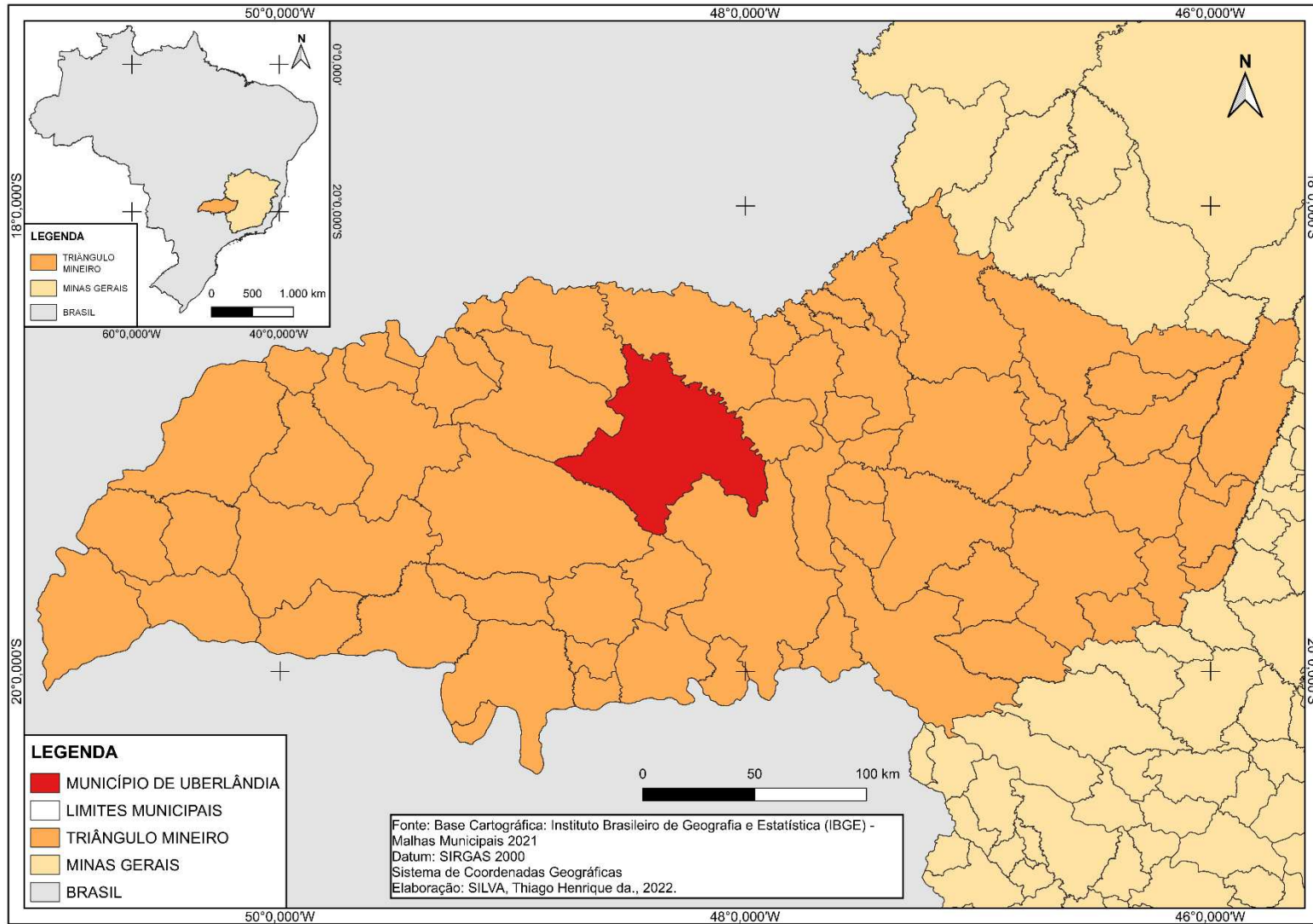
Dessa forma, buscou-se apresentar um panorama geral da existência desses modelos de produção, bem como as dificuldades e potencialidades de cada um deles.

Realizou-se, também, a aplicação de questionários digitais, propagados por meio de divulgação oral e através de redes sociais, buscando alcançar o máximo de respondentes urbanos que pudessem colaborar a fim de que se pudesse ter visão das pessoas sobre o tema, bem como o perfil dos consumidores e pequenos produtores de alimentos produzidos através dessas formas alternativas na cidade. Os resultados são apresentados na sequência.

4.1. Aspectos gerais do município de Uberlândia – MG

Uberlândia é um município localizado na microrregião de Uberlândia e na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, entre as coordenadas 18° 30' – 19° 30' de latitude sul e 47° 50' – 48° 50' longitude oeste. Trata-se de uma capital regional B, termo utilizado pelo IBGE e que abrange 24 cidades que tem como características serem centralidades de referência no interior dos estados onde se localizam (IBGE, 2018). Sua população estimada para 2021 é de 706.597 habitantes, e a área total do município abrange 4.115,206 km², tendo uma densidade de 146,78 hab/km² (IBGE Cidades, 2022). A localização do município pode ser melhor visualizada no mapa 1 a seguir.

Mapa 1: Localização do município de Uberlândia



O relevo do município “[...] pode ser dividido genericamente em três unidades distintas: área de relevo com topo plano, áreas de relevo dissecado e áreas de relevo intensamente dissecado” (LIMA; ROSA; FELTRAN FILHO, 1989, p. 129). Em relação aos aspectos geológicos,

O município está assentado sobre a borda da bacia sedimentar do Paraná, tendo como embasamento rochas antigas tais como xistos e gnaisses do Grupo Araxá (Pré-Cambriano). Sobre este embasamento, estratigraficamente, da base para o topo, aparecem os arenitos eólicos da Formação Botucatu (Mesozóico); derrames basálticos da Formação Serra Geral (Mesozóico); Grupo Bauru (Cretáceo), representado pelos arenitos de granulação média a grosseira da Formação Adamantina, arenitos conglomeráticos e carbonáticos da Formação Marília e sedimentos do Cenozóico (Terciário e Quaternário), compostos predominantemente de seixos de quartzo, quartzitos e, por uma crosta laterítica vulgarmente conhecida na região pelo nome de tapiocanga (NISHIYAMA, 1989, p. 129).

O fato de um relevo com grandes extensões de topo plano, aliado a questões geológicas e o desenvolvimento histórico e técnico, são importantes para compreender de que forma se deu a ocupação do município, bem como os motivos pelos quais a região passou de um espaço dedicado a pastagem, e desinteressante para a agricultura de exportação, para um dos epicentros nacionais do cultivo e exportação de grãos.

A ocupação moderna do território do município se deu através de um processo violento de tomada e concentração. Habitado historicamente por diversos povos indígenas, como os Caiapós, a região do Triângulo Mineiro foi alvo de incursões de bandeirantes desde o primeiro século da colonização, com a primeira documentada em 1590 (LIMA; MORI, 2012).

Localizada entre dois grandes rios, o Grande e o Paranaíba (formadores do Rio Paraná), o Sertão da Farinha Podre foi, durante séculos, ponto de passagem de entradas e bandeiras que geralmente saíam da Capitania de São Paulo. Estas expedições, que objetivavam adentrar o interior da colônia portuguesa, procuravam minas de pedras e metais preciosos e o apresamento de índios, visando sua escravização (LIMA; MORI, 2012, p. 218).

Contudo, é a descoberta das jazidas de ouro e pedras preciosas no interior da Capitania de Goiás no século XVIII que traz novos interesses e conflitos para toda a região, uma vez que a proteção da Estrada dos Goiazes, tida como o único meio de escoamento da produção aurífera de Goiás para São Paulo, passa a ser essencial para a coroa Portuguesa.

A eliminação, tanto física quanto cultural, dos povos residentes na região era uma necessidade para a perpetuação da exploração econômica da colônia. Isso se dava através de guerras, pelo uso em trabalhos forçados ou pela caboclicização dos indígenas (LIMA; MORI, 2012).

Com a decadência das atividades mineiras em Goiás, as terras pertencentes aos indígenas restantes, resultado de assentamentos e aldeamentos, foram objeto de apropriação pelos colonizadores e seus descendentes.

A questão da terra foi exatamente o ponto central da “colonização” do Sertão da Farinha Podre pelos “brancos”, ocorrendo embates entre índios e não índios, aqui compreendidos como a população geralista, que migrava em decorrência do esgotamento das terras de cultura e da queda da mineração (LIMA; MORI, 2012, p. 232).

De modo gradual a posse da terra passou das sociedades indígenas para a propriedade privada dos novos habitantes, que num processo de expulsão e marginalização dos habitantes anteriores, passou a reescrever esses espaços de acordo com seus interesses e formas de organização.

[...] a população indígena assentada nos aldeamentos, foi expulsa por sitiantes e fazendeiros com o apoio das câmaras municipais, e as terras da faixa aldeana expropriadas. Até 1823, os índios haviam perdido a porção situada ao sul do Rio das Velhas. Na segunda metade do século XIX, fazendeiros araxaenses os retiraram da área que lhes havia restado entre o Rios das Velhas e o Paranaíba (LOURENÇO, 2010, p. 22).

Desse processo resultou a quebra dos antigos sistemas de alimentação existentes entre os povos indígenas da região, notavelmente os Caiapós e os bororos. Mesmo que o processo de caboclicização dessas populações, feito mediante miscigenação espontânea e forçada, tenha resguardado determinadas práticas e conhecimentos, é forçoso reconhecer que os laços e ligações necessárias para o funcionamento de um sistema alimentar complexo foi violentamente suprimido por novas estruturas de produção e de organização.

A história do município de Uberlândia se inicia oficialmente dentro desse processo, onde as populações indígenas perderam gradualmente seus territórios, que foram sendo substituídos pela criação de fazendas para a criação de gado de forma geral. Trata-se de um dos fatores que indica a razão do alto nível de concentração de terras existente no município atualmente, uma vez que se originou em um processo violento de tomada desse meio fundamental de produção.

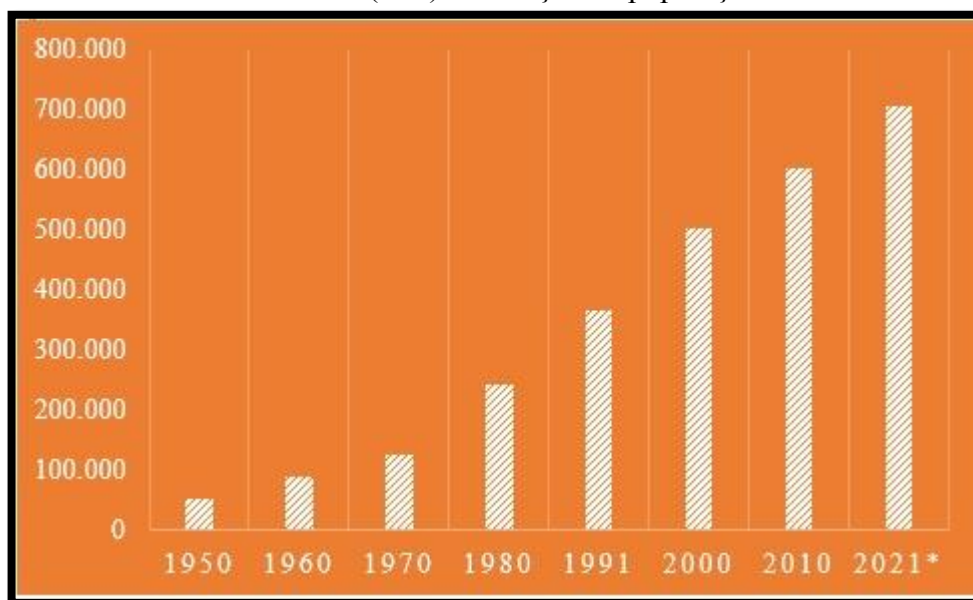
De local de passagem da exploração das minas no interior do território, passando pela apropriação de terras para a exploração agropecuária, os núcleos humanos modernos começam a se formar no espaço do Triângulo Mineiro.

O Triângulo Mineiro destacou-se desde o período de colonização do Brasil sob a égide de uma região de passagem, com grande importância nos deslocamentos para a exploração do território nacional. Neste contexto, a cidade de Uberlândia nasce como um pequeno arraial pertencente ao Distrito de Uberaba. Seu desenvolvimento ocorreu condicionado de forma intrínseca com a questão de sua localização no território. Porém, o desenvolvimento da cidade acontece de fato a partir do início do século XIX principalmente por conta de um processo de interiorização do território [...] (ROSA, 2016, p. 85).

O crescimento populacional do município de Uberlândia foi “mais intenso na segunda metade do século XX. Até 1950 a cidade contava com apenas 54 mil habitantes. Em vinte anos a sua população mais que dobrou, chegando a 124 mil habitantes em 1970, duplicando-se novamente na década seguinte quando atingiu mais de 241 mil habitantes”.

Esse período é marcado no Brasil, de forma geral, como um momento de modernização da agricultura e conseqüentemente de grandes mudanças na estrutura social do país. Pode-se observar pelo gráfico abaixo o crescimento progressivo e acentuado da população nesse período.

Gráfico 5: Uberlândia (MG) - evolução da população 1950 – 2021.



* Estimativa, segundo IBGE, 2015

Fonte: IBGE, 2022.

Elaboração: ROSA, 2022.

Em Uberlândia, assim como na maior parte das cidades brasileiras, a urbanização ocorreu em ritmo acelerado, pautado na modernização da produção agrícola, que liberava mão de obra do campo, e na expansão da indústria, que necessitava de massas de trabalhadores, não

exclusivamente para o trabalho, mas para a criação de um exército de reserva, fundamental para a exploração mais efetiva por parte dos proprietários.

Até a década de 1950 o município possuía 35% da população vivendo no campo. Índice bastante significativo, pois representava dezenove mil habitantes em uma população com pouco mais de 35 mil habitantes. A partir da década de 1960 a população urbana da cidade já ultrapassava os 80% e, na década seguinte esse índice chegava perto de 90% e, 96% a partir da década de 1980 (ROSA, 2016, p. 87).

Evidencia-se um processo também violento, uma vez que a mudança da área rural de Uberlândia para a área urbana não justificaria um crescimento populacional tão acelerado, sendo que grande parte desse contingente se deslocou regionalmente para a cidade, impelidos pelas mudanças estruturais do trabalho.

Não sem prejuízos socioculturais, pode ocorrer uma mudança tão brusca no espaço de vivência de tantas pessoas. O vínculo, os laços, as práticas, todo um sistema de produção, circulação e consumo que existiam nos ambientes rurais onde essas populações residiam, tiveram de se adaptar frente às novas necessidades de exploração do território.

Esses aspectos ajudam a compreender a atual configuração dos sistemas alimentares encontrados em Uberlândia, mas não são os únicos e nem determinantes de forma isolada. É necessário estabelecê-los em conjunto, analisando como foram se modificando e modificaram o espaço geográfico onde se materializaram. Contudo, fornecem importantes premissas de análise para a atual conjuntura produtiva e alimentar existente na cidade.

4.2. Formas alternativas de produção de alimentos em Uberlândia – MG: a agricultura urbana.

A produção de alimentos está presente de diversas formas na cidade e no município de Uberlândia. Trata-se de um centro importante do agronegócio nacional, concentrando grande produção de grãos, bem como agroindústrias de transformação. Porém, também se apresenta no município diversas estruturas alternativas de produção de alimentos.

Essas alternativas são importantes na realidade da cidade, bem como na do país no geral, uma vez que “O debate sobre a alimentação e suas distintas formas de organização tem se restringido ao papel desempenhado pelo assim chamado agronegócio e um pouco pela análise de (novas) experiências que aproximam produtores e consumidores” (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 147).

Para compreender essas formas distintas de organização da produção no município, há que entender que se baseiam, em grande medida, em uma aproximação maior entre os produtores e os consumidores, tendo, para isso, que preencher necessidades e oportunidades que surgem no tecido espacial e social.

A característica central das cadeias curtas de produção e comercialização está relacionada à distância física de extensão e percurso entre os produtores primários e os destinatários finais dos alimentos, em contraposição aos circuitos longos formados por cadeias industriais de abastecimento que distanciam e separam cada vez mais esses atores entre si (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 150).

As cadeias curtas modificam a lógica da grande produção, prezando por possibilidades existentes no próprio local para apresentar aos consumidores práticas tradicionais e/ou alternativas na relação com os alimentos e a alimentação, quebrando um pouco a lógica do consumo apenas pelo consumo.

“Na prática, as cadeias curtas acabam formando redes alimentares alternativas ao modo convencional, pois são formadas por produtores, consumidores e outros atores que buscam “alternativas” ao modo industrial de abastecimento alimentar” (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 150-151).

Os exemplos de empreendimentos alternativos de produção de alimentos em Uberlândia são amplos e variados. SILVA e CLEPS (2009, p. 15) apontaram, por exemplo, a importância das feiras para a divulgação e a comercialização de produtos agrícolas advindos da socioeconomia solidária.

As feiras constituem-se como um dos principais locais de comercialização dos produtos econômicos solidários, caracterizando-se como uma válvula de escape para os pequenos produtores, devido às dificuldades que esses encontram no momento da comercialização. Durante as feiras os produtores podem comercializar seus produtos como resultantes da socioeconomia solidária, o que permite uma maior valorização das mercadorias, além de garantir a aproximação entre produtores e consumidores (SILVA e CLEPS 2009, p. 15).

As autoras destacam, inclusive, que o número de empreendimentos rurais da socioeconomia solidária no município de Uberlândia eram destaque na região, sendo o segundo em número no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Essas redes referem-se a agentes que estão diretamente envolvidos na produção, processamento, distribuição e consumo dos produtos alimentares. Como principais características, esses tipos de cadeias agroalimentares engendram diferentes relações com consumidores e podem envolver diversas convenções e construções de qualidade, embasadas no enraizamento social (embeddedness), hábitos e cultura alimentar locais e regionais em que tais relações estão imersas e através das quais esses novos mercados são socialmente construídos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 151).

Um exemplo de circuito curto, e da possibilidade de aproximação entre produtores alternativos de alimentos e dos consumidores em Uberlândia, é a Feira Agroecológica que acontece no Parque do Sabiá uma vez por semana. SANTOS, OLIVEIRA e BERNARDES (2018, p. 390) descrevem que essa feira acontece desde 2018, e que inicialmente contava com quinze vendedores divididos em sete bancas.

Atualmente, a feirinha, apresentada na figura 8, faz parte de um programa da Prefeitura de Uberlândia intitulado como “Novo Agro”, em que “faz parte do pilar agroecologia, que consiste na produção sustentável, sem emprego de transgênicos ou agrotóxicos e considerando todo ecossistema envolvido, incluindo os componentes ecológicos, socioculturais, técnicos e econômicos” (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2021).

Figura 8: Uberlândia: Feirinha agroecológica do Parque do Sabiá.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Em relato, um dos produtores afirma a importância dessa proximidade com os consumidores. Segundo ele, os produtos e hortaliças estavam “molhados de tão frescos”, uma vez que haviam sido colhidos naquela mesma manhã na sua propriedade em um assentamento rural de Uberlândia. Todos os seus produtos eram agroecológicos, para os quais ele tem certificado.

Convém ressaltar que a produção agroecológica, em geral, chega com preços mais altos nos supermercados do que aqueles produzidos sem esse cuidado, o que acaba por afastar consumidores com menor poder aquisitivo. No entanto, no caso das feiras agroecológicas ocorre geralmente o inverso, tendo esses produtos um valor menor do que os comercializados nos supermercados, sendo que “No caso dos legumes, os preços nas feiras agroecológicas se mostraram em média 156% menor que nos supermercados e 80% menor que nas feiras livres convencionais” (CAVALCANTE DE SÁ; VERAS; PEREIRA; LUCAS, 2021).

Assim, observa-se que a existência dessas feiras aproxima a produção desses alimentos produzidos no sistema agroecológico de uma parcela maior de consumidores. A cidade conta ainda com diversas outras feiras com periodicidade variada, e estruturadas por diferentes organizações sociais.

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários (CIEPS) organiza desde 2015, juntamente com diversos produtores, a Feirinha Solidária da UFU dentro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente sendo realizada em dois dias da semana e em dois *campi* da Universidade, a Feirinha trabalha com produtos orgânicos produzidos por famílias vinculadas à incubadora do CIEPS.

Um caso mais recente desse tipo de empreendimento é o da primeira Feira de Orgânicos, realizada em 2022 pela Organização Não Governamental (ONG) Ação Moradia em conjunto com uma incorporadora da região, foto 6, onde foram comercializados alimentos produzidos pelo programa Horta Lá de Casa da própria ONG.

Foto 6: Uberlândia: Feira de orgânicos da ONG Ação Moradia.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Essa feira é um exemplo de uma iniciativa local, onde existe uma tentativa de aproximar o público do bairro onde ela ocorreu dos projetos de produção de orgânicos da ONG, sendo que é uma feira não recorrente e depende de apoios externos para acontecer.

Uberlândia possui alguns projetos institucionais de apoio a alternativas de produção de alimentos. Um deles é o de criação de hortas em escolas da cidade, conectando alunos, pais e servidores para um sistema alimentar local, onde a produção e o consumo ocorrem nos mesmos espaços. Sobre esse projeto, Resende (2004) apontava uma ampla disseminação entre escolas e creches da cidade.

Atualmente, o projeto conta com 40 hortas (37 desenvolvidas em escolas e creches e 3 de forma comunitária). Segundo o entrevistado, existem mais de 80 pedidos para implantação de hortas na cidade. Todavia, a SMAA está em dificuldades devido às limitações orçamentárias. Para o ano de 2003, foi elaborado um projeto para a manutenção das hortas existentes e implementação de mais dez, orçado em R\$23 mil. Mas, até julho de 2003, somente R\$3 mil foram liberados (RESENDE, 2004, p. 49).

Contudo, as dificuldades de manutenção desse projeto foram além das questões inerentes à própria atividade agrícola e ao apoio institucional. Um dos obstáculos foi a pandemia de COVID-19, a partir de 2020, que alterou as práticas cotidianas necessárias para a

manutenção do cultivo. Muitas hortas deixaram de ser mantidas, principalmente porque as instituições de ensino e creches foram fechadas, até mesmo as hortas comunitárias foram afetadas devido ao isolamento social.

Segundo informações de um funcionário de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), onde existia uma unidade do projeto, antes da pandemia a horta era cuidada por um grupo de alunos, alguns voluntários da comunidade que foram convocados para ajudar, e outros funcionários da própria instituição.

Os alunos cuidavam e consumiam vários alimentos produzidos na escola. Contudo, até mesmo as férias escolares constituíam um problema para a continuidade da manutenção da horta, uma vez que era preciso sempre realizar determinadas atividades, como os cuidados constantes com o cultivo. Isso se agravou durante a pandemia, sendo que as escolas ficaram fechadas, e muitas sem funcionários para as atividades básicas.

O projeto da escola também contou com visitas em hortas da cidade, como a realizada em uma horta particular existente no bairro Morada da Colina, apresentada na foto 7.

Foto 7: Uberlândia - Exemplo de Horta Urbana no bairro Morada da Colina.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Essa foto permite visualizar um dos importantes contrastes da paisagem entre os elementos típicos do rural, representados pela produção da horta, com um dos elementos característicos do urbano que são os grandes edifícios. Tal local, além de oferecer uma

possibilidade de educação ambiental, também serve como elemento de conhecimento crítico para esses alunos sobre a cidade em que residem.

Além de se materializar em hortas nas cidades, a agricultura urbana também se caracteriza fortemente pela produção em quintais. Trata-se de formas de autoprodução, e aparecem em formatos variados e de diferentes maneiras, buscando utilizar com o máximo de eficiência os espaços disponíveis. Para isso, podem ser utilizados paletes de madeira nas paredes para vasos, os próprios vasos, latas e bacias no chão, quintais de terra e canteiros feitos especialmente para abrigar os cultivos, conforme se vê nas imagens apresentadas na figura a seguir.

Figura 9: Formas de cultivo de produção de quintal.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Nessa figura temos o cultivo de vegetais em vasos acoplados a um palete na parede, seguidos por plantio em vasos e recipientes improvisados, além de cultivo em terra diretamente no chão e em canteiros projetados. Essa variedade, de métodos está diretamente atrelada ao aproveitamento do espaço, conforme também pode se verificar na figura 10.

Figura 10: Uberlândia: Cultivo de hortaliças em quintal.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Conforme pode ser observado na figura, a produção é variada, sendo produzido o que for possível no espaço existente. No caso de quintais maiores planta-se milho, feijão e abóboras, por exemplo. No entanto, em espaços menores opta-se por folhas, leguminosas e temperos que ocupam menos espaços e permitem colheitas e usos regulares.

A produção de quintais aparece, em geral, como uma oportunidade de cultivo, onde a presença de espaços livres fornece uma possibilidade de uso. Suas formas são variadas, em cada quintal e em cada varanda há uma disposição diferente dos itens e de espécies, aproveitando não só os espaços, mas configurando-os de acordo com as necessidades das plantas, com a

presença de mais ou menos luminosidade e/ou umidade, por exemplo. Tal fato pode ser observado no depoimento de um respondente da pesquisa, como segue:

[...] tem bananeiras produzindo, porque num canteiro ele toma sombra o tempo todo, também não é bom porque as plantas gostam tem que ter um pouco de sol, mas como bate só sombra, eu ganhei três mudas de bananeira e falei que ia plantar nesse canteiro, porque como ele ficou ocioso aí o que aconteceu aí elas cresceram, elas deram mais mudas, já colhi um cacho de banana marmelo grande, ela ficou de bom tamanho a banana, e agora já soltou um cacho enorme de banana nanica. E é pequeno, são 10 por 4, mais ou menos (Respondente A, 2022).

Sobre os benefícios dessa produção, um dos respondentes afirmou que são vários, incluindo a educação ambiental na qual estão inseridos, mas também uma questão pessoal de relaxamento.

Da educação ambiental que a gente pratica, lógico o que eu produzo aqui eu vou deixar de comprar e comprar produtos com produzidos com o uso de agrotóxicos, então eu vou deixar, eu vou consumir o meu. Sem contar que pra mim o grande benefício é que pra mim é uma terapia, quando eu chego do meu trabalho e vou jogar água e vou olhar se não tem lagarta e olhar como tá o desenvolvimento eu me distraio completamente, é uma terapia para mim (Respondente A, 2022).

O aproveitamento do espaço é um princípio essencial na agricultura urbana e nos quintais produtivos. Como, em geral, são espaços limitados, existe a necessidade do estabelecimento de estratégias para melhor aproveitar o espaço e os recursos disponíveis. Esse aspecto também pode ser observado no depoimento de outro respondente, professor e morador de um bairro periférico na região leste de Uberlândia: “O espaço é pequeno e a gente tem que ir remanejando, colocando os vasos aonde pega mais sol numa hora e menos em outra. Pendurar nas paredes é um jeito de fazer pegar mais sol, mas aí só serve vaso pequeno” (Respondente B, 2022).

Mesmo em espaços bem limitados, como no caso de apartamentos, existem a possibilidades de cultivos. A respondente C, atualmente sem emprego e moradora de um apartamento que divide com o marido em um bairro periférico na região sul de Uberlândia, aponta que:

Eu vim de uma casa onde a gente sempre plantava alguma coisa, sempre gostei de planta, então sempre quis colocar uma coisinha aqui, outra ali. Quando mudei pro apartamento isso já ficou bem mais difícil. Mesmo assim deixei uns vasinhos onde plantei alguns temperos, salsinha, cebolinha, manjeriço, essas coisas, que é o que dá e ao menos posso usar na comida (Respondente C, 2022).

No caso do “Respondente A”, que ao perceber que determinado local do seu quintal não era indicado para o plantio de hortaliças pela ausência do sol na maior parte do dia,

experimentou o plantio de bananeiras, cujo resultado foi, segundo ele, além do esperado, propiciando mais uma espécie agrícola no jardim.

Nesse momento a terra está em repouso, os canteiros estão sem as plantas, porque boa parte das verduras, elas não se adaptam as chuvas fortes, então, nesse momento ele está em repouso aguardando falar que realmente o período chuvoso acabou, pra eu repor com alface. Mas aqui eu retiro alface, couve, espinafre, rúcula, almeirão, já colhemos berinjela, acelga, coentro, cebolinha, taioba, que é uma verdura inclusive considerada medicinal, não é, tenho muito taioba, pimentas, manjeriço, alecrim, tem ainda algumas coisas [...] (Respondente A, 2022).

A horta de quintal de um dos entrevistados demonstra a variedade de espécies e cultivos que podem ser realizados nesse modelo. Em canteiros bem-posicionados e distribuídos ele conta com salsinha, cebolinha, pimentas e berinjela plantados nos canteiros vistos na figura 11.

Figura 11: Disposição de canteiros para aproveitamento de espaço em horta de quintal



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

As imagens dessa figura demonstram que mesmo em um espaço limitado, a produção de alimentos é uma possibilidade de aproveitamento de quintais para a própria variedade alimentar e nutritiva, de forma que muitos dos itens disponíveis ali podem funcionar como um complemento dos produtos e refeições compradas externamente. Um exemplo dessa variedade de espécies cultivadas nessa horta pode ser vista na figura abaixo.

Figura 12: Produção de Horta em canteiros de entrevistado.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Nela se revela uma produção diversificada, onde as preferências do consumidor se materializam nas espécies por ele cultivadas, mas também dependem de uma série de fatores como o clima, do tipo de cuidado exigido por cada variedade, das condições do solo, da luminosidade recebida, além da disponibilidade das mudas e sementes e do conhecimento das espécies que podem ser cultivadas. O cultivo na agricultura urbana acaba levando a novas descobertas e a um acúmulo de novos conhecimentos.

Trouxe semente da minha mãe, tinha nascido cosmos, peguei semente na rua, semeei na casa dela, cresceu, tirei a semente da planta dela e trouxe pra cá pra plantar. Falei olha se a gente arrumar uma casa com quintal vou plantar lá. Cosmos é aquele florzinha laranja que nasce nos matos, que nasce na beira de estrada, ela é comestível descobri tem poucos dias, e eu plantei sem saber que ela era comestível, plantei pelo ornamental mesmo, porque ela é uma planta bonita, porque ela enriquece muito o ambiente, plantei e ela é uma planta rústica, cresce praticamente em qualquer lugar, você não precisa ficar dando manutenção nela e deu muita flor, e ela é toda comestível, a folha se come, a flor se come. Pode fazer salada com a flor, enfeitar e você pode comer junto com outras folhas de salada (Respondente A, 2022).

O cultivo em consórcio, prática tradicional e bastante utilizada em áreas de agricultura familiar, aparece também no relato como uma herança do conhecimento dos antigos, e como uma possibilidade da utilização do espaço. Além disso, as próprias intempéries climáticas, em ambientes menores como quintais, parecem ser melhor administradas. No relato seguinte evidencia-se, também, que quando a produção consorciada é praticamente destruída pela chuva, partes da planta foram aproveitadas, como a vagem.

[...] um canteiro é bem grande, que eu fiz no período de chuva quando tava começando em outubro. Eu plantei milho, e foi uma experiência assim, que eu tava muito feliz, porque eu fiz como era antigamente na cidade velha de Nova Ponte, a gente plantava milho associado com feijão e o feijão crescia já no pé de milho e a gente comia vagem, além de comer o milho depois, e eu tava assim muito empolgado assim com a plantação de milho porque cresceu, já tava com mais de um metro e deu uma chuva, talvez a mais forte desse período, e ela conseguiu arrancar toda a minha plantação de milho. Eu não colhi o milho porque não chegou ao ponto, mas ainda assim a gente colheu vagem (Respondente A, 2022).

Legalmente, o estabelecimento de hortas urbanas, numa lógica maior da agricultura urbana e periurbana, tem sido foco de legislações recentes que visam estabelecer algumas normativas sobre o tema. O estado de Minas Gerais conta, desde 2006, com uma legislação específica sobre a agricultura urbana e periurbana.

No que se refere aos estados, Minas Gerais era o único estado que possuía uma legislação que regulamentava a agricultura urbana e periurbana (Lei 15.973 de 12/01/2006). A regulamentação dessa atividade pode contribuir para o aumento da área cultivada e dos investimentos por parte dos produtores, o que pode significar a garantia da sobrevivência dos projetos no longo prazo (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p.424).

Contudo, em nível nacional, somente em 2021 foi estabelecida uma legislação ampla sobre esse tema, por meio do Projeto de Lei do Senado nº 353 de 2017 que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Esse projeto

Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável, definida como aquela desenvolvida no modelo de produção orgânico, em imóveis urbanos, públicos ou privados, cultivados para a produção de alimentos, plantas ornamentais e medicinais, bem como a criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização ou doação a instituições educacionais e assistenciais (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Em Uberlândia, institucionalmente, uma lei municipal de 2002 criou o programa de hortas comunitárias, constando em seu artigo primeiro que “As áreas ociosas e disponíveis no Município, serão destinadas à exploração de hortas comunitárias” (LEI Nº 7953 de março de 2002).

Essa lei reconhecia a existência das hortas urbanas no município, bem como atuava legalmente para o estabelecimento delas. “O Programa mencionado no "caput" deste artigo visa o incentivo da produção de alimentos, plantas medicinais, frutas e novas alternativas, nos terrenos ociosos públicos ou privados nos bairros, tendo como finalidade didática a educação ambiental e renda familiar” (Lei Nº 7953 de 05 de março de 2002).

Essa lei foi substituída pela LEI Nº 12.815, de 16 de outubro de 2017, que aborda de forma mais geral a questão, dispondo das áreas públicas e ociosas do município de forma com que possam ser utilizadas para fins de preservação e conservação do solo sem, necessariamente, serem destinadas para o plantio de hortas e de produção agrícola.

A permissão para o uso é em regime de autorização de uso precário. Qualquer pessoa autorizada deve submeter, via protocolo, um pedido na Secretaria de Administração da Prefeitura de Uberlândia.

Segundo o setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), atualmente (2022) são 128 terrenos públicos que seguem esse regime de autorização de uso a partir da lei Nº 12.815.

No entanto, não são todos utilizados para a instalação de hortas e de pomares. O uso mais comum é o de cuidado com a área, com determinada pessoa ou grupo cuidando de um espaço da prefeitura não utilizado.

Os motivos para isso são variados, mas, na maioria o que ocorre é uma preocupação social com o mau uso desses terrenos por parte de moradores do entorno, com grande parte

deles sendo utilizados para o descarte incorreto de resíduos de construção e lixo no geral, além de muitas vezes serem ocupados por matagais, aumentando a insegurança local.

Uma vez em regime de autorização, o indivíduo pode utilizar a área desde que respeite algumas condições. Não pode edificar a área, podendo construir cercas, mas que deixem visível a parte interna. Também tem que arcar com os custos decorrentes da utilização, como água, esgoto e energia, se houver.

Segundo o Setor de Patrimônio da PMU, a fiscalização dessas áreas é recorrente, principalmente para a verificação do seu bom uso. Caso a área seja solicitada, o autorizado tem 90 dias para desocupar o local.

Isso se revela um problema para a instalação de empreendimentos que exigem tempo e previsibilidade, como as hortas. Os pedidos para uso são prontamente atendidos, segundo o Setor de Patrimônio, sem burocracia, desde que a documentação e as exigências sejam atendidas. Não existe pedidos de uso na fila, por exemplo, pois consiste em um processo rápido.

Contudo, não é bem o que relata um dos autorizados a exercer a utilização de um desses lotes. Em entrevista realizada¹¹, ele, que ocupa uma área desde 2019, aponta que sua solicitação só foi legalizada em 2020, que o processo foi demorado e burocrático, sendo que só a obtenção de uma das assinaturas de que ele necessitava demorou meses para ser obtida. Com a autorização de uso, ele criou uma horta particular, a qual atualmente é sua única fonte de renda.

O agricultor afirmou que ocupou o lote porque tinha preocupação com o descaso do espaço. A presença de muito mato, entulho e indivíduos estranhos o levou a começar a zelar, uma vez que mora em frente ao terreno.

A presença de animais peçonhentos, além de descarte de animais mortos, era uma constante por conta do lixo. Depois de retirar a maior parte do entulho e de realizar a capina do lote, resolveu plantar algumas espigas de milho e pés de feijão, apenas para consumo próprio.

Com o tempo, resolveu montar pequenos canteiros de folhas, as quais começaram a despertar interesse na vizinhança para compra. Com a procura, resolveu aumentar o espaço e pedir autorização para o uso junto à prefeitura. O resultado dessa ocupação pode ser vista nas hortas desse espaço apresentadas na figura 13.

¹¹ O roteiro de entrevista encontra-se disponibilizado no Apêndice A, neste trabalho.

Figura 13: Uberlândia - Canteiros em Horta urbana região sul.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Nas imagens nota-se um espaço bem cuidado e produtivo, com a presença de canteiros bem delimitados e cuidados, com uma efetiva presença variada de hortaliças em diversos estágios de crescimento. Essa utilização de um espaço que era vago pode ser melhor compreendida vista na sequência de imagens a seguir, onde pode-se observar a transformação ocorrida no espaço do terreno entre os anos de 2011 e 2022.

Figura 14: Terreno antes do empreendimento da horta - 2011



Fonte: Google Maps, 2011.

Foto 8: Terreno depois do estabelecimento da horta – 2022.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2022.

Em 2011 o terreno ainda era um espaço ocupado basicamente por mato, tendo que ser conservado limpo pela prefeitura, já que pertence a ela, o que não ocorria com a frequência necessária. Na foto de 2022 é possível observar o terreno ocupado pela horta, cercado e limpo.

Atualmente, a horta do entrevistado, que ocupa 2700 metros no total, é composta pelo cultivo de alface, chicória, espinafre, rúcula, acelga, agrião, couve, almeirão, coentro, salsinha, cebolinha e abóboras, destinadas em grande parte à comercialização no próprio local pela comunidade.

Ainda de acordo com o entrevistado, o interesse dessa é constante, sendo que várias vezes atendeu professores, e até mesmo um grupo de alunos e crianças às quais ensinou a plantar e os cuidados com a terra.

Cabe salientar que os valores arrecadados na comercialização da produção são apenas para a sobrevivência, visto que o mesmo não tem outra fonte de renda, e que trabalha juntamente com um amigo/sócio durante todos os dias da semana.

São vários os problemas enfrentados pelos dois para manter o empreendimento. Primeiramente, os valores arrecadados quase não fazem frente aos gastos. Vendendo as folhas por uma média de R\$3,50, o rendimento alcançado é baixo.

Contando os gastos com a compra de insumos, cujo preço vem crescendo vertiginosamente nos últimos anos (o entrevistado afirmou que pagou R\$1.100,00 em um caminhão de esterco na última semana), além de perdas de produtos ocasionadas pelo clima e por doenças, e o pagamento das contas referentes à área.

Na sua conta de água e esgoto somam-se R\$1.500,00 podendo alcançar R\$2.500,00 dependendo do gasto hídrico. E é sobre a taxa de esgoto que o agricultor aponta como mais problemática. Por lei, ele não pode construir nada no local, porém, a Prefeitura instalou o sistema de água para que possa ser utilizada na produção. Mesmo sem a instalação da rede de esgoto, o agricultor urbano afirmou que paga R\$ 700,00 por mês por um serviço que não possui e que, portanto, não utiliza.

Não existe também, segundo ele, apoio direto do governo municipal para a continuidade do processo. Para ele, bastariam algumas pequenas atitudes do poder público para que incentivasse mais ações como a dele, cujos benefícios para si, para sua família e à comunidade ao redor são muitos, como aponta. Contudo, a falta de apoio é notável e a fiscalização, em geral, só está preocupada de que eles não construam nada permanente nos locais. Para o entrevistado, há necessidade de uma melhor gestão dos órgãos públicos no sentido de auxiliar e incentivar a produção de alimentos em áreas desocupadas do tecido urbano.

Ele destaca que, para a real efetividade da atividade, teria que existir uma melhor investigação social dos requerentes para a utilização das áreas públicas, de forma que fossem beneficiados quem realmente precisa delas; a presença de algum técnico ou agrônomo que pudesse trabalhar em prol e em conjunto com os agricultores urbanos; a retirada da taxa de esgoto, que uma vez que é inexistente, não faz sentido ser cobrado mesmo porque onera ainda mais uma atividade que praticamente não é mais rentável.

Para ele, são iniciativas de baixo custo para o poder público e alto impacto para a vida dos agricultores urbanos e da população em geral, que teria acesso a mais produtos vegetais frescos e de qualidade perto de suas residências.

Se essas atividades se fortalecessem, uma cadeia de produção e comércio de vegetais e folhas poderia ser edificada, transformando esses empreendimentos isolados em uma rede de abastecimento local. Bastaria, tão somente, que houvesse vontade do poder público para tal, o que não tem ocorrido.

4.3. Perfil das práticas alimentares alternativas entre produtores e consumidores

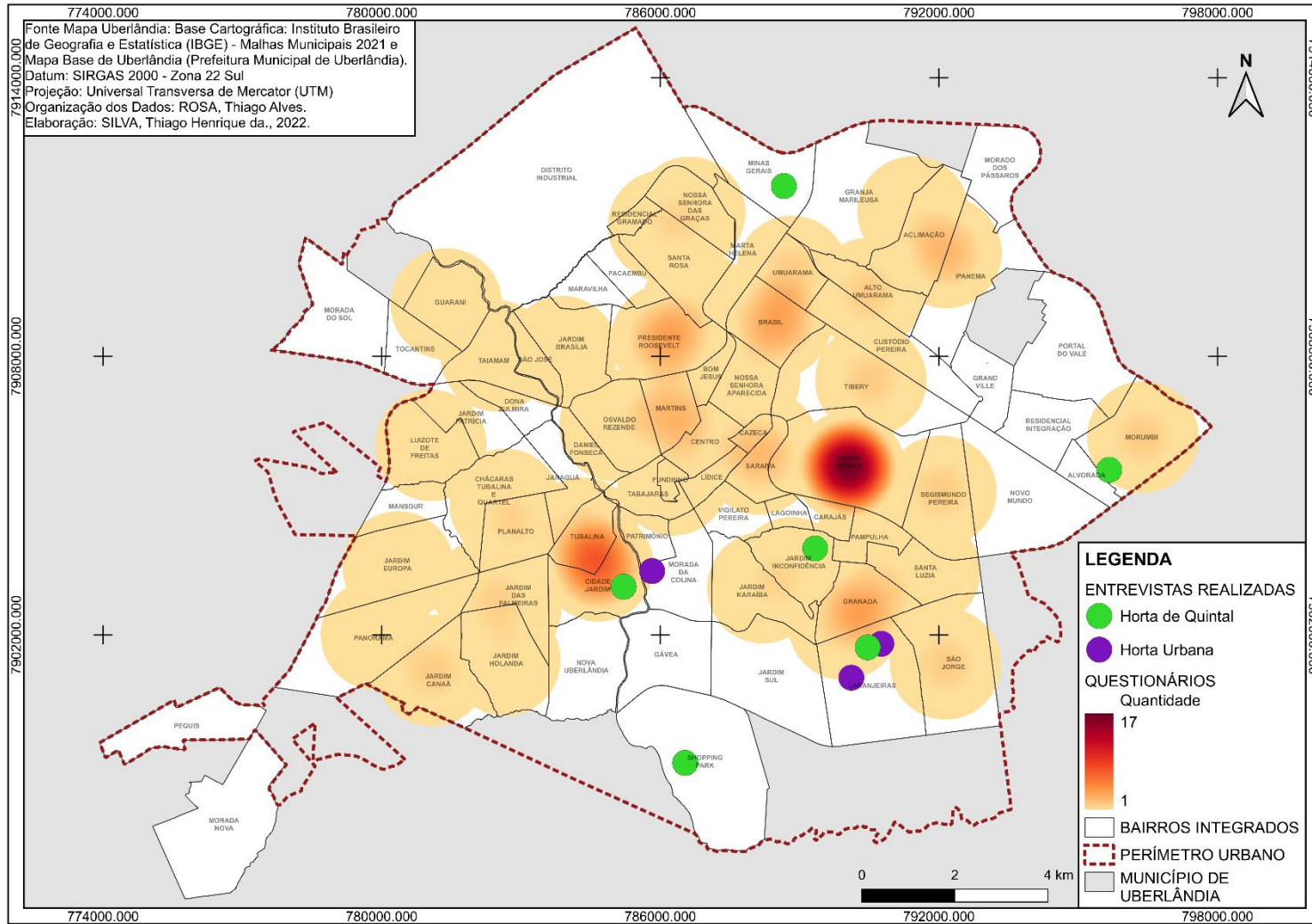
A prática da agricultura, conforme visto, abarca uma grande variedade de formas no tecido urbano. Algumas dessas formas se reproduzem em residências urbanas, refletindo, em uma pequena escala, a vontade e a necessidade produtiva de alimentos nas cidades. Por meio da aplicação de questionários virtuais, pelo aplicativo *Google Forms*, buscou-se traçar um perfil socioeconômico dos indivíduos envolvidos direta ou indiretamente com essas práticas.

No total, 175 pessoas responderam ao questionário estruturado que foi dividido em três partes: dados pessoais, hábitos alimentares, e consumo e práticas alimentares alternativas, totalizando 27 questões, conforme apêndice B.

O questionário foi disponibilizado e respondido através da ferramenta de construção de formulários do Google Documentos, divulgado por meio de e-mails institucionais, buscando alcançar o público acadêmico; de envio para grupos e indivíduos por aplicativos de mensagens, sendo replicados por muitos dos respondentes nas suas respectivas redes sociais; além da divulgação direta, realizada em conversas informais com diferentes grupos.

Desse modo, buscou-se abarcar diferentes estratos sociais e econômicos da população residente em Uberlândia, traçando um panorama mais geral sobre a existência e as práticas alternativas de produção de alimentos na cidade. Devido ao direcionamento inicial do questionário ao público acadêmico, notou-se determinada concentração das respostas na região do bairro Santa Luzia que abriga um dos *campi* da Universidade Federal de Uberlândia, no entanto, podemos observar pelo mapa 2 que o mesmo atingiu diversos bairros da cidade.

Mapa 2: Uberlândia – localização de entrevistas e questionários realizados



Em relação a localização dos entrevistados pelas regiões da cidade de Uberlândia, foi constatado a proeminência do setor leste onde se localiza o campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia. Contudo, outros setores também aparecem com margem de representação, sendo apresentada a seguir a configuração da quantidade em porcentagem por setores.

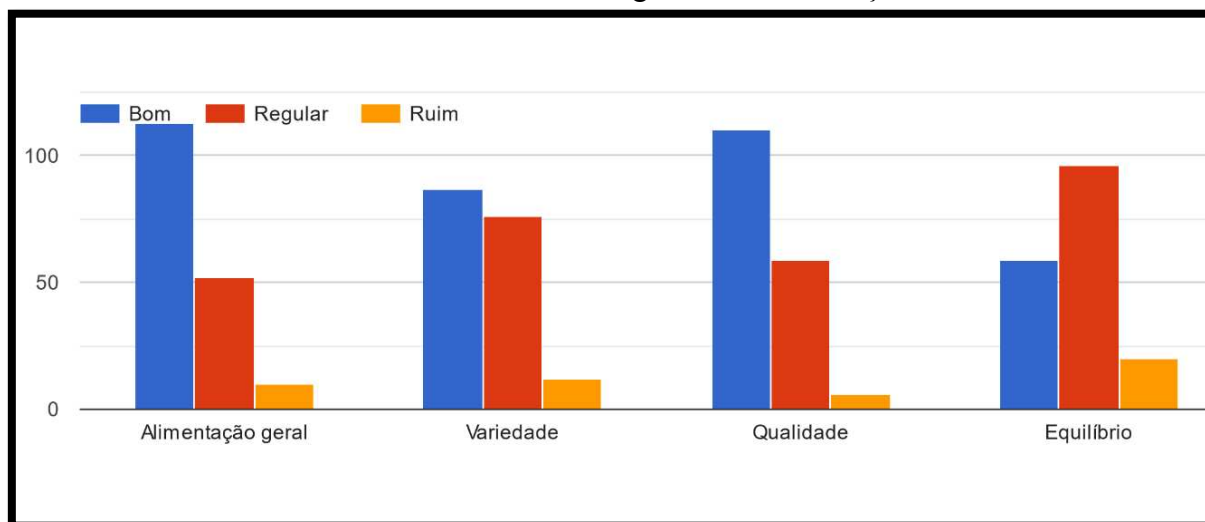
Quadro 2: Uberlândia - localização dos entrevistados por setores (em %).

Leste	37%
Sul	25%
Oeste	16%
Central	13%
Norte	9%

Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Em relação aos resultados obtidos através dos questionários, o primeiro ponto a ser discutido trata-se da visão geral dos entrevistados acerca de sua alimentação. De acordo com os dados informados, foi possível identificar algumas importantes características dos produtos consumidos pelos respondentes, viabilizando traçar um perfil alimentar dos mesmos, conforme segue no gráfico 6.

Gráfico 6: Características gerais de alimentação.



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Nesse gráfico foi apontado que maior parte dos entrevistados considerou que sua alimentação é boa. Isso se refletiu tanto na alimentação geral, quanto para a variedade e

qualidade dos alimentos consumidos. Apenas no quesito equilíbrio dos grupos alimentares a afirmação regular prevaleceu. Cabe apontar alguns pontos importantes desses dados, uma vez que a qualidade dos alimentos foi o item com maior número de respondentes afirmando ser bom, ou seja, a maior parte dos entrevistados acreditam na boa qualidade do que consomem.

Isso pode advir do fato de que a maior parte da alimentação do brasileiro hoje é industrializada, e esses produtos, sejam mais ou menos beneficiados, passam por uma padronização e um parâmetro mínimo de qualidade.

Um hábito antigo, por exemplo, que tem perdido espaço e que reflete esse paradigma de qualidade e eliminação de defeitos, é o de separar os grãos de feijão para retirar qualquer tipo de impureza, inclusive pedras.

Isso era algo necessário e rotineiro, uma etapa da preparação desse alimento, tão comum que João Cabral de Melo Neto, em um poema, compara o ato de separar os grãos bons de feijão daqueles ruins, retirando na mesma ação as outras impurezas, ao ato de escrever, que deveria também “catar” as boas palavras no meio daquelas ruins.

Ora, nesse catar feijão, entra um risco:/o de entre os grãos pesados entre/um grão qualquer, pedra ou indigesto,/um grão imastigável, de quebrar dente. Certo não, quando ao catar palavras:/a pedra dá à frase seu grão mais vivo: obstrui a leitura fluviante, flutual,/açula a atenção, isca-a com o risco. (MELO NETO, 1997, p. 16-17).

Atualmente, a indústria soluciona parte desse problema atuando no beneficiamento de grãos em diversas etapas.

Basicamente, o beneficiamento do feijão é feito por duas máquinas principais: a máquina de ar e peneira e a mesa densimétrica. A máquina de ar e peneira funciona de forma similar à máquina de pré-limpeza, porém, com mais recursos para separar sementes quebradas e outras impurezas de tamanho e densidade próximos da semente. Ela possui um número maior de opções de peneiras e um melhor controle da ventilação. A mesa densimétrica classifica por peso específico, separando as sementes leves, atacadas por insetos, das sementes inteiras e bem formadas e, portanto, de alta qualidade (BRASIL, EMBRAPA, 2014).

Essa atividade hoje sobrevive, em parte, como hábito, visto que a mecanização da colheita, bem como a precisão maior das máquinas envolvidas no beneficiamento, tem eliminado dos pacotes a maior parte dos corpos estranhos. Isso pode impactar diretamente na forma com que as pessoas enxergam sua alimentação atualmente.

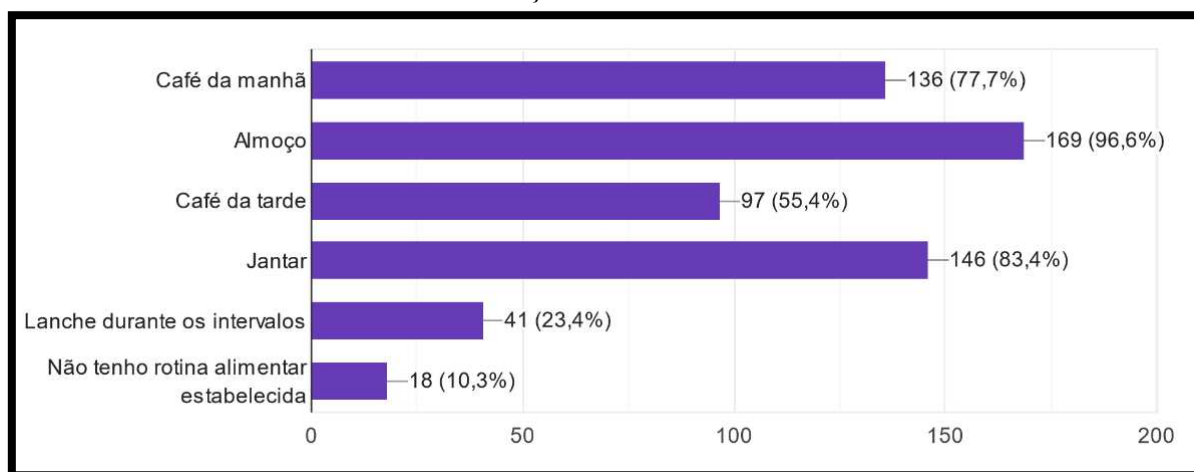
Questionados os respondentes se consideravam sua alimentação melhor quando eram mais jovens em relação a atualidade, apenas 46,9% responderam que sim, sendo que 53,1% consideram que a alimentação atualmente é melhor.

Uma das nuances desse questionamento é justamente a subjetividade do que cada pessoa considera como melhor, identificando uma dualidade entre um certo saudosismo alimentar e o melhoramento da qualidade dos alimentos na atualidade.

No que concerne aos apontamentos feitos entre os que acreditam que sua alimentação era melhor antes estão “Mais variada” (44,2%), “Mais saudável” (65,1%), “Mais qualidade” (41,9%), “Menos presença de industrializados” (46,5%), “Preparo caseiro” (57%), “Mais tempo para o preparo e refeição” (44,2%).

Outro ponto questionado foi a quantidade de refeições realizadas pelos entrevistados. Para as refeições geralmente consideradas principais como café da manhã, almoço e jantar, foi constatado uma predominância delas sobre outras refeições durante o dia, conforme observado no gráfico 7.

Gráfico 7: Refeições Comumente Realizadas

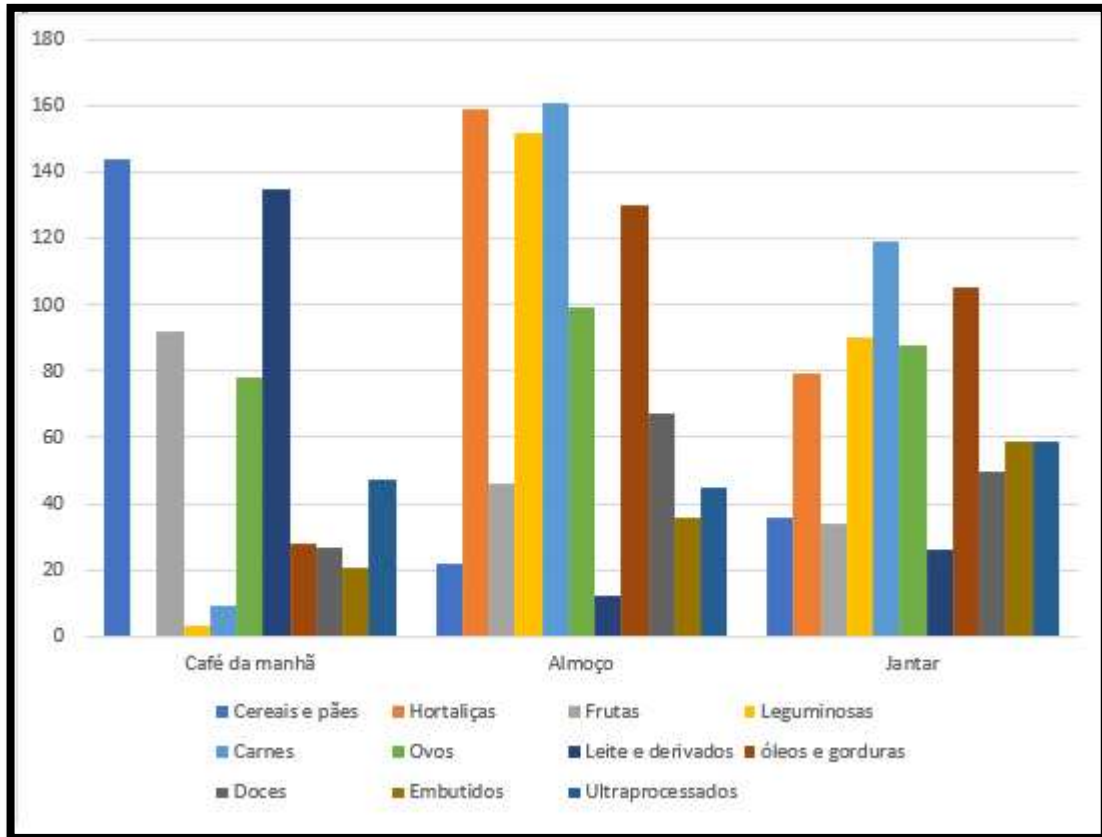


Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

Contudo, cabe salientar que com o aumento da pobreza e da insegurança alimentar, o número de refeições realizadas pela população tende a ser menor, ou em menores quantidades, sendo que possivelmente o recorte de respondentes do questionário não abrange o estado da alimentação geral da população. A alta porcentagem de respondentes que fazem mais de três refeições por dia já possibilita um olhar mais crítico em relação à abrangência social do questionário. No entanto, mesmo assim pode-se retirar importantes informações acerca dos dados providos por eles.

Em relação aos grupos de alimentos consumidos, o questionário abordou as três refeições do dia mais realizadas pelos entrevistados, sendo elas o café da manhã, almoço e jantar para a construção de um gráfico de grupos alimentares, indicando quais deles tem predominância em quais refeições.

Gráfico 8: Grupos Alimentares por Refeição.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

Podemos observar nesse gráfico que no café da manhã sobressaem o grupo de cereais e pães, e os de leite e derivados, seguidos em menor número por frutas, ovos e os ultraprocessados. No almoço tem-se uma maior variedade de grupos alimentares como hortaliças, legumes, carnes, além da presença de ultraprocessados praticamente na mesma medida do café da manhã, mas com um aumento do consumo de embutidos. Já no jantar tem-se a maior presença de embutidos e processados do levantamento, sendo que o consumo de hortaliças e legumes decai nessa refeição.

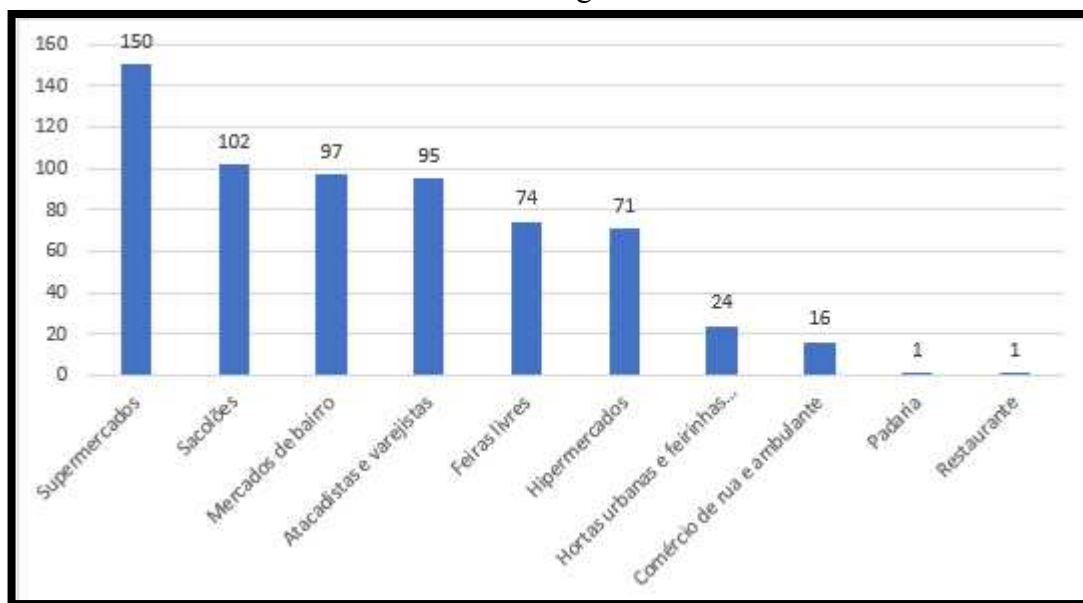
Sobre o preparo dessas refeições, 78% afirmaram que têm o costume de preparar as principais refeições, sendo que, em relação a pedidos de comida por aplicativo, 38% dos entrevistados responderam que têm o costume de pedir somente nos finais de semana ou em datas especiais. Além disso, 13% declararam que fazem as principais refeições fora de casa e, apenas 8,6% pedem alimentos por aplicativos vários dias por semana.

Trata-se, portanto, de uma prática pontual de alguns dias da semana para a maioria dos questionados, o que pode ser uma questão cultural e de hábito, mas também uma limitação e reflexo da própria desigualdade econômica e social agravada pela pandemia. Uma parte considerável do orçamento doméstico é dedicado à alimentação, e os custos de encomendar refeições prontas teria grande peso mensal se fosse uma prática recorrente.

Em relação a origem dos produtos utilizados para o preparo das refeições do dia a dia, constatou-se a predominância de aquisição em supermercados, seguidos por sacolões e estabelecimento que comercializam na forma de atacado e varejo.

Assim, pode-se notar que os grandes estabelecimentos comerciais são a principal fonte de abastecimento de alimentos para a amostragem obtida, o que segue a lógica hegemônica desses estabelecimentos concentrarem grande parte do comércio de alimentos nacionalmente e, também, em nível mundial. No gráfico 9 nota-se que a origem dos alimentos consumidos pelos questionados é em sua maioria através de supermercados.

Gráfico 9: Estabelecimentos de Origem dos Alimentos Consumidos.

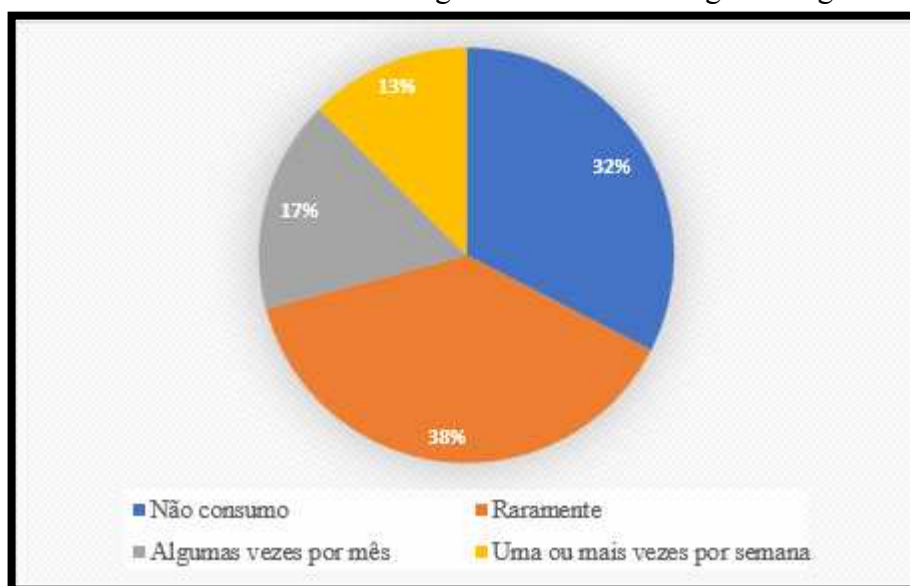


Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

Nesse mesmo gráfico, sobre os alimentos produzidos e/ou comercializados em hortas urbanas, assentamentos de reforma agrária ou de feiras agroecológicas, foi possível observar que 56% dos entrevistados informaram que consomem ou já o fizeram em outros momentos. Entre os que afirmaram não comprar os produtos produzidos nesses locais, 65% reiteraram ter conhecimento desse modelo de produção.

Dessa forma, pode-se observar certa presença desses alimentos no cotidiano de uma parte considerável da amostragem realizada através dos respondentes do questionário. Contudo, o consumo deles ainda é bastante limitado. No gráfico seguinte pode-se observar que a maior parte dos entrevistados afirmou não consumir ou consumir raramente os produtos advindos de algum tipo de assentamento ou de feira agroecológica.

Gráfico 10: Frequência de Consumo de Alimentos Produzidos em Hortas Urbanas, Assentamentos de Reforma Agrária ou de Feiras Agroecológicas.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

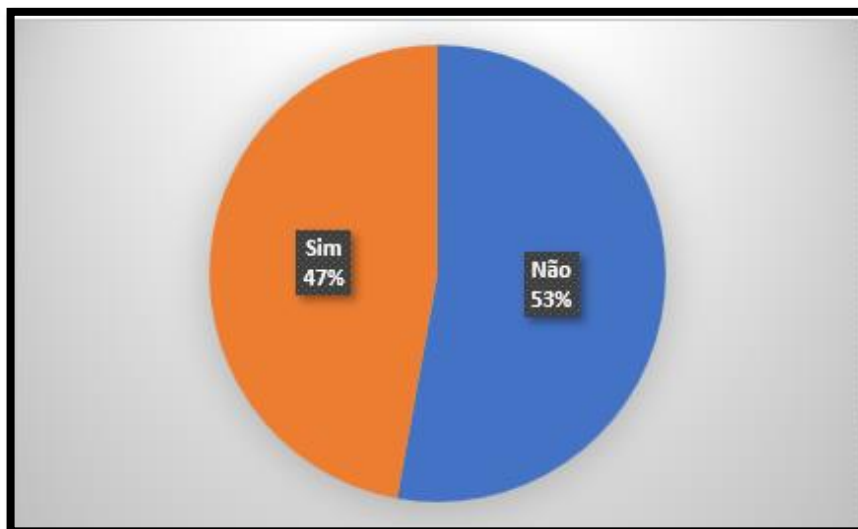
A maior parte dos respondentes diz consumir raramente ou não consumir esses produtos agroecológicos. Dentre os motivos para isso é possível elencar a falta de acesso prático, com opções limitadas de empreendimentos pela cidade, como a falta de divulgação e informação sobre esses alimentos e a forma como são produzidos.

Cabe também salientar que os valores, que podem ser maiores nesses locais em relação aos mercados e supermercados, também podem ser fatores determinantes para os baixos índices de consumo. Dentre os motivos elencados para a busca de alimentos produzidos nesses locais estão questões como a qualidade, que aparece na menção de 54%, sustentabilidade em 45%, aspectos de solidariedade 34%, preço 21%, disponibilidade 20% e variedade 17%.

Observa-se aqui que uma das grandes características de apelo dessa modalidade de produção é a da sustentabilidade, termo bastante em voga na mídia atual, que mesmo sendo utilizado de maneira descontextualizada, acaba indicando a busca por uma produção socialmente responsável e ecológica.

Sobre a autoprodução de alimentos, constatou-se que a maioria dos respondentes afirmaram que não produzem nenhum alimento em suas residências. Mesmo assim, a diferença é consideravelmente pequena conforme apresentado nos índices do gráfico 11.

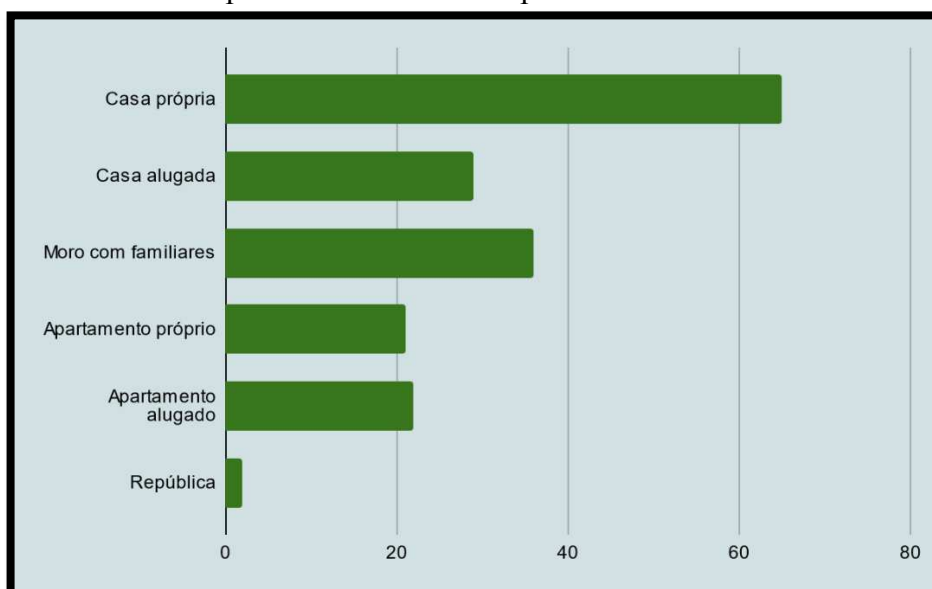
Gráfico 11: Produção de Hortaliças, Leguminosas e Frutas em Residência.



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

A diferença de cerca de 6% entre o número dos que não produzem nada em sua residência e dos que produzem pode estar intimamente relacionado com os tipos de residências em que essas pessoas habitam. O espaço é uma característica essencial para o desenvolvimento de alguma produção. Dessa forma, observar o tipo de moradia dos entrevistados nos oferece uma possibilidade de reflexão acerca das possibilidades e dificuldades desse tipo de produção.

Gráfico 12: Tipo de Moradia dos Respondentes da Entrevista – 2021.



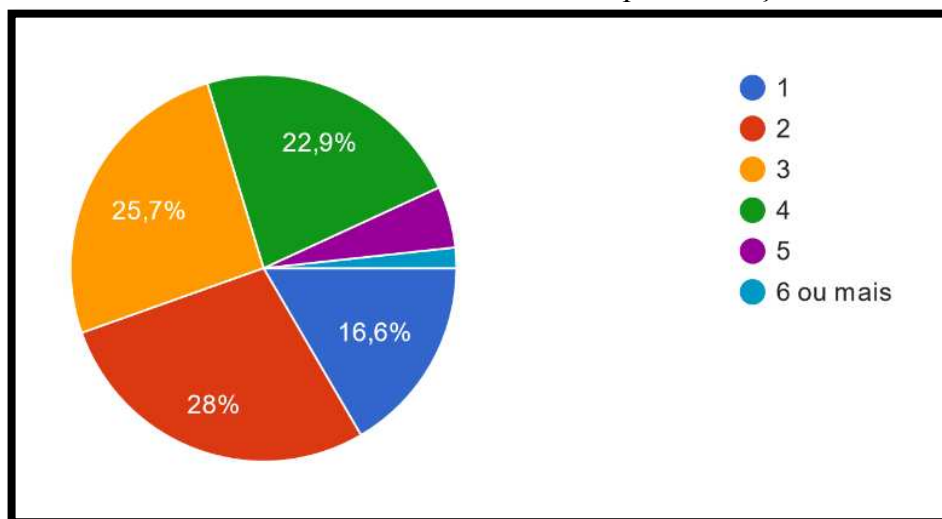
Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

Como demonstrado no gráfico 12 a maior parte dos questionados afirmou morar em casa própria. Com relação às características da moradia dos respondentes, observou-se que 85% deles afirmaram residir em casas com algum tipo de espaço de quintal, enquanto 14% das casas não tinham esses espaços. Já nas residências do tipo apartamento tem-se 54% relatando ausência total de espaço de sacada, enquanto os que afirmaram terem esses espaços foi menos da metade, 45%.

Estudo realizado por Mendonça (2015), sobre o fenômeno da minimização dos apartamentos residenciais em Uberlândia, demonstrou que a média comparativa do tamanho desses imóveis na cidade foi de 55 m² no ano de 2011, em contraponto com 135 m² em 1975.

Através do quadro comparativo e do estudo das plantas, percebe-se primeiramente a diminuição da área total dos apartamentos, com destaque na diminuição de áreas de alguns “cômodos”, como a área de serviço. Outro aspecto que se diferencia é de que, no exemplar da década de 1970, as salas, cozinha e área de serviço eram compartimentadas, fechadas por 4 paredes fixas de alvenaria, já no do ano de 1987, percebe-se a integração das salas e posteriormente, no exemplar da década de 2010, não somente as salas ou cozinha e área de serviço estão integradas, mas todo esse conjunto de ambientes se apresentam praticamente unificados, com ressalva apenas para a bancada fixa que faz barreira entre os espaços de serviço do social (MENDONÇA, 2015, p. 76).

Ainda em relação ao tipo de moradia dos respondentes, pode-se inferir algumas informações acerca da média de idade dos moradores, comparando o perfil de cada uma das respostas dadas no questionário (APÊNDICE A). De acordo com as informações prestadas, 69% dos moradores de apartamentos tinham mais de 29 anos, sendo que 79% dos residentes em casas tinham essa faixa de idade. Isso denota um número maior de jovens residindo em apartamentos, enquanto os imóveis do tipo casa são maioria entre as pessoas acima de 29 anos. Outro aspecto importante do perfil dos entrevistados é que cerca de 45% deles residem sozinhos ou com apenas mais uma pessoa, conforme os dados apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 13: Número de Residentes por Habitação.

Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

Existe uma preponderância de moradias com entre 2 e 4 moradores, contudo, fatia representativa é de habitantes individuais. Esse dado também reflete, de certo modo, a expansão da oferta de apartamentos nas últimas décadas, juntamente com uma relativa facilidade de acesso ao crédito.

Enquanto as casas aumentaram 30% no período, os apartamentos tiveram aumento de 98,7%, ou seja, praticamente dobraram de quantidade, o que também está atrelado ao crédito imobiliário facilitado, com taxas de juros mais baixas. Com isso, a média de moradores por domicílio caiu em ambos os casos (MENDONÇA, 2015, p. 76).

Outro elemento que contribui para o uso dos espaços residenciais para a construção é a valorização dos imóveis e terrenos. Nas últimas décadas, esse processo tem se intensificado nas regiões mais distantes e periféricas de Uberlândia, em parte devido à grande procura de terrenos nesses locais para a construção de loteamentos de condomínios horizontais e verticais.

No caso de Uberlândia, a pressão imobiliária se intensifica pela ocupação de terrenos em regiões periféricas por condomínios de alto padrão, principalmente horizontais, que se concentram nesses espaços também por uma defasagem na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Como a cidade cresceu do Centro para sua zona periférica e as mudanças anteriores na planta captaram valores maiores no Centro, a região central é a que apresenta a menor diferença atualmente. Por outro lado, as zonas periféricas são aquelas que têm recebido melhorias de infraestrutura e são justamente aquelas que hoje são utilizadas para a construção de condomínios fechados de alto padrão de renda. Como isso não fora previsto nas mudanças anteriores, essas zonas são as que hoje possuem maior diferença entre o preço de mercado (acima de 10 vezes) e o que consta na base de dados da prefeitura da cidade [...] (NEDER; SANTOS; SILVA; PIORSKI, 2017, p. 9).

Dessa forma, a defasagem nos valores do IPTU com a valorização dos terrenos, imóveis e espaços nas periferias da cidade, configuram-se como um atrativo para grandes empreendimentos, o que, por sua vez, acaba pressionando os valores do metro quadrado e impondo uma lógica cada vez mais acirrada de máxima ocupação dos espaços.

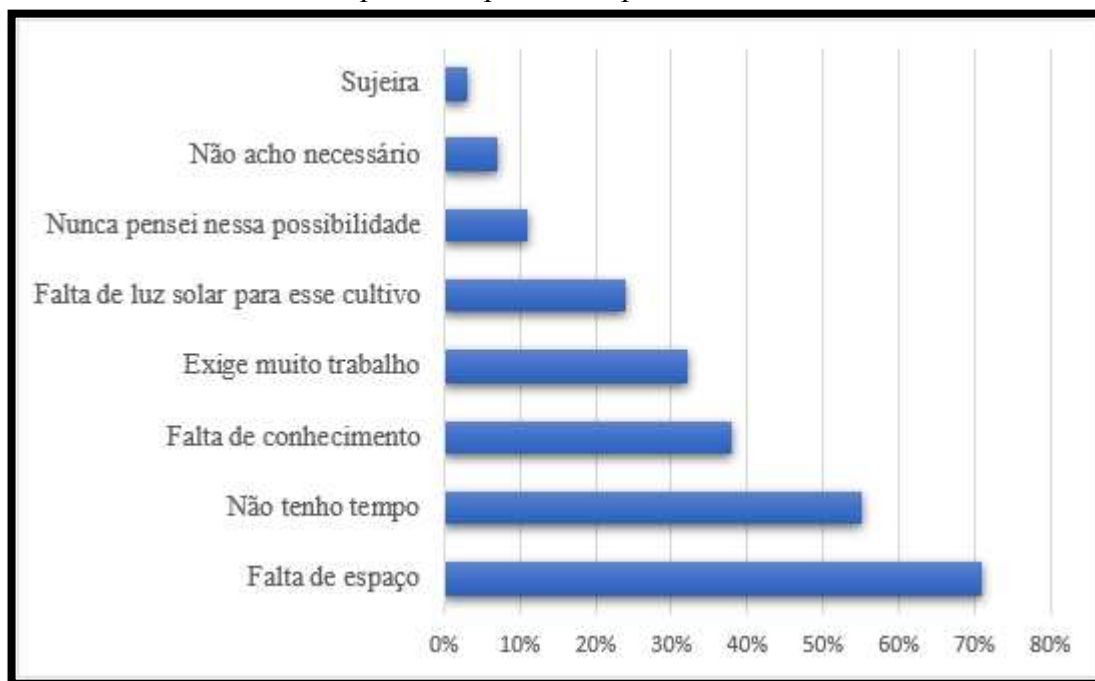
Contudo, do mesmo modo que a pressão imobiliária age na valorização e especulação dos preços territoriais, também atua na formação de grandes reservas de espaço sem uso definido, esperando justamente uma valorização ainda maior.

Vimos que o modo como a expansão urbana avança para as bordas da cidade não é resultado de pequenos construtores ou proprietários de lotes, mas de grandes agentes imobiliários como também do poder público, que participam para a sua infraestrutura e imprimem no espaço uma produção em larga escala, característica presente na dinâmica atual da cidade. O adensamento dessas novas áreas tem provocado uma dispersão cada vez mais acentuada do território ocupando e desmatando extensas áreas de cerrado (MICHELOTTO; SOBRINHO, 2018, p. 66).

Assim, com preços maiores dos imóveis, a diminuição do tamanho e uma busca pelo seu uso pleno, conduz a uma menor possibilidade de existirem espaços vagos nos mesmos, seja com quintais, varandas ou sacadas em apartamentos.

Por isso, um dos tipos de autoprodução mais difundido entre os questionados é de espécies vegetais menores, que podem ser facilmente cultivadas em vasos, como os temperos (salsinha, cebolinha, manjericão, orégano), entre outros (APÊNDICE A). Assim, a falta de espaço nos imóveis configura-se como um dos principais motivos apontados pelos respondentes por não terem nenhum tipo de produção em sua residência. Esse e alguns outros motivos são citados no gráfico 14.

Gráfico 14: Motivos Citados pelos Respondentes para o não cultivos de alimentos em casa.

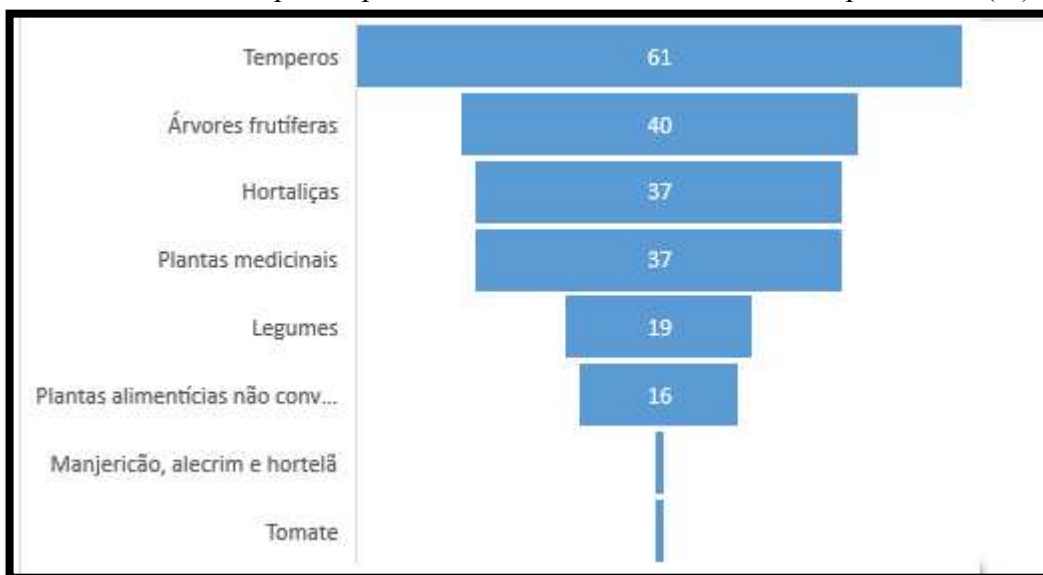


Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Nele a falta de espaço é o motivo mais representado, contudo, a falta de tempo, bem como de conhecimento também são amplamente citados como motivos para não existirem nenhum tipo de cultivo em casa. A exigência de trabalho para criar e manter também é citado, bem como exemplificado na fala do respondente B.

Esse era um plano nosso, meu e do meu esposo, a gente tinha essa vontade de fazer uma horta aqui em casa. Nós tinha não, a gente tem. Porque antes o problema era falta de espaço, porque a gente morava em apartamento, mas não que isso seja um empecilho a gente sabe que é possível ter horta em apartamento através de vários métodos, a gente vê muito vídeo do pessoal ensinando como se faz horta, Mas, a gente tem nosso problema, na época era falta de espaço, mas hoje como a gente mora em casa a gente tem vontade de aproveitar e fazer. Mas o problema que a gente encontrou nessa casa que a gente ta morando hoje é que o quintal ele é coberto de brita, então a gente teria que preparar assim o preparo do terreno daria muito mais trabalho, a gente teria que afastar essa brita para algum lugar, pra poder separar um canto, um lugarzinho mais específico para poder fazer o plantio de planta pra consumir (Respondente B, 2022).

Em relação aos tipos de cultivos realizados, o maior percentual citado foram os temperos, seguido pelas árvores frutíferas e hortaliças. Plantas medicinais também aparecem e, em menor medida, legumes e as plantas alimentícias não convencionais (PANCS), conforme gráfico seguinte.

Gráfico 15: Principais Tipos de Produtos Cultivados Pelos Respondentes (%).

Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

A maior presença do cultivo de temperos, como a cebolinha e a salsinha, se explica pela facilidade da produção, exigindo menores espaços e um menor esforço para seu cuidado, demandando pouca atenção. As árvores frutíferas seguem uma lógica parecida de cuidado, uma vez que depois de adultas elas não necessitam tanto cuidado, bastando disponibilizar água algumas vezes por semana, contudo, necessitam de muito mais espaço para se desenvolverem.

Já as hortaliças e legumes precisam de cuidados específicos, e são geralmente sensíveis a mudanças de clima e ao solo onde estão inseridas, sendo dessa forma menos cultivadas pelos respondentes. O número baixo do cultivo de PANCs pode, em certa medida, ser explicado pelo desconhecimento por grande parte da população.

De forma geral, sobre os hábitos ou a falta deles em relação às práticas de autoprodução de alimentos nas residências, observa-se o predomínio do cultivo de hortas e de canteiros e, também, de pessoas que não produzem nenhum tipo desses produtos, conforme segue no gráfico.

Gráfico 16: Formas de Cultivo de Autoprodução dos Respondentes.

Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Nele pouco mais de 30% dos respondentes afirma não ter autoprodução, mas reconhecem como algo que gostariam de ter. Número bem próximo aos que afirmam ter, que é de cerca de 29%. Já as árvores frutíferas estão presentes em $\frac{1}{4}$ das residências. Apenas 9% dos questionados afirmaram não produzir e nem ter interesse nesse tipo de prática, o que pode ser considerado um número baixo, denotando a grande margem de possibilidade de existirem mais hortas e produções dentro das residências e do urbano.

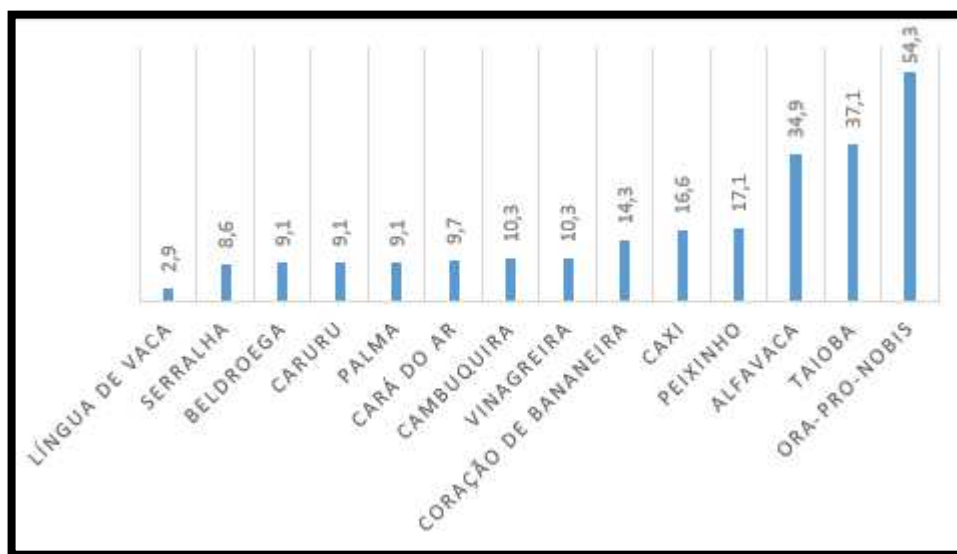
Cabe salientar a importância dos conhecimentos tradicionais adquiridos pela experiência, e pelo contato com parentes ou conhecidos mais velhos para a criação de hábitos de cultivo. Um dos entrevistados revelou que os conhecimentos, em muitos casos, se davam pela observação e pela participação das atividades de cultivos praticadas pelos pais e avós em tarefas diárias.

Quando indagados sobre o modo como buscavam maneiras de cultivar seus alimentos em casa, um dos respondentes ressaltou que seu estudo para o plantio mesclava a busca de conhecimento através de meios modernos, como a internet e a memória de práticas de sua infância (Respondente A, 2022).

O cultivo e consumo de PANCs é especificamente importante nessa questão de reprodução dos conhecimentos. Dentre essas Plantas Alimentícias Não Convencionais mais citadas pelos entrevistados foram destacados o ora-pro-nobis, a taioba, a alfavaca, o peixinho,

o caxi, o coração de bananeira, a vinagreira entre outros, conforme apresentado no gráfico seguinte.

Gráfico 17: Principais Espécies de PANCs Consumidas ou Conhecidas.



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

A ora-pro-nobis foi a PANCs mais citada, trata-se da “Pereskiaaculeata, popularmente conhecida no interior de Minas Gerais como ora-pro-nóbis. Espécie vegetal nativa do Brasil, trepadeira e perene com partes comestíveis como folhas e frutos. Utilizada também como medicamento popular contra anemia e desnutrição” (MAGALHÃES; SANTOS; QUEIROZ; ANDRADE; OLIVEIRA; MORAIS; PAVANI, 2011, p.1).

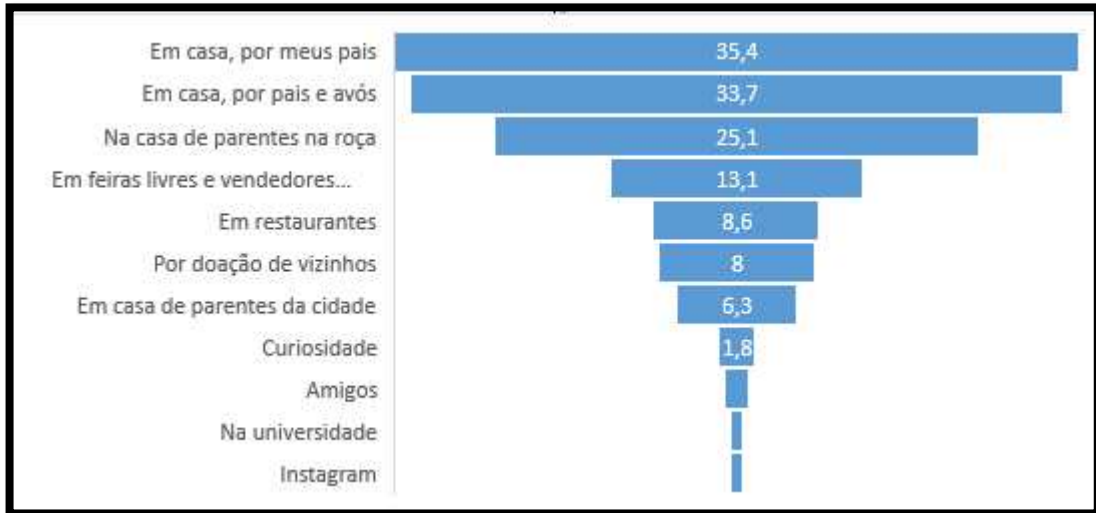
Trata-se de uma espécie bastante difundida em quintais e casas, não apenas pelos possíveis benefícios a saúde relatados, mas também

A partir dos relatos da importância da planta, foi questionado sobre o tempo de plantio, quem e por que a plantou? Foi relatado por 37,50% que não sabiam a idade da planta, mas que a tinha há muito tempo no quintal, sendo que 62,50% relataram a idade da planta, com uma média de 9,87 anos. A idade mínima de plantio destas cactáceas foi de dois anos e máxima de 35 anos. A metade dos participantes do estudo (50,00%) disse que a tinha plantado alegando "que era boa e que servia como remédio", "para tratamento de anemia e constipação intestinal", "funciona como cerca viva" e "produzia belas flores" (ALMEIDA; CORRÊA; 2012, p. 754).

Muitas das PANCs, no entanto, são desconhecidas para a maior parte das pessoas, visto que esse conhecimento era repassado através de gerações pelo contato, o que com o fenômeno

da urbanização e da diminuição dos espaços nas casas acarretou a redução de sua disseminação. Uma das consequências pode ser observada no gráfico 18, onde o conhecimento dessas PANCs pelos entrevistados tem origem nas informações prestadas pelos pais ou avós.

Gráfico 18: Origem do Conhecimento sobre o Cultivo e o Consumo das PANCs (em %).



Fonte: Pesquisa de campo, ROSA, 2021.

Nota-se, inicialmente, que cerca de 1/3 dos respondentes afirmou ter conhecimento acerca das PANCs, seja pelo consumo ou apenas por informações sobre elas, por influência direta dos pais e/ou avós. Assim, pode-se visualizar uma importante passagem de conhecimentos tradicionais sobre o uso e consumo desses alimentos.

Uma das entrevistadas afirmou que

É um espaço aberto, eu plantei algumas coisas e outras nasceram espontaneamente. Que a maioria das pessoas considera como erva daninha, mas que por falta de conhecimento mesmo eu descobri que são PANCs e que são usadas como plantas medicinais e na alimentação inclusive (Respondente B, 2022).

Alguns exemplos dessas PANCs podem ser observadas na figura 15, sendo que o Caruru e a língua-de-vaca são constantemente tratadas como erva daninhas, como relatada pela respondente B.

Figura 15: PANCs - Caruru, Ora-pro-nobis e língua de vaca



Fonte: Pesquisa de Campo, ROSA, 2021.

A presença desses vegetais não raro passam despercebidas ou tratadas como ervas daninhas que devem ser eliminadas no jardim ou dos cultivos. Como visto, parte disso decorre de certo desconhecimento da propriedade ou do uso das mesmas.

Acho que chama Beldroega, ela nasceu bonita ali, tive nem coragem de arrancar. Eu descobri que era de comer depois que eu mudei pra cá, eu pesquisei, usando aplicativo de identificação de planta e também seguindo alguns perfis no Instagram, às vezes eu via até foto do pessoal publicando no perfil deles dizendo que eram plantas comestíveis, só que a gente esquece porque não é uma coisa do cotidiano. Então, quando eu mudei pra cá e ela nasceu espontânea e eu lembrei Ah essa aqui é a flor tal, que eu vi no perfil tal, essa é de comer, essa é medicinal, entendeu, aí eu fui lembrando. Aí nem tive coragem de arrancar, só que eu também não tive coragem de comer (Respondente B, 2022).

O uso e a disseminação dessas PANCs revelam, em parte, a própria cultura do cultivo de espécies alimentícias nas cidades. O conhecimento é elemento essencial da continuidade dessas práticas. Sem um apelo de consumo e a possibilidade de se buscar esses alimentos para cultivar, comprar ou obtê-los, parte de um conhecimento maior vai se perdendo, limitando ainda mais as possibilidades de alimentação e empobrecendo a dieta e, também, um legado popular e cultural.

4.4. A construção das alternativas alimentares

A existência de formas de produção de alimentos no urbano são uma realidade histórica, que continua se reproduzindo sob as mais variadas formas e estruturas. Contudo, sua função segue basicamente a mesma daquela que motivou os habitantes das primeiras cidades a continuar cultivando roçados, plantando árvores frutíferas e criando animais nas redondezas de suas residências, ou seja, o acesso à produção e ao consumo direto de alimentos.

As formas como essa prática de produção aparecem no espaço urbano variam em cada época, uma vez que o próprio tecido urbano se transforma, e tem uma dinâmica particular de desenvolvimento em consonância com o tecido social e produtivo no qual está inserido.

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócioespacial (CARLOS, 2007, p. 20-21).

Dessa forma, se as cidades, durante a maior parte da história humana, funcionaram como um adendo do campo, era natural que este adentrasse nelas, formando uma amálgama que pouco se diferenciava em aspectos práticos. A cidade era um centro de encontro. Contudo, com a urbanização e as modernizações advindas, a cidade passa a ser um centro de comando e de acumulação do capital, conduzindo as transformações tanto do seu espaço quanto daqueles do campo. Mais que isso, no capitalismo a cidade passa a ser o centro da modernização das técnicas, o centro das modificações sociais e do espaço, imbricando ainda mais a relação entre campo e cidade, mas sujeitando a primeira e principalmente seus trabalhadores à lógica da segunda.

Parcela desta população — originária (muitas vezes expulsa) do meio rural — potencializou o processo de favelização e periferização urbana. A contradição se instaura na medida em que as cidades, compreendidas como o lugar de acesso aos equipamentos coletivos de consumo e serviços públicos em oposição ao meio rural, não são totalmente urbanizadas ou tem o acesso a tais equipamentos e serviços distribuído de forma desigual (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 83).

No Brasil, desde a colonização a posse de grandes extensões de terra por um pequeno número de pessoas se manteve como uma constante. Trata-se de uma concentração avassaladora. Um estudo de 2020 (PINTO *et al*, 2020, p. 2) revelou que “O estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área”.

O mesmo estudo apontou que, apesar dos avanços em renda e crescimento da produção agrícola brasileira nas últimas décadas, o problema da fome, da pobreza e da exclusão social se perpetuaram juntamente com a concentração da terra.

Pode parecer, em diversos momentos, que alterações e mudanças nas estruturas de produção e de dominação as quais grande parte da população está inserida sejam impossíveis, dada as condições materiais e históricas que privilegiam a grande economia, os ditames do sistema financeiro e do lucro contra o próprio desenvolvimento social das populações.

Nas condições atuais, essa evolução pode parecer impossível, em vista de que as soluções até agora propostas ainda são prisioneiras daquela visão segundo a qual o único dinamismo possível é o da grande economia, com base nos reclamos do sistema financeiro (SANTOS, 2001, p.162).

Contudo, seja no campo ou na cidade, as formas de resistência dos pequenos e médios produtores também sempre foi uma constante, adquirindo diversas formas como os quilombos, a agricultura familiar, a agroecologia. Trata-se de uma organização social, econômica e política de classes menos favorecidas, marginalizadas ou excluídas do que é tido como o único modo de produção e de desenvolvimento social. No fim, urge a luta entre as classes.

Encontramo-nos de novo perante a mesma simplificação indubitavelmente aparentada com o nosso economismo oportunista, que afirmava que é impossível "obrigar" o proletário a lutar pelo que em grande parte está nas mãos da burguesia, e que no futuro, em proporção ainda mais considerável, lhe cairá nas mãos (LENINE, 1904, p. 19).

É necessário entender que essas pequenas produções, especificamente as urbanas, caracterizam-se como um circuito inferior da economia. Se a grande produção, o latifúndio, a monocultura de exportação e o agronegócio caracterizam-se pelo uso amplo das tecnologias mais modernas, dispensando mão de obra do processo pela substituição do maquinário, e negociando essencialmente *comodities* via mercado externo, a agricultura urbana é um dos sistemas que se insere e subsiste nas brechas dessa grande produção.

As modernizações, que resultam em novas técnicas e tecnologias, têm por objetivo ampliar o lucro produtivo e comercial das empresas. Porém, parte da população não tem acesso direto aos bens produzidos com base nas tecnologias mais modernas que surgem nesses períodos. Elas dependem de produtos com tecnologias obsoletas, ultrapassadas e/ou comercializadas de forma paralela. Trata-se de um circuito produtivo alternativo que tem nas classes sociais menos favorecidas seus maiores consumidores (ROSA, 2016, p. 55).

Nas cidades, essas práticas também ganham formas diversas e participam de uma lógica de resistência e de reprodução de formas de vidas e de saberes, além de se estruturarem como uma fonte alimentar e de renda para uma camada da população que não teria as mesmas condições de outras formas.

Tal sociedade e tal economia urbana dual (mas não dualista) conduzirão a duas formas imbricadas de acumulação, duas formas de divisão do trabalho e duas lógicas urbanas distintas e associadas, tendo como base de operação um mesmo lugar. O fenômeno já entrevisto de uma divisão do trabalho por cima e de uma outra por baixo tenderá a se reforçar. A primeira prende-se ao uso obediente das técnicas da racionalidade hegemônica, enquanto a segunda é fundada na redescoberta cotidiana das combinações que permitem a vida e, segundo os lugares, operam em diferentes graus de qualidade e de quantidade (SANTOS, 2001, p. 146).

A possibilidade de construção de novos sistemas alimentares respalda-se na própria existência de práticas de produção e consumo que, apesar de inseridas dentro da lógica do modelo de produção capitalista, se reproduzem como pontos contra hegemônicos.

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p. 36).

A cidade é o centro da convulsão política e social, e, portanto, produtiva. É nas cidades que a exploração dos trabalhadores encontra seu espaço ideal, bem como são nelas, por essa concentração de trabalhadores e da exploração, que pode e surgem novas possibilidades de reprodução e de existência.

A história em geral, e a das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada de formas e aspectos, mais viva e mais "astuta" do que imaginam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. E isso é compreensível, pois as melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhares de homens acicatados pela mais aguda luta de momentos de exaltação e tensão especiais de todas as faculdades humanas, pela consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhões de homens, enquanto que a revolução é feita, em classes (LENINE, 1920, p. 51).

A cidade é em si a própria síntese das contradições do capitalismo e da sociedade que o engendra. É resultado do momento social e de todos os momentos que a antecederam. É nesse ambiente que se forjam novas vivências e possibilidades, que se manifestam materialmente na construção do urbano e de suas estruturas, formas e conteúdo.

No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da Terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível. Tais possibilidades, ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização. Por isso, situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas (SANTOS, 2001, p. 160).

A agricultura urbana, a produção agroecológica ou a economia solidária não podem em si ser considerados como soluções para os problemas de insegurança alimentar, de subnutrição e da fome. Da mesma forma, essas práticas, mesmo consolidadas como sistema, têm impacto limitado frente a organização da exploração ampliada em nível global advinda do capitalismo. No entanto, elas oferecem perspectivas de debate, de aprendizado, além de serem fatores de resistência e existência para parcelas significativas e variadas da população nos países do globo.

Desse modo, a técnica pode voltar a ser o resultado do encontro do engenho humano com um pedaço determinado da natureza — cada vez mais modificada —, permitindo que essa relação seja fundada nas virtualidades do entorno geográfico e social, de modo a assegurar a restauração do homem em sua essência (SANTOS, 2001, p.165).

Enxergar a produção de alimentos em terrenos, quintais e varandas no perímetro urbano das cidades como uma solução ecológica, ambiental ou alimentar é contornar os verdadeiros problemas que se manifestam nessas frentes. A concentração dos meios de produção, primordialmente a concentração da terra, a concentração fundiária, é e deve continuar sendo o cerne do debate sobre inclusão produtiva e alimentar no Brasil. Nenhum debate sério pode fugir ao tema.

Contudo, apresentar novas perspectivas que surgem no ambiente urbano, como local de concentração das populações dentro dos países, é dar voz e respeito ao que se tem feito e produzido para fora e, para além da academia e das teses teóricas de superação capitalista que negam ou fogem da prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas alimentares são um conjunto amplo de aspectos da vida social humana. Abarcam não apenas os hábitos alimentares, mas também a forma com a qual as sociedades lidam com a alimentação, com os alimentos e com as formas de os produzirem, circularem e consumirem.

Em certo grau, os sistemas alimentares traduzem a maneira como a própria sociedade se organiza no espaço. Essa organização ocorreu e ocorre de diversas maneiras ao longo da história e dos lugares. O ato de comer sempre esteve intrinsecamente ligado a costumes, hábitos e sociabilidades dentro das sociedades humanas. E ligado, também, intimamente ao seu desenvolvimento.

Se a história humana é uma história das técnicas, a história da alimentação e dos seus sistemas é também uma história das técnicas. As modernizações permitiram um aprimoramento não apenas dos meios de produção e das espécies criadas e cultivadas, mas também do aproveitamento delas.

Contudo, não se trata de uma evolução única ou homogênea, e nem mesmo de uma história evolutiva da produção. Distintas sociedades, bem como diferentes grupos, sempre tiveram necessidades e usos variados para os alimentos. Soma-se a isso o fato de que as modernizações produtivas não atingem os espaços com a mesma força ou velocidade, sendo que as rugosidades espaciais, decorrentes das desigualdades econômicas, permitem que distintas formas de organizações produtivas e de usos técnicos coexistam mesmo que contraditoriamente em uma mesma sociedade.

Esse panorama levou ao surgimento de diversos sistemas alimentares, ou seja, de distintas formas de produção e de consumo de alimentos nas sociedades. No entanto, o estabelecimento de uma economia global e de um sistema produtivo mundial, decorrentes dos processos de globalização, baseados na força produtiva industrial e de consumo em larga escala, levaram ao estabelecimento de um sistema alimentar com as características desse novo sistema colonizador e predatório, o capitalista, que em escala busca se firmar de maneira hegemônica.

Trata-se de um sistema alimentar baseado na produção e no consumo em largas escalas, em que o último se encontra praticamente alienado do primeiro, sendo essa uma relação de dependência entre ambos. Assim, o ato de se alimentar não se encontra mais em consonância com o de produzir. Comer passa a ser o objetivo, destituído de qualquer outra sociabilidade que não seja a do consumo.

No entanto, é necessário entender e reconhecer a seletividade das modernizações técnicas e do espaço, que influem diretamente nos modelos de produção, e na estrutura social e econômica das sociedades. Modernizações essas que atingem de maneira desigual os indivíduos e seus grupos, permitindo melhores condições de produção, de alimentação e de vida para uma minoria, enquanto grande parcela de população sobrevive utilizando as técnicas e os meios que lhes são possíveis.

Assim, os sistemas alimentares anteriores, que hoje parecem sobrepujados pela grande indústria e pelo consumo de massa, podem ainda manter hábitos e formas presentes na atualidade, aparecendo como oportunidade de sobrevivência e possibilidade de superação desse sistema alimentar moderno e hegemônico, que se coloca como grande produtor de alimentos, mas que, na mesma medida, ainda traz e mantém a fome.

A fome ainda se manifesta constantemente no mundo, mesmo com as suscetíveis modernizações do aparato produtivo, da melhoria da produtividade e das espécies, mesmo com a devastação para o cultivo de grandes extensões de florestas nativas e biomas. A fronteira agrícola do mundo se expande, e o sistema agroalimentar moderno gera recordes sobre recordes de produção de alimentos. Mesmo assim, a fome persiste e a segurança alimentar e nutricional depende cada vez mais e exclusivamente das condições econômicas.

Isso se torna ainda mais grave em países pobres ou muito desiguais, onde existem grandes massas populacionais sem a possibilidade de produzir alimentos e sem condições financeiras de manter acesso a uma alimentação mínima ou saudável. É o caso do Brasil, onde perversamente diversas dessas contraditoriedades se mostram presentes.

Essa desigualdade de acesso à alimentação no Brasil evidenciou-se ainda mais durante a crise social, econômica e sanitária decorrente da pandemia de COVID-19. Se os debates acerca da fome já haviam se intensificado durante o final da segunda metade da década de 2010, ocasionados pelo aumento da insegurança alimentar, com o advento da pandemia os números e a violência desse tipo de privação alcançaram padrões alarmantes, com cerca de metade da população vivendo sem acesso pleno à alimentação. Isso em um momento em que a economia do país estava dentro das dez maiores do mundo¹² e, contraditoriamente, se formavam recordes de produção agrícola.

Entretanto, considerar a situação da fome no Brasil como o resultado de determinada política ou determinado evento, seja ele climático ou sanitário é, em certa medida, pouco

12 <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-volta-ao-top-10-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo/>

cauteloso, uma vez que os períodos de segurança alimentar aparecem como pequenas ilhas de esperança em um vasto território no tempo e espaço.

A concentração da posse das terras, do capital, dos modelos de produção e dos sistemas alimentares formam algumas das premissas que devem ser consideradas na análise dessa grave situação que se formou no país, e que se prolonga e agrava em níveis ainda mais preocupantes.

Se os sistemas alimentares são parte e resultado da organização social onde estão inseridos, cabe uma visão crítica dessa organização e das forças produtivas e econômicas que estruturam tais sociedades. A dependência de determinados alimentos, a perda da variabilidade de espécies, a destruição do meio ambiente e das formas e saberes tradicionais, bem como a eliminação física dos indivíduos, seja pela fome seja pela violência necessária para a expansão predatória do lucro, são partes integrantes de uma lógica macroeconômica capitalista. Sendo também parte do desenvolvimento contraditório e complementar dele. Assim sendo, a superação desse modelo é a única forma de uma busca real pela segurança alimentar dos povos.

Dessa forma, conceitos que resgatam ou buscam estabelecer discussões sobre formas de produção e de consumo de alimentos mais conscientes e igualitárias são necessários e urgentes. Questões como o da soberania alimentar, da segurança alimentar, dos sistemas de produção alternativos, e da economia popular solidária, oferecem nesse contexto renovadas maneiras de considerar a problemática da fome. Elas partem de pressupostos e propostas locais, buscando alterar não apenas as formas de se alimentar, mas também os modos como as pessoas se relacionam com os alimentos. Partir para uma visão mais crítica em relação ao sistema agroalimentar moderno, e de sua concentração produtiva e de consumo, permite que se possa ir além.

Em Uberlândia, os sistemas alimentares alternativos de produção de alimentos estão presentes de diversas formas, como em hortas urbanas e comunitárias, nas feiras de economia solidária e nos próprios quintais dos moradores. Entre os moradores existe um percentual considerável de pequenos produtores de ao menos algum tipo de cultivo alimentar, utilizando desde o espaço dos quintais até vasos em varandas. Além disso, foi constatado que grande parte deles tem interesse em buscar alimentos cultivados de forma alternativa ao modelo agroalimentar e ao consumismo.

Assim, nota-se importantes possibilidades de integração entre essa produção e o consumo, bem como da necessidade do incentivo dessas alternativas. Em um cenário de índices alarmantes de fome no Brasil, as formas alternativas de produção no urbano oferecem uma importante ferramenta de construção da autonomia, e de uma perspectiva de soberania alimentar local.

A própria existência e resistência de sistemas alimentares alternativos nos espaços urbanos, como os de Uberlândia, demonstram minimamente que são ambientes complexos e ricos em materialidades e sociabilidades, mas que também são locais de disputa. Se o capital tem no urbano um centro aglutinador das modernizações técnicas e tecnológicas, os setores populares ali residentes também se organizam na utilização tanto de técnicas modernas quanto tradicionais para manter a produção de alimentos, seja para o próprio consumo seja para a comercialização.

As hortas urbanas, os quintais produtivos, as feiras populares solidárias, a busca e coleta de alimentos em ambientes urbanos, demonstram a riqueza das possibilidades de produção de alimentos, e, também, a preservação e a reprodução de sociabilidades que representam uma chance de enxergar além do que o sistema hegemônico oferece. Trata-se de uma possibilidade de verificar no que já é feito o que se pode continuar fazendo, e que pode representar numa leitura de mundo uma discussão aprofundada sobre o tipo de alimentação que precisamos e que queremos.

REFERÊNCIAS

YAMAMOTO, Thais; MOREIRA, Cintia M. do A. **Hortas urbanas como intervenções temporárias**: uma breve reflexão. Mosaico, volume 10, Número 16, 2019. doi: <https://doi.org/10.12660/rm.v10n16.2019.80023>

Agência Senado. **CMA aprova projeto que institui Política Nacional de Agricultura**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/cma-aprova-projeto-que-institui-politica-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

ALMEIDA, Maria Geralda de. PARA ALÉM DAS CRENÇAS SOBRE ALIMENTOS, COMIDAS E SABORES DA NATUREZA. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16006, 2017. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16006>

ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira de; CORRÊA, Angelita Duarte. Utilização de cactáceas do gênero *Pereskia* na alimentação humana em um município de Minas Gerais. **Ciência Rural**, v.42, n.4, abr, 2012. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.42, n.4, p.751-756, abr./ 2012. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782012000400029>

ANDRADE, Manuel Correa de. A geografia e a sociedade. In: **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica Souza. Org: SANTOS M.; SOUZA, M. A. de SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR, 1994.

ARROYO, M. **A economia invisível dos pequenos**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>. Acesso em: setembro de 2015.

BLEIL, Susana Inez. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Vol. VI, Campinas, 1998.

BURGESS, Anthony. **Laranja mecânica**. Editora Aleph: São Paulo, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Ouro sobre azul, 11º ed. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)- Agência de informação Embrapa - Feijão. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia4/AG01/arvore/AG01_2_28102004161635.html. Acesso em: 02/04/2014. 2014c.

CARLOS, A. F. A; et al. (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARNEIRO, Henrique S. COMIDA E SOCIEDADE: SIGNIFICADOS SOCIAIS NA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. doi: <https://doi.org/10.5380/his.v42i0.4640>

CASCUDO, Camara. **História da Alimentação no Brasil**: Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. **PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: NOVAS REDES E ATORES**. *Lua Nova*, São Paulo, 95: 143-177, 2015. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTELO BRANCO, M; ALCÂNTARA, F. A. **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?** *Horticultura Brasileira* 29, 2011, p. 421-428. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028>

CAVALCANTE DE SÁ, Gleyciane Ferreira; VERAS, Ana Letícia; PEREIRA, Jessica; LUCAS, Davi Fantuzzi. **PREÇOS DOS ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS (ORGÂNICOS): ELEMENTOS PARA DESCONSTRUÇÃO DE UM MITO**. Disponível em: https://asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/Preco_dos_alimentos_agroecologicos_.pdf. Acesso em: nov. 2021.

CAVALCANTE, Messias S. **Comida dos nativos do novo mundo**. Barueri: Sá Editora, 2014. 408 p.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA). **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018**. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> >. Acesso em: 10 de dez. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS – CEPES. **UBERLÂNDIA: Qualidade das Moradias – 2010**. Uberlândia, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CONSEA, 2004.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. 2005.

COUTINHO Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade**. *Geografias Artigos Científicos*, Belo Horizonte, 07(2), 2011. doi: <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13322>

CORDEIRO, Eduardo Firak. **SISTEMAS ALIMENTARES ALTERNATIVOS: o papel dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos em Florianópolis, SC**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, 216 p.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. JACCOUD, L. (ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** Brasília: IPEA, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: Civitas. Porto Alegre, v. 7, n. 1. 2007. p. 155-174. doi: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2007.1.2041>

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Economia solidária volume 1**. São Paulo: Unicamp, 2002.

GOMES, Laura Barroso; DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. MEDICINA TRADICIONAL BRASILEIRA. In: **DICIONÁRIO DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO**. Org: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS Maria Cristina. 1 ed. Expressão Popular, São Paulo; Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2021.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, 251 p.

HESPAHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO NO BRASIL CONTEMPORANEO. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, vol. 12, núm. 2, setembro, 2013, p. 103-112. doi: <https://doi.org/10.4215/RM2013.1202.0007>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf Acesso em: 28 dez. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados de alimentação, transporte, lazer e inclusão financeira /**, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021.129

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. Trad. T. Santos. 3º ed. São Paulo: Editora Pensamento, 1971.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: **Economia solidária volume 1**. São Paulo: Unicamp, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd.Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LUIZ, Juliana Torquato; SILVA, Uschi Cristina; BIAZOTI, André Ruoppolo. AGRICULTURA URBANA. In: **DICIONÁRIO DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO**. Org: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS Maria Cristina. 1 ed. Expressão Popular, São Paulo; Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2021.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. 1916. Disponível em: <https://www.marxists.org/>. Acesso em: nov. 2021.

LENINE, Vladimir Ilitch. **Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo**. Abril-Maio de 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/>. Acesso em: nov. 2021.

LENINE, Vladimir Ilitch. **Um Passo em Frente Dois Passos Atrás**. 1904. Disponível em: <https://www.marxists.org/>. Acesso em: nov. 2021.

LEVY-COSTA, Renata Bertazzi; SICHIERI, Rosely; PONTES, Nézio dos Santos; MONTEIRO, Carlos Augusto. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Revista Saúde Pública**, ed. 39, São Paulo, 2005, p. 530-54. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000400003>

LIMA, Samuel do Carmo; ROSA, Roberto; FELTRAN FILHO, Antonio. Mapeamento do uso do solo no município de Uberlândia – MG, através de imagens TM/LANDSAT. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 1 (2), dez. 1989.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira; MORI Robert. Caiapós, Araxás, Bororos, Geralistas... Conflitos revelados, identidades e memórias construídas no Sertão da Farinha Podre nos séculos XVIII E XIX. **Revista Caminhos Da História**, v. 17, n.1, n.2/2012. doi: <https://doi.org/10.14393/SN-v1-1989-60677>

LOURENÇO, Luiz Augusto B. A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Edufu, 2005. doi: <https://doi.org/10.7476/9788570785169>

MACHADO, Altair Toledo, MACHADO Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MAGALHÃES, R.O.; SANTOS, G.M.; QUEIROZ, C.R.A.A.; ANDRADE, R.R.; OLIVEIRA, F.M.; MORAIS, S.A.L.; PAVANI, L.C. **Avaliação físico-química de folhas de ora-pro-nóbis de plantas catalogadas no município de Uberlândia**, MG. In: Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica, Uberlândia, 2011. Resumos. Uberlândia: IFTM, SIN, 2011.

MALUF, Renato S. Decentralized food systems and eating in localities: a multiscale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(4), **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(4), Brasília, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782>

MANZONI, F. M. A. Campos e cidades na capital paulista: São Paulo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. **História & Perspectivas**, Uberlândia (36-37): 81-107, jan.dez.2007.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 16-17.

MENDONÇA, Rafaela Nunes. **Apartamentos mínimos contemporâneos: análises e reflexões para obtenção de sua qualidade.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2015.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 145-158, 2008. doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013>

MICHELOTTO, Leticia Del Grossi; SOBRINHO Fernando Luíz Araujo. A urbanização dispersa da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.61-67, 2018. Edição Especial: XII ENANPEGE. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.82789>

MOUGEOT, Luc J.A. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges.**

MORATOYA, Elsie Estela; CARVALHAES, Gracielle Couto; WANDER, Alcido Elenor; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. **Revista de política agrícola**, Ano XXII – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2013.

MOREIRA, Ruy. A (GEOGRAFIA DA) SOCIEDADE DO TRABALHO. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 29, V.1, n.40, 2013.

MOTCHANE, J. **Economia social e Economia Solidária: álibi ou alternativa ao neoliberalismo?** Disponível em: < <http://www.ecosol.org.br/textos/Motchane.doc>>. Acesso em: 19 set. 2020, 2003.

NEDER, Henrique Dantas; Julio SANTOS, Fernando Costa; SILVA, Guilherme Jonas Costa da; PIORSKI, Cesar Ricardo Leite. Índice de defasagem do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos Municípios de Minas Gerais: um estudo de caso para Uberlândia (MG). Brasil. **Revista Espacios**. Vol. 38 (Nº 46) Ano 2017.

NISHIYAMA, L. **Geologia do município de Uberlândia.** Sociedade & Natureza. Uberlândia, 1, jul., 1989. In: LIMA, Samuel do Carmo; ROSA, Roberto; FELTRAN FILHO, Antonio. Mapeamento do uso do solo no município de Uberlândia – MG, através de imagens TM/LANDSAT. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 1 (2), dez. 1989. doi: <https://doi.org/10.14393/SN-v1-1989-61554>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. Org.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São. Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA Silvana P. de; THÉBAUD-MONY, Annie. Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar. **Rev. Saúde Pública**, 31 ed. São Paulo, 1997. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional**. Santiago, 2017. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101997000200015>

PEREZ-CASSARINO, Julian; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma

leitura a partir da rede ecovida de agroecologia. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.

PINTO, Luís Fernando Guedes; FARIA, Vinicius Guidotti de; SPAROVEK, Gerd; REYDON, Bastiaan Philip; RAMOS, Claudia Azevedo; SIQUEIRA, Gabriel Pansani; GODAR, Javier; GARDNER, Toby; RAJÃO, Raoni; ALENCAR, Ane; CARVALHO, Tomás; CERIGNONI, Felipe; GRANERO, Isabella Mercuri; COUTO, Matheus. **QUEM SÃO OS POUCOS DONOS DAS TERRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL - O MAPA DA DESIGUALDADE. Sustentabilidade em Debate**, Número 10, Piracicaba, SP: Imaflora, 2020. 21p.

POCHMANN, Marcio. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES. Nota técnica. **Mercado de Trabalho**, n. 24. Instituto de Pesquisas - IPEA Ago. 2004.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Feira Novo Agro estimula atividades de pequenos produtores**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2021/09/14/feira-novo-agro-estimula-atividades-de-pequenos-produtores>. Acesso em: 20 de out. 2021.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira**. Volume 1. São Paulo: Leya, 2016.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. Alienação. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – USP, SÃO PAULO, 2015.

RESENDE, Sidivan. **ENTRE O RURAL E O URBANO**: a agricultura urbana em Uberlândia (MG). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; BANDONI, Daniel Henrique; DE CARLI, Luiza Lima Silva. **Atlas das situações alimentares no Brasil**: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana**. Disponível em: <www.cpad.embrapa.br/publicacoes>. Acesso em: 07 de dezembro de 2020.

ROSA, Thiago Alves. **O COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS EM UBERLÂNDIA – MG**. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

_____. **Aspectos socioeconômicos e institucionais do comércio ambulante de alimentos em Uberlândia (MG)**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.

RUA, João. A RESIGNIFICAÇÃO DO RURAL E AS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO: UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA. *Revista Da ANPEGE*, 2(02), 2017. doi: <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0004>

SANTOS, L.S. **O Rural Que Urbaniza**: o desenvolvimento de atividades agrícolas no centro do rio de janeiro até os primeiros anos do século XX. IV Congresso Internacional de História. Maringá, setembro de 2009.

SANTOS, Mariana Moreira; Taynara OLIVEIRA, Laís Martins de; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. UMA BREVE ANÁLISE DA FEIRA AGROECOLÓGICA DO PARQUE DO SABIÁ EM UBERLÂNDIA -MG. *AMBIENTE & EDUCAÇÃO*, Vol. 23, n. 2, Rio Grande, 2018. doi: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v23i2.8447>

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. M. T. Rego Viana. 2ª.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHMITT, Cláudia. “Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis”. In: **Mercado de Trabalho**: conjuntura & análise, 42, Brasília: Ipea/MTE, 2010, pp. 55-64.

SILVA, Layanne Alencar de Lima e; LIMA, Anna Erika Ferreira. **Hábitos Alimentares Esquecidos**: Reiventando a Cultura Alimentar a Partir do Uso de Plantas Alimentícias não Convencionais (Pancs) Em Icapuí – Ce. Relatório final de conclusão de curso. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Fortaleza, 2018.

SILVA, Renata Rodrigues da; CLEPS, Geisa Daise Gumiero. O LUGAR E AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA EM UBERLÂNDIA – MG. **Horizonte Científico**, Uberlândia, vol. 3, nº 1, 2009.

SILVA, Sandro Pereira. **O CAMPO DE PESQUISA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ABORDAGENS METODOLÓGICAS E DIMENSÕES ANALÍTICAS**. Texto para discussão 2361. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília/Rio de Janeiro, 2018.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>. Acesso em: out./ 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Amanda de M.; PEREIRA, Rosângela A.; YOKOO, Edna M.; LEVY, Renata B.; SICHIERI, Rosely. Alimentos mais consumidos no Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. **Revista Saúde Pública**, 2013; 47(1 Supl):190-9. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102013000700005>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TAUILE, José Ricardo. **DO SOCIALISMO DE MERCADO À ECONOMIA SOLIDÁRIA**. Anais do seminário internacional Teorias de Desenvolvimento no Novo Século. 2001.

TEIXEIRA, Diana Margarida da Costa Leite. **Hortas urbanas**: o contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade. 2016. Dissertação de Mestrado.

APÊNDICES

APENDICÊ A - ROTEIRO ENTREVISTA

Inicialmente agradeço sua disponibilidade em participar dessa pesquisa. É de grande valia para o desenvolvimento da mesma, bem como para conhecermos mais sobre o assunto. Esta entrevista faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "Práticas e sistemas alternativos de produção de alimentos em Uberlândia - MG" realizada pelo pesquisador Thiago Alves Rosa sob orientação da Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

Esta pesquisa tem caráter acadêmico e em nenhum momento você será identificado.

Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada, bem como a mesma estará disponibilizada publicamente após a defesa em caso de aprovação.

Caso tenha interesse em entrar em contato com os pesquisadores, envie um e-mail para thiago.geoufu@hotmail.com

Você concorda em participar da pesquisa?

Informações pessoais:

Em qual ano nasceu?

É natural de qual cidade?

Qual sua profissão?

Qual sua escolaridade?

Atualmente reside em que tipo de residência?

Quantas pessoas há na casa?

Você teria uma ideia de renda média residencial?

Produção de alimentos em hortas ou quintais produtivos:

Possui horta ou cultiva algum tipo de planta alimentícia/condimento/tempero em sua residência?

Quais tipos de alimentos cultiva?

O que o levou a realizar esse cultivo?

Onde adquiriu essas mudas, sementes ou espécies com que lida?

O consumo dessa produção é somente para você e família?

Existe algum excedente que não é utilizado? O que costuma fazer com ele?

Existe alguma troca de espécies, mudas, sementes ou dos alimentos produzidos por você com familiares, amigos ou vizinhos?

Qual a maior dificuldade em cultivar esses alimentos em casa?

Quais benefícios acredita que essa atividade lhe traz?

Acredita que sua alimentação seria melhor se pudesse produzir mais elementos dela por conta própria?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "Práticas e sistemas alternativos de produção de alimentos em Uberlândia - MG" realizada pelo pesquisador Thiago Alves Rosa sob orientação da Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Esta pesquisa tem caráter acadêmico, e em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Caso tenha interesse em entrar em contato com os pesquisadores, envie um e-mail para thiago.geoufu@hotmail.com

Você concorda em participar da pesquisa? *

Concordo

Discordo

1 - Idade *

Até 20 anos

Entre 21 e 28 anos

Entre 29 e 40 anos

Entre 41 e 55 anos

Entre 56 Anos e 70 Anos

Acima de 71

2 - Sexo *

Masculino

Feminino

Prefiro não identificar

3 - Cidade e bairro que reside: *

4 - Escolaridade *

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Pós-graduação

5 – Profissão

6 - Tipo de moradia

Casa própria

Casa alugada

Apartamento próprio

Apartamento alugado

Moro com familiares

República

7 - Características da residência *

Casa com quintal

Casa sem quintal

Apartamento com varanda

Apartamento sem varanda

Chácara

Fazenda

Outro:

8 - Quantas pessoas moram em sua residência incluindo você? *

1

2

3

4

5

6 ou mais

9 - Renda média mensal *

Menos de 1 Salário Mínimo

1 Salário Mínimo

De 2 a 3 Salários Mínimos
De 4 a 5 Salários Mínimos
De 6 a 9 Salários Mínimos
Mais de 10 salários mínimos

10 - Como você considera os seguintes aspectos da sua alimentação *

Alimentação geral

Variedade

Qualidade

Equilíbrio

11 - Em relação as refeições diárias marque todas as que costuma realizar *

Café da manhã

Almoço

Café da tarde

Jantar

Lanche durante os intervalos

Não tenho rotina alimentar estabelecida

12 - Em relação a essas refeições especifique os grupos alimentares que costumam constituir cada uma delas.

13 - Sobre o preparo das refeições marque todos os itens que fazem parte de sua rotina *

Costumo preparar as principais refeições.

Faço as principais refeições fora de casa.

Em geral peço comida por aplicativos várias vezes por semana.

Em geral peço comida por aplicativos somente em finais de semana ou datas específicas.

Outro:

14 - Marque todos os locais em que costuma comprar seus itens alimentares. *

Mercados de bairro

Supermercados

Hipermercados

Atacadistas e varejistas

Sacolões

Feiras livres

Comércio de rua e ambulante

Hortas urbanas e feirinhas agroecológicas

Outro:

15 - Você considera sua alimentação quando criança ou jovem melhor do que atualmente?

*

Sim

Não

16 - Se sim, quais os motivos para ela ser melhor do que agora:

Era mais variada

Era mais saudável

Os alimentos tinham mais qualidade

Não havia tantos produtos industrializados

As refeições eram mais caseiras

Havia mais tempo para as refeições e seu preparo

Outro:

17 - Você já consumiu produtos alimentícios produzidos e comercializados em hortas urbanas, assentamentos de reforma agrária ou de feiras agroecológicas? *

Sim

Não

18 - Se sim, em qual delas?

19 - Se não, você tem conhecimento desse tipo de produção?

Sim

Não

20 - Com qual frequência consome os alimentos produzidos por esses estabelecimentos? *

Uma ou mais vezes por semana

Algumas vezes por mês

Raramente

Não consumo

21 - Qual motivo para buscar o consumo dos alimentos produzidos por esses empreendimentos? *

Qualidade

Preço

Variedade

Disponibilidade e/ou acesso

Sustentabilidade

Solidariedade

Não consumo

22 - Você cultiva algum tipo de alimento como hortaliças, leguminosas ou frutas em sua residência? *

Sim

Não

23 - Se sim, o que costuma cultivar? *

Legumes

Hortaliças

Temperos

Árvores frutíferas

Plantas medicinais

Plantas alimentícias não convencionais - PANCs

Não cultivo

Outro:

24 - Se não, marque todas as opções que mais indicam os motivos de não ter esse hábito.

Falta de espaço

Falta de conhecimento

Falta de luz solar para esse cultivo

Sujeira

Exigir muito trabalho

Não tenho tempo

Não acho necessário

Nunca pensei nessa possibilidade

Outro:

25 - Sobre auto produção de alimentos marque todos os itens que fazem parte da sua realidade *

Cultivo horta/canteiro em casa.

Produzo plantas usadas como temperos em vasos no apartamento.

Tenho árvores frutíferas em minha residência.

Costumo coletar frutas, sementes e folhas comestíveis em lugares públicos.

Cultivo vegetais no apartamento.

Não tenho auto produção de nenhum tipo de alimento, mas gostaria.

Não produzo e nem tenho interesse.

Nunca considerei a possibilidade de se cultivar algo em casa.

Outro:

26 - As Plantas alimentícias não convencionais - PANCs são uma categoria de alimentos popularmente conhecidos e cultivados, mas que em geral não tem grande apelo comercial e nem são encontradas facilmente à venda. Qual dessas PANCs conhece ou já consumiu?

*

Ora-pro-nobis

Beldroega

Taioba

Serralha

Peixinho ou lambari da horta

Coração de bananeira

Alfavaca

Jacatupé

Beldroegão ou língua de vaca

Cambuquira

Cará moela ou cara do ar

Caruru

Caxi ou caxixe

Palma

Vinagreira

Não conheço e nem consumi nenhuma delas

Outro:

27 - Onde o contato, conhecimento e consumo dessas PANCs originalmente ocorria: *

Em casa, por meus pais.

Em casa, por avôs e avós.

Na casa de parentes da roça.

Em casa de parentes da cidade.

Em restaurantes

Em feiras livres e vendedores ambulantes.

Por doação de vizinhos.

Nunca tive contato com esse tipo de alimento

Outro:

Muito obrigado! Sua contribuição será fundamental pra que possamos entender um pouco mais sobre nossa alimentação e a variedade cultural existente nela. Caso seja de seu interesse, deixe algum comentário ou observação sobre os assuntos abordados no questionário e/ou sobre a pesquisa. Será muito importante para nosso trabalho.

ANEXOS

LEI Nº 7953 DE 05 DE MARÇO DE 2002.

(Revogada pela Lei nº 12.815/2017)



cria um programa de hortas comunitárias em nosso município e dá outras providências.

(AUTOR DO PROJETO: VEREADOR VALDIR ARAÚJO)

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As áreas ociosas e disponíveis no Município, serão destinadas à exploração de hortas comunitárias.

Parágrafo Único - O Programa mencionado no "caput" deste artigo visa o incentivo da produção de alimentos, plantas medicinais, frutas e novas alternativas, nos terrenos ociosos públicos ou privados nos bairros, tendo como finalidade didática a educação ambiental e renda familiar.

Art. 2º Os imóveis públicos municipais e privados ociosos, somente poderão ser utilizados pelo interessado mediante permissão, concessão ou autorização tanto do Município, bem como do proprietário privado.

Art. 3º Compete à Secretaria de Agricultura e Abastecimento efetuar o levantamento das áreas ociosas, disponíveis e próprias para as hortas comunitárias.

Art. 4º Cada módulo será ocupado por um beneficiário que terá direito a toda infra-estrutura para implantação da horta, que consistirá na colocação de água, terraplanagem quando necessária, preparo do solo, sementes e adubos.

Parágrafo Único - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento criará uma comissão constituída de assistentes sociais, para a inscrição e seleção dos interessados na exploração das hortas comunitárias.

Art. 5º Para efeito desta lei, entende-se por beneficiário:

I - famílias de baixa renda;

II - desempregados;

III - aposentados;

IV - centros de amparo ao idoso;

V - creches;

VI - centros de formação e amparo ao menor;

VII - entidades ou instituições assistenciais;

VIII - associações de bairros;

IX - escolas municipais e públicas.

Parágrafo Único - Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosa e que estejam desempregados.

Art. 6º Para o desenvolvimento integral do projeto, cada beneficiário receberá assistência de um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola, um biólogo e um assistente social, profissionais estes que serão cedidos pelo Município, para priorização das metas, que propiciarão o seguinte:

I - no início dos trabalhos haverá participação efetiva dos profissionais acima mencionados, até a implantação de todo projeto de cada beneficiário, e após, a assistência será de, no mínimo, duas vezes por semana;

II - conhecimento técnico e manuseio dos utensílios hortícolas;

III - rápida noção da área adequada para relação solo, planta, bem como, covas, sementeiras, canteiros e sulcos;

IV - rápida noção de calcareação/adubo e adubação;

V - embasamento teórico da época propícia ao plantio das principais olerícolas;

VI - identificação e conhecimentos básicos das sementes olerícolas que serão plantadas;

VII - controle de ervas daninhas e agentes patogênicos;

VIII - o uso de pesticidas deverá ser evitado, substituindo-se por técnicas com produtos naturais;

IX - reuniões mensais com os beneficiários e os profissionais técnicos mencionados para a discussão de todo projeto e andamento da ação proposta e a viabilidade econômica para auto-sustentação dos beneficiários, posteriormente a nível de insumos, sementes, esterco,

pesticidas.

Parágrafo Único - Poderá ser efetuada parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, para aplicação de tecnologia e cultivo de hortas comunitárias.

Art. 7º Os beneficiários da presente lei, assinarão contrato por tempo determinado, onde assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, com a participação da família ou dos membros das entidades ou instituições, e de não ceder a qualquer título o direito de uso das hortaliças a terceiros.

§ 1º Constará obrigatoriamente do Contrato, cláusula resolutória que preveja a rescisão do mesmo, em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pelo beneficiário.

§ 2º Havendo desistência do direito de participação da horta comunitária o órgão competente colocará o módulo à disposição de outro beneficiário.

Art. 8º Relativo ao custo benefício, para efeito de cálculo será usado como base uma pequena horta de 500m² (quinhentos metros quadrados) diversificada com as principais olerícolas consumidas em nosso Município, e ainda tendo como fonte de valores para aquisição e utensílios as casas do ramo em nosso Município, e da venda da produção a preço de consumidor, os principais sacolões.

§ 1º A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento fiscalizará a implantação e o desenvolvimento do projeto, inclusive o uso adequado dos módulos, a produção, distribuição e venda dos produtos colhidos.

§ 2º Caberá ao beneficiário colher todo produto da horta para consumo próprio ou vender.

Art. 9º Cada beneficiário fica obrigado a repassar 30% (trinta por cento) de sua produção para as escolas e creches e estas serão beneficiadas com o total de suas próprias produções.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 05 de março de 2002.

ZAIRE REZENDE
Prefeito Municipal

LEI Nº 12.815, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.



**DISPÕE ACERCA DA AUTORIZAÇÃO
DE USO DE ÁREAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS OCIOSAS, REVOGA A LEI
Nº 7953, DE 06 DE MARÇO DE 2002 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL, Faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Esta Lei dispõe acerca da autorização de uso de áreas públicas ociosas por pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade de preservação.~~

Art. 1º Esta Lei dispõe acerca da autorização de uso de áreas públicas ociosas por pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade de preservação e conservação do solo. (Redação dada pela Lei nº 13.055/2019)

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por áreas públicas ociosas os bens imóveis de propriedade do Município de Uberlândia que, mesmo possuindo afetação, não sejam objeto de projeto em andamento ou em fase de implantação para a respectiva utilização.

§ 2º Inserem-se no contexto do caput deste artigo as áreas institucionais, áreas verdes, áreas de recreação pública, áreas de lazer, áreas dominiais, remanescentes de sistema viário, bem como quaisquer outras áreas de propriedade do Município de Uberlândia que não possuam uma destinação específica, excluindo-se as Áreas de Preservação Permanente - APPs.

Art. 2º A autorização de uso de que trata esta Lei, quando concedida, será a título gratuito e precário, após a análise da Secretaria Municipal de Administração, mediante a edição de Portaria exarada pelo Secretário Municipal de Administração, com vigência de 3 (três) anos, podendo ser renovada por igual período.

§ 1º A renovação de que trata o caput deste artigo ficará sujeita à anuência expressa da Administração após a análise de requerimento formulado com antecedência de até 90 (noventa) dias da data do vencimento.

§ 2º A autorização de uso de que trata esta Lei será formalizada mediante a assinatura de termo de autorização de uso entre o autorizatário e o Município.

§ 3º Não haverá direito à indenização perante o Município por quaisquer benfeitorias realizadas pelo autorizatário nas áreas públicas ociosas, ainda que necessárias ou úteis.

~~§ 4º Finda a autorização, seja por decurso temporal, seja por solicitação de retomada pelo Município, caso em que também não haverá direito à indenização, eventuais espécies vegetais existentes na área não poderão ser retiradas, considerando-se incorporadas ao imóvel e, portanto, de propriedade do Município.~~

§ 4º Finda a autorização, seja por decurso temporal, seja por solicitação de retomada pelo Município, por razões de interesse público, caso em que também não haverá direito à indenização, existindo eventuais espécimes vegetais plantadas na área ocupada, o autorizatário poderá retirá-las, exceto exaurido o prazo de desocupação estabelecido no IV, do art. 5º desta Lei, considerando-se incorporadas ao imóvel e, portanto, de propriedade do Município. (Redação dada pela Lei nº 13.055/2019)

Art. 3º O autorizatário poderá realizar na área pública ociosa as seguintes atividades destinadas à preservação, previamente definidas no Termo de Autorização, desde que não tenham cunho comercial:

~~I - plantio de hortaliças, espécies frutíferas e ornamentais;~~

I - plantio de hortaliças, plantas medicinais, espécimes frutíferas e ornamentais;
(Redação dada pela Lei nº 13.055/2019)

II - construção de calçada, cerca de arame ou alambrado, nos termos autorizados pelo Município, mantendo-se a total visibilidade do interior do imóvel;

III - providências para o abastecimento de água e consumo de energia elétrica perante os órgãos competentes, devendo, neste caso, adimplir todos os valores decorrentes.

§ 1º Vetado. (Redação acrescida pela Lei nº 13.055/2019)

§ 2º Os autorizatários não poderão utilizar a área disponibilizada para a cultura ilegal de plantas psicotrópicas. (Redação acrescida pela Lei nº 13.055/2019)

§ 3º Todo o cultivo e o manejo da produção deverão estar de acordo com as normas de preservação e conservação do solo e recursos hídricos, nos moldes desta Lei, da legislação aplicável e dos termos de autorização a serem celebrados para cada área. (Redação acrescida pela Lei nº 13.055/2019)

Art. 4º Fica vedado ao autorizatário realizar na área pública ociosa:

I - construção de qualquer edificação;

II - utilização da área como moradia;

III - criação de quaisquer espécies de animais;

IV - atividades de cunho comercial;

V - quaisquer outras atividades não definidas no art. 3º desta Lei e no Termo de Autorização.

Art. 5º São obrigações do autorizatário:

I - manter a área pública cujo uso lhe foi autorizado sempre limpa e bem cuidada;

II - receber, a qualquer tempo, equipe de fiscalização do Município;

III - fornecer ao órgão municipal competente, sempre que solicitado, informações sobre a utilização da área pública cujo uso lhe foi autorizado;

IV - desocupar a área pública, na hipótese de revogação da autorização, por razões de interesse público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar de expressa solicitação pelo Município, independentemente do prazo de vigência do termo de autorização de uso celebrado;

V - devolver a área ao Município de Uberlândia limpa e livre de quaisquer materiais, insumos ou ferramentas de trabalho, sendo que, ao final do prazo estipulado para a desocupação, quaisquer objetos ou benfeitorias existentes na área serão considerados como entulho, podendo ser removidas pelo Município, não cabendo ao autorizatário qualquer tipo de indenização.

Art. 6º O Município deverá fiscalizar a utilização das áreas pelos autorizatários, nos moldes desta Lei, da legislação aplicável e dos termos de autorização a serem celebrados para cada área.

Art. 7º Para pleitear a autorização de uso de área pública ociosa, o interessado deve apresentar requerimento por escrito, endereçado à Coordenadoria Geral de Patrimônio, perante o Núcleo de Protocolo, ambos integrantes da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração, especificando a localização da área pleiteada, instruído com a seguinte documentação:

I - cópia dos documentos pessoais do interessado e do comprovante de residência, quando se tratar de pessoa física;

II - cópia do estatuto social, da ata de eleição e posse dos membros da Diretoria, da comprovação dos poderes dos representantes legais e dos documentos pessoais dos representantes legais da entidade que têm competência para assinar o respectivo termo, quando se tratar de pessoa jurídica;

III - Certidão Negativa de Débito - CND perante o Município;

VI - Certidão Negativa de Débito - CND perante o Instituto Nacional do Instituto Social - INSS, no caso de pessoa jurídica;

VII - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS perante a Caixa Econômica Federal, no caso de pessoa jurídica;

VIII - descrição das atividades que pretende realizar na área.

Art. 8º A análise do requerimento para a autorização de uso de área pública municipal ociosa, incluindo-se a delimitação da sua extensão, ficará condicionada ao atendimento dos critérios abaixo elencados:

I - verificação da documentação exigida no art. 7º desta Lei;

II - verificação da não existência de projeto para utilização diretamente pelo Poder Público Municipal ou por meio de parcerias, em andamento ou em fase de implantação;

III - realização de estudo quanto à atividade pretendida;

IV - verificação do atendimento do tipo de atividade a ser desenvolvida na área ao disposto no art. 3º desta Lei, com a avaliação da metragem necessária.

§ 1º A área pleiteada poderá ser diminuída, a critério do órgão competente, em análise ao projeto apresentado e em qualquer tempo após a autorização de uso.

§ 2º Poderá ser requerida ao interessado a apresentação de documentação adicional pelo órgão competente, quando este entender necessário em análise ao projeto apresentado.

§ 3º Na hipótese de mais de um interessado pela mesma área, a autorização será concedida aquele que prever a recuperação ambiental da área.

Art. 9º No termo de autorização de uso deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes disposições:

I - data de início e de término da autorização de uso;

II - descrição sucinta das atividades a serem desenvolvidas;

III - obrigação do autorizatário de zelar pela conservação do imóvel, resguardando-o até o término da autorização;

IV - obrigação do autorizatário de não transferir a autorização da área a terceiros, no todo ou em parte, seja a que título for;

V - obrigação do autorizatário de permitir a qualquer tempo, a vistoria no local;

VI - obrigação do autorizatário de não realizar nenhum tipo de edificação no local, salvo a construção de calçada, cerca de arame ou alambrado, nos termos do art. 3º, II;

VII - proibição ao autorizatário de utilização da área como moradia ou fins comerciais;

VIII - proibição ao autorizatário de realizar no imóvel a criação de quaisquer espécies de animais;

IX - obrigação do autorizatário de restituir a área objeto da autorização de uso nas mesmas condições em que recebeu, quando do término do prazo de vigência ou a qualquer tempo.

§ 1º Em se tratando de revogação da autorização, por motivo de interesse público, a restituição de que trata o inciso IX deste artigo deverá ser precedida por notificação com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 2º Em se tratando de cassação, por descumprimento, pelo Autorizatário, das obrigações previstas nesta Lei e no Termo de Autorização de Uso, a restituição de que trata o inciso IX deste artigo será realizada a qualquer tempo, independente de notificação.

Art. 10 Fica vedada a autorização de uso de mais de uma área para um mesmo requerente concomitantemente.

Art. 11 O autorizatário deverá observar as disposições desta Lei e a legislação municipal vigente aplicável, especialmente à referente ao uso, zoneamento e ocupação do solo.

Art. 12 O autorizatário que não cumprir as disposições previstas nesta Lei ou no Termo de Autorização terá a autorização de uso cassada pela Administração, revertendo-se ao Município, imediatamente, a posse da área.

Parágrafo único. O autorizatário que tiver a autorização de uso cassada ficará impedido de solicitar autorização de uso de bens municipais pelo período de 2 (dois) anos contados da data da infração.

Art. 13 Fica revogada a Lei nº 7.953, de 06 de março de 2002, que cria um programa de hortas comunitárias em nosso Município e dá outras providências.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 16 de outubro de 2017.

Odelmo Leão
Prefeito

Autor do Projeto: Prefeito

LEI Nº 13.055, DE 13 DE MARÇO DE 2019.



ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 12.815, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017, QUE "DISPÕE ACERCA DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS OCIOSAS, REVOGA A LEI Nº 7953, DE 06 DE MARÇO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE UBERLÂNDIA,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 12.815, de 16 de outubro de 2017 e suas alterações que passam a vigorar com a seguinte alterações:

"Art. 1º Esta Lei dispõe acerca da autorização de uso de áreas públicas ociosas por pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade de preservação e conservação do solo.

...

§ 3º Vetado. " (NR)

"Art. 2º...

§ 1º Vetado.

...

§ 4º Finda a autorização, seja por decurso temporal, seja por solicitação de retomada pelo Município, por razões de interesse público, caso em que também não haverá direito à indenização, existindo eventuais espécimes vegetais plantadas na área ocupada, o autorizatário poderá retirá-las, exceto exaurido o prazo de desocupação estabelecido no IV, do art. 5º desta Lei, considerando-se incorporadas ao imóvel e, portanto, de propriedade do Município."(NR)

"Art. 3º...

I - plantio de hortaliças, plantas medicinais, espécimes frutíferas e ornamentais;

...

§ 1º Vetado.

§ 2º Os autorizatários não poderão utilizar a área disponibilizada para a cultura ilegal de plantas psicotrópicas.

§ 3º Todo o cultivo e o manejo da produção deverão estar de acordo com as normas de preservação e conservação do solo e recursos hídricos, nos moldes desta Lei, da legislação aplicável e dos termos de autorização a serem celebrados para cada área."(NR)

"Art. 5º ...

I - Vetado;

...

IV - Vetado;

..."(NR)

"Art. 9-A. Vetado."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 13 de março de 2019.

ODELMO LEÃO
Prefeito

Autoria: Vereador Ronaldo Alves